



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA  
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**LÍLIA DOS ANJOS AFONSO**

**POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA PROMOÇÃO E DIFUSÃO  
DA LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DOS DISCURSOS DA CPLP NO  
PERÍODO DE 2004-2017**

**João Pessoa – Paraíba  
2023**

**LÍLIA DOS ANJOS AFONSO**

**POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NA PROMOÇÃO E DIFUSÃO  
DA LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DOS DISCURSOS DA CPLP NO  
PERÍODO DE 2004-2017**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Doutorado em Linguística.

*Área de concentração:* Linguística e Práticas Sociais

*Linha de pesquisa:* Linguística Aplicada

*Orientadora:* Profa. Dra. Socorro Cláudia Tavares de Sousa.

*Coorientadora:* Profa. Dra. Andrea Silva Ponte

**João Pessoa - Paraíba  
2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A257p Afonso, Lília dos Anjos.

Políticas e ideologias linguísticas na promoção e difusão da língua portuguesa : um estudo dos discursos da CPLP no período de 2004-2017 / Lília dos Anjos Afonso. - João Pessoa, 2023.

235 f. : il.

Orientação: Socorro Cláudia Tavares de Sousa.

Coorientação: Andrea Silva Ponte.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA/PROLING.

1. Linguística aplicada. 2. Políticas linguísticas. 3. Ideologias linguísticas. 4. Língua portuguesa - Promoção e difusão. 5. Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). I. Sousa, Socorro Cláudia Tavares de. II. Ponte, Andrea Silva. III. Título.

UFPB/BC

CDU 81'33(043)



ATA DE DEFESA DE TESE DE

LÍLIA DOS ANJOS AFONSO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três (28/02/2023), às catorze horas, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Tese intitulada “**Políticas e ideologias linguísticas na promoção e difusão da língua portuguesa: um estudo dos discursos da CPLP no período de 2004-2017**”, apresentada pelo(a) doutorando(a) **LÍLIA DOS ANJOS AFONSO**, Graduado(a) em Letras pelo(a) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, orientando(a) do(a) Prof.(a). Dr(a) Socorro Cláudia Tavares de Sousa (PROLING-UFPB), que concluiu os créditos para obtenção do título de **DOCTOR(A) EM LINGUÍSTICA**, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do(a) Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof.(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa (PROLING - UFPB), na qualidade de Orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(as) Professores(as) Doutores(as) Andrea Silva Ponte (Coorientadora/PROLING-UFPB), Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Examinadora/PROLING-UFPB), Luana Francisleyde Pessoa de Farias (Examinadora/UFPB), Maria Erotildes Moreira e Silva (Examinadora/UFC) e Kátia Cristina Cavalcante de Oliveira (Examinadora/UECE). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente, Socorro Cláudia Tavares de Sousa, convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao (à) Doutorando(a) para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito **APROVADA**. Proclamados os resultados pelo(a) Sr(a). Presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar foi lavrada a presente ata que será assinada juntamente com os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 28 de fevereiro de 2023.

Observações

Prof(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa  
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Andrea Silva Ponte  
(Coorientadora)

Prof(a). Dr(a). Regina Celi Mendes P. da Silva  
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Luana Francisleyde P. de Farias  
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Maria Erotildes Moreira e Silva  
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Kátia Cristina C. de Oliveira  
(Examinadora)

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Manoel e Maria da Penha e ao meu irmão Jônata, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Especialmente, dedico esta pesquisa a Maria Jaberlânze da Silva Nelo (1991-2021). Seu exemplo jamais será esquecido!

## **AGRADECIMENTOS**

Nem acredito que esse momento finalmente chegou! Graças a Deus é o fim de uma longa jornada de doze anos de dedicação para a concretização de um sonho. Em muitos momentos eu pensei que não fosse capaz e nem que seria possível conseguir este feito, mas chegou a minha vez.

Meus pais (Manoel e Maria da Penha) e meu irmão (Jônata) foram fundamentais como apoio nessa caminhada. Ser pesquisador(a) é algo muito difícil, escrever consiste no desenvolvimento de uma habilidade penosa, custosa e sem esse apoio familiar ficaria complicado suportar os momentos mais críticos. Gratidão!

Agradeço à minha orientadora, professora Socorro Cláudia Tavares de Sousa, por esses dez anos de parceria. Esse encontro por meio da Política Linguística rendeu bons frutos. Grata pelos ensinamentos e oportunidades. Que esse ciclo que se encerra seja apenas mais uma etapa e que nosso vínculo não seja extinto com a finalização deste doutorado.

Igual agradecimento estendo à minha Coorientadora, professora Andrea Silva Ponte. Sua lucidez e olhar objetivo conduziu no desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada!

À banca examinadora, por aceitar a leitura do texto e por partilhar seus entendimentos sobre a pesquisa e sobre as Políticas Linguísticas, tão necessárias para a nossa área.

Ao programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling), sobretudo, os seus secretários Ronil e Valberto, que sempre foram prestativos no esclarecimento das informações que foram solicitadas em todos esses anos. Igual agradecimento estendo ao Coordenador Jan Edson Rodrigues pelo apoio dado em fevereiro de 2022.

À Comissão de Aperfeiçoamento e Pesquisa no Ensino Superior (Capes), pelo financiamento de boa parte da minha trajetória na pós-graduação.

Ao Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística (NEPEL), grupo que orgulhosamente faço parte desde sua fundação em junho de 2013. Vivenciei todas as fases deste grupo e seguirei como parte atuante nas pesquisas em Política e Planejamento Linguístico.

Aos meus familiares, que aqui represento nominalmente por meio das minhas tias: Dalva, Lêda e Sandra, estendendo a lembrança aos muitos primos que não mencionarei nominalmente, mas estão em meu coração. Gratidão a esta família que representa um refúgio em muitos momentos.

Aos amigos que ficaram comigo e não soltaram a minha mão, agradeço por não terem me abandonado nos momentos difíceis. Adriana Sales, Andressa Vale, Bruna Costa, Cláudia Caminha, Daniela Moreira, Dinancy Nascimento, Edivânia Barreto, Emanuelle Vasconcelos, Eveliny Dantas, Gabryelle Soares, Geilza Carla, Jackson Santos, Janaína Ferreira, Jociane Borba, Juracy Lacet, Keyte Gabrielle, Klívia Santana, Liana Carvalho, Luciana Nery, Prisciane Ribeiro e Rafaelle Araújo. Recentemente, acrescento a essa lista Rose Mattiuzzo e Loane Guimarães. Muito obrigada por todas as conversas, por escutarem as minhas angústias e por também dividirem tantos momentos de alegria. Vocês foram importantíssimos nesse longo processo. Gratidão!

## RESUMO

Visando compreender o espaço conferido à Língua Portuguesa a partir da análise dos discursos elaborados pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), analisamos os documentos oriundos das Conferências de Chefes de Estado e de Governo e das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministros dos países dessa instituição. Nessa perspectiva, delimitamos como objetivo geral investigar o(s) papel(eis) e as ideologias linguísticas do português nas políticas de promoção e de difusão desta língua em documentos da CPLP, no período de 2004-2017. Para a materialização de tal objetivo, elaboramos dois capítulos teóricos. O primeiro deles, focado na língua portuguesa como um ativo econômico, sendo esta uma das principais ideologias linguísticas sustentadas pela CPLP na atualidade, por meio dos estudos de Galito (2006) e de Reto (2012, 2020). No outro capítulo, tratamos das proposições em torno das ideologias linguísticas, a partir de Silverstein (1979, 1985) até os desdobramentos teóricos mais recentes como Woolard (1998, 2007, 2012), Kroskrity (2004, 2010), Del Valle (2007) e Del Valle e Arnoux (2010). Para a consecução dos objetivos, realizamos um percurso metodológico que caracterizou esta pesquisa como de natureza qualitativa, inserindo este trabalho no paradigma interpretativista (LIN, 2015). Por sua vez, duas questões de pesquisa foram propostas. Questionamos, primeiramente, a partir das políticas de promoção e difusão promovidas pela CPLP, como seria percebido o papel da língua portuguesa nos discursos institucionais desta entidade. Como resultado, identificamos que a língua portuguesa assume diferentes papéis tais como: língua de ciência, língua de trabalho em instituições internacionais, língua da tecnologia, língua de ensino, língua da indústria cultural, língua de comunicação, língua como meio para o desenvolvimento econômico e para o acesso e permanência na educação, dentre outras. Fica evidente que esses papéis promovem a ideia principal de estabelecer o português como língua global no mercado linguístico internacional. Já no segundo questionamento, procuramos indagar quais seriam as principais ideologias linguísticas promovidas pela CPLP para a promoção e difusão da língua portuguesa. A partir desta questão, identificamos que essas ideologias foram as mais diversas, mas de modo evidente ficou explícito uma dupla perspectiva ideológica de língua: a do anonimato e a da autenticidade, as quais estavam presentes no discurso institucional, conforme Woolard (2007). Outro resultado encontrado foi a ideologia do português enquanto um ativo econômico, tendo se sobressaído a partir dos Planos de Brasília (2010), Lisboa (2014) e Díli (2017). A partir desses resultados, entendemos, portanto, que a tese proposta para esta pesquisa, a política de promoção e difusão da língua portuguesa no discurso da CPLP, para os Estados Membros e para a comunidade internacional, no período de 2004 a 2017, conduz ao fomento de diferentes ideologias linguísticas, tais como a língua como um ativo econômico e o português como língua global, foi confirmada.

**Palavras-chave:** Políticas Linguísticas. Ideologias Linguísticas. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa. CPLP.

## ABSTRACT

Aiming to understand the place given to the Portuguese language based on analysis of the speeches elaborated by the Communities of Portuguese Language Countries (CPLP), we looked into the documents from the Conferences of Heads of State and Government and the Ordinary and Extraordinary Meetings of the Council of Ministers of the countries of that institution. From this perspective, we set out as a general objective to investigate the roles and linguistic ideologies of Portuguese in policies for the promotion and dissemination of this language in CPLP documents, in the period from 2004 to 2017. Two theoretical chapters were presented to conduct this research. The first chapter focused on the Portuguese language as an economic asset, which is one of the main linguistic ideologies supported by the CPLP today, through the studies of Galito (2006) and Reto (2012, 2020). In the second chapter, we dealt with propositions about linguistic ideologies, from Silverstein (1979, 1985) to more recent theories from Woolard (1998, 2007, 2012), Kroskrity (2004, 2010), Del Valle (2007), Del Valle and Arnoux (2010). To achieve the objectives, we carried out a methodological path that characterized this research as qualitative, inserting this work in the interpretive paradigm (LIN, 2015). In turn, two research questions were proposed. The first question is related to the promotion and diffusion policies promoted by the CPLP and how the role of the Portuguese language in the institutional discourses of this entity would be perceived. As a result, we identified that the Portuguese language assumes different roles such as: language of science, language of work in international institutions, language of technology, language of teaching, language of the cultural industry, language of communication, language as a means for economic development and for access and permanence in education, among others. It is evident that these roles promote the main idea of establishing Portuguese as a global language in the international linguistic market. The second question deals with the main linguistic ideologies fostered by the CPLP for the promotion and dissemination of the Portuguese language. We identified that these ideologies were the most diverse and two ideological perspectives were explicit in this research: anonymity and authenticity of language, which were present in the institutional discourse, according to Woolard (2007). Another important result found was the ideology of Portuguese as an economic asset, having stood out from the Plans of Brasília (2010), Lisbon (2014) and Dili (2017). From these results, we understand that the thesis proposed for this research was confirmed, the policy of promotion and dissemination of the Portuguese language in the CPLP discourse, for the Member States and for the international community, in the period from 2004 to 2017, leads to the promotion of different linguistic ideologies, such as language as an economic asset and Portuguese as a global language.

**Keywords:** Language Policies. Linguistic Ideologies. Promotion and Diffusion of the Portuguese Language. CPLP.

## RESUMEN

Para comprender el espacio conferido a la Lengua Portuguesa a partir del análisis de los discursos producidos por la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP), analizamos los documentos provenientes de las Conferencias de Jefes de Estado y de Gobierno y de las Reuniones Ordinarias y Extraordinarias del Consejo de Ministros de los países de esa institución. Para ello, delimitamos como objetivo general investigar el(los) papel(es) y las ideologías lingüísticas del portugués en las políticas de promoción y difusión de esta lengua en documentos de la CPLP, en el período de 2004-2017. Para la materialización de tal objetivo, elaboramos dos capítulos teóricos. El primer, centrado en la lengua portuguesa como un activo económico, la cual constituye una de las principales ideologías lingüísticas sostenidas por la CPLP en la actualidad, a través de los estudios de Galito (2006) y Reto (2012, 2020). En el otro capítulo, abordamos las proposiciones en torno a las ideologías lingüísticas, desde Silverstein (1979, 1985) hasta desarrollos teóricos más recientes como Woolard (1998, 2007, 2012), Kroskrity (2004, 2010), Del Valle (2007) y Del Valle y Arnoux (2010). Para alcanzar los objetivos, realizamos un recorrido metodológico que caracterizó esta investigación como de naturaleza cualitativa, insertando este trabajo en el paradigma interpretativo (LIN, 2015). A su vez, se propusieron dos preguntas de investigación. En primer lugar, cuestionamos, a partir de las políticas de promoción y difusión promovidas por la CPLP, cómo sería percibido el papel de la lengua portuguesa en los discursos institucionales de esta entidad. Como resultado, identificamos que la lengua portuguesa asume diferentes papeles tales como: lengua de ciencia, lengua de trabajo en instituciones internacionales, lengua de la tecnología, lengua de enseñanza, lengua de la industria cultural, lengua de comunicación, lengua como medio para el desarrollo económico y para el acceso y permanencia en la educación, entre otros. Es evidente que estos roles promueven la idea principal de establecer el portugués como idioma global en el mercado lingüístico internacional. En cuanto a la segunda pregunta, buscamos indagar cuáles serían las principales ideologías lingüísticas promovidas por la CPLP para la promoción y difusión de la lengua portuguesa. A partir de esta pregunta, identificamos que esas ideologías fueron las más diversas, pero de modo evidente quedó explícito una doble perspectiva ideológica de lenguaje: la del anonimato y la de la autenticidad, que estaban presentes en el discurso institucional, según Woolard (2007). Otro resultado encontrado fue la ideología del portugués como un activo económico, habiendo sobresalido a partir de los Planes de Brasilia (2010), Lisboa (2014) y Dili (2017). A partir de estos resultados, entendemos, por lo tanto, que la tesis propuesta para esta investigación, la política de promoción y difusión de la lengua portuguesa en el discurso de la CPLP, para los Estados Miembros y para la comunidad internacional, en el período de 2004 a 2017, conduce al fomento de diferentes ideologías lingüísticas, tales como la lengua como un activo económico y el portugués como lengua global, fue confirmada.

**Palabras Clave:** Políticas Lingüísticas. Ideologías Lingüísticas. Promoción y Difusión de la Lengua Portuguesa. CPLP.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Atribuições associadas à língua portuguesa .....	18
<b>Figura 2:</b> Fatores que motivam a escolha pelo aprendizado de uma língua ...	25
<b>Figura 3:</b> Podcasts voltados para a aprendizagem de língua portuguesa.....	28
<b>Figura 4:</b> Agentes e posição da língua no mercado na metáfora da cebola ...	33
<b>Figura 5:</b> Vantagens associadas ao potencial da língua portuguesa .....	36
<b>Figura 6:</b> Relação entre valor da língua e número das pessoas que a utilizam .....	43
<b>Figura 7:</b> Variáveis que impulsionam a língua portuguesa .....	113
<b>Figura 8:</b> Temas evidenciados na Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2004).....	123
<b>Figura 9:</b> Temas evidenciados na Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008) .....	127
<b>Figura 10:</b> Temas evidenciados a na Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009).....	132
<b>Figura 11:</b> Temas evidenciados no Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010) .....	136
<b>Figura 12</b> Temas evidenciados no Plano de Ação Brasília (2010).....	141
<b>Figura 13:</b> Temas evidenciados no Plano de Ação Lisboa (2014) .....	144
<b>Figura 14:</b> Temas evidenciados no Plano de Ação Díli (2017) .....	150
<b>Figura 15:</b> Ideologias que conduzem ao entendimento do português como língua global. ....	157

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

<b>Quadro 1:</b> O espaço da língua portuguesa na internet .....	26
<b>Quadro 2:</b> Evolução da produção científica (2005-2018).....	39
<b>Quadro 3:</b> Progressão comparativa do português com outras línguas .....	47
<b>Quadro 4:</b> Elementos considerados na segunda ordenação das línguas .....	52
<b>Quadro 5:</b> Planejamento do status simbólico da língua.....	75
<b>Quadro 6:</b> O Corpus Selecionado .....	121
<b>Quadro 7:</b> Excertos da Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2004) .....	123
<b>Quadro 8:</b> Excertos da Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008) .....	127
<b>Quadro 9:</b> Excertos da Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009).....	132
<b>Quadro 10:</b> Excertos do Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010) .....	137
<b>Quadro 11:</b> Excertos do Plano de Ação Brasília (2010) .....	141
<b>Quadro 12:</b> Excertos do Plano de Ação Lisboa (2014).....	144
<b>Quadro 13:</b> Excertos do Plano de Ação Díli (2017) .....	150

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACP** – Países da África-Caribe-Pacífico

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEDEAO** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**CEEAC** – Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CELPE-Bras** – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DLis** – Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa

**DPra** – Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo

**EIILP** – Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa

**EM** – Estados Membros da CPLP

**FAO** – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

**IALC** – International Association of Languages Centres

**IDE** – Investimento Direto Estrangeiro

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IILP** – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

**MRE** – Ministério das Relações Exteriores

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OEI** – Organização dos Estados Ibero-americanos

**OI** – Organizações Internacionais

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAB** – Plano de Ação Brasília

**PALis** – Plano de Ação Lisboa

**PAD** – Plano de Ação Díli

**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PLE** – Português como Língua Estrangeira

**PLI** – Power Language Index

**PPC** – Paridade do Poder de Compra

**PPPLE** – Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna

**QECR** – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas  
**RPDLP** – Resolução sobre a promoção e difusão da Língua Portuguesa  
**SADC** – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral  
**SCI** – Science Citation Index  
**SciELO** – Scientific Electronic Library Online  
**SSCI** – Social Sciences Citation Index  
**TCTC** – Projeto das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns  
**THE** – Times Higher Education  
**UA** – União Africana  
**EU** – União Europeia  
**UEMOA** – União Económica e Monetária do Oeste Africano  
**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
**VOC** – Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa  
**VON** – Vocabulário Ortográfico Nacional  
**ZEE** – Zona Económica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>01 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>02 O CAMPO DE ESTUDOS EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA ENQUANTO UM ATIVO ECONÔMICO</b> .....	23
<b>03 AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E A INFLUÊNCIA PARA O STATUS ATUAL DAS LÍNGUAS GLOBAIS</b> .....	55
<b>4 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> SELECIONADO</b> .....	83
<b>4.1 Descrição dos Documentos das Conferências de Chefes de Estado e de Governo</b> .....	85
4.1.1 I – LISBOA (1996).....	85
4.1.2 II – PRAIA (1998).....	87
4.1.3 III – MAPUTO (2000).....	88
4.1.4 IV – BRASÍLIA (2002).....	89
4.1.5 V – SÃO TOMÉ (2004).....	89
4.1.6 VI – BISSAU (2006).....	90
4.1.7 VII – LISBOA (2008).....	91
4.1.8 VIII – LUANDA (2010).....	94
4.1.9 IX – MAPUTO (2012).....	95
4.1.10 X – DÍLI (2014).....	96
4.1.11 XI – BRASÍLIA (2016).....	97
4.1.12 XII – SANTA MARIA (2018).....	97
<b>4.2 Descrição dos Documentos das Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros</b> .....	98
4.2.1 As primeiras reuniões.....	99
4.2.2 Empenho na cobrança por ações em torno da língua.....	100
4.2.3 Mudanças significativas no âmbito das ações sobre a Língua Portuguesa.....	101
<b>4.3 Descrição dos Documentos das Reuniões Extraordinárias do Conselho de Ministros</b> .....	108
<b>05 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> SELECIONADO</b> .....	120
<b>5.1 Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2004)</b> .....	122
<b>5.2 Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008)</b> .....	126
<b>5.3 Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009)</b> .....	131
<b>5.4 Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010)</b> .....	136

<b>5.5 Resolução e Plano de Ação Brasília para a promoção, a difusão e a projeção da Língua Portuguesa (2010)</b> .....	139
<b>5.6. Plano de Ação Lisboa (2014)</b> .....	143
<b>5.7. Plano de Ação Díli (2017)</b> .....	149
<b>06 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159
<b>ANEXOS</b> .....	162
<b>A – Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa</b> .....	162
<b>B – Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa</b> .....	165
<b>C – Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo</b> .....	168
<b>D – Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa</b> .....	170
<b>E - Plano de Ação Brasília</b> .....	192
<b>F – Plano de Ação Lisboa</b> .....	206
<b>G – Plano de Ação Díli</b> .....	229

## 01 INTRODUÇÃO

O ser humano é formado por uma série de crenças que, ao longo do tempo, vão sendo modificadas ou solidificadas a partir da convivência em sociedade. Essas crenças muitas vezes são tomadas como balizadoras de verdades e compreendidas como certezas pelas pessoas. Ao pensarmos em crenças, é possível associá-las à linguagem e, conseqüentemente, às políticas linguísticas. Em 2004, Spolsky (2004) apresenta uma noção multidimensional de política linguística constituída de três componentes: as práticas, as crenças e a gestão da língua. De forma sintética, as práticas seriam as ações dos membros de uma comunidade de fala, ou seja, como as comunidades de fala usam suas variantes e regras linguísticas; as crenças estão associadas às práticas, dado que representa o que cada comunidade de fala atribui como tendo valor linguístico, e, nesse sentido, as crenças correspondem às escolhas que os indivíduos acreditam como adequadas ou impróprias para a língua; por fim, a gestão configura os esforços dos membros da comunidade de fala que acreditam exercer alguma autoridade nos processos decisórios sobre as línguas, buscando modificar as práticas e as crenças de outrem.

Enquanto seres pertencentes a uma comunidade de fala e tomando por base essa noção de Spolsky (2004), constituímos práticas/crenças/gestões sobre as línguas e suas variedades linguísticas. Sendo assim, nossas escolhas projetam valor tanto para o próprio idioma que falamos enquanto nativos, quanto para outras línguas. Logo, nossas escolhas linguísticas que parecem involuntárias, são condicionadas por ideologias que influenciam e nos direcionam para que estas escolhas sejam realizadas.

Partindo dessa visão multidimensional de política linguística e sobre as escolhas linguísticas que realizamos, é que focamos o estudo das Ideologias Linguísticas em torno da língua portuguesa. Nesse sentido, a revisão de literatura empreendida para a pesquisa selecionou trabalhos que entendem o português enquanto uma língua que pode assumir diferentes papéis (GALITO, 2006; RETO, 2012, 2020). Logo, delimitamos o presente estudo ao discurso apresentado pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a partir dos documentos elaborados institucionalmente em reuniões envolvendo os Estados Membros desta entidade, aspecto não explorado em estudos anteriores.

No tocante às Ideologias Linguísticas, elencamos como aporte teórico uma série de trabalhos elaborados desde o final dos anos 1970, contemplando o surgimento das pesquisas nesse campo a exemplo de Silverstein (1979, 1985), até os desdobramentos teóricos mais recentes, tais como Woolard (1998, 2007, 2012), Kroskrity (2004, 2010), Del Valle (2007) e Del Valle e Arnoux (2010). Dentre esses estudos, a proposição de Woolard (2007) é a que coaduna de modo mais específico com a pesquisa empreendida nesta tese, uma vez que as ideologias linguísticas da CPLP têm como propósito a promoção e difusão da língua portuguesa em uma dupla perspectiva: na relação de identidade entre o português e os Estados Membros da Comunidade e na projeção do português enquanto uma língua global, pertencente a todos.

Nesse sentido, Woolard (2007) descreve duas abordagens das ideologias linguísticas: a da autenticidade e do anonimato. Nesse contexto, os indivíduos, as comunidades de fala e até mesmo as instituições são influenciadas a atribuírem valorações para as línguas com base na sensação de pertencimento a uma comunidade linguística, com identidade própria (ideologia da autenticidade). Por outro lado, tendem também a adotar como ideologia linguística a perspectiva de que uma língua não pertence a nenhum grupo em particular, de forma a poder ser adotada e adaptada por todos (ideologia do anonimato).

Em outras palavras, a autenticidade corrobora para o valor de uma língua dentro de uma comunidade de fala, preservando as suas características e identificando dada língua a dada comunidade. Por outro lado, o anonimato promove uma língua de todos, para ser utilizada por várias comunidades. Sendo assim, temos, portanto, diversificadas valorações que são dadas às línguas, conforme as ideologias que são constituídas em seus respectivos contextos de uso.

Outro aporte teórico considerado trata de estudos sobre o português enquanto um ativo econômico, sendo que esta é uma das principais ideologias linguísticas sustentadas acerca desta língua por diferentes pesquisadores. Três importantes trabalhos foram considerados: Galito (2006) e Reto (2012, 2020). Estas pesquisas desenvolveram a perspectiva sobre os diferentes potenciais que a língua portuguesa tem. A partir de Galito (2006), há o entendimento de que o português é um ativo econômico a ser explorado. A autora descreve que

as línguas e, mais especificamente, a língua portuguesa é um importante instrumento de trocas, que gera um benefício a ser usufruído a partir de seu uso. A autora considera ainda que medidas poderiam ser adotadas no sentido de gerar benefícios na projeção desta língua. Tais ações estariam focadas, sobretudo, no ensino, no mercado de trabalho, na ciência, na indústria cultural, na utilização do português em organismos internacionais, no meio acadêmico e no meio digital. Galito (2006) também entende que são esses eixos fundamentais para que a língua seja vista como um produto e que tenha o seu valor reconhecido enquanto ativo econômico.

Já os estudos de Reto (2012, 2020) comprovam que existe um potencial econômico da língua portuguesa devido ao fato de esta língua ter uma ampla potencialidade de alcance no comércio internacional, ter *status* geopolítico, econômico e cultural, necessitando, portanto, de ações que venham a contribuir para que o português alcance maiores espaços e atinja um nível de prestígio que ainda não tem. Sendo assim, o autor entende que essa projeção só seria possível a partir de iniciativas institucionais. O autor evidencia que o português representa uma língua da ciência, da tecnologia, da cultura e que tem disseminação na sociedade atual, inclusive, nos meios digitais.

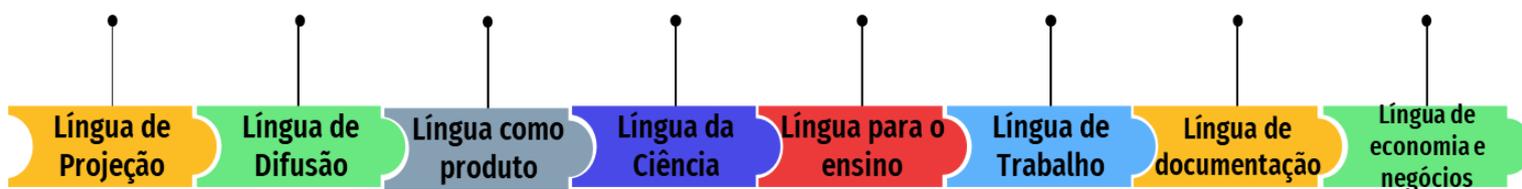
Sendo esta língua projetada com tais características, Reto (2012) entende que o português é, portanto, uma língua global, dado que contempla além do potencial econômico, características que a projetam como língua internacional e língua de representação cultural. O autor entende que é papel das instituições promotoras da língua a elaboração e implementação de ações visando à promoção do português seja a partir da formação inicial e continuada de professores, seja a partir do ensino de línguas, da formação de tradutores e intérpretes e do crescimento da pós-graduação e da pesquisa. Assim, é possível projetar a língua portuguesa como um capital estratégico para a internacionalização, permitindo a consolidação do valor desta língua enquanto um ativo econômico.

O estudo elaborado por Reto (2020) amplia a perspectiva do trabalho realizado em 2012, fazendo menção à importância dos países africanos de língua portuguesa, além de atualizar informações tratadas no estudo anterior, indicando que instituições como CPLP têm importante papel no processo de gestão da língua portuguesa, para que essa projeção confira ao português um

espaço de língua estratégica. O autor entende que para este objetivo seja bem sucedido, é necessário um crescimento econômico sustentável dos Estados Membros, além de uma política linguística que venha a ser assumida por toda a comunidade dos países de língua portuguesa.

Considerando os autores citados anteriormente, o valor dado ao português é apresentado em perspectivas variadas, tais como elencamos na figura 1.

**Figura 1: Atribuições associadas à língua portuguesa**



Fonte: Elaboração própria

No caso da nossa pesquisa, recorreremos a uma perspectiva institucional, a da CPLP. Procuramos, sobretudo, com base na Política Linguística, descrever o papel da língua e das ideologias linguísticas nas políticas de promoção e difusão da Língua Portuguesa, a partir dos discursos da CPLP, no contexto da produção dos documentos que nortearam o pensamento desta entidade ao longo dos anos. Nesse sentido, utilizamos a perspectiva acerca do planejamento de *corpus*, de *status* e de aquisição, conforme Cooper (1989, 1997), na medida em que consideremos diferentes atores e diferentes tipos de planejamento na elaboração do planejamento linguístico, bem como nos apoiamos na Teoria da Gestão da Língua proposta nos estudos de Spolsky (2004, 2009, 2012), que propõe a dimensão das ideologias como uma política linguística propriamente dita.

A investigação pretendida é sustentada por duas **questões de pesquisa** e que, por sua vez, estão associadas aos objetivos que propomos neste estudo:

1) A partir das políticas de promoção e difusão promovidas pela CPLP, como é percebido o papel da língua portuguesa nos discursos institucionais desta entidade?

2) Quais são as principais ideologias linguísticas promovidas pela CPLP para a promoção e difusão da língua portuguesa?

Tais questões foram propostas considerando os objetivos de promoção e difusão sustentados pela CPLP no tocante à língua portuguesa, entendendo que o discurso dessa entidade é marcado por ideologias linguísticas. A partir destas questões, propomos como **objetivo geral** da pesquisa:

Investigar as políticas e as ideologias linguísticas do português nas políticas de promoção e de difusão desta língua em discursos presentes em documentos da CPLP, no período de 2004-2017. Para a consecução desse objetivo geral, estabelecemos como **objetivos específicos**:

- 1) Analisar o papel da língua portuguesa nas políticas de promoção e difusão desta língua no discurso da CPLP, e
- 2) Caracterizar as ideologias linguísticas voltadas à promoção e à difusão da língua portuguesa em discursos da CPLP.

A partir deste caminho de investigação estabelecemos como **tese** defendida:

***A política de promoção e difusão da língua portuguesa no discurso da CPLP, para os Estados Membros e para a comunidade internacional, no período de 2004 a 2017, conduz ao fomento de diferentes ideologias linguísticas, tais como a língua como um ativo econômico e o português como língua global.***

A partir deste posicionamento e compreendendo o que Reto (2012, 2020) afirma sobre a língua portuguesa se constituir um “[...] importante capital estratégico para a internacionalização, criando mecanismos com vista à multiplicação do português como língua global de comunicação quer como instrumento de favorecimento da internacionalização, da cultura e economias nacionais”. (RETO, 2012, p. 19-20). Tal estudo contribui para o desvelamento do papel da língua portuguesa e das ideologias linguísticas relacionadas à promoção e difusão desta língua de um organismo supranacional que tem como um de seus objetivos principais desenvolver políticas linguísticas. Neste sentido,

também pretendemos mostrar se estas políticas e ideologias linguísticas sustentadas institucionalmente foram modificadas, ampliadas ou repetidas.

Destacamos, ainda, que esta pesquisa tem como foco metodológico um paradigma interpretativista, conforme a abordagem de Lin (2015). Para a autora, “as abordagens interpretativistas se concentram em entender o propósito e significado de atores sociais e ações sociais”. (LIN, 2015, p. 25)<sup>1</sup>, o que coaduna com o parâmetro de pesquisa estabelecido para esta tese, dado que buscamos compreender, a partir dos discursos da CPLP, como esta instituição projeta suas respectivas ações de promoção e difusão da língua portuguesa. Ou seja, pretendemos desvelar a perspectiva desta entidade.

Neste sentido, ao tomar como base este paradigma, inicialmente procuramos apresentar a descrição de todos os documentos que foram elaborados pela CPLP, antes de delimitarmos as escolhas dos documentos que fariam parte da análise que viria a ser realizada. Procuramos descrever cronologicamente todas as ações empreendidas pela entidade a partir das reuniões de seus líderes e as principais considerações acerca da língua portuguesa desde a sua primeira reunião, em 1996 até o ano de 2017, data limite para o marco temporal que foi estabelecido no recorte da pesquisa. Nesses 21 anos, muitas ideias perpassaram os discursos da Comunidade, inicialmente, as metas traçadas em torno da língua portuguesa eram proposições tímidas, mas, ao longo do tempo, foram tomando novos contornos, ampliando o interesse institucional em promover ações para o português, com maior ênfase a partir de 2004. Considerando a descrição desses documentos, definimos o horizonte temporal de nossa análise, selecionando o *corpus* da pesquisa que consiste em documentos produzidos no período de 2004-2017, a partir da realização das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministros dos países da CPLP.

Diante do exposto, a análise que realizamos contemplou como documentos, aqueles que, de forma enfática, apresentaram ideologias linguísticas acerca da língua portuguesa. Sendo assim, selecionamos a Resolução sobre a promoção e difusão da Língua Portuguesa (2004), a Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008), a Declaração da Praia

---

<sup>1</sup> “[...] the interpretive approaches focus on understanding the purpose and meaning of social actors and social actions”. (LIN, 2015, p.25)

sobre a *Projeção da Língua Portuguesa no Mundo* (2009), o *Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (2010), o *Plano de Ação Brasília* (2010), o *Plano de Ação Lisboa* (2014) e o *Plano de Ação Díli* (2017). Por meio da análise desses sete documentos, procuramos, portanto, responder às questões de pesquisa que propomos no início da produção deste trabalho.

Acreditamos que a pesquisa contribui para a descrição de uma perspectiva institucional (CPLP) sobre a difusão e promoção da língua portuguesa. Geralmente, as análises realizadas sobre esta língua estão associadas ao ensino da própria língua portuguesa, sendo poucos os estudos que exploraram o universo da CPLP, a exemplo da pesquisa de Silva (2013), que analisou a promoção internacional do português sob a perspectiva da História. Sendo assim, entendemos que a pesquisa preenche uma lacuna visto que analisamos o discurso institucional a partir das lentes teóricas da Política e da Ideologia Linguística.

Importante frisar ainda que ao delimitar os aspectos norteadores deste estudo, a pesquisa está, portanto, inserida no âmbito do Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística (NEPEL)<sup>2</sup>, no qual esta pesquisadora faz parte desde a sua fundação em 2013. Adicionalmente, esta pesquisa alinha-se a outras que exploraram as políticas linguísticas do português como a de Virgulino (2020), que analisou o português como língua global na obra “Ponto de Encontro” e a de Dionísio (2017), que investigou o português como mecanismo de política linguística para os envolvidos no Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) em um curso de extensão da Universidade Federal da Paraíba.

Finalmente, como organização retórica da pesquisa, este trabalho está disposto em seis capítulos. Para além desta Introdução, o Segundo Capítulo situa o Campo de Estudos em torno da Língua Portuguesa enquanto um Ativo Econômico; o Terceiro Capítulo tem como foco as Ideologias Linguísticas; o Quarto Capítulo apresenta a Descrição dos documentos elaborados pela CPLP e o percurso metodológico da pesquisa; e o Quinto Capítulo corresponde à Análise do *Corpus* selecionado. Por fim, encerraremos com as Considerações Finais da pesquisa. Sendo assim, a partir de agora, será apresentado o registro

---

<sup>2</sup> Para informações sobre o grupo de pesquisa – Diretório Geral de Grupos de Pesquisa: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/41108>. Instagram: @gruponepel

deste estudo por meio das teorias, da revisão da literatura e das análises que nortearam a realização desta investigação.

## 02 O CAMPO DE ESTUDOS EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA ENQUANTO UM ATIVO ECONÔMICO

Quando pensamos no desenvolvimento de uma área do conhecimento, temos em mente que devemos agregar novas possibilidades de pesquisa para contribuir não somente com uma perspectiva teórica, como também deixar um percurso de estudos para os futuros pesquisadores. Isso se faz ainda mais necessário considerando os estudos que abordem a relação entre língua e economia, sobretudo no Brasil, dada a lacuna de pesquisas no que diz respeito ao pensamento e formatação de um aporte teórico brasileiro.

O desenvolvimento deste capítulo leva em consideração essa reflexão inicial, dado que pensar sobre língua e economia no contexto da língua portuguesa - que pretendemos investigar a partir deste estudo – poderá revelar perspectiva econômica desta língua, inclusive, no que tange ao seu potencial de expansão enquanto um produto, um ativo econômico.

O estabelecimento de pesquisas envolvendo linguagem e economia pode não constituir um fator comum nas discussões em torno dos estudos linguísticos, porém, uma análise mais consistente revela alguns relevantes trabalhos que marcam esta proximidade. Destacamos especialmente os estudos de Galito (2006) sobre o português enquanto língua de trabalho, Reto (2012) sobre o potencial econômico da língua portuguesa, e Reto *et. al* (2020) sobre o português enquanto um ativo global. Tal sequência é importante, dado que insere uma evolução do pensamento sobre o *status* da língua portuguesa e sua visibilidade enquanto língua, ainda que seja importante frisar que outros autores perpassam as considerações aqui realizadas, conforme sejam pertinentes com relação à pesquisa.

Galito (2006), ao empreender seu estudo sobre o português enquanto língua de trabalho, recorre a alguns parâmetros para defender a sua ideia de pesquisa, e, confere um importante destaque sobre o valor das línguas do ponto de vista econômico.

Para a autora, a língua é um instrumento de trocas, e, por sua vez, trocas geram rendimentos, que possibilitam conseqüentemente um impacto econômico para quem faz uma escolha por uma dada língua.

Proteger uma língua que pertence a uma “comunidade alargada”, implica talvez o estímulo de um mercado que pode gerar sinergias políticas e económicas. Apostar numa língua, pode também adjuvar à promoção do conhecimento, do comércio e do investimento entre indivíduos, entre povos que nela se expressam abrindo-se, talvez assim, o caminho a externalidades positivas. (GALITO, 2006, p. 07)

As externalidades nesse sentido estão relacionadas ao consumo dos indivíduos e os retornos que podem gerar benefícios individuais e sociais. No caso das línguas, a escolha por investir o tempo e falar uma língua gera um benefício individual por parte deste consumidor e, o conjunto de indivíduos que tomam decisões semelhantes geram um benefício para a sociedade. Isso forma uma externalidade a partir do retorno positivo social, pois, quanto mais pessoas se expressam numa segunda língua, significa que está se formando uma sociedade bilíngue, conforme afirma Dalmazzone (2000)

Aprender uma língua, nesse sentido, significa fazer parte de uma rede - uma comunidade formada por elementos complementares em que cada novo membro, além de ter acesso às vantagens de um conjunto de serviços, também agrega aos potenciais benefícios de todos os demais membros (ou seja, gera externalidades positivas) (DALMAZZONE, 2000, p. 33)<sup>3</sup>

A autora prossegue em seu pensamento afirmando que a plausibilidade de uma língua de escala global faz com que esta tenha relevância e influência para os agentes que nessa se expressam. Neste sentido, as escolhas dos indivíduos com relação a qual língua aprender são condicionadas por fatores que lhe revertam benefícios, conforme corrobora Galito (2006) e Reto (2012), que ao ressaltar o potencial econômico da língua portuguesa a partir da visão daqueles que procuram por esta língua especificamente, a constatação da obtenção de uma vantagem financeira com o aprendizado do português<sup>4</sup>.

Os indivíduos, do ponto de vista econômico, portanto, escolhem aprender uma língua pelas seguintes motivações: necessidades de mercado, obtenção de trabalho, vantagens financeiras, ensino/aprendizagem. Pesam também para

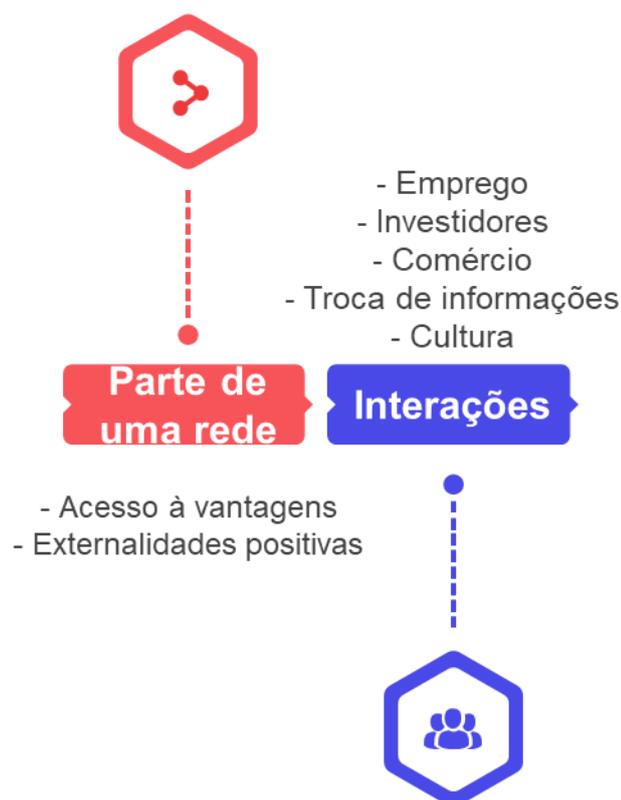
---

<sup>3</sup> No original: “Learning a language, in this sense, means becoming part of a network - a community made up of complementary components in which every new entrant, besides gaining access to the benefits of a set of services, also adds to the potential benefits of all other members (i.e., generates an external effect)”. (DALMAZZONE, 2000, p.33)

<sup>4</sup> Este entendimento será apresentado mais adiante, conforme apresentaremos os estudos do autor.

esta escolha fatores culturais, éticos e ideológicos que por sua vez gera algum tipo de identificação para quem decide por uma língua. Galito (2006) entende que essas condições de preferência são variáveis de acordo com as línguas, ou seja, o peso de tais fatores para escolher inglês, espanhol, português, etc. é totalmente distinto em virtude dos espaços que estas línguas ocupam na sociedade atual. Tais escolhas são complexas e conforme afirma Jiménez (2006) são dificilmente mensuráveis.

**Figura 2: Fatores que motivam a escolha pelo aprendizado de uma língua**



**Fonte:** elaboração própria

Considerando a língua como um produto a ser escolhido em um mercado com uma série de línguas disponíveis, esta, de acordo com Galito (2006) seria um bem transacionável, ou seja, os indivíduos utilizam a língua para estabelecer as mais diversas relações, inclusive, para negociar vantagens e obter benefícios. Neste sentido, a língua teria:

- Valor de uso – utilidade, facilidade de aprender, falada por muitos ou por poucos;
- Valor de troca – razão pela qual o indivíduo ou grupo usa a língua, seja por elo afetivo ou por questões profissionais;

- Valor simbólico – pessoas usam a língua por partilhar de uma mesma cultura ou pela forma de interpretar o mundo;
- Prestígio social – língua no contexto de aceitação, oficial, adotada no trabalho, nas instituições, referência, modelo, sendo decorrente, portanto, vantagens e benefícios.

As pessoas, portanto, vão em busca dessas valorações para estabelecer qual língua escolher. Tal consideração envolve tanto um valor afetivo, mas questões que possam reverter um valor econômico. A escolha, portanto, é condicionada por essa percepção do entorno, o que Galito (2006) classifica como procura por uma língua “muito falada”, que conseqüentemente tem representatividade enquanto um poder socialmente constituído. Sendo assim, conforme são mais faladas, mais espaço encontram no mercado, e tem um valor economicamente ampliado.

O valor econômico de uma língua (língua enquanto recurso econômico) pode resultar, entre outros fatores, da sua posição no mercado linguístico, do seu prestígio no seio acadêmico e no meio social circundante. (GALITO, 2006, p. 09).

Considerando o contexto atual, não temos como ignorar o peso significativo da internet no processo de decisão pela escolha de uma língua. É no meio virtual que a importância econômica de uma língua encontra uma de suas representatividades, dado que é neste contexto que as pessoas têm a noção de visibilidade das línguas e podem ser influenciadas a uma tomada de decisão. Especificamente, sobre o português, chama a atenção um panorama completamente distinto entre os dados apresentados por Galito (2006) e o panorama da língua portuguesa quinze anos depois, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1: O espaço da língua portuguesa na internet**

Dados por ano	População de língua portuguesa	% da população do mundo que fala português	Usuários da língua português na internet	% da população que fala português na internet	Ranking para a língua portuguesa (top 10)	Crescimento entre 2000-2021
2005	227,621,437	2,4	21,691,837	9,5%	9º	-
2021	<b>290,939,425</b>	3,7	<b>171,750,818</b>	59%	5º	<b>2,167.0 %</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da Internet World Stats, 2021<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Dados disponíveis em: <https://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

Considerando o estudo de Galito (2006) e o quadro apresentado pela autora com dados de 2005, quando o português representava a nona língua entre as 10 mais utilizadas na internet, o levantamento no presente representa uma mudança significativa nos últimos 15 anos. Atualmente o português figura como a quinta língua dentre as mais usadas no meio virtual, e considerado o contexto de uso da língua na atualidade com relação à interação digital, temos, portanto, que este é o espaço principal onde línguas estão presentes e mais circulam. É nesse contexto, por exemplo, que as pessoas despertam o interesse para investir na escolha de uma língua, ou seja, privilegiando os espaços de alcance de uma língua.

O levantamento da *Internet World Stats* mostra que o espaço da língua portuguesa, dada a presença dos usuários desta língua, produzindo conteúdos em língua portuguesa, teve uma ampliação considerável. Se quinze anos antes, apenas 9,5% da população on-line falava a língua portuguesa, hoje são 59% dos falantes desta língua no espaço virtual. Um diferencial significativo. Se considerar o crescimento histórico dos últimos 20 anos, o dado desta presença na internet supera os 2000%. Números superiores à presença dos usuários de língua inglesa (743%) e espanhol (1511%), por exemplo. Tal constatação é significativa no que tange ao aspecto econômico da língua portuguesa como um produto, pois a internet é o espaço do mundo dos negócios na atualidade, e isso não se distancia do negócio “língua”, dado que conteúdos voltados para o aprendizado da língua leva em consideração o meio digital. Inúmeras são as plataformas virtuais voltadas de alguma forma para o ensino, a exemplo da plataforma *Preply*<sup>6</sup>, que tem cerca de 2500 professores que ensinam a língua portuguesa no meio virtual. Outra plataforma que se propõe ensinar a língua portuguesa é a *Practice Portuguese*<sup>7</sup>, que tem uma proposta de curso voltada para aqueles que querem aprender o português europeu e a página *Speaking Brazilian*<sup>8</sup>, que promete ensinar o português brasileiro. Isso sem contar uma série de outras mídias que apresentam propostas para o ensino de línguas, tais como *Duolingo*, *Busuu*, *Rosetta Stone*, *Simpler*, entre outros. Também é crescente a quantidade de *podcasts* voltados para tratar sobre a língua portuguesa, como é

---

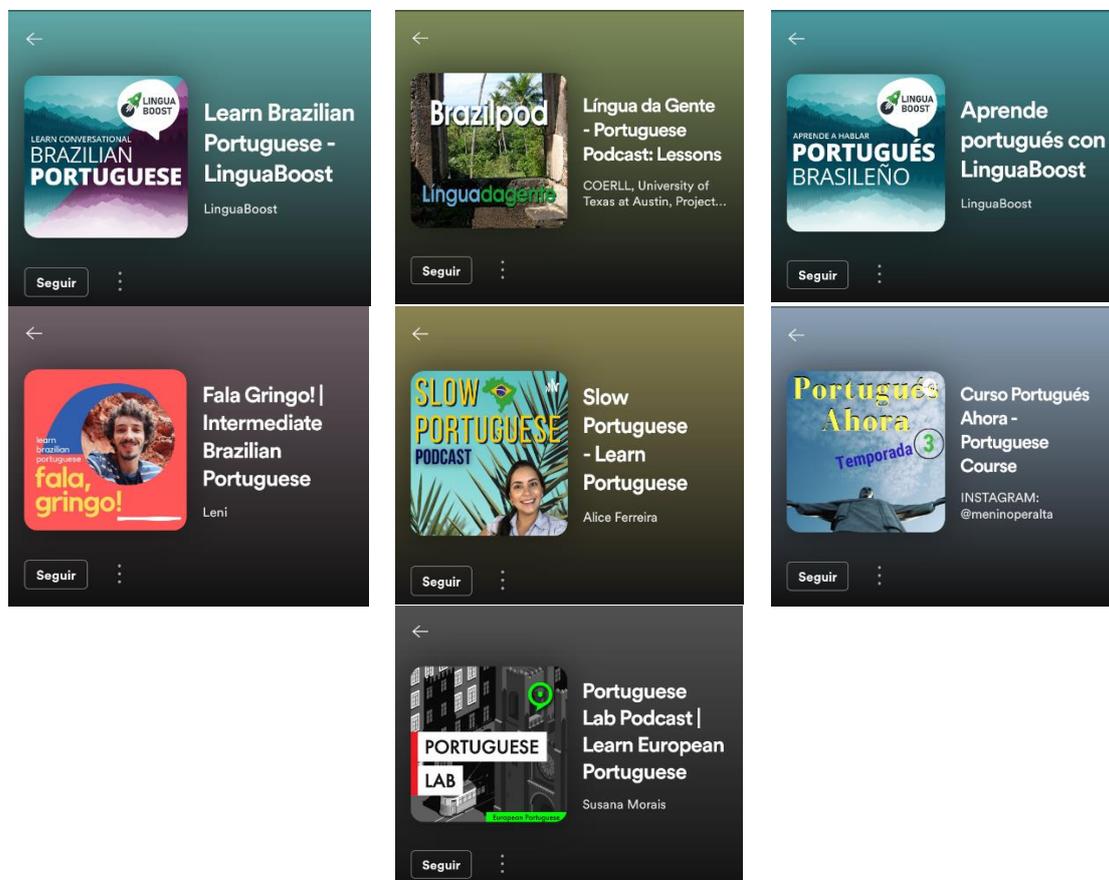
<sup>6</sup> Disponível em: <https://preply.com/pt/>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.practiceportuguese.com/>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.speakingbrazilian.com/>

possível verificar na plataforma *Spotify*. Em consulta ao aplicativo, pelo menos sete conteúdos são voltados para o ensino de língua portuguesa, o que no contexto recente do uso de *podcasts*, significa um interesse em potencial crescimento.

**Figura 3: Podcasts voltados para a aprendizagem de língua portuguesa**



**Fonte:** Elaboração a partir de consulta ao Spotify (2021)

Galito (2006) afirma que a probabilidade de que as pessoas invistam em produtos provenientes na internet é quatro vezes superior se o site estiver na sua língua de preferência. Logo, o mercado das línguas tem que estar atento a todo o tipo de interesse. Considerando o exemplo da língua portuguesa, um público que de acordo com a *World Stats* corresponde supera 170 dos 290 milhões de falantes. Isso é representativo de uma língua com poder de mercado e isso atrai pessoas interessadas nesta língua, desde que iniciativas em torno de sua promoção sejam efetivas e consistentes, visando um projeto que possa alcançar um espaço para a língua no médio e no longo prazo.

A autora insere uma série de exemplos institucionais e a necessidade de que a língua portuguesa encontre o seu espaço de representatividade, dado que isso 'abre portas' para que seja entendida como um ativo que possibilite negócios. Observando por esse lado, esta é até mesmo uma constatação da CPLP nos dias atuais, para que a língua portuguesa se faça representar em múltiplos contextos institucionais, visando ter uma vitrine social, para que possa ser 'notada', ser 'vista' e ser 'escolhida'. Tal exposição não se faz apenas por prestígio, mas por possibilitar oportunidades no mundo do português, favorecendo o que Reto (2012) classifica como investimento direto estrangeiro. Temos então, portanto, uma percepção institucional de utilizar a língua para atender interesses específicos de um grupo de interesse. No caso da língua portuguesa, a CPLP e o conjunto de países que estão ligados a partir desta entidade que representa o mundo da língua portuguesa.

Para dimensionar o espaço que as línguas encontram no contexto do mercado de línguas, Galito (2006) insere breves considerações sobre agência em torno do francês e do espanhol. No tocante à francofonia, a autora entende que as ações de promoção desta língua no espaço institucional, nas universidades a partir da produção científica, e mais recentemente por meio da tecnologia, foi o caminho percorrido para a formação do produto língua francesa – tais perspectivas, inclusive, também estão no foco da CPLP – no entanto, a autora entende que a representatividade de uma língua está relacionada à utilidade que a língua apresenta. Sendo assim, o francês perdeu espaço nos últimos anos por confiar na manutenção de um espaço que outrora fora consolidado. Isso tão somente não basta para sustentar a presença de um *status* da língua em um contexto vertiginoso de mudança como se mostra na sociedade atual.

Por sua vez, sobre a hispanofonia, a autora acredita que existe um esforço a favor de um idioma de trabalho comum e útil, e que em todas as oportunidades possíveis, os países de língua espanhola são empenhados a destacar o espanhol em detrimento das demais línguas. Tudo isso coordenado por meio das políticas de língua realizadas pelo Instituto Cervantes, que coordena as ações sobre a língua espanhola a partir da premissa de que a língua possa ser considerada como um produto.

Na sequência a autora destaca o panorama principal de seu trabalho que a língua portuguesa como língua de trabalho. Neste sentido, relaciona a questão da língua com a economia. Inicialmente pondera sobre o espaço da língua portuguesa como sendo uma língua supercentral, conforme a classificação de Calvet (2000)<sup>9</sup>, questiona a existência de uma política de língua para a difusão da língua portuguesa de forma efetiva e estratégica e se esta língua tem a possibilidade de estabelecer um espaço tal como o espanhol e o inglês.

A autora explana o pensamento sobre a língua enquanto produto é recente e que as ações em torno da língua até recentemente não eram pensadas em uma perspectiva econômica, tal como afirma Reto (2005). Os países de língua portuguesa permaneceram anos sem dar a devida importância para as vantagens que poderia obter a partir da exploração da língua portuguesa e que este despertar requer várias iniciativas para que o português, tal como realizam os países de língua espanhola e de língua inglesa.

O exposto pela autora ainda se configura mais de uma década e meia depois, dado que apesar das ideias projetadas para que a promoção da língua portuguesa, ainda existe a carência de iniciativas que coloquem em prática as ações projetadas para a língua. Neste sentido, a autora entende que as medidas principais que poderiam gerar benefícios para esta língua estariam em ações que foquem: ensino, mercado de trabalho, ciência, indústria cultural, presença em organismos internacionais, meio acadêmico e no meio digital. Tais medidas colaborariam para a projeção de um produto que pretende ter o seu valor reconhecido enquanto ativo econômico. O contexto global e de ampla divulgação e comunicação em que vivemos imprime a busca para que se coloque tais estratégias em ação e isso só se configura a partir de iniciativas em torno de medidas para atingir esses espaços de inserção.

Se considerarmos um exemplo concreto de ação realizada em torno da língua, como a decisão em torno de um acordo ortográfico, tal deliberação não pode ser observada apenas em sua superfície, ou seja, focando em qual língua portuguesa tende a ser prestigiada, mas, o quão significativo é para a indústria da língua tal mudança representa. O caráter afetivo e simbólico da língua não precisa ser ignorado, mas fica em segundo plano, dado que um acordo dessa

---

<sup>9</sup> Sobre essa classificação de Calvet, abordarei mais adiante a partir das considerações de Reto (2012) e Reto (2020).

magnitude tem em seu estabelecimento um impacto econômico. Logo, uma gestão dos países oficiais de língua portuguesa deve explorar esse potencial em torno da indústria do idioma que passou por mudanças conforme a ratificação do acordo foi aceita pelos países membros. Uma discussão emotiva sobre pureza da língua pouco teria a acrescentar em termos práticos na atualidade.

Galito (2006) expõe também em seu estudo a hegemonia da língua inglesa, mas sua hegemonia é um fato e praticamente configura uma ideia de senso comum. Não se trata, considerando a língua portuguesa, de estabelecer um enfrentamento para com a língua inglesa (e nem mesmo com relação ao espanhol) enquanto suas respectivas potencialidades que tais línguas representam, são ativos economicamente consolidados. Interessa a esta pesquisa mostrar que o português pode, portanto, ter seu próprio espaço. Sendo assim, e retomando o pensamento de Galito, a preocupação deve ser a de tornar o português uma opção de escolha vantajosa e economicamente viável dentro do mercado de línguas. As outras línguas continuarão tendo os seus atrativos. Interessa aos gestores da língua portuguesa e aos seus agentes tornar esta língua também um desses atrativos.

Outro destaque brevemente considerado pela a autora era a até então recém-criada CPLP e suas ideias para a projeção da língua portuguesa. Galito questiona o lento avanço nas iniciativas considerando um espaço de dez anos de existência desta instituição (em 2006). Trazendo para o contexto atual, nossa pesquisa procura saber como estariam as ações institucionais na atualidade. Estão avançando na proposição da promoção e difusão desta língua? Tal questionamento será evidenciado no decorrer da pesquisa.

A língua Portuguesa poderá, assim aliada à economia, ser um factor diferenciador no xadrez mundial, se almejar a mais-valia capaz de ajudar a fortalecer os mercados lusófonos, enquanto palcos estratégicos a considerar pelos outros Estados e Organizações Internacionais, mas também pelos agentes não governamentais como as ONGs e as multinacionais. Conferindo, em sua consequência, acrescida relevância aos agentes que se expressam nessa língua e incentivando os não falantes a aprender o idioma a fim de *comunicar* e, assim, *negociar*. Pode ser língua oficial e/ou de trabalho nas organizações internacionais. Para além de ser um idioma empregue em transacções comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, nos acordos de investimento directo estrangeiro; no âmbito do turismo, do intercâmbio científico-tecnológico e nas

relações interpessoais quotidianas, por talvez ser uma língua aberta à mudança, à diversidade e à simbiose com outras culturas, além de apta a exprimir novos pareceres e conceitos – inclusive os que resultam dos progressos científico-tecnológicos. Razões que, a reflectirem a realidade, substanciam a utilidade de uma língua porventura rica em potencialidades, presentes e futuras. (GALITO, 2006, p. 33)

A autora ainda problematiza sobre alguns fatores que impedem a ação sobre a língua portuguesa tais como o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a pouca integração dos países àquela época. O que atualmente passa por mudanças, a partir de uma ação conjunta proposta pela CPLP. Identifica a presença do português diversos espaços institucionais, mas ainda ausente como língua oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) “no âmbito das organizações internacionais, o carácter da escolha das línguas de trabalho tem talvez a ver com questões geopolíticas e vive plausivelmente em função dos interesses das comunidades mais reivindicativas”. (GALITO, 2006, p. 35). Atualmente esse carácter reivindicativo é um dos principais pilares da CPLP. É notável no discurso internacional essa mudança da CPLP e outras instituições que promovem a língua, tais como o Instituto Camões, o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), dentre outros que empreendem discursos para projeção da língua portuguesa.

A mudança dessa mentalidade, portanto, influencia a partir do momento que tais ações sejam propostas e consolidadas. Galito (2006) acredita que só a partir de uma ação concertada dos estamos membros de língua oficial portuguesa isso seria viável, podendo de valer, inclusive de um espaço oficialmente projetado para a promover a língua portuguesa como um produto, por meio do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

Uma dessas mudanças, conforme o entendimento da autora passa pelo ensino e pelo papel representativo dos agentes diretamente responsáveis pela promoção da língua: os docentes. É para estes que as políticas de promoção deveriam ser coadunadas, pois é a partir dos docentes que o público se mantém interessado a privilegiar uma língua.

O professor de Língua Portuguesa pode ajudar *a potenciar um mercado*: 1) ao conjugar o manancial cultural, com a hipotética curiosidade natural dos alunos por povos e tradições diferentes das suas; 2) ao saber guarnecer a necessidade dos discentes

entrarem (ou se manterem activos) no mercado de trabalho, com mais um instrumento de trabalho, possivelmente profícuo e “universal” e, nesse sentido, vantajoso, capaz de abrir janelas de oportunidade que, depois, cada indivíduo deverá saber maximizar em benefício próprio.

Os professores seriam potencializadores de um mercado para a língua. Neste contexto, lembramos os estudos de Shohamy (2006) e Throop (2007) que inserem os docentes enquanto agentes de Política Linguística, como parte de uma cadeia produtiva da língua. Nesse sentido, ao recordarmos a metáfora da cebola de Ricento e Hornberger (1996) cada agente que faz parte da construção de uma política de língua colabora potencialmente para a transformação de uma língua em um ativo econômico em potencial, dado que desde o espaço institucional até o consumidor final (pessoa interessada na língua), muitas camadas são constituintes para que uma língua ganhe projeção. Portanto, cada ação em prol da língua portuguesa é uma camada da constituição desta língua enquanto ativo econômico.

**Figura 4: Agentes e posição da língua no mercado na metáfora da cebola**



**Fonte:** Elaboração própria com base na teoria de Ricento e Hornberger (1996).

Retomando Galito (2006) existe, portanto, a compreensão de que o professor potencializa as escolhas da língua ao incentivar os alunos a aprenderem e por uma ideia de proveito no mercado de trabalho, dado que as pessoas passam a enxergar neste aprendizado um instrumento que crie oportunidades para benefício próprio.

Somando-se ao contexto do ensino, é inserida ainda a oportunidade de as línguas estarem presentes no espaço das universidades, pois, além do

ensino, entra em jogo outro componente fundamental para a constituição de um espaço da língua como ativo econômico, que é o seu uso enquanto língua que faz a ciência<sup>10</sup>. Galito (2006) aponta a conjunção da investigação científica, da língua portuguesa e da economia para obtenção e espaços favoráveis para entidades e para o público que tem a perspectiva de um potencial de crescimento individual (para o pesquisador que faz a ciência em língua portuguesa) e coletivo (no processo de fortalecimento das universidades que promovem o conhecimento científico em língua portuguesa). Este viés científico, colabora, portanto, com a criação de um capital humano que impulsionam externalidades positivas para a sociedade.

Outro aspecto mencionado está na visão empresarial dado que o mercado enxerga os países de língua portuguesa, especialmente o Brasil como emergentes, dadas as taxas de crescimento econômico dos países que tem o português como língua oficial, inclusive, o amplo potencial de países como Angola e Moçambique como países que em um futuro próximo ascenderão como emergentes no contexto do continente africano.

Afinal, o mercado das línguas parece estar em expansão porque as multinacionais estão interessadas em mudar uma abordagem monolinguística dos mercados (talvez levado a cabo até há alguns anos) para uma estratégia poliglota, que permita impulsionar o volume de vendas de bens e serviços, aproveitando os mercados onde, em princípio e até agora, não se conseguia chegar. O que faz disparar um mercado paralelo que é o da tradução e do ensino de línguas. (GALITO, 2006, p. 42)

Por fim, destacamos a partir da perspectiva dos estudos da autora, que uma língua pode estimular troca de ideias e gerar rendimentos a partir do impacto econômico que a língua pode representar para seus falantes. Isso depende, portanto de políticas projetadas para o português, com uma eficiente gestão dos recursos para este fim. Neste sentido, finaliza a autora sobre a língua portuguesa e seu potencial econômico:

Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto econômico que esse instrumento, tão à sua disposição,

---

<sup>10</sup> O estudo de Reto que apresentaremos mais adiante insere dados da produção científica feita em língua portuguesa

lhes pode oferecer. Ajudaria que a consciência fosse menos individual e mais colectiva pois, neste contexto quanto noutros, a união faz a força, estimulando exponencialmente os benefícios a favor de cada um. (GALITO, 2006, p. 68)

Além de Galito (2006), temos o estudo de Reto (2012) sobre o Potencial da Língua Portuguesa, o qual identifica que a língua portuguesa pode atingir um *status* que outras línguas já desfrutam. Para o autor, a língua portuguesa tem uma ampla potencialidade de alcance no comércio internacional, com *status* geopolítico, econômico e cultural, mas, ainda falta atingir um nível de prestígio que ainda não tem. Isso só será possível se estudos forem projetados e iniciativas sejam realizadas para dar ao português a sua devida valorização.

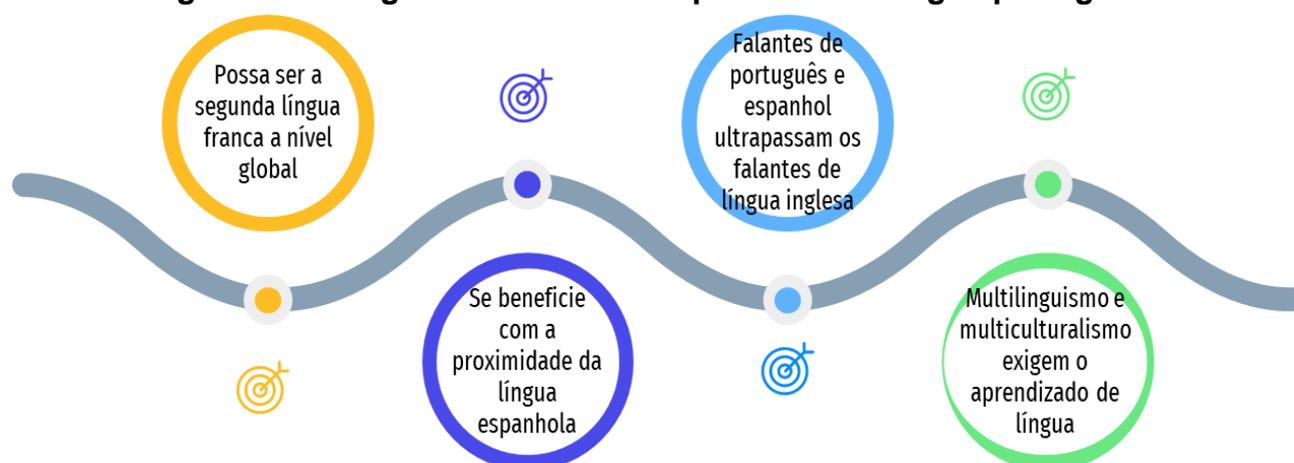
Para a autora, o português representa uma língua de ciência, da tecnologia, da economia, da cultura e com ampla disseminação na sociedade contemporânea. Tal afirmação se sustenta pelo número de falantes, pelo número de países em que esta língua é oficial, a presença que esta língua ocupa no espaço da internet (tal como já destacamos anteriormente), no mercado da tradução e como língua da ciência, em virtude do volume de estudos realizados, conforme as bases de pesquisas (artigos, revistas) destacam. Para além destes espaços que ocupa, a língua portuguesa também tem seu espaço demarcado a partir da consciência da vitalidade que esta língua representa a partir de organismos internacionais representativas da língua, tal como a CPLP (que representa o 8º maior PIB do mundo). Em virtude deste contexto, é também uma língua global, pois tem forte representação cultural, internacionalização e potencial econômico.

Considerando o seu caráter global, em que as três características mencionadas anteriormente devem ser consideradas, o crescimento do valor da língua portuguesa, que a projeta como um ativo econômico, depende do papel das instituições em promover: a formação inicial e continuada de professores, o ensino de línguas, a formação de tradutores e intérpretes e o crescimento da pós-graduação e da pesquisa. Assim, é possível projetar a língua portuguesa como um capital estratégico para a internacionalização, permitindo a multiplicação do valor desta língua enquanto um ativo econômico.

Por sua vez, o estudo apresentado por Reto (2012) é importante representativo na crença de que a língua portuguesa é um ativo econômico em

potencial. Tal como Galito (2006) entende que o foco não é o embate com a língua inglesa, que tem um espaço de língua hipercentral, e conforme Calvet (2000), é a mais prestigiada e passou por diversas transformações que a inseriu no patamar em que está na atualidade. O autor prefere, portanto, direcionar a análise para um entendimento sobre o português que pode desfrutar de inúmeras vantagens se agentes a promoverem de modo que:

**Figura 5: Vantagens associadas ao potencial da língua portuguesa**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de Reto (2012)

O autor elenca alguns fatores para afirmar que o português tem o potencial que nenhuma outra língua dispõe, dado que o português tem poder econômico, científico e cultural, conta com países falantes de língua portuguesa que desfrutam de grande projeção (caso do Brasil) e que a língua portuguesa possui três fontes de influência que justificam o seu potencial: população e número de falantes, impacto global comparável ao inglês, dado que está presente em todos os continentes, e nível entropia<sup>11</sup> que facilita a unidade e identidade em torno da língua. Neste sentido, questiona sobre como aproveitar este potencial.

Sequencialmente, passa a explicar sobre esses fatores para demonstrar o português enquanto ativo econômico. Primeiramente, apontando que a língua é fonte de identidade, e, sobretudo, um instrumento de comunicação que atende a um interesse: pessoas buscam aprender uma língua quando esta pode ajudar

<sup>11</sup> Entropia: unidade/identidade por meio da língua

na vida diária e profissional. Logo a escolha não é aleatória, mas motivada por questões de ordem financeira.

Para Reto (2012) existe um conflito sobre o qual deve ser dado foco, por meio das políticas de promoção da língua portuguesa, dado que muitas vezes, as discussões ficam concentradas nas questões de identidade, sobre qual língua portuguesa deve ser a privilegiada, o que desvia do potencial interesse que poderia projetar a língua de fato, ou seja, ações concretas e em conjunto para permitir a expansão da língua e que reverta em benefícios econômicos para os países de língua oficial portuguesa. Grayley (2019) também vem a indicar em seu trabalho essa rusga que paira principalmente sobre Portugal e Brasil, como se estes dois países disputassem quem detém o poder sobre a língua. No entanto, isso dificulta e atrasa uma construção de uma política de língua portuguesa, o que retarda a manifestação do potencial econômico que esta possui. A solução estaria na concertação entre os países de língua oficial portuguesa se unirem em torno deste bem em comum para que o retorno possa ser revertido para todos, mirando no exemplo da língua espanhola, que tem um claro gestor da língua (Espanha) que foi capaz de transformar esta língua em um ativo econômico que reverte benefícios para toda a comunidade de língua espanhola.

Um adendo importante e posterior na literatura revela que esta questão não está totalmente resolvida. Grayley (2019) em seu estudo ressalta que este embate atrapalha o avanço das políticas de língua para o português. A autora elenca uma série de análises em torno dos discursos de autoridades sobre as vantagens do investimento na divulgação da língua portuguesa, evidenciando a necessidade de uma conscientização da visão da língua portuguesa enquanto um produto.

Os brasileiros não prestavam a devida atenção à importância da internacionalização da língua. A presença do português é grande, porque está na Europa, na África, na América do Sul e do Norte, porque tem muito português por lá, na Ásia... Então, isso é uma vantagem, um capital que não pode ser desperdiçado. A divulgação, a valorização, como o Prêmio Camões e outros dessa natureza, são muito importantes para que a gente possa preservar. E o Brasil deveria ser mais ativo nisso. (CARDOSO *apud* GRAYLEY, 2019, p. 111)

A promoção da língua portuguesa, esteio da nossa Comunidade, e a sua afirmação a nível internacional são objetivos prioritários, reconhecidos como tal, por todos nós, ao mais alto nível. [...] Mas a Língua Portuguesa como língua estrangeira deverá ser, igualmente, uma aposta firme e sustentada. A expansão da língua portuguesa, como verdadeira língua universal, favorece a afirmação da voz de cada um dos nossos países e da própria CPLP no plano internacional, com as consequentes oportunidades de índole política e económica (CAVACO SILVA *apud* GRAYLEY, 2019, p. 113)

Retomando o pensamento de Reto (2012), este entende, portanto, que cultura, identidade, as questões de afeto que envolvem a língua, devem entrar como aspectos que cooperam para uma estratégia de difusão da língua a nível global, tornando-a um instrumento de valor econômico fundamental para os países de língua portuguesa. Sobre o valor econômico da língua, o autor elenca alguns pontos essenciais que colaboram para entender como a língua tem representatividade econômica:

- A língua favorece contatos e laços econômicos;
- Favorece transações das indústrias criativas e culturais;
- Tem efeito de rede, dado que quanto maior o número de falantes, maior a valorização que é criada em torno da língua a nível global e maior o interesse das pessoas em buscar o aprendizado;
- Queda nos custos de transação, já que a intercompreensão em uma língua evita gastos em relação aos negócios realizados;
- Multilinguismo como fator positivo para o mercado de trabalho, sendo uma realidade no contexto atual;
- A língua funciona como elemento de *status* social.

Tomando essas valorações que são criadas em torno de uma língua, o espaço da língua portuguesa é apresentado. Assim como Galito (2006) demonstra alguns aspectos que impulsionam a língua portuguesa, Reto (2012) atualiza e ressalta que existe um avanço no tocante ao espaço alcançado pelo português no contexto de sua inserção a nível global. Para isso utiliza dados de diferentes bases que ressaltam o espaço de várias línguas como o inglês, espanhol, francês, mandarim, etc. Sobre a língua portuguesa, o levantamento dessas bases demonstra que ela ocupa entre o 4º e o 7º lugar dentre as línguas de maior expressividade no contexto global, lembrando, é claro, que cada base

leva em consideração variáveis distintas para chegar às respectivas posições que ocupam em cada ranking<sup>12</sup>.

Tomando por base o levantamento do Barômetro de Calvet, por exemplo, as variáveis analisadas consideram: número de falantes, nível de entropia, IDH, fecundidade, internet, Wikipédia, *status* de língua oficial nos países, número de agraciados com o prêmio Nobel, traduções (língua-fonte/língua-alvo). Em conformidade com esses parâmetros, a língua portuguesa se destaca em posição relevante considerando o alto número de falantes, pelo volume de traduções e pela presença na internet<sup>13</sup>. A presença na internet e a publicação de traduções representa um indicativo de potencial de desenvolvimento e difusão de produtos tanto no espaço lusófono quanto para outros países.

Além desses índices considerados pelo Barômetro de Calvet, Reto (2012) afirma que “é importante realçar outro campo onde a guerra pela afirmação da língua a nível mundial é decisiva – o campo científico”. (RETO, 2012, p. 50). A gestão por parte dos atores envolvidos no espaço da ciência, deve ser, portanto, no sentido de produzir periódicos, fascículos, artigos, que privilegiem a língua portuguesa. Neste sentido, o autor apresenta dados da base SciELO para demonstrar a produção científica em alguns países. Considerando os países de língua portuguesa existentes nesta base e atualizando a projeção exposta por Reto, temos o seguinte quadro:

**Quadro 2: Evolução da produção científica (2005-2018)**

País	Tipo	2005	2018	Taxa de crescimento (2005-2018)
<b>Brasil</b>	Periódicos	164	293	79%
	Fascículos	734	1329	81%
	Artigos	10997	18412	67%
<b>Portugal</b>	Periódicos	12	46	58%
	Fascículos	33	156	280%
	Artigos	282	815	190%

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados da SciELO

<sup>12</sup> O português nestes rankings: Ethnologue (7º), Barômetro de Calvet (7º), Observatório da Língua Portuguesa (4º) e Ostler (7º).

<sup>13</sup> Sobre o espaço no meio virtual, apresentamos anteriormente dados atualizados da Internet World Stats.

Os dados revelados pela base demonstram o impacto na divulgação científica e conseqüentemente da representatividade do português enquanto língua da ciência. Reto (2012) ao observar o contexto do espanhol e do português, entende que o crescimento do espaço científico destas línguas “levaria a um aumento considerável do número e da qualidade destas publicações pelo valor que acrescentariam à carreira acadêmica dos investigadores latinos”. (RETO, 2012, p. 52). Importante frisar, portanto, que esta perspectiva corresponde a ganhos em termos de capital humano para países que elevam o número de pessoas com potencial para a pesquisa, levando ao aumento de ganhos individuais e coletivos para estas nações no que diz respeito também ao aporte financeiro gerado.

Além disso, o autor entende que a relação entre iniciativas para a presença do português e do espanhol nos países favorece em um futuro próximo chegar a um *status* de proximidade desfrutado pela língua inglesa enquanto uma língua franca. Ele exemplifica a partir do espaço destas línguas no espaço das Américas.

A proximidade entre o espanhol e o português, para além de fatores de ordem geográfica e de vizinhança, levou a um significativo desenvolvimento de iniciativas ibero-americanas que tendem a fomentar essa intercompreensão. Por outro lado, a aprendizagem de um dos idiomas nos países que falam o outro está em crescimento acentuado, tanto no sistema de escolaridade obrigatória, como no do ensino para adultos. Esta tendência de crescimento é uma realidade entre portugueses e espanhóis, mas é também particularmente notória nas Américas, com destaque para os países do Mercosul. (RETO, 2012, P. 53).

No que diz respeito à questão cultural, esta representa importante componente que colabora para a projeção do português enquanto ativo econômico. Tal fator em conjunto com o ensino e difusão da língua fomenta o crescimento em torno do português como produto. Ajuda neste sentido as ações empreendidas pelo Instituto Camões e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) por meio da rede de leitorados, centros culturais e de ensino, oportunizando a presença da língua portuguesa em muitos países e criando mecanismos para que pessoas busquem pelo aprendizado desta língua.

O autor destaca ainda que geralmente a dimensão econômica da língua é pouco observada por parte daqueles que realizam estudos considerando língua e economia. Menciona a formação do campo, com destaque para Marschak (1965), Becker (1973), Vaillancourt (1983), Lazear (1997), Muncio (2003). Ainda que a visão econômica da língua venha desde Adam Smith, que associava a evolução da divisão do trabalho a partir da capacidade humana para negociar e trocar, dependendo do discurso e da língua.

O foco nessa perspectiva econômica da língua está em seu *status enquanto* língua global, dado que para o autor, assim como destacou também Galito (2006), não existe a possibilidade de aprender uma língua apenas por gosto, mas por uma série de interesses, inclusive, financeiro. A língua transporta valor e representa um poder. As tentativas de padronização revelam um poder institucional por parte daqueles que querem tirar uma vantagem da língua. As ações projetadas/realizadas não são pensadas apenas para promoção de uma língua no sentido de que cresça o número de falantes tão somente, mas pelo poder que esta língua possa representar em termos econômicos sob diversos aspectos: movimentação do ensino de línguas, o mercado de traduções, a produção científica, indústrias culturais, a economia criativa, etc. A língua por meio de seus agentes não pode ser, portanto, uma barreira, mas uma ponte para projetar relações, inclusive, econômicas.

Diante do que expõe o autor, se tomarmos por exemplo a CPLP, o conjunto de ações propostas por esta instituição revela em seu discurso a necessidade entendida por seus estados membros de que iniciativas por meio da língua portuguesa colabora para sua promoção e difusão, mas, indo além deste papel, representando a ideia de que esta língua pode ser também um ativo econômico que favorece relações internacionais e comerciais. Ao destacar comércio, redes e fluxos migratórios, por exemplo, Reto (2012) entende que aí estão inseridas “a mundialização dos negócios e a diversificação da força de trabalho”. (RETO, 2012, p. 60), o que evidencia, portanto, a importância econômica da língua.

Reto (2012) a partir do aporte teórico de Calvet (2000)<sup>14</sup> e a sua proposição de um modelo gravitacional em que o inglês é uma língua

---

<sup>14</sup> O estudo de Calvet (2000) sobre a galáxia linguística, definindo uma constelação de línguas em um modelo gravitacional, indicando que o inglês é uma língua hipercentral e em torno desta

hipercentral em torno da qual línguas supercentrais gravitam, situando também a língua portuguesa, e afirmando que esta condição enquanto língua supercentral “venha a assumir um lugar de relevo no contexto mundial no novo século”. (RETO, 2012, p.61), isso só seria possível, a partir da consequência de um discurso científico, da expressão cultural e artística e das relações econômicas, tomando como parâmetro a língua enquanto ativo que congrega todas essas possibilidades.

As línguas desempenham uma função crucial na gênese das culturas e civilizações e o português só desempenhará esse papel neste século, na medida em que se impuser como língua da ciência, de expressão cultural e que seja um meio de afirmação e uma poderosa vertente da economia de um país. (RETO, 2012, p. 62)

O estudo do valor da língua e suas implicações são amplos, a exemplo da percepção sobre o olhar das instituições sobre as formas de tratar a língua como produto – caso da presente pesquisa – neste sentido, Reto (2012) destaca que “o motivo essencial que as pessoas levam a investir – tempo e recursos financeiros – na aprendizagem de línguas estrangeiras é a valorização do capital humano próprio” (RETO, 2012, p.63). Lembramos então, o que mencionamos sobre a geração de benefícios individuais e coletivos reverterem em externalidades positivas para a sociedade.

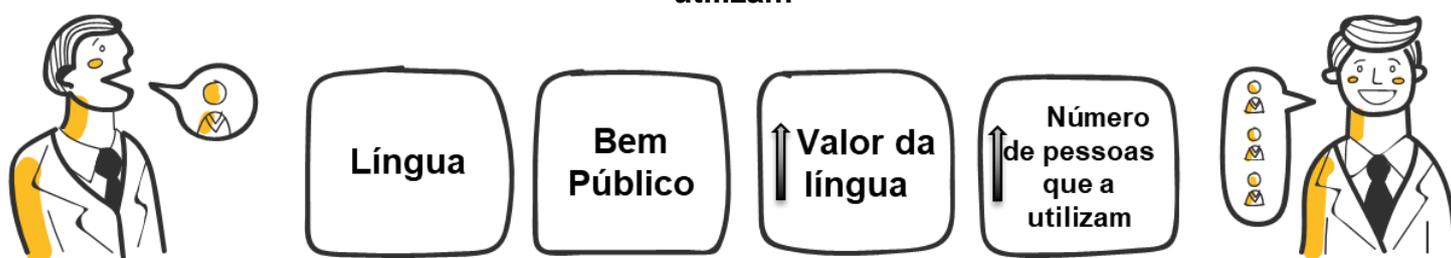
Além disso, o autor elenca possíveis motivações que levariam a tais investimentos: 1. O português e o potencial de usar tal língua no trabalho e nos negócios; 2. As empresas necessitam de colaboradores aptos, e estão dispostas a remunerar o acréscimo de uma competência linguística diferenciada; 3. Os agentes institucionais investindo para a educação linguística de pessoas para atuar considerando a promoção da língua para além das fronteiras; 4. O benefício de dominar uma língua revela externalidades de rede, ou seja, tal iniciativa por parte dos agentes beneficia a todos, mesmo os que não procuram por este diferencial.

---

língua existem outras denominadas como supercentrais, que estão gravitando próximas ao grande “astro”.

Galito (2006) afirma que quanto maior o uso do idioma, maior a influência e poder de criar mercado. Neste sentido, o “consumidor” tende a aderir a uma rede que tem mais utilizadores. Por sua vez, para Reto (2012) afirma que para estes utilizadores o valor da língua “está positivamente relacionado com o número e o poder econômico do restante dos utilizadores” (RETO, 2012, p. 65). Numa relação direta:

**Figura 6: Relação entre valor da língua e número das pessoas que a utilizam**



Fonte: Elaboração própria

Outra parte significativa do estudo de Reto (2012) é dedicada a entender o valor da língua e das indústrias culturais e criativas, e o investimento direto estrangeiro, em que o autor destaca que a língua é valorada a partir do impacto que exerce enquanto facilitadora do comércio internacional e do nível de investimento que pode atrair, destacando especialmente o Brasil. Reto (2012) afirma que a partilha de uma língua em comum favorece o comércio entre 75% e 170%, inclusive, facilitando o processo de importação e exportação, pois, de acordo com o autor, fica nítida que a comunicação em uma mesma língua favorece as transações. No entanto, “na perspectiva dos mercados em que o português não é utilizado, gravita em torno da necessidade de promover a imagem de marca dos produtos e a qualidade das traduções envolvidas”. (RETO, 2012, p.85).

Sequencialmente, o papel econômico da língua também é considerado a partir da questão migratória, o que influencia a ampliação do valor da língua que pode representar para o migrante um meio de comunicação, um meio de produção e um suporte de identidade”. (Reto, 2012, p. 101). Neste sentido, importa destacar que o deslocamento pode envolver inúmeras possibilidades, desde a busca por oportunidades de estudo, de trabalho turismo, etc. até o

contexto recente das migrações forçadas, fato que revela uma ‘nova’ perspectiva do aprendizado de línguas a partir de uma necessidade de sobrevivência.

O impacto econômico da língua é relacionado aos múltiplos interesses dessas comunidades. Reto (2012) destaca estudos sobre a presença de imigrantes de língua espanhola e a significativa melhoria salarial ao aprender inglês como língua de trabalho nos Estados Unidos. Recentemente, a língua portuguesa também ganhou evidência a partir do ingresso de pessoas provenientes de países da América do Sul no Brasil, sobretudo da Venezuela. Nesse sentido, o leque das necessidades é amplo e o contexto atual envolve diferentes motivações em que a língua constitui um ativo econômico com peso significativo para comunidades migrantes ainda que o contexto para tal ‘escolha’ pelo aprendizado da língua seja diferenciado.

A parte final do estudo de Reto (2012) tem como prioridade a percepção das pessoas em relação à língua portuguesa, sobretudo, as motivações que levam à escolha desta língua. Neste sentido, 1263 estudantes responderam a uma pesquisa que indicaram que o uso do português é motivado sobretudo por questões estudantis, de trabalho e para viagens. Com maior ênfase, afirmam que estudo e pesquisa tem peso na escolha pela língua portuguesa, dado que apostam na utilização da língua no futuro visando ganhos financeiros.

As línguas estrangeiras e neste caso, o português, um valioso tipo de capital humano, um instrumento a adquirir e mobilizar nos projetos de vida pessoais, suscetível de ser usado na comunicação internacional para diversos fins. (RETO, 2012, p. 147).

Neste sentido, o autor acredita que o português pode trazer vantagens no espaço internacional por se uma das principais línguas mundiais, é uma das línguas da União Europeia, é língua de potência emergente (Brasil), amplo espaço lusófono com potencial de crescimento econômico, tem espaço no continente asiático e com grande valor identitário junto a uma relevante quantidade de falantes. Logo, a natureza econômica e profissional permeia o discurso dos respondentes de forma significativa, considerando a obtenção de emprego, progredir profissionalmente e realizar negócios.

A posse de competências linguísticas pode ser determinante, ou pelo menos um fator favorável, para o alargamento das oportunidades na esfera dos negócios e no mercado de trabalho, para o desempenho de atividades profissionais, a ocupação de cargos, o estabelecimento de contratos, a realização de investimentos [...] Aprender a língua portuguesa para obter um emprego ou nele poder progredir é um motivo bastante transversal. Mas, ainda assim, obtém os valores mais elevados entre os estudantes de países da CPLP, logo seguidos pelos da África não lusófona e da Europa do Leste. Pelo seu lado, as referências à possibilidade de fazer negócios como motivo para a aprendizagem da língua portuguesa surgem mais claramente entre os estudantes da América do Norte e da América Latina. (RETO, 2012, p. 148-149).

Saber a língua portuguesa, portanto, significa, para aqueles que buscam o seu aprendizado, múltiplas oportunidades, reconhecendo em especial a sua importância estratégica e instrumental, o que é possível associar ao valor econômico atribuído a esta língua. Portanto, conforme afirma Reto (2012) cabe à iniciativa de governos e instituições o investimento para promoção da língua portuguesa, dado o potencial existente para a sua expansão, a partir do discurso dos respondentes da pesquisa, que evidenciam a procura do português como segunda língua.

a procura crescente do português sugere a necessidade de políticas concertadas de defesa do seu conhecimento e de desenvolvimento da literacia dos seus utilizadores. O português já é reconhecido pelo seu potencial económico e como língua de comunicação internacional. As políticas e instituições de apoio à língua deverão reforçar as suas dimensões cultural e científica [...] o ensino qualificado em língua portuguesa, principalmente a nível do secundário, à semelhança dos liceus franceses e escolas alemãs, difundiria a língua e culturas em língua portuguesa, prestando apoio a descendentes das diásporas lusófonas e à melhoria da oferta de ensino de qualidade em cidades com maior densidade de falantes e/ou emigrantes de língua portuguesa. (RETO, 2012, p. 191-192)

Outro relevante e recente estudo desenvolvido por uma equipe de autores coordenada por Luís Reto *O essencial sobre a língua portuguesa como ativo global*. Esta pesquisa menciona trabalhos que anteriormente relacionaram a língua portuguesa como um ativo, *O Potencial da Língua Portuguesa* (2012) e o *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (2016).

A importância estratégica da Língua Portuguesa para Portugal e para os demais países da CPLP é um dos pontos destacados no estudo. Desde o princípio da pesquisa de Reto *et. al.* (2020) se preocupa em mostrar que existem proposições para ações em torno da língua, mas que não maturaram de modo suficiente para que o português fosse uma língua projetada de modo global.

Paralelamente às preocupações demonstradas, consideram o português como uma língua global e que poucas línguas podem reivindicar este estatuto. Para tal afirmação, alegam o chamado impacto global está associado ao fato de ser língua oficial das Nações Unidas, do número de países em que uma língua é oficial e ao número de falantes, a dispersão geográfica, em que a presença da língua está em todos os continentes e por fim, a relevância nas artes e redes sociais. Neste estudo, os autores apontam para o português como aquela que tem uma posição privilegiada: número de falantes em nove países como língua oficial e em uma região administrativa (Macau) e presente nos cinco continentes. Está solidificada no cenário atual como uma das dez mais importantes.

Os autores afirmam que o posicionamento da língua se deve pela força demográfica e econômica dos países da CPLP. No entanto, é notável que essa “força” se deve especialmente ao Brasil e que sem este país, a relevância em torno do português se reduz significativamente.

O estudo mostra que até 2100 os países africanos mudarão de patamar e serão destaques da CPLP. Isso se deve às projeções de crescimento econômico e do número de falantes destes países. Além disso, destacam as expectativas sobre o Brasil, que atualmente é uma das dez maiores economias do mundo. “De facto, a força de uma língua mede-se pelo número de falantes, mas também, ou sobretudo, pelo poder de sua economia, que pode projetar a sua cultura, ciência e influência no mundo”. (RETO, *et. al.*, 2020, p.17).

Reto *et. al.* (2020) apontam o português como primeira língua franca internacional, com forte domínio entre os séculos XVI e XVIII, por causa das conquistas marítimas, sendo tal predomínio sucedido pelo francês e depois pelo inglês, cuja relevância se estende até os dias atuais. Para os autores, a disseminação do português se deu por iniciativas de sua promoção àquela época, como forma de reafirmação de suas conquistas.

Este sucesso na afirmação da língua portuguesa tem múltiplas causas, mas tem seguramente por base uma política pública de língua, estrategicamente assumida por parte das autoridades políticas e religiosas da época. Desta política, destaca-se o ensino do português às elites dos novos povos, tanto localmente, como em Portugal. (RETO, 2020, p. 28)

A preocupação na época colonial era a estabelecer uma política de língua que pudesse disseminar o português em todos os lugares em que o reino de Portugal tinha algum domínio, não dando chances para as línguas locais.

Todo este *status* conquistado arrefeceu em meados do século XVIII, restando ao português o predomínio em locais onde Portugal fixou sua colônia por um longo período. Apenas no final do século XX ressurgiu a necessidade de dar nova importância e projeção para o português, em virtude do processo de globalização e necessidade de expansão da língua como uma forma de se inserir economicamente e culturalmente no mundo atual.

Para os autores, considerando um percurso temporal desde o século XV, "o português foi a língua que mais cresceu em todo o mundo (RETO et. al. 2020, p.33). O crescimento do português é nítido, comparando-se com a progressão de outras línguas, conforme a indicação do quadro a seguir:

**Quadro 3: Progressão comparativa do português com outras línguas (em milhões de falantes)**

Língua	Século XV	Século XXI	Taxa média de crescimento anual
Português	1	252	1,08%
Espanhol	6,8	411,9	0,80%
Inglês	3,9	459,4	0,93%
Alemão	14,65	99,4	0,37%
Mandarim	103	1047,6	0,51%

**Fonte:** Reto (2012) com base em dados do Maddison Project Database (2016)

De igual modo, os autores projetam um crescimento considerável para o português até o final do século XXI, com cerca de 508 milhões de falantes, mais que dobrando o número de falantes da atualidade, sendo também a língua que mais crescerá dentre as demais línguas modernas.

Os autores creditam à CPLP importante papel no processo de gestão da língua portuguesa, para que essa projeção seja para além do número de falantes, conferindo ao português um espaço de língua estratégica.

Para bem da maior comunidade mundial que fala português, esperamos que a CPLP seja capaz de potenciar este enorme valor de influência global que a língua portuguesa nos permite alcançar. Para que tenhamos sucesso nesse desafio coletivo, duas condições são necessárias: um crescimento económico sustentável de todos os países da CPLP e uma Política de Língua estrategicamente assumida por toda a nossa comunidade linguística. (RETO *et. al.* 2020, p. 35)

O estudo revela ainda uma preocupação recente e intercambiável entre linguistas e economistas a respeito de um olhar quanto ao aspecto económico das línguas. De modo específico, alguns fatores são evidenciados: capital humano, trocas comerciais, investimento estrangeiro, migrações, turismo, mobilidade acadêmica.

Por que existe interesse em investir no aprendizado de uma segunda língua? Em que fase da vida surge a importância de conhecer uma língua estrangeira? Por que algumas línguas são mais importantes que outras? Essas são algumas inquietações que envolve o processo de escolha por um dado idioma. Tais questões inserem direta ou indiretamente um aspecto de ganho, seja ele cultural ou financeiro, a partir do domínio de uma segunda língua. Como, quando e de que maneira esse aprendizado vai impactar na vida dos indivíduos e da coletividade é difícil mensurar, conforme Jiménez (2006) ressaltou em seu estudo. No entanto, a busca pelo aprendizado envolve uma finalidade pragmática e, muitas vezes, com interesse financeiro.

O valor do conhecimento de uma língua está relacionado com o número e a riqueza dos seus falantes. Os economistas usam um conceito – economia de «massas» – comum no setor das telecomunicações ou das redes sociais, para caracterizar o potencial de uma língua específica. O conhecimento de uma língua faz parte do capital humano e é um investimento que pode ser rendibilizado pela sua utilização futura, no trabalho, em negócios, viagens, etc. Se duas pessoas conhecerem línguas diferentes (não partilhando nenhuma), terão muita dificuldade em comunicar ou estabelecer acordos, comerciais ou outros. A partilha de uma língua comum, mesmo que não seja nativa para nenhuma das partes, reduz esta dificuldade, na proporção direta do respetivo domínio. (RETO *et. al.* 2020, p. 37, 38)

Reto *et. al.* (2020) apresentam um estudo realizado entre 2018 e 2019 sobre empregabilidade e competência linguística em países africanos, sendo o

português a quinta língua requerida dentre as mencionadas na investigação realizada.

Outras dimensões são lembradas pelos autores tais como o mercado editorial, de tradução e de ensino. Ressaltam o crescente movimento de estudantes que mudam de país para o aprendizado de uma nova língua, através de um processo de imersão, mostram através de um relatório da *International Association of Languages Centres (IALC)* elaborado em 2016, que 236 mil estudantes se deslocaram com a finalidade de aprender uma nova língua. Considerando o ensino superior, no mundo, são mais de 5 milhões de estudantes internacionais de acordo com estatísticas da Unesco em 2019. Os países que têm a língua inglesa lideram a preferência. No entanto, os autores destacam particularmente o português, com crescente procura em termos de mobilidade estudantil. Tal interesse está acima da procura por questões comerciais e de turismo.

No tocante às trocas comerciais, existe a facilitação das relações entre países que falam português e espanhol, ressaltando a relação entre Portugal e Espanha e entre o Brasil e demais países da América Latina, além do favorecimento de trocas entre países que possuem uma língua comum, conforme a relação entre Portugal e Angola. Outro impacto exercido pela proximidade linguística está no chamado Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que é favorecido por países que possuem a mesma língua ou aquelas que revelam proximidade. No entanto existem preferências que são condicionadas pela língua comum, como a busca por bens culturais (literatura e música) e o setor de alimentos. No entanto, o comércio envolvendo bens de grande valoração financeira independe dessa proximidade linguística, como é o caso do setor tecnológico.

Por sua vez, no que diz respeito ao processo de globalização e a posição das línguas frente a este cenário, indica que existem línguas que se estabeleceram como línguas de comunicação internacional, o que favoreceu para a disseminação e busca pela aprendizagem.

O processo de globalização econômica e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento reforçam «as línguas de comunicação internacional, impondo por sua vez desafios a todas elas em virtude da homogeneização cultural que decorre

em paralelo». A globalização veio reforçar o papel das «línguas de comunicação internacional » e facilitou simultaneamente a sua expansão e aprendizagem. (IALC, 2016, p.44)

Conforme o exposto anteriormente, existem algumas condicionantes que interferem para que os indivíduos escolham aprender uma língua. Neste sentido, algumas línguas são projetadas como globais e se destacam, considerando a variedade de línguas no mundo.

Os autores recorrem à reconhecida base *Ethnologue* (2019) para mensurar a importância das línguas, considerando critérios que de acordo com esta base de dados, refletem um ordenamento das línguas mais importantes. O site revela a existência de mais de 7100 línguas, classificando-as como locais ou globais. A partir deste levantamento é possível elencar outras informações, como a quantidade de falantes e a disseminação de uma dada língua nos continentes. Desta vasta quantidade de línguas, menos de 100 tem mais de 10 milhões de falantes.

Outro estudo utilizado foi o *Power Language Index* (PLI), elaborado por Chan (2016), que utiliza cinco categorias para determinar a influência das línguas: geografia, economia, comunicação, conhecimento e mídia e diplomacia. O estudo considera línguas que possuam pelo menos 1 milhão de falantes de língua materna, correspondendo a 110 línguas no total, em 2019.

Na pesquisa de Reto *et. al.* (2020) foram consideradas três ordenações considerando a) o número de falantes; b) um conjunto de variáveis que resultam em um impacto global contemplando: economia, recursos naturais e sustentabilidade, comunicação, educação, cultura e ciência e presença global/influência mundial – interessando particularmente ao nosso estudo os aspectos da economia, educação cultura e ciência; c) ordenações anteriores, somadas ao potencial das línguas no futuro (considerando o PIB e a evolução demográfica).

Para o primeiro cenário apresentado, o português aparece de forma consolidada entre as 10 línguas mais faladas do mundo, considerando a variável língua materna, não figurando entre as 10 no que diz respeito à segunda língua, ocupando a 14ª posição. A partir de uma ponderação realizada para nivelar as duas situações analisadas (atribuindo-se peso de 70 para a língua 1 e 30% para a língua 2), o português salta para o 7º lugar.

Para a segunda ordenação, mais variáveis foram incorporadas para determinar o posicionamento das línguas. No que diz respeito ao aspecto econômico, quatro subvariáveis foram associadas: PIB, em paridades de poder de compra (PPC); volume de exportações; volume de importações, e fluxos de entrada de turistas.

De acordo com os autores, dentro desse ordenamento "a língua desempenha um papel fundamental enquanto fator incrementador das relações entre os países, tanto no que concerne a fluxos de bens e serviços como igualmente de pessoas e capitais". (RETO *et. al.* 2020, p.69). No entanto, especificamente, no tocante ao português, o estudo analisado revelou que

Esta dimensão penaliza a posição global do português, traduzindo o seu menor grau de influência económica à escala global. Esta realidade é particularmente visível no plano comercial e de atração de fluxos turísticos, situando-se o português entre os 13.<sup>o</sup> e 14.<sup>o</sup> lugares neste leque de variáveis. (RETO *et. al.* 2020, p.70,71)

De modo particular, chama a atenção o fato de que o português enquanto língua da ciência, não figurava em meados do século XX dentre as 10 mais importantes. No entanto, o cenário mudou completamente neste início de século XXI, de acordo com as bases de publicações científicas mais relevantes.

Em 1960, não constava sequer nas oito primeiras línguas, quer no Science Citation Index (SCI), quer no Social Sciences Citation Index (SSCI), enquanto em 2015 é a 6.<sup>a</sup> classificada no primeiro e a 5.<sup>a</sup> no segundo, como se pode ver na tabela abaixo apresentada. Se o português for tido em consideração juntamente com o espanhol, tal como os autores o fazem, chamando a esta junção o ibérico, esta é a segunda língua da Web of Science, apenas atrás do inglês. (RETO *et. al.* 2020, p.85)

No entanto, quando consideramos a presença da língua portuguesa com relação à sua inserção em ambientes institucionais, ainda existe uma carência de maior reconhecimento de sua relevância. Um exemplo mencionado pelos autores é o fato de que o português não figura como língua oficial da ONU, e que provavelmente não será incluída neste *status* no curto prazo, conforme afirmam lideranças ligadas à organização "a definição das línguas oficiais da ONU se

encontrava «estabilizada», sendo muito difícil colocar essa questão na agenda de discussão”. RETO *et. al.* 2020, p.88).

**Quadro 4: Elementos considerados na segunda ordenação das línguas**

<b>Elementos da Segunda Ordenação</b>	<b>Variáveis Associadas</b>
<b>Economia</b>	PIB, em paridades de poder de compra (PPC); volume de exportações; volume de importações, e fluxos de entrada de turistas.
<b>Recursos naturais e sustentabilidade</b>	Extensão da zona económica exclusiva (ZEE); reservas de água doce; área; eletricidade através de energias renováveis que não a hidroelétrica (percentagem da capacidade total instalada); e percentagem de terra arável.
<b>Comunicação</b>	Número de utilizadores de internet, e origem dos artigos na Wikipédia
<b>Educação, cultura e ciência</b>	Número de traduções (origem e alvo) de cada língua; língua dos vencedores dos diferentes prémios Nobel; número de livros disponíveis na biblioteca Gallimard, por nacionalidade do autor; língua do filme vencedor do Óscar de Melhor Filme, Melhor Filme Estrangeiro, e do melhor filme dos Festivais de Cinema de Cannes, Berlim e Veneza; língua dos artistas/bandas vencedores do Grammy de Melhor Álbum do Ano; língua dos vencedores do Prémio Pritzker de arquitetura; língua dos vencedores das Medalhas Fields de matemática; áreas/ regiões consideradas Património Mundial da Humanidade pela UNESCO; Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO; número de universidades constantes no ranking do Times Higher Education (THE), e número de publicações científicas indexadas na Scopus, por país de origem do autor.
<b>Presença global</b>	Número de continentes em que a língua é falada por, pelo menos, 1 % da população total desse continente; número de países em que é língua oficial; ser (ou não) língua oficial da

	ONU; língua falada pelas personalidades com maior número de seguidores nas principais redes sociais.
--	--

**Fonte:** Elaborado com base nas informações de RETO *et. al.* 2020

Considerando os registros relacionados à primeira e segunda ordenação das línguas, o português figura sempre 7º lugar dentre as mais relevantes. Porém, o estudo de Reto *et. al.* (2020) insere uma terceira percepção, envolvendo a projeção do potencial dessas línguas ao logo do século XXI, e a língua portuguesa subindo ao 6º lugar dentre as 10 mais importantes até o ano de 2100. Necessário frisar neste contexto o fato de o português ascender, enquanto que outras importantes línguas da atualidade como o russo e o japonês tendem a declinar no ranking.

Sequencialmente, os autores oferecem um panorama das instituições que promovem a língua portuguesa, apresentando o Instituto Camões como um dos grandes agentes das políticas voltadas para a língua portuguesa. "este instituto tem a responsabilidade de executar e coordenar a política de cooperação e de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro". (RETO *et. al.* p. 97).

O objetivo principal consiste em promover o português enquanto língua global. A presença do Instituto atualmente abrange cerca de 32 países com a inserção da língua portuguesa no ensino básico no ano letivo de 2019-2020. A língua portuguesa também está inserida como língua estrangeira no Ensino Superior de países que têm proximidade com e partilha de fronteiras com aqueles que tem o português como língua oficial, a exemplo da Espanha, Senegal, Namíbia e países da América do Sul. Os autores definem como surpreendente o ensino de português nos currículos de países como Bulgária, Hungria, Itália e República Tcheca.

Outra prioridade do Instituto Camões está na promoção e expansão do português enquanto língua internacional, inserindo-a como língua de trabalho nos organismos e instituições que tenham relevância política, estratégica e econômica. A partir de tal ação, os idealizadores do Instituto acreditam que o português tem maior projeção quanto mais estejam presentes de forma estratégica nestes locais.

Por sua vez, outra importante promotora da língua portuguesa está na Rede Brasil Cultural, que, assim como o Instituto Camões tem presença em todos os continentes nas ações do Centros Culturais Brasileiros, na aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), Leitorados e Núcleos de Estudos Brasileiros.

De igual importância, ressaltam a atuação do Instituto internacional da Língua Portuguesa – IILP, estrutura ligada à Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, que de acordo com a sua idealização tem como objetivo “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a defesa da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais”. (RETO *et. al.* p. 109). A preocupação da CPLP é que a partir do IILP, as ações de Política Linguística para o português estejam alinhadas e concentradas para sua maior expansão.

Apesar das ações empreendidas até o momento, ainda carece de maior inserção nos países, tal como acontece com o Instituto Camões e a Rede Brasil Cultural. Os autores finalizam destacando que a atuação destas instituições é importante para ampliar o papel da língua portuguesa no mundo, no entanto, considerando o panorama da promoção de outras línguas modernas, a partir de seus respectivos institutos promotores, é notável que as ações para a língua portuguesa necessitam serem mais incisivas e consistentes, sobretudo, no objetivo de inserção do português enquanto língua global, tal como é o desejo dos organismos que a promovem na atualidade.

Finalmente, como conclusão da obra, Reto *et. al.* (2020) apontam para a percepção dos estudantes de Português a partir da experiência do Instituto Camões. Sintetizando as informações apresentadas, o entendimento é de que a promoção da língua portuguesa ainda consiste mais em um desejo do que ações mais concretas. Existem organismos, documentos, iniciativas, mas as projeções que são levantadas necessitam de ações efetivas para que as expectativas sejam concretizadas. De acordo com os autores

Investimento no ensino do português no mundo tem condições para continuar a ser valorizado, nas suas diversas vertentes e em particular pelo seu valor prático para a integração em países de língua oficial portuguesa. Uma maior aposta nas vertentes da cultura e da economia revelaram-se os fatores mais relevantes para o ensino/aprendizagem. RETO *et. al.* 2020, p.136)

Novamente, como é possível perceber pelo argumento dos autores, uma das vias que motivam o ensino/aprendizagem do português está atrelada à questão econômica, necessitando, portanto, de ações que corroborem para esta projeção de importância dada à língua portuguesa seja, de fato convertida em ações concretas de sua expansão.

### **03 AS IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E A INFLUÊNCIA PARA O STATUS ATUAL DAS LÍNGUAS GLOBAIS**

As decisões que são tomadas a partir das escolhas linguísticas de um grupo estão longe de ser ações naturais e neutras, podendo ser influenciadas pelas transformações sociais, políticas e culturais, que, por sua vez, configuram as políticas linguísticas de promoção das línguas, que são criadas e implementadas em cada comunidade linguística. A partir dos anos 1970, surgiram estudos de autores que passaram a observar que tais escolhas linguísticas estavam imbricadas de uma dimensão ideológica.

Kroskirty (2004, 2010) mostra que os primeiros indícios desta perspectiva ideológica foram apresentados ainda em meados dos anos 1950, por meio de Jakobson (1957) e Hymes (1964), que deram importância ao significado linguístico (enquanto os estudos anteriores evidenciaram prioritariamente o significante). A partir de tal entendimento, esses autores observaram o signo linguístico a partir de um contexto da língua em uso, ou seja, a partir de escolhas que eram realizadas pelos falantes, o que deu origem às bases para o desenvolvimento do funcionalismo e, paralelamente, indicavam que esse processo de escolha dependia da intencionalidade dos falantes. No entanto, a configuração de pesquisas que evidenciam a perspectiva ideológica em torno da língua nem sempre tiveram relevância para os linguistas, dado que durante muito tempo, as ideologias linguísticas constituíam um assunto marginalizado nas pesquisas realizadas.

A partir dos anos 1970, as ideologias linguísticas passaram a demarcar um espaço concreto nos estudos e, desde então, muitas pesquisas contribuíram para que, ao contrário do pouco espaço que outrora era dado, o caráter ideológico da língua representasse uma preocupação importante nos estudos,

dado o entendimento acerca da relevância nas escolhas linguísticas que cada comunidade linguística prioriza e, tal como inicialmente apontamos, tais escolhas não são neutras, mas motivadas por ideologias explicitamente expostas ou ocultas, a partir da tomada de decisões que muitas vezes foram e são propostas por instituições que ocupam espaços de poder nestas várias comunidades. De igual modo estas escolhas podem ser motivadas em crenças e sentimentos de cada grupo linguístico, conforme Kroskrity (2004, 2010) apresenta em seus estudos, determinando, inclusive, o espaço que cada língua ocupa nestas comunidades, principalmente, a partir da forte presença do inglês, do francês, do espanhol, do português, do mandarim, como línguas que concentram na atualidade uma parcela considerável da população mundial. Logo, não ocupam seus respectivos espaços ao acaso, mas, por historicamente se expandirem a partir da inserção de ideologias a respeito da língua, sobretudo, considerando o percurso histórico de dominação que os países de origem destas línguas impuseram nos países desde os tempos em que realizaram as colonizações. Hoje essa dominação ideológica está ancorada em outras frentes, a partir do contexto da globalização que impera nos dias atuais.

Neste capítulo, elencamos algumas das perspectivas mais relevantes que tratam das ideologias linguísticas, selecionamos os estudos de Silverstein (1979, 1985), Woolard (1998, 2007, 2012), Kroskrity (2004, 2010), Del Valle (2007) e Arnoux e Del Valle (2010).

Silverstein (1979, 1985) foi um dos primeiros autores a tratar de um conceito sobre ideologia linguística em sua pesquisa *Estrutura das Línguas e Ideologias Linguísticas*<sup>15</sup> (1979). Neste texto, o autor afirma que as ideologias linguísticas representam “conjuntos de crenças sobre a linguagem articuladas pelos usuários como uma racionalização ou justificação da estrutura e uso percebidos da linguagem”. (SILVERSTEIN, 1979, p.193)<sup>16</sup>. A partir de tal definição, muitas outras foram elaboradas, sempre no sentido de indicar que os falantes de forma consciente ou condicionada justificam as suas escolhas linguísticas. Isso ocorre, por exemplo, no processo decisório que impulsiona um indivíduo a elencar a escolha pelo aprendizado de uma língua por esta trazer

---

<sup>15</sup> No Original: *Language Structure and Linguistic Ideology* (1979)

<sup>16</sup> No original: “sets of beliefs about language articulated by users as a rationalization or justification of perceived language structure and use”. (SILVERSTEIN, 1979, p. 193)

determinadas vantagens culturais e econômicas. Sendo assim, as pessoas articulam suas decisões a partir de uma perspectiva ideológica, tal como aponta o autor em seus estudos.

Nas décadas seguintes, outras pesquisas surgiram, sobretudo a partir dos anos 1990. Os estudos de Woolard (1998, 2007, 2012) são fundamentais na definição do campo de pesquisa das ideologias linguísticas e nos demais trabalhos em que são desenvolvidos importantes conceitos pertinentes a esta vertente de estudos. Para a autora, as ideologias linguísticas não tratam apenas da língua, mas de tudo o que a vincula, como a questão identitária, por exemplo. A ligação entre ideologia linguística e identidade é constantemente mencionada na literatura envolvendo ideologias linguísticas, pois a língua é imbricada de múltiplas camadas ideológicas e é fortemente marcada pelo componente identitário. Logo, não se trata do uso de uma língua tão somente, mas de noções que envolvem indivíduos, grupos e suas respectivas escolhas

A autora afirma que as ideologias linguísticas não têm uma única interpretação, envolve a interação entre grupos, e desta relação, são constituídas inúmeras tensões e conflitos, dado que somos inseridos em contextos ideológicos múltiplos e dominantes de acordo com as mudanças sociais que ocorreram ao longo do tempo. Estas transformações foram formatadas e impostas por inúmeros atores sociais responsáveis pelos processos decisórios de suas respectivas comunidades. Neste sentido, algumas ideologias são assumidas explicitamente pela comunidade e outras são implícitas. No entanto, todas são constituídas com a perspectiva de estabelecer escolhas linguísticas dentro destas comunidades.

Woolard (1998, 2012) elenca alguns pontos de reflexão em seu estudo, a tais como a antropologia linguística e o uso da língua pelos falantes; o contato linguístico e a escolha por determinados padrões para as línguas; e a historiografia discursiva, a partir de um interesse explícito pelas ideologias linguísticas por parte dos linguistas. A partir de tais linhas reflexivas, insere algumas interpretações acerca das ideologias linguísticas. A primeira delas está relacionada às ideias, ou seja, considerando a consciência, as representações subjetivas, e crenças sobre o fenômeno ideológico da linguagem. Por sua vez, justifica que essa 'consciência' não é uma ideia amplamente aceita nos estudos sobre ideologias linguísticas. "A ideologia não é um pensamento

necessariamente consciente, deliberado ou sistematicamente organizado: não é nem sequer um pensamento, é comportamental, prático, preconcebido ou estrutural”. (WOOLARD, 2012, p. 23)<sup>17</sup>. Sendo assim, para parte dos pesquisadores a ideologia não é uma questão de consciência, mas de relações socialmente vivenciadas na prática, logo, envolve o indivíduo e as relações que ele estabelece com o meio em que vivem, permitindo a construção de ideologias que muitas vezes não tem uma demarcação de consciência explícita.

A segunda abordagem elencada está relacionada às ideologias e às experiências dos indivíduos, o que contribui para a formação de uma posição social particular de cada pessoa. Esta tendência apresenta indivíduos dotados de ideologias que representam uma espécie de verdade universal. Neste sentido, ao contrário do que é tratado na abordagem anterior, esta segunda percepção apresenta um grau de dependência para com os aspectos da vida cotidiana que, por sua vez, se refletem nas experiências dos indivíduos e a formação de suas próprias ideologias. Para Woolard, esta tendência se mostra de forma variada, podendo contemplar pessoas que tenham essas ideologias demarcadas de forma ambígua, enquanto que outras podem ser influenciadas de forma supérflua.

Sequencialmente, a autora apresenta outra interpretação que exemplifica a sua percepção de ideologia linguística, mais precisamente, relacionada às questões de poder. Inicialmente, apontando como as ideologias são utilizadas para demarcar posições de poder social, político e econômico. Neste contexto, “a ideologia é vista como um conjunto de ideias, discursos ou práticas significativas colocadas a serviço da luta pela aquisição ou manutenção do poder”. (WOOLARD, 2012, p.24)<sup>18</sup>. No entanto, as ideologias podem também ser utilizadas como ferramenta por aqueles que estão subordinados e desejam ascender ao poder, apesar da força de imposição dos grupos dominantes, dado que vivemos em uma sociedade com relações assimétricas de poder.

Woolard (2012) destaca ainda que não somente o poder interfere, mas as distorções, ilusões, erros, mistificações e racionalizações que decorrem das

---

<sup>17</sup> No original: la ideología no es un pensamiento necesariamente consciente, deliberado, o sistematicamente organizado: no es siquiera un pensamiento, es comportamental, práctica, pre-reflexiva o estructural. (WOOLARD, 2012, p. 23)

<sup>18</sup> No original: “la ideologia es vista como un conjunto de ideas, discursos o prácticas significativas puestas al servicio de la lucha para adquirir o mantener el poder”. (WOOLARD, 2012, p. 24)

relações de poder e que são instituídas socialmente como verdades incontestáveis. Neste sentido, acrescenta que “se entendermos a ideologia como o discurso vinculado ao poder, então toda a verdade é constituída pela ideologia”. (WOOLARD, 2012, p.25). Sendo assim, a autora se alinha à premissa de Foucault que defende que tomamos como verdade aquilo que está presente no discurso sustentado pelo poder. Trazendo para o contexto das línguas, podemos refletir acerca dos discursos que empreendem uma sustentação sobre quais línguas são as mais importantes e que todos consciente ou inconscientemente tomam isto como uma verdade absoluta.

Sendo assim, a definição em torno das ideologias linguísticas se mostra complexa, dado que envolve pensamentos sobre as estruturas sociais e sobre o poder que o desenvolvimento social é refletido a partir de cada comunidade. A língua, neste sentido, atua como um instrumento que ultrapassa a ideia de uso, representando, portanto, uma ferramenta utilizada para diversificadas finalidades. Entendemos, portanto, que diante das ideias que aproximam ideologia e língua, que as ideologias linguísticas correspondem a diferentes representações sobre as línguas que as pessoas vão construindo a partir de suas experiências sociais, indicando, por exemplo, quais línguas e variedades são consideradas como socialmente melhores, adequadas, dentre outras.

Por outro lado, considerando as contraposições que envolvem as ideologias, ao optar uma determinada escolha linguística, esta vai de encontro, por sua vez, na rejeição de outro conjunto linguístico, que não corresponde às expectativas esperadas.

Se tomarmos como exemplo a língua portuguesa, as ideologias dos falantes se mostram envoltas em uma série de escolhas que demarcam as decisões desta comunidade, sendo muitas dessas até mesmo consideradas como atribuídas ao senso comum, como por exemplo: a) qual língua portuguesa é a correta; b) a verdadeira língua portuguesa é o português europeu; c) a verdadeira língua portuguesa é o português brasileiro; d) que os demais países de língua oficial portuguesa utilizam o mesmo português; e) os regionalismos são incorretos e impuros, de modo a contaminar a verdadeira língua portuguesa, etc. Isso geralmente acontece com línguas que fazem parte do processo de colonização ocorrido ao longo dos séculos e que de alguma forma apresenta resquícios nos dias atuais. Esta discussão não está vencida, aliás, ela permite o

surgimento de outros questionamentos, inclusive, sobre a língua portuguesa, que é alvo da presente discussão.

Quando Woolard (2007) procura apresentar em seu trabalho as fontes e efeitos sociais do pensamento sobre a linguagem e das construções ideológicas que são realizadas em torno delas, fica evidenciado que a formação do pensamento dos indivíduos envolve múltiplos interesses que são parte do cotidiano dessas pessoas e não apenas reflexões demarcadas pontualmente, utilizando, para tanto, a língua espanhola, questiona sobre as ideologias em torno da expansão de uso desta língua na era da globalização. O mesmo podemos considerar acerca da língua portuguesa e as respectivas ideologias criadas em torno dessa língua. Ao mesmo tempo em que não desfruta de igual patamar de prestígio de línguas como a inglesa, por exemplo, é possível observar que existem iniciativas que buscam inserir o português em diversificados contextos para que esta seja vista também como uma língua global, tal como o faz, por exemplo, a CPLP, que tem uma política linguística para tornar o português uma língua com grande potencial de expansão e de alcance global.

Woolard (2007), ao abordar a ideologia linguística em seus estudos, insere, portanto, as concepções sobre os sistemas ideológicos da autenticidade e do anonimato. Tais sistemas consistem em percepções sobre a valoração que pode ser atribuída a uma dada língua, sendo que “cada uma dessas ideologias naturaliza um tipo de relação entre uma certa variedade linguística e um certo estado da sociedade”. (WOOLARD, 2007, p.131)<sup>19</sup>

Nas considerações sobre a língua portuguesa, essa distinção pode ser interpretada a partir da reflexão sobre o lugar que esta língua pretende ocupar como língua global ao mesmo tempo em que existem questões em torno de seu papel enquanto língua diante de outras que são minoritárias e ainda a discussão interna à própria língua que é sobre qual português teria a dianteira de sua representatividade no contexto internacional. Tais questões permeiam cotidianamente as ideologias formatadas para a língua portuguesa, e é nesse espaço que as discussões de sua expansão são configuradas.

---

<sup>19</sup> No original: “Cada una de estas ideologías naturaliza un tipo de relación entre una determinada variedad lingüística y un determinado estado de la sociedad”. (WOOLARD, 2007, p.131)

Considerando o sistema ideológico da autenticidade, Woolard (2007) afirma que “a autenticidade situa o valor de uma língua em sua associação com uma comunidade particular e como uma expressão de seu espírito”. (WOOLARD, 2007, p.131)<sup>20</sup>. A partir dessa conceituação e considerando a língua portuguesa, esse valor estaria enraizado em sua forma original e que não pode, de forma alguma ser maculado, como expressividade da autenticidade que representa. Nesse sentido é importantíssima a sua preservação e manutenção o mais original possível. E isso se materializa como ideologia a partir do momento em que os falantes associam essa língua como sendo de “algum lugar”, demarcado e determinado. Sendo assim, a autenticidade implica na identificação de questionamentos, como, de onde é esse português? Com qual lugar e origem é identificada essa língua? Os falantes, nesse sentido, guardam uma memória afetiva que tem lugar demarcado social e geograficamente. Neste caso, importa, por exemplo, a forma “original” como o português é falado nessas comunidades, como expressividade desta comunidade. A partir dessa identidade, a língua, portanto, apresenta o seu verdadeiro valor.

Se, no contexto de outras comunidades, a autenticidade está associada a línguas minoritárias, quando consideramos a língua portuguesa, a associação realizada é sempre no sentido das “línguas portuguesas” que são faladas no interior dos países falantes desta língua ou na relação português brasileiro *versus* português europeu, que ainda representa um embate ideológico sobre qual dessas representa, de fato, um potencial português “verdadeiro”. Existe, portanto, uma visão de língua própria, privada, particular, que não pode ser tomada de forma genérica, pois está associada a uma cultura, um lugar e um agrupamento social.

Woolard (2007) entende, por exemplo, que a sobrevivência do inglês afro-americano e do espanhol nos Estados Unidos, depende da autenticidade. Por sua vez, para a língua portuguesa, a autenticidade estaria na manutenção dessa língua em suas várias representações em todos os países em que é falada, como um reflexo autêntico de cada comunidade de falantes, que está presente oficialmente em nove países. Por outro lado, revela a força da identidade desta comunidade para que essa língua não seja homogeneizada e neutralizada como

---

<sup>20</sup> No original: “la autenticidad sitúa el valor de una lengua en su asociación con una comunidad concreta y como expresión de su espíritu”. (WOOLARD, 2007, p.131)

língua de nenhum lugar, de modo a não ser maculada de sua forma original tal como ocorre a partir da ideologia do anonimato.

No sistema ideológico do anonimato está a base da maioria das línguas hegemônicas, sendo suas respectivas representações ampliadas e não pertencentes a um lugar específico, ou seja, seria uma língua de “nenhum lugar”. Para Woolard (2007) tal associação tem um aspecto generalizado, comum, sem características peculiares, sem particularidades que caracterizam os indivíduos. No anonimato ocorre uma homogeneização. Essa neutralidade ajudaria, portanto, a consolidar uma língua como universal. A partir de tal perspectiva, as línguas “por não pertencerem a “ninguém em particular”, podem representar a todos e ser utilizada igualmente por todos<sup>21</sup>”. (WOOLARD, 2007, p.133).

Essa representatividade ampliada é a base de sustentação de políticas linguísticas como as adotadas pela CPLP para o português. O interesse é de longo alcance, de um português visto de modo a gerar interesse por esta língua de forma global, e não apenas a língua de Portugal, do Brasil, de Moçambique, etc. Sendo assim, vista como língua de longo alcance, desperta interesses por motivações diversificadas para o aprendizado desta língua, de modo a atrair um grande público.

Woolard (2007) entende que o sistema ideológico do anonimato permite a consolidação de línguas majoritárias e menciona uma concepção de Fishmann, que remete aos anos 1960 e que indica que a formação das ideologias acerca da língua inglesa priorizou a promoção e aceitação desta língua como neutra, facilitando, portanto, um interesse social em larga escala.

Tomando por base as ideologias da autenticidade e do anonimato sobre a língua portuguesa, portanto, é possível entender que os falantes realizam suas escolhas linguísticas considerando a dupla perspectiva a partir desses sistemas. Sendo assim, as escolhas implicam em considerações a partir do entendimento que o português é uma língua que tem múltiplas características e forte apelo cultural, bem como representa, de igual modo, uma língua que tem um caráter global, com forte potencial de expansão. Os estudos de Reto (2012, 2020), por exemplo, apresentam essa confluência a partir da ideia de potencial econômico da língua portuguesa. Por sua vez, as ações da CPLP na promoção da língua

---

<sup>21</sup> No original: “por no pertenecer a " nadie en particular”, pueden representar a todos y ser usadas igualmente por todos”. (WOOLARD, 2007, P.133)

portuguesa também têm em seu discurso um apelo que remete aos dois sistemas ideológicos, pois, em muitos momentos, apresenta um aspecto ufanista, com forte identidade para com um português que se apresenta como autêntico, mas, ao mesmo tempo, necessita ser uma língua que possa ser projetada de forma global, para todos, e isso só poderia se materializar, nos dias atuais, a partir de uma promoção da língua que esteja associada a esse caráter do anonimato, ou seja, o português como língua de nenhum lugar, mas associada a todos que queiram aprendê-la.

A partir de tais concepções, considerando a língua portuguesa, temos que a autenticidade estaria associada à afirmação da língua nos lugares em que é falada, derivando disso a discussão sobre a legitimidade de qual língua portuguesa representa uma variante válida, quanto nos locais em que não é língua oficial, mas ganha espaço a partir do desenvolvimento de uma comunidade de falantes que se associam a uma variante da língua considerada como legítima. A ideia de língua autêntica, portanto, é variável, dado que, na língua portuguesa, existe uma disputa entre o português brasileiro e o português europeu. A decisão em escolher por uma variedade ou outra está imbricada de ideologias que revelam as tendências que convergem para esta disputa.

Por sua vez, considerando a caráter global, a língua portuguesa enquanto alvo do interesse daqueles que desejam expandi-la, se enquadraria nesta perspectiva, dado que a ideia é que o português passe a ocupar cada vez mais espaço junto a outras línguas que tem espaços demarcados justamente por serem consideradas como línguas globais, como é o caso do inglês e do espanhol. Neste sentido, interessa, por exemplo, à CPLP que o português vença discussão variedade brasileira x variedade europeia e passe para um plano em que esta língua seja um português de todos, garantindo novos espaços de inserção, revertendo em vantagens decorrentes dessa expansão junto à comunidade internacional. Se prender à disputa de duas variantes significaria perder tempo rumo à corrida do reconhecimento enquanto uma língua que possa despertar o interesse do público, diante de línguas que já são naturalmente escolhidas por não se prenderem tanto ao requisito de qual melhor variante adotar. Sendo assim, para a escolha do português, é necessário que a comunidade possa projetar a língua de modo que as disputas de qual melhor variedade adotar seja deixada de lado, favorecendo um português que possa ser

de todos. Sem esse pensamento, é improvável sair da ideia de *status* de língua local, que insiste em se prender a um padrão de autenticidade. Escolher o caminho da globalização não significaria, portanto, perder suas características, mas se adequar a uma sistematização que permita acompanhar ações que caracterizam as línguas de acordo com a perspectiva da sociedade atual.

No entanto, o processo que conduz para uma “escolha” demarcada pela autenticidade ou pelo anonimato não é homogêneo, dado que as comunidades de fala não são configuradas por uma unanimidade. Até mesmo quando consideramos a língua inglesa, tão propagada enquanto uma língua global, existem conflitos sobre a legitimidade acerca do que se considera enquanto um inglês ‘verdadeiro’, tanto que Kroskrity (2004, 2010) revela, em seus estudos, a difícil relação de aceitação das variantes do inglês que circulam nos Estados Unidos. Enquanto existe uma corrente que defende a existência de um inglês autêntico, considerado como legítimo, outros grupos realizam adaptações desta língua inglesa, e, sendo assim, são rechaçados, por macularem o verdadeiro padrão. Tal configuração apresenta, portanto, a relação conflituosa das ideologias da autenticidade e do anonimato. O mesmo pode ser aplicado, guardadas as devidas proporções de cada comunidade, na relação das demais línguas.

Evidenciando também a questão das ideologias linguísticas, os estudos de Kroskrity (2004, 2010) contemplam uma ampla base de definições e exemplos acerca de diversificadas comunidades linguísticas. O autor para tanto, recorre à antropologia linguística para situar sua pesquisa, associando, portanto, às ideologias linguísticas, sendo estas denominadas como um conjunto de crenças e sentimentos desses agrupamentos sociais. O autor tenta racionalizar o uso da linguagem a partir do contexto sociocultural dos falantes, que, por sua vez, apresenta uma consciência linguística como uma forma de agência.

Neste sentido, o autor situa o seu posicionamento tomando por base os estudos antecessores de Silverstein (1979), Gal (1979), Hill (1985), Woolard (1985), Irvine (1989), Rumsey (1990), Schiefellin et. al. (1998), Blommaert (1999), Gal e Woolard (2001) e Errington (2001). Tais autores e suas respectivas noções sobre as ideologias linguísticas estabelecem acerca desse conceito as articulações realizadas pelos usuários em torno da língua a partir de influências culturais, políticas, econômicas, etc. e como estes grupos estão situados de

forma superficial ou integrada aos usos da língua em conformidade com esses interesses, sendo, portanto, um reflexo linguístico de cada sociedade. Tais estudos foram fundamentais para que o autor pudesse inserir a sua própria concepção sobre ideologias linguísticas, afirmando que “são crenças ou sentimentos sobre as línguas usadas em seus mundos sociais”. (KROSKRITY, 2004, p. 498). Neste sentido, o foco do autor é a análise da língua e do discurso como recurso político-econômico usado por indivíduos, grupos étnicos, outros grupos de interesses e os estados-nação.

Em sua perspectiva de ideologia linguística, Kroskrity (2004) estabelece cinco níveis de organização que se devem ao fato de que, para o autor, a ideologia linguística passa por uma transição de um conceito marginalizado para uma preocupação central, com uma série de dimensões convergentes, que agregam várias camadas para a formação deste campo conceitual. Os cinco níveis são: a) Grupos ou interesses individuais; b) Multiplicidade de ideologias; c) Consciência dos falantes; d) Ideologia como mediação entre estruturas sociais e as formas de falar dos indivíduos de uma comunidade; e) Papel da ideologia linguística na construção da identidade.

Considerando o primeiro nível, as ideologias linguísticas representam a percepção da língua e do discurso que são constituídos com base no interesse de um grupo social ou cultural específico. Comportam “as noções de um membro sobre o que é 'verdadeiro', 'moralmente bom' ou 'esteticamente agradável'”. (KROSKRITY, 2004, p.501). Neste sentido, os indivíduos chegam a estas noções baseadas na experiência social e vinculado a interesses político-econômicos. Sendo assim, o uso da língua serve à finalidade de promover, proteger e legitimar esses interesses.

Os esforços de desenvolvimento das línguas são sustentados por considerações político-econômicos, dado que a imposição de um padrão hegemônico apoiado pelo estado sempre beneficiará um grupo social em detrimento de outros. Considerando tal pressuposto, Kroskrity (2004) refuta a ideia do usuário sociopoliticamente desinteressado da língua. Para o autor, a distinção entre análise ideológica neutra e análise ideológica crítica não é dicotômica, mas gradiente.

Kroskrity (2004) ressalta o estudo de Lippi-Green (1997) que mostra o interesse de classe por trás do padrão ideológico das línguas. Para a autora,

“existe um viés em direção a uma língua homogênea, idealizada e abstrata que é imposta e mantida por instituições dominantes e que nomeia como seu modelo a linguagem escrita, mas que é extraída principalmente do discurso da classe média-alta (LIPPI-GREEN, 1997, p.67).

Kroskirty (2004) destaca como exemplo a questão do inglês padrão como sendo adotada como claramente superior. Em vez de serem entendidas como diferenças linguísticas, as chamadas inadequações são hierarquizadas como inferiores. Neste sentido, a superioridade de línguas como o inglês não está na estrutura ou eficiência comunicativa da língua, mas em sua influência político-econômica que consolida uma posição de privilégio. Além disso, a linguagem padrão que é apresentada como universalmente disponível é mercantilizada e apresentada como único recurso que permite a plena participação na economia capitalista e uma melhor posição no seu sistema político-econômico. Tal caracterização também se mostra a partir de outras línguas hegemônicas, como o francês, o espanhol e o português. Considerando o contexto global que confere uma valorização pela adoção de línguas que desfrutam de um *status* de superioridade, o português, por exemplo, busca ser uma nova alternativa, tal como defende Reto (2012, 2020) ao ressaltar as vantagens na busca pelo aprendizado desta língua. Estaria, portanto, tal língua imbricada de uma ideologia do padrão, junto ao conjunto das línguas consideradas como superiores, ou como Calvet (2000) teoriza, estas línguas são gravitacionalmente atrativas, dada a quantidade de falantes e os interesses que circulam em torno delas.

No segundo nível de análise, as ideologias linguísticas são lucrativamente concebidas como múltiplas por causa da pluralidade da divisão social. As ideologias linguísticas são, portanto, baseadas na experiência social, que nunca é uniformemente distribuída em políticas de qualquer escala.

Kroskirty (2004) elenca uma série de estudos e exemplos que se enquadram dentro desta perspectiva múltipla, evidenciando que em comum a estas pesquisas está o embate entre línguas consolidadas que tem ideologias dominantes e línguas locais que buscam formas de serem preservadas e que são valorizadas em suas respectivas comunidades.

O autor chama a atenção para as elites que governam por meio de uma língua em que tem o controle especializado, dando o exemplo do japonês e do

sânscrito com prestígio local e o inglês como língua internacional de prestígio. Tal projeto que insere essa configuração em uma dada comunidade é gestada de modo a criar e legitimar uma designação social endossada pelo estado.

As ideologias linguísticas, portanto, são formatadas de acordo com os interesses de classes e em cada grupo social que insere o seu respectivo pensamento de que uma variedade pode ser tomada como adequada enquanto que outras são rejeitadas. Por exemplo, os regionalismos que são próprios de cada língua são perfeitamente aceitáveis como traço de expressividade cultural, mas, quando confrontado com o padrão hegemônico, geralmente passam a ser considerados como excentricidade ou como algo inferior, que não pode ter um *status* de língua oficial. Em uma escala global e motivada pelas múltiplas ideologias, tal imposição também é revelada, como no exemplo apresentado por Kroskrity. O inglês é ideologicamente apresentado como incontestável língua de expressividade do prestígio. No entanto, outras línguas hegemônicas também são potencialmente relevantes, mas, ainda assim, tem seus *status* ideologicamente inferiorizados frente à concepção da hipervalorização atribuída ao inglês.

O terceiro nível trata sobre o fato de que os membros de uma comunidade podem revelar níveis de consciência variados das ideologias sobre a língua local. Kroskrity (2004) afirma que as ideologias não necessariamente são articuladas pelos membros de uma comunidade, mas fazem sentido a partir do uso real da língua. Neste sentido, existem vários graus de consciência/percepção dos membros de uma comunidade, o que gera uma correlação entre o nível de consciência discursiva e a contestação de ideologias, contrastando com a correção da consciência com ideologias incontestáveis, naturalizadas e dominantes.

O autor exemplifica instituições seculares como a igreja, os rituais religiosos e as tradições familiares em que as ideologias linguísticas estão cristalizadas. Por sua vez, outro exemplo mencionado está na consciência da comunidade linguística de Tonga e o *Lea Kovi* que seria uma linguagem de uso 'exclusivo' dos tribunais, do meio jurídico, sendo imprópria para uso no discurso social daquela comunidade local em geral.

Tais exemplos servem para indicar que tais ideologias linguísticas nem sempre estão claras, ou seja, muitas vezes não existe uma consciência

discursiva sobre o porquê algumas formas da língua são autorizadas e outras consideradas como impróprias, simplesmente o grupo toma alguma dessas formas como autorizadas e outras como proibidas. Essa percepção sobre a pertinência também perpassa outras situações, como as escolhas linguísticas que são adequadas na esfera escolar, no meio profissional, etc.

Além disso, elenca o fato de como uma língua pode ser usada como objeto de discurso. Neste sentido, o nível de consciência de ideologia linguística estaria relacionado ao número de pessoas e a natureza do contexto em que estas ideologias estão sendo produzidas, mencionando o fato que em algumas comunidades persistem em promover a língua local e rejeitam a língua estrangeira, indo na contramão da adoção de uma língua globalizada que pudesse projetar aquele grupo linguístico a um *status* diferenciado. Neste sentido, para que a força da língua local faça sentido, existe um esforço diferenciado do Estado que age ideologicamente para exercer uma política linguística que valorize a língua local. Isso fica evidente se considerarmos que o Estado sempre exerce um papel de influência nas ideologias linguísticas, como nas situações configuradas a partir do empreendimento colonialista, em que o controle estatal decidia qual a língua deveria ser a favorecida (do colonizador) em detrimento das demais línguas locais. No caso específico da língua portuguesa, o controle do estado representado pelo Reino de Portugal não admitia outra língua a ser promovida que não fosse a língua portuguesa, tal como determinava o Diretório dos Índios do Marquês de Pombal (1757)

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois, todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos

Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (MARQUÊS DE POMBAL, 1757)

Phillips (2000) e Kroskrity (2004) afirmam, o nível de consciência das ideologias linguísticas nem sempre está claro, mas em evidência estão os projetos dos que tem o controle explicitamente estabelecidos. A sociedade que dela toma parte nem sempre pode questionar e adequar ao projeto por uma imposição daquele que controla a gestão da língua a ser falada e quais discursos são pertinentes a serem realizados por meio da língua autorizada tal como os exemplos mencionados por Kroskrity (2004, 2010) que arrematam sobre este terceiro nível afirmando que a consciência como dimensão da ideologia se sobressai quando os falantes racionalizam sua linguagem o que para o autor é a reversão de uma tradição acadêmica que outrora deslegitimava as percepções das pessoas comuns sobre a língua (KROSKRITY, 2004, p.507). Portanto, é por meio desse nível de consciência que os falantes dão o primeiro passo para muda-la, pois, as ideologias linguísticas vão sendo ajustadas de acordo com o nível de consciência dos falantes no decurso do tempo.

O quarto nível apresentado por Kroskrity (2004) associa as ideologias linguísticas dos membros de uma comunidade a partir de uma mediação ente as estruturas sociais e as formas de falar. Os falantes ao construírem suas ideologias linguísticas, exibem a influência de sua consciência na seleção de características dos sistemas linguísticos e sociais. O dá o exemplo da Indonésia e a respectiva língua local que tem sua forma discursiva atrelada aos interesses dos grupos e de seus respectivos *status* socioeconômicos, revelando também a força de instituições hegemônicas. Estes processos fornecem meios de descrever e comparar características produtivas das ideologias linguísticas dos países, dos grupos sociais e pelos indivíduos. A partir deste contexto, as ideias sobre as ideologias linguísticas são provenientes das experiências sociais que influenciam a percepção das formas linguísticas e discursivas e, tais formas, são evidenciadas por ideologias culturais, reproduzindo uma percepção do mundo

político-econômico dos falantes. Fica claro, portanto, a busca pela valorização da forma de falar e que as escolhas linguísticas e até mesmo a escolha de uma língua envolve, ainda que inconscientemente, o interesse de um *status* que se queira alcançar. Se pensarmos nas políticas de promoção da língua portuguesa, o interesse institucional como demonstra a CPLP corrobora com a projeção de uma língua que venha a ser o símbolo de um potencial econômico a ser explorado, representando uma vantagem aprendê-la.

Por fim, o quinto nível é apresentado evidenciando que as ideologias linguísticas são usadas na criação e representação de várias identidades sociais e culturais. Kroskirty (2004) usa o exemplo do *Arizona Tewa* e a estratégia da comunidade que controlou o empréstimo de outras línguas. Outro exemplo é o hibridismo entre inglês e espanhol em uma comunidade porto-riquenha em Nova York. Tal hibridismo tem relação com a identidade daquele grupo linguístico específico. Neste sentido, o autor entende que existe a busca por um “meio termo” entre as escolhas linguísticas que possam representar uma vantagem e, ao mesmo tempo, ser o símbolo da identidade um povo. Essa dupla faceta é construída sobre o foco dado na promoção da língua portuguesa. Todo o discurso da CPLP, por exemplo, é pautado na ideologia de que o português é uma língua potencialmente global, mas sem perder de vista o caráter identitário de representatividade oficial de nove países.

Kroskirty atualiza o capítulo originalmente elaborado em 2004, com o texto *Ideologias linguísticas perspectivas em evolução* (2010)<sup>22</sup>. Nele, o autor relaciona pesquisas recentes e novas acréscimos nos estudos sobre ideologias linguísticas, apontando para temáticas ainda pouco exploradas. De modo específico, o autor se concentra em dois questionamentos: a) como surgem as ideologias linguísticas? b) o que faz a diferença entre uma ideologia linguística bem-sucedida – uma que se torna dominante – e outra, menos bem-sucedida? Para responder tais questões, Kroskirty (2010) utiliza alguns exemplos, tais como a relação da língua espanhola e outras línguas faladas nas diversas regiões da Espanha, destacando o embate linguístico nesse país. Kroskirty (2010) entende os diferentes posicionamentos foram demarcados diante dos conflitos ideológicos existentes na coexistência das línguas na Espanha e o

---

<sup>22</sup> Language ideologies – involving perspectives (2010)

contexto de destaque que é dado ao *status* de língua oficialmente hegemônica que o espanhol representa.

Outro exemplo apresentado está em torno do chamado *Ebonics*, que é uma variante da língua inglesa falada pela comunidade afro-americana e a língua inglesa padrão. O autor afirma que no contexto norte-americano, o *Ebonics* é relegado a um segundo plano, dado que não teria a legitimidade do inglês padrão que deveria, portanto, ser considerado como a língua correta. Ainda nos Estados Unidos, Kroskrity (2010) exemplifica sobre as considerações dos nativos dos EUA no apoio à alfabetização indígena e em inglês. O contexto apresentado mostra que os povos originários locais tomando decisões entre o aprendizado do inglês por causa da representação de poder e prestígio que esta língua apresenta e, ao mesmo tempo, a preocupação com a manutenção das línguas indígenas como uma forma de não subordinação colonial à dominação plena do inglês. O autor menciona um estudo de Irvine e Gal (2000) em que as autoras entendem que somente depois de ver o exemplo do inglês como o ícone da identidade nacionais, essas comunidades passaram a rever as ideologias acerca de suas respectivas línguas locais como uma forma de manutenção de suas tradições e de enfrentamento para com o poderio da língua inglesa. Tal enfrentamento, no entanto, não significa a não aceitação do inglês, mas a busca de uma convivência entre as línguas.

A partir do exemplo acima, observando em uma perspectiva na relação entre as próprias línguas hegemônicas, e, mais precisamente no destaque da agência em torno da língua portuguesa, os promotores da língua buscam um espaço que não visa um enfrentamento, mas a demarcação de um espaço que possibilite alcançar um novo patamar enquanto uma língua global.

Por fim, Kroskrity (2010) ao explorar acerca do poder das ideologias linguísticas para a manutenção ou a extinção de identidades, entende que os pesquisadores continuarão a promover uma consciência das funções importantes, embora muitas vezes negligenciadas, das línguas na vida social. Neste sentido, elenca perspectivas de assuntos que estão alinhados às considerações sobre as ideologias linguísticas, como por exemplo o racismo linguístico, mudança linguística e as tentativas de reversão desse processo a partir das iniciativas de renovação e de revitalização linguística. Neste contexto,

a mudança é inevitável, mas as pessoas tendem a querer promover uma reação em busca da manutenção de um padrão linguístico.

Os estudos de Del Valle (2007) e Del Valle e Arnoux (2010) apresentam seus respectivos estudos acerca das ideologias linguísticas a partir da perspectiva da América Latina. Del Valle (2007) faz uma série de considerações sobre o contexto das ideologias linguísticas considerando a língua espanhola e a sua ampla inserção, sobretudo, em países do continente americano. Inicialmente, o autor afirma que os falantes em geral são os melhores negociadores do que os agentes oficiais quando o assunto é sobre o que é pertinente ou não para as línguas. Acompanhando este processo decisório, estão imbricados múltiplos discursos que tem o intuito de exercer um processo de intervenção nas línguas. Afirma ainda que existe uma série de “ações institucionais destinadas a vigiar e ordenar a vida linguística do hispanofalante, comunidades e zonas de contato que a constituem e com elas ideologias”. (DEL VALLE, 2007, p. 13)<sup>23</sup>. Tais ideologias exercem função ora normatizadora, ora desestabilizadora interferindo no que o autor denomina como mercado da opinião pública, das instituições, da ordem cultural, política ou social. É notável, nesse contexto que o mesmo ocorre no que diz respeito ao processo de inserção das línguas hegemônicas de modo geral. O inglês, o francês, o português, convivem com ações de políticas linguísticas que transitam entre as escolhas individuais e os processos decisórios provenientes de instituições. Em ambos os contextos existem ideologias que interferem nestas ações.

Del Valle (2007) insere, neste sentido, algumas categorias para a análise do funcionamento das línguas diante do contexto ideológico, tais como: o poder, a autoridade e a legitimidade. A partir de tais categorizações, o autor entende que as políticas linguísticas adotadas por cada comunidade de fala consistem em fenômenos que contemplam uma perspectiva ideológica-discursiva. Sendo assim, o autor entende que a política linguística, por exemplo é proveniente de um contexto de transformação que envolve a economia e a cultura, de modo a constituir a base de mobilização de agências culturais de autolegitimação e de *status* para as línguas.

---

<sup>23</sup> No original: “acciones institucionales destinadas a vigilar y ordenar la vida lingüística del mundo hispanohablante y de las comunidades y zonas de contacto que lo constituyen, y con ellas, ideologías”. (DEL VALLE, 2007, p. 13)

Diante deste contexto, Del Valle (2007) delimita sua proposta de trabalho a partir da hipótese de que as políticas linguísticas são elaboradas com a aspiração de tomar as rédeas da operacionalização política e econômica da área de linguagem e da organização de uma indústria em torno da língua (no caso, o espanhol) como um produto de mercado. O autor entende que isso se materializa de forma discursiva, a partir da elaboração de uma série de textos produzidos pelas instituições e seus respectivos agentes responsáveis. Neste sentido, o autor propõe alguns questionamentos, tais como: a) qual a natureza e origem do poder das instituições estudadas? b) em que se baseia a sua autoridade? c) como legitimam sua gestão? d) qual é o significado completo da normatividade policêntrica? e) categorias como imperialismo ou neocolonialismo linguístico são aplicáveis nesta perspectiva de estudos?

Considerando tais questionamentos, o autor revela seu interesse pelo estudo da consciência linguística dos falantes, a partir de suas respectivas ideologias linguísticas, entendendo a língua como produto e elemento determinante da vida linguística da coletividade, firmada em elementos estáveis, culturais, políticos e sociais.

A partir destas perspectivas iniciais, adota como definição que “as Ideologias linguísticas são sistemas de ideias que articulam noções da linguagem, das línguas, da fala e /ou da comunicação, com formações culturais, políticas e/ou sociais específicas”. (DEL VALLE, 2007, p.19-20)<sup>24</sup>. Sequencialmente, o autor pondera sobre o que influencia nas escolhas linguísticas, estabelecendo para tanto algumas condições, como: a) o contexto: na conexão com uma ordem cultural, política e / ou social. Neste sentido, todo o entorno da vida social leva ao entendimento que tais ideologias surgem e se cristalizam como um reflexo do contexto social em que tais ideias são forjadas; b) a função naturalizadora: efeito normalizador de uma ordem extralinguística sustentada pelo senso comum, ou seja, a comunidade de fala toma para si que os fatos sobre a língua estão postos e são, dentro desse contexto, inquestionáveis; c) a institucionalidade: a produção e reprodução de ideologias em práticas institucionalmente organizadas em benefício de formas concretas de

---

<sup>24</sup> No original: “Las ideologías lingüísticas son sistemas de ideas que articulan nociones del lenguaje, las lenguas, el habla y/o la comunicación con formaciones culturales, políticas y/o sociales específicas. (DEL VALLE, 2007, p.19-20)

poder e autoridade. Desta forma o papel institucional se traduz em ações para tentar manipular as ideologias a serem sustentadas pela comunidade. Tal postura é adotada pela crença de que a instituição detém o poder, e, portanto, cabe a ela instituir a forma como as políticas linguísticas devem ser impostas em cada agrupamento social.

Del Valle (2007) se alinha a Blommaert (2005) e afirma que as múltiplas noções acerca das ideologias podem ser classificadas em duas grandes categorias. A primeira estaria associada a uma localização explícita tanto do conjunto de representações simbólicas que constituem a ideologia em questão e de suas funções, quanto dos agentes culturais, políticos ou sociais que as adotam e promovem. Por sua vez, a segunda categoria contempla a ideologia como um sistema cognitivo que normaliza e naturaliza uma determinada interpretação da experiência. As ideologias, portanto, estariam associadas às percepções que temos do mundo enquanto um sistema, a partir de atividades naturalizadas que sustentam as relações sociais e estruturas e padrões de poder que reforçam tais percepções.

A ideologia assim entendida é caracterizada por sua onipresença, por sua aparente deslocalização, por um anonimato que elimina sua conexão com uma ordem de coisas por meio da qual o poder é exercido e a autoridade estabelecida. (DEL VALLE, 2007, p. 21)<sup>25</sup>

Associando com a hispanofonia, o autor elenca estas caracterizações mencionadas de modo a indicar que a língua espanhola representa um ativo estratégico, ou seja, o autor entende que ideologicamente existe um projeto linguístico-mercantil para a língua, ou seja, uma visão acerca da língua enquanto um ativo econômico. De igual modo, entende que a língua é representativa de práticas institucionais imbricadas de ideologias nas decisões acerca qual língua espanhola deve ser adotada, e que tal língua estaria ideologicamente situada a partir de um *status* simbólico que lhe é atribuído. Considerando a tradição crítica em que o autor se associa:

---

<sup>25</sup> No original: "La ideología así entendida se caracteriza por su ubicuidad, por su aparente deslocalización, por un anonimato que elide su conexión con un orden de cosas a través del cual se ejerce el poder y se establece la autoridad". (DEL VALLE, 2007, p. 21)

“[...] ancora a ideologia não apenas em sua relação "objetiva" com o "real", mas, e reitero, em sua associação com práticas e ideias naturalizadoras e normalizadoras de uma ordem extralinguística, com a legitimação de um tipo específico de conhecimento que lhe serve de suporte ao exercício do poder e da autoridade. Por exemplo, antes da ideia de que “o espanhol é um recurso econômico”. (DEL VALLE, 2007, p. 22)<sup>26</sup>

Tomando por base a análise de Del Valle (2007), é possível refletir que tais reflexões também podem ser associadas à língua portuguesa, como por exemplo, o fato de que esta língua representa um recurso econômico, sobretudo, a partir dos discursos recentes como o projetado pela CPLP, que entende que iniciativas que favoreçam as políticas linguísticas do português, podem colocá-la em evidência no mercado linguístico internacional. Neste sentido, o *status* da língua enquanto um recurso econômico, está revestido de um uso imaginário e simbólico, de modo que tal perspectiva se integra a um amplo sistema político-ideológico promovido, sobretudo, institucionalmente.

A ideologia linguística consistiria, portanto, na projeção de uma política linguística em relação à comunidade de fala, ou seja, inclui as múltiplas estratégias que os agentes responsáveis por tais políticas devem traçar para persuadir a comunidade acerca da viabilidade e conveniência da projeção de uma língua. Essa persuasão, no entanto, não é realizada de forma explícita, mas situada no tempo e no espaço, de acordo com as condições de desenvolvimento das políticas linguísticas em cada comunidade. Neste sentido, condensamos a partir das ideias de Del Valle, o quadro a seguir:

**Quadro 5: Planejamento do *status* simbólico da língua**

<b>Ação</b>	<b>Efeito esperado</b>
Uma vez que o idioma ou dialeto que servirá como base para o desenvolvimento do padrão foi selecionado...	É essencial fazer com que os falantes aceitem a visão da comunidade linguística que lhes é proposta e, claro, a legitimidade das instituições encarregadas de formular a política linguística.
Depois que a codificação estiver completa...	
Uma vez que os mecanismos de elaboração foram arranjados...	

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Del Valle (2007)

<sup>26</sup> No original: “[...] ancla la ideología no sólo en su relación "objetiva" con lo "real" sino, y lo reitero, en su asociación con prácticas e ideas naturalizadoras y normalizadoras de un orden extralingüístico, con la legitimación de un tipo determinado de saber que sirve de soporte al ejercicio del poder y la autoridad. Por ejemplo, ante la idea de que "el español es un recurso económico”.

Para finalizar a sua análise, Del Valle (2007) concentra a sua atenção em duas questões: o discurso e a política linguística e, o nacionalismo e a globalização. Na primeira questão elencada, o autor afirma que o discurso pertence ao mesmo universo teórico do conceito de ideologia. Neste sentido, se alinha ao pensamento de Jaworski e Coupland (1999) de que o discurso é o uso da linguagem em relação às formações culturais, políticas e sociais: é a linguagem que reflete uma ordem social, mas também a linguagem que molda a ordem social e a interação entre o indivíduo e a sociedade. Sendo assim, o que caracteriza o uso do discurso é o seu caráter performático, ou seja, sua relação dinâmica com o contexto, e sua condição ideológica no triplo sentido que atribui ao termo: contextual, naturalizante e institucional.

Por sua vez, ao abordar a questão do nacionalismo e da globalização, Del Valle (2007) entende que embora as ideologias linguísticas associadas ao estado-nação persistam, elas necessariamente coexistem com novas formas de valorizar a língua - como uma estratégia para negociar identidades complexas, seja como um sinal de distinção local e autenticidade, seja como produto de mercado cuja qualidade deve ser garantida institucionalmente.

Outro estudo importante para a área foi elaborado também por Del Valle, em coautoria com Arnoux (2010). Os autores definem as ideologias linguísticas, situando-as em sua relação com a sociolinguística, com a sociologia da linguagem, a antropologia linguística e com a glotopolítica. Tais disciplinas abordadas estão contextualizadas com o fenômeno linguístico, que por sua vez, se constitui de acordo com os interesses e percepções dos indivíduos, sendo definidas em termos sociais, culturais e políticos. A língua neste sentido, está configurada no uso de um repertório em que são afirmadas e negociadas as identidades sociais dos interlocutores. Os indivíduos em suas respectivas comunidades, são caracterizados, portanto, por meio de condições sociais e pelas relações de poder. Estes fatores estruturam o que os autores denominam como mercado linguístico. Neste mercado existem 'negociações' que influenciam na escolha de uma ou mais línguas, ressaltando o espaço que compete a cada uma delas no meio social. Considerando este processo, está a condução de intervenções estatais que condicionam as ações institucionais deste mercado para a imposição de um domínio da língua oficial que tem valor

e deve ser priorizada em detrimento de outras variedades/línguas que deveriam ter menos espaço. Para os autores, portanto, as ideologias constituem um sistema das representações dotado de uma existência histórica e de um papel em cada sociedade. Neste sentido, a ideologia é um conceito múltiplo, complexo e que envolve perigos.

Os autores também consideram a perspectiva de Woolard (1998) e as representações explícitas e implícitas que condicionam interpretações entre os indivíduos, demarcando as relações sociais e as formas de falar; e, de Kroskrity (2000) que trata de uma ênfase político-econômica que condiciona os interesses sociais, inclusive, no que diz respeito à língua, de forma que tais interesses são influenciados de forma ideológica<sup>27</sup>. Dentro deste arcabouço teórico, recorrem ainda a Bourdieu (1999) para afirmar que as ideologias ocultam questões econômicas e sociais dentro de um mercado em que, inclusive, as ideologias da língua, sinalizam o que é legítimo e ilegítimo. Finalmente, remetem aos seus respectivos pressupostos para a construção de uma definição sobre ideologias linguísticas em que destacam as articulações comunicativas das comunidades de fala e o papel das instituições na tentativa de interferir neste processo. Arnoux e Del Valle (2010) entendem, portanto que:

“[...] 'ideologia' nos refere tanto no campo das ideias - das crenças, das representações subjetivas - bem como das práticas - dos processos que constituem o significado social da atividade humana. [...] as ideologias linguísticas são propostas como elementos fundamentais na identificação e análise de regimes normativos em que as práticas linguísticas são necessariamente interpretadas. (ARNOUX e DEL VALLE, 2010, p. 04-06)<sup>28</sup>

Para exemplificar a noção de ideologia linguística adotada, os autores remetem a exemplos situados nas relações entre os falantes e as suas respectivas escolhas linguísticas no contexto da América do Sul. Inicialmente, abordam a relação do uso do português e do guarani no Paraguai – tensões

---

<sup>27</sup> Os estudos de Woolard e Kroskrity já foram contemplados com maiores detalhes neste capítulo.

<sup>28</sup> No original: “[...] ‘ideología’ nos remite tanto al ámbito de las ideas – de las creencias, de las representaciones subjetivas - como al de las prácticas – a los procesos que constituyen el significado social de la actividad humana. [...] las ideologías lingüísticas se proponen como elementos fundamentales en la identificación y análisis de los regímenes de normatividad en los cuales necesariamente se interpretan las prácticas lingüísticas”. (ARNOUX e DEL VALLE, 2010, p.04-06)

entre classes dominantes x pobres. No contexto especificado, defendem o *status* da língua guarani, enquanto de suma importância para a comunidade local, mas o discurso daqueles que defendem esta língua é proferido em espanhol. Neste sentido, o português é associado como língua que facilita relações econômicas no Paraguai, mas, é a língua de um inimigo histórico. De igual modo, o Paraguai é crítico ao Mercosul e o enxerga como bloco para beneficiar poderosos do Cone Sul (sobretudo, Argentina e Brasil), logo, a língua portuguesa possui um destaque econômico que confere uma vantagem para aqueles que aprendem esta língua. Neste sentido, no Paraguai, guarani e português ocupam esferas distintas. A primeira é uma língua que representa a identidade local, enquanto que a segunda representa a acessibilidade ao mundo dos negócios, oferecendo, portanto, um benefício para aqueles que dominam tal língua.

Por outro lado, os autores ponderam acerca das tensões que se refletem no campo linguístico. No contexto abordado, a valorização do português representaria a valorização das elites que podem prejudicar os pequenos produtores paraguaios e indiretamente estabeleceriam uma língua de negócios que viesse a ameaçar o guarani, que é a língua local e que tem forte identidade para com os paraguaios. Neste sentido, entendem que o português é língua necessária para a construção e fortalecimento de um coletivo regional, ou seja, no contexto latino-americano, sendo o *status* do guarani reservado a um contexto local.

Outro exemplo abordado consiste na observação da adoção das línguas nos sistemas educacionais. Sendo assim, apresentam como a Argentina, lida com o ensino do português e do inglês na educação básica. Por sua vez, existem ações de imposição do inglês no sistema educacional. As motivações ideológicas que definem o *status* destas línguas corroboram, portanto, pela 'escolha' do inglês em detrimento do português. As motivações são diversas, mas os autores atribuem, considerando o contexto atual, o receio do domínio do Brasil em virtude de seu *status* dominante no Mercosul.

A partir dos exemplos relacionados Arnoux e Del Valle (2010) trazem a perspectiva de alguns autores que relacionam uma possível proximidade entre o português e o espanhol. Isso estaria relacionado a uma ênfase por uma unidade ibero-americana. Neste sentido, os autores elencam pesquisadores como Einchenberger (2007) e Garcia (2007) que defendem respectivamente que

poucas são as diferenças entre o português e o espanhol, embora tais semelhanças possam constituir armadilhas, e que ambas as línguas representam juntas uma proximidade do inglês sendo apenas estas duas línguas que desfrutam de uma expressividade mundial. Garcia (2007) ainda defende ideias tais como a existência de uma coalização idiomática do espanhol e do inglês, além de entender que em um futuro não muito distante emergirá uma ideologia bilíngue unificada em dois blocos linguísticos distintos, mas próximos e que compartilham de uma mesma cultura, sendo ambos com idênticas pretensões universalistas. Arnoux e Del Valle (2010) ponderam cautelosamente sobre a existência dessa plena intercompreensão, dado que tais concepções revelam a operação ideológica que sustenta uma política linguística com base na ideia de compreensão mútua. Isso é construído e naturalizado a partir dos agentes que realizam ações de promoção e difusão dessas respectivas línguas.

Sequencialmente, os autores situam as políticas linguísticas do Brasil que se assume como influente, contribuindo para a promoção de políticas comuns aos países de língua portuguesa como o Acordo Ortográfico. Além disso, os autores entendem que o país promove ações de difusão da língua, estimulando o incentivo do ensino do português como língua estrangeira, por meio da criação de centros no exterior.

Os autores ainda ressaltam a unidade linguística e o encurtamento da distância do espanhol e do português, mas o universo ideológico é distinto, dado o aspecto latino-americano ideológico, por um lado, e por outro, o ibero-americano a partir de uma posição econômica dominante. As duas perspectivas apresentam representações da língua no imaginário coletivo, revelando a predominância de ideologias linguísticas.

Outra importante consideração elencada no estudo de Arnoux e Del Valle (2010) diz respeito à concepção do que eles entendem como ideologemas, que geralmente estão associados com aspectos significativos da organização social: estado, nação e língua.

É conveniente considerar também como os sistemas linguístico-ideológicos se apoiam em ideologemas ou se articulam a partir destes. O termo ideologema surgiu a partir de Angenot (1982) para fazer referência a lugares comuns, postulados ou máximas que, podendo ou não ser realizados na superfície, funcionam

como pressupostos do discurso (ARNOUX e Del Valle, 2010, p. 12)

Os ideologemas são, portanto, pressupostos do discurso e se concretizam em sua imposição quando existe a naturalização do que é enunciado, generalizando sua aceitação a ponto de bloquear a possibilidade de leitura crítica ou de problematização. Tal naturalização está relacionada a representações emocionais de situações anteriores se projetarem em novas situações em que os ideologemas são evocados. Os autores consideram como exemplo, que são ideologemas no campo glotopolítico a ideia de que uma nação se define pela posse de um idioma e ter seu próprio estado. Outro ideologema seria o fato de que as sociedades tecnologicamente avançadas têm línguas superiores. Os autores relacionam como ideologemas amplamente difundidos: a) a defesa das línguas minoritárias é sempre progressiva; b) as línguas são livres e iguais em direitos; c) todas as línguas, como as espécies, têm direito à vida e devem ser protegidas; d) a diversidade linguística é uma riqueza que deve ser defendida.

Os ideologemas estão inseridos em alguns discursos que os autores exemplificam como fala de Béjar (2001) que considera a língua enquanto vetor importante que está imbuído de afinidade cultural, psicológica e afetiva. Por sua vez, a fala de Iglesias (2001) atrelada a uma questão cultural, de valores e de tradições, como apontam as afirmações na sequência:

Um século depois da retirada definitiva da Espanha após a perda de Cuba, retorna a um continente que de forma alguma nos é estranho: a América Latina. Agora com outras ideias, perspectivas e ilusões que as novas armas nos dão: as empresas espanholas, que se expandiram com os novos ventos da globalização [...] as nossas empresas optaram por aquela que lhes é mais próxima culturalmente, do ponto de vista psicológico, o afetivo: Iberoamérica. Estas referências, sem dúvida, considero vetores determinantes desta expansão iberoamericana, mas constato que a extraordinária posição alcançada neste continente foi possível graças ao nosso extraordinário aliado: a língua, causa e efeito da nossa afinidade cultural, psicológica e afetiva. (BÉJAR, 2001)<sup>29</sup>

<sup>29</sup> No original: “Un siglo después del repliegue definitivo de España al perder Cuba, se vuelve a un continente que de ninguna manera a nadie nos es ajeno: Iberoamérica. Ahora con otras ideas, perspectivas e ilusiones que nos confieren las nuevas armas: las empresas españolas, que se han expandido con los nuevos vientos de la globalización [...] nuestras empresas han elegido aquel que le resulta más próximo en lo cultural, en lo psicológico, en lo afectivo: Iberoamérica. Estos referentes, sin dudas, los considero vectores determinantes de esta expansión iberoamericana, pero adviértase que la extraordinaria posición alcanzada en este continente, ha sido posible gracias a nuestro extraordinario aliado: el idioma, causa y efecto de nuestra afinidad cultural, psicológica y afectiva”. (BÉJAR, 2001)

O papel do investimento espanhol após a descoberta do potencial ibero-americano por parte das empresas espanholas deve continuar. [...] Não podemos esquecer o papel crescente que o capital social de uma sociedade constituída pela sua cultura, pelos seus valores e pelas suas tradições, unidos por um cordão umbilical que é a língua comum, tem em termos de cooperação económica e investimentos empresariais. (IGLESIAS, 2007)<sup>30</sup>

Nestes discursos estão inseridos a afirmação de valor econômico da língua, ou seja, da língua como âncora da comunidade econômica por meio da instalação de um tópico que a define como valor econômico: o capital social de uma sociedade. Este capital social carrega em sua complexidade a cultura, o valor e a tradição de uma língua comum para uma dada comunidade. A forma de inserção desta ideologia se faz por meio de ações que evidenciam o seu valor econômico junto à comunidade de fala, utilizando para isso de certificações, cursos, materiais didáticos, etc. que representam mercadorias, possibilidades de negócios e por sua vez são vistos como bens, ativos e possui valor econômico, com valor estratégico.

Outas frentes de promoção da língua em que o valor econômico deve ser trabalhado são, por exemplo, a diplomacia, organizações internacionais e os fluxos turísticos. Neste sentido, a língua não é apenas um bem mercantil, mas tem representatividade em meio a tantas ações condicionadas por ideologias que alçam uma dada língua a um patamar que é tomado por toda a comunidade como língua a ser prestigiada.

De acordo com Arnoux e Del Valle, (2010) a Ideologia, portanto, colabora para o invisível, dado que se fatos são incompatíveis com o esquema ideológico, são imperceptíveis ou afastados. O que não é adequado deve ser ignorado ou transformado. Sendo assim, o espaço para variantes não privilegiadas e línguas minoritárias é sufocado pelas ações que promovem a língua padrão a ser adotada.

---

<sup>30</sup> No original: “El papel de la inversión española a partir del descubrimiento del potencial iberoamericano por parte de las empresas españolas deberá continuar. [...] No debemos olvidar el papel creciente que el capital social de una sociedad constituído por su cultura, sus valores y sus tradiciones, unidos por un cordón umbilical que es la lengua común tienen en materia de cooperación económica e inversiones empresariales”. (IGLESIAS, 2007)

Finalizando a análise os autores ponderam alguns questionamentos. No contexto das agências: O planejamento linguístico é articulado como recurso econômico em benefício da população latina ou das agências preparadas para fazer negócios com a língua? E no contexto da língua como bem público: Se privilegia apenas a exploração de modelos de organização de uma indústria em torno de bens cujos contornos se consideram estabelecidos? Ou se pensa nas condições estruturais que determinam a distribuição desigual deste bem (língua) entre todos aqueles que contribuem para gerar seu valor de mercado? Os autores afirmam que é necessário observar ao descrever o valor econômico da língua, o mais importante é omitido: a língua compartilhada facilitou a inserção da Espanha em vários espaços, de modo a sobrepor a sua vontade no tocante às políticas de língua que estão coadunadas com a sua ideologia.

As discussões propostas a partir dos aportes teóricos elencados endossam que as ideologias línguas não são neutras e nem homogêneas, mas, representativas de inúmeros grupos, que apresentam as suas respectivas escolhas linguísticas, sejam considerando línguas amplamente difundidas em caráter global, seja na escolha de línguas minoritárias, indo na contramão do que geralmente se espera quando se trata de escolhas linguísticas. Os mais diversificados grupos vão decidir pela diversidade de línguas e suas múltiplas variantes, seja por um processo que historicamente levou a uma predominância de ideologias que estão atualmente instauradas, seja pela interferência de autoridades que em um contexto recente exerceram o poder de interferir nestas escolhas. Seja qual for a situação de cada comunidade, sua representatividade a partir de uma língua é ideologicamente condicionada. Particularmente, no tocante a esta pesquisa, analisaremos como o discurso institucional da CPLP induz uma promoção e difusão da língua portuguesa a partir de um conjunto de ideologias formatadas para esta finalidade.

A partir das considerações teóricas realizadas, direcionamos e delimitamos a pesquisa para a análise de documentos institucionais provenientes de instituições promotoras da língua portuguesa.

#### 4 DESCRIÇÃO DO *CORPUS* SELECIONADO<sup>31</sup>

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) surgiu com a finalidade de estabelecer o fortalecimento das ações dos países que tenham o português como língua oficial. As primeiras iniciativas em torno dessa reunião de países com interesses em comum, ocorreu no ano de 1989, no Primeiro Encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, repetindo-se o encontro em 1994. Desde o princípio, alguns temas suscitaram o interesse dessas nações, e, dentre esses, o interesse na promoção e difusão da língua portuguesa, dado que desde o primeiro encontro, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) foi uma das ideias mencionadas pelos líderes presentes.

Após as primeiras iniciativas de interesse da formação de um bloco de países unidos pela língua em comum, em 1996, foi constituída a Comunidade, a partir da elaboração de sua declaração constitutiva e do estatuto que estabeleceu quais seriam seus órgãos constitutivos e suas respectivas iniciativas de trabalho. Neste sentido, o IILP novamente voltou a ser uma ideia mencionada, mas que ainda não saíra do papel. Por outro lado, o surgimento da CPLP tinha como um de seus objetivos constitutivos a preocupação com o futuro da língua portuguesa.

A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico. Para a prossecução desses objectivos a Comunidade tem promovido a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados-membros. (CPLP, 1996)<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> O *corpus* selecionado para esta pesquisa contempla as Conferências de Chefe de Estado e de Governo, as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministro. Para fins de organização, o volume de documentos será disponibilizado em um arquivo à parte.

<sup>32</sup> Optamos para este trabalho, manter a grafia original dos documentos descritos. A CPLP adota a grafia correspondente ao Português Europeu.

O tratamento da língua portuguesa enquanto ativo econômico a partir das ações promovidas pela CPLP interessa e constitui um *corpus* a ser considerado para esta pesquisa. Para isso, o discurso institucional (pertinente às implicações econômicas da língua portuguesa) dessa entidade será analisado, considerando inicialmente a declaração constitutiva e o estatuto da CPLP, e, mais especificamente, a produção de documentos proveniente de dois de seus órgãos estatutários: a) As Conferência dos Chefes de Estado e de Governo; b) O Conselho de Ministros.

As Conferências de Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da CPLP, reunindo todos os chefes de estados e de governo dos países membros da Comunidade. Desde 1996 realizam reuniões a cada dois anos com o objetivo de definir políticas e estratégias da CPLP, estabelecer acordos que favoreçam os países, levar em consideração o que foi produzido e sugerido pelo Conselho de Ministro, dentre outras atividades.

O Conselho de Ministros por sua vez, é constituído pelos Ministros de Negócios Estrangeiros ou de Relações Exteriores dos países membros, realizando reuniões anuais sobre temas pertinentes às relações internacionais envolvendo os países de língua portuguesa, produzindo relatórios que são direcionados às Conferências de Chefes de Estado e de Governo.

A partir de tais reuniões, historicamente, a pauta envolvendo a temática das ações em torno da Língua Portuguesa se fez presente ao longo da existência da CPLP. Tal memória está representada por uma série de documentos que viabilizaram um dos princípios basilares de atuação da instituição, que é a promoção e difusão da língua como forma de atender aos interesses dos países membros.

Os documentos selecionados estão elencados como Declarações, já que a natureza de tais publicações apresenta pertinência com as temáticas discutidas pelos órgãos estatutários em seus respectivos eventos. Além disso, outros documentos acessórios denominados como os Planos de Ação, foram coletados, dado que tratam especificamente de iniciativas sobre a língua portuguesa. Outros documentos, mais esporádicos estão na forma de resoluções que geralmente são apensados às Declarações e Planos, e, no que é tocante à língua portuguesa, serão relacionados dentro da descrição deste aporte documental.

Para fins de organização, uma triagem foi realizada sobre estes documentos, considerando os aspectos pertinentes à língua portuguesa, dado que a CPLP é uma instituição que trabalha com outras frentes para além da língua, como a cooperação econômica entre países, a saúde e dos direitos pertinentes aos países de língua portuguesa, sobretudo, os direitos humanos, dentre outros interesses.

Uma segunda triagem foi realizada, para definir quais os principais pontos de convergência entre língua portuguesa e economia, a partir da categorização dos temas mais importantes provenientes dos documentos produzidos a partir das conferências e das reuniões do conselho.

Neste sentido, a partir do *corpus* selecionado, as categorias de análise poderão ser delimitadas categorias que refletissem a preocupação econômica por trás do discurso produzido em torno das iniciativas de promoção e difusão da portuguesa, conforme a descrição das declarações e planos que apresentaremos na sequência.

#### **4.1 Descrição dos Documentos das Conferências de Chefes de Estado e de Governo**

##### **4.1.1 I – LISBOA (1996)**

A primeira reunião dos líderes dos países de língua portuguesa em conferência oficial da CPLP teve o papel de determinar a Declaração Constitutiva e o Estatuto da entidade. Tais documentos demonstram o interesse da instituição em promover os países de língua portuguesa a partir de ações que valorizassem e impulsionassem essas nações que estão unidas pela por uma “identidade própria aos Países de Língua Portuguesa [...] conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa” (CPLP, 1996a, 01). Desde a sua constituição, portanto, a promoção da língua portuguesa é uma das áreas escolhidas pela CPLP como elemento valorativo de seus países membros. Ainda conforme o documento constitutivo.

- Reafirmam que a Língua Portuguesa:
- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;
  - É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;
  - É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;
  - Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns. (CPLPa, 1996, p.01)<sup>33</sup>

Tais afirmações indicam que a CPLP considera que a língua portuguesa estabelece uma relação de identidade para os países que compõem a Comunidade, ressaltando a importância histórica, a necessidade de difusão cultural e de projeção internacional dos países por meio da língua. Ressalta ainda que o português tende a se expandir conforme seja uma língua utilizada como meio de trabalho de organismos internacionais, o que fomenta, portanto, a sua presença em larga escala e valorização diante da comunidade internacional.

Além de tais ideias iniciais, são relacionados como objetivos da CPLP a difusão e enriquecimento da língua a partir da criação e atuação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sendo esta entidade responsável por criar oportunidades para a presença da língua portuguesa em diversos países a partir de mecanismos internacionais de cooperação. Outro objetivo de cooperação pretendido pela CPLP está na relação de troca entre a língua portuguesa e as outras línguas nacionais, como forma de promover uma mútua valorização.

Por sua vez, o estatuto da entidade delimitou o papel de seus órgãos constituintes, a exemplo da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e o Conselho de Ministros (art.8º), determinando posteriormente as competências e atribuições específicas de ambos. Tais órgãos tem sua atuação ancorada nos objetivos propostos do estatuto, sendo um deles “c) a materialização de projectos

---

<sup>33</sup> Todos os documentos mencionados nesta descrição serão analisados na íntegra na versão final da tese.

de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa”. (CPLPb, 1996, p. 01). De forma específica, o estatuto define as competências deste instituto (art. 16), cabendo a promoção de suas ações considerando a “diversidade cultural dos países que a constituem” a partir da atuação de sua diretoria executiva “com experiências em políticas de língua portuguesa”. (CPLPb, 1996, p. 07).

É notável, portanto, que existe uma preocupação no âmbito da CPLP para que a política de língua a ser adotada considere a perspectiva da cultura de seus países membros, sendo o IILP responsável na disseminação de tais políticas no âmbito de outros países não falantes do português. A CPLP, portanto, tem uma visão expansionista que busca expor a Língua Portuguesa de modo a promover a enquanto um produto proveniente de sua comunidade.

Além tais considerações, o documento inicial da primeira Conferência apresentou os resultados provenientes das três primeiras reuniões do Conselho de Ministros<sup>34</sup>, realizadas em Nova Iorque (1996), Salvador (1997) e Praia (1998), respectivamente.

#### 4.1.2 II – PRAIA (1998)

A segunda reunião dos líderes dos países de língua portuguesa tratou timidamente a questão da língua, reforçando as proposituras dos encontros anteriores e de modo mais específico, assinaram termo sobre o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, que em sua versão mais recente vinha tramitando desde 1990.

Considerando o que foi tratado no documento principal da Conferência, a *Declaração da Praia* indicou a satisfação da CPLP em ver o avanço a inserção da língua portuguesa como língua de trabalho na União Europeia (UE) e Países da África-Caribe-Pacífico (ACP). Entenderam que o estabelecimento de uma língua com representação nos documentos de trabalho destas organizações, favorece o prestígio e a importância em termos internacionais de representatividade perante a comunidade.

---

<sup>34</sup> As considerações de tais reuniões serão elencadas conjuntamente em seção própria

Por sua vez, em documentos acessórios, como a *Declaração sobre a Educação*, demonstraram preocupação com a língua portuguesa, pois favorece no aprofundamento do profícuo diálogo entre os países que tem esta língua em comum (CPLP, 1998). Estabelece dentre as diretrizes principais a preocupação com “a educação básica intercultural e bilíngue”. (CPLP, 1998, p.11). Já no *Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da CPLP*, destacam que “a cooperação entre instituições de ensino superior constitui instrumento essencial na consolidação de uma comunidade consciente da importância da educação e do valor da língua comum” (CPLP, 1998, p.13).

De forma indireta, entendem que a relação entre instituições de nível superior dos países reforçam, a partir da língua em comum, o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos membros da comunidade, ou seja, além de valorizar a língua, colabora para a formação plena da comunidade universitária e permite a estes países a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Por fim, apesar de ressaltarem a importância da criação do IILP, tal como nos encontros anteriores – antes mesmo do surgimento oficial da CPLP – esta foi uma ideia que ainda não se concretizaram em ações efetivas. Sendo assim, as ações em torno do português ainda estavam condicionadas ao campo do discurso, sem a efetividade de iniciativas mais precisas.

#### 4.1.3 III – MAPUTO (2000)

O ponto de discussão mais importante envolvendo a língua portuguesa na Declaração de Maputo foi a efetividade de ações para a criação do IILP. Isso ficou claro a partir da resolução anexa à Declaração. Tal iniciativa dava ênfase à necessidade de um órgão que pudesse tomar à frente de ações sobre a língua portuguesa em nome da CPLP, depois de anos de idealização. Sendo assim, entendem “a importância do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP, para a implementação de projectos para a promoção e difusão da Língua Portuguesa [...] Atendendo a que a Língua Portuguesa constitui um património de todos os Estados membros da CPLP (CPLP, 2000, p. 01). Segue, portanto, o

ideal de promoção e difusão da língua, além de reforçar o caráter de patrimônio a ser expandido para outros países.

#### 4.1.4 IV – BRASÍLIA (2002)

As ações mencionadas na Declaração de Brasília tiveram poucas diferenças com relação aos encontros anteriores, cabendo destacar a realização de eventos acessórios para a constituição do IILP a partir Assembleia Geral Constitutiva. A CPLP observava à época a urgência no “diálogo sobre o financiamento e implementação do plano coordenador do IILP, com vistas a dotar o Instituto, com a maior brevidade possível, dos meios adequados ao seu funcionamento”. (CPLP, 2002, p. 02). A instituição demonstrava, portanto, que a instalação definitiva do órgão para a difusão da língua portuguesa era uma prioridade, definindo a Cidade da Praia como local de seu funcionamento.

A memória de trabalho da CPLP explicita que muitos são os entendimentos sobre a importância de ações para a promoção e difusão da língua portuguesa. No entanto, os adiamentos sucessivos do órgão que deveria cuidar desses interesses, revelam, portanto, um atraso nas políticas para que o português encontrasse possibilidades de expansão, tal como ocorriam com outras línguas àquela época.

#### 4.1.5 V – SÃO TOMÉ (2004)

A partir da Conferência de 2004, os documentos de trabalho dos encontros realizados pela CPLP começaram a ter mais ênfase acerca dos assuntos mais urgentes desta instituição, com maiores considerações sobre a língua portuguesa, não somente enquanto a importância de sua promoção e difusão, como também um produto que deveria ser significativamente considerado para os países falantes e para outros países que não têm no português a sua língua oficial. Foi a partir da Declaração de São Tomé que um espaço demarcado dos documentos tratou especificamente da língua portuguesa.

Destacaram os vários eventos sobre a importância da promoção e difusão da língua, a exemplo de uma nova Assembleia Geral do IILP, reforçando que o

órgão, a partir das estratégias definidas de sua atuação, passaria a contribuir de forma significativa para impulsionar a presença da língua portuguesa em diversos espaços. Além disso, a Conferência de São Tomé apresentou mais um protocolo modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de modo a adiar a efetividade do acordo por mais algum tempo, até o pleno entendimento entre os países. Finalmente, outro importante documento produzido durante a realização da Conferência foi a Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa a partir da Reunião do Conselho de Ministros<sup>35</sup>.

#### 4.1.6 VI – BISSAU (2006)

Com o pleno funcionamento do ILLP, as ações de promoção e difusão da língua portuguesa saíram do *status* de promessas e passaram ao campo da prática, marcando o discurso presente das Declarações, Planos e demais documentos elaborados no âmbito da CPLP.

A Declaração de Bissau, em seu item 16, elenca alguns pontos no âmbito da promoção e divulgação da língua portuguesa, sobretudo, no tocante aos eventos realizados por diversas organizações da sociedade civil<sup>36</sup>. Cabe destacar ainda a aprovação dos regimentos internos de seu conselho científico, ficando a cargo deste “a apresentação, no mais breve prazo, de propostas concretas, no sentido de destacar o universo dos falantes da língua e das instituições que a promovem e divulgam”. (CPLP, 2006, p. 09). Isso reforça a importância de uma agenda de trabalho que confere *status* à língua portuguesa como sendo uma língua da ciência, já que uma das frentes de trabalho do ILLP é uma atuação para a divulgação da língua portuguesa no âmbito de sua

---

<sup>35</sup> As considerações de tais reuniões serão elencadas conjuntamente em seção própria

<sup>36</sup> De acordo com a CPLP, eventos de diversas áreas do conhecimento aconteceram no sentido de fortalecer a presença da língua portuguesa no meio acadêmico, tais como I Reunião dos Biólogos da CPLP (Setembro de 2004); da VI Assembleia-Geral da Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa (Praia, Setembro de 2004); do II Encontro das Fundações dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Outubro de 2004); do VI Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa (Lisboa, Janeiro de 2005); da I Reunião dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Janeiro de 2005); da Reunião de Constituição da Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa, Janeiro de 2005); do IV Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP (Maputo, Maio de 2005); do I Congresso sobre o HIV/SIDA nos Países de Língua Portuguesa (Luanda, Dezembro de 2005); do I Congresso de Farmacêuticos de Língua Portuguesa (Maputo, 2005); do II Congresso de Farmacêuticos de Língua Portuguesa (Luanda, Maio de 2006); do XV e XVI Encontros da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

promoção e divulgação em instituições de ensino superior dos países que demonstrem interesse pelo aprendizado do português.

#### 4.1.7 VII – LISBOA (2008)

A Conferência de Lisboa trouxe importantes mudanças nas ações da CPLP e seu discurso sobre a língua portuguesa. Destacamos inicialmente, o ingresso de países com o *status* de Observador Associado da CPLP, ou seja, países interessados na difusão e no ensino da Língua Portuguesa. Chama a atenção no documento, o interesse de Timor-Leste na “promoção, difusão e utilização da língua portuguesa enquanto veículo de comunicação quotidiana e língua de trabalho e de negócios”. (CPLP, 2008, p. 08).

É possível perceber que o foco dos países que a exemplo de Timor Leste, passam pela necessidade do uso do português como língua de trabalho e de negócios, reforçando o interesse de que a língua portuguesa esteja presente em espaços institucionais e utilizada para a realização de negócios, ou seja, uma língua com potencial econômico agregado.

Além disso, no âmbito da cooperação, a associação da língua portuguesa ao espaço virtual, entendendo a CPLP que esta é uma importante forma de promover e ampliar os espaços de inserção desta língua em nível global.

As recentes iniciativas do Governo brasileiro com Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe na área de governo electrónico, tendo em conta o potencial das tecnologias da informação e comunicação para a promoção do desenvolvimento e da Língua Portuguesa, que visam permitir a interligação entre os vários órgãos governamentais desses países, com vista à partilha do conhecimento e apropriação tecnológica por meio de *software* livre. Neste sentido, recomendaram a busca de mecanismos para o fortalecimento da cooperação nas áreas do governo electrónico, governação da Internet e tecnologias de informação no espaço da CPLP. (CPLP, 2008, p. 11)

Especificamente, em seção sobre a promoção e divulgação da língua portuguesa, reiteram a preocupação de apoiar o IILP enquanto agente representativo da língua portuguesa nos países. Além disso, novamente inserem o contexto do português como língua de trabalho das instituições, sobretudo em suas respectivas representações no meio digital.

Instaram os Estados-membros a continuar a desenvolver mecanismos e formas de cooperação que assegurem que o Português seja língua oficial ou de trabalho nos organismos regionais multilaterais, particularmente nos seus documentos e sítios da internet. (CPLP, 2008, p. 12)

Outra importante contribuição apontada se deu em virtude da realização da VII Reunião dos Três Espaços Linguísticos. O evento foi importante no sentido de destacar a questão multilíngue, instando os estados-membros da CPLP a se esforçarem em importantes frentes, tais como “(a) da intercompreensão das línguas, (b) do plurilinguismo, (c) da criação de um Banco Terminológico Multilíngue, (d) do uso da sinalética multilíngue nos Estados-membros e (e) das indústrias culturais”. (CPLP, 2008, p. 12).

Difere a Declaração de Lisboa em relação as demais no sentido de apontar ações e preocupações mais palpáveis no âmbito da língua portuguesa, sobretudo, a partir de iniciativas individuais de países, a exemplo de Portugal, que criou um Fundo para o Desenvolvimento Língua, sendo esta uma política específica do país. No entanto, tal exemplo é dado com o objetivo de incentivar aos demais países membros que iniciativas semelhantes sejam empreendidas e posteriormente coordenadas no âmbito da comunidade, conforme afirma o ponto 23 da Declaração.

(...) é premente uma coordenação eficaz e dinâmica da política da língua entre todos os Estados-membros da CPLP, com particular atenção para o potencial que a comunicação e a divulgação de conhecimentos na Internet representam, a fim de assegurar a esta riqueza comum um papel económico, social e cultural preponderante na globalização que se anuncia para o século XXI (CPLP, 2008, p. 13).

Tal ponto indica que a CPLP tem o interesse de promover iniciativas para a inserção da língua portuguesa enquanto um potencial ativo econômico, com importância social e cultural diante do contexto da globalização do século XXI. Comunicação, divulgação, presença nos espaços virtuais são novos movimentos na direção do estabelecimento de conexões que permitam a expansão do português, gerando benefícios não somente para os países membros, como alcançando novos espaços em que antes a língua portuguesa não alcançava.

Em virtude dessa virada promovida nos interesses em torno da língua por parte da CPLP, outro documento foi produzido na Conferência, denominado como Declaração sobre a Língua Portuguesa, entendendo que esta representa “um património comum, um futuro global”. (CPLP, 2008, p. 14).

A produção da Declaração sobre a Língua Portuguesa durante a VII Conferência em Lisboa, apresenta o foco do trabalho em torno da língua portuguesa a partir de novas perspectivas, diante do contexto da globalização. De acordo com o documento, a CPLP entende a língua portuguesa com “vocação internacional”, “língua da cultura”, “pertenc a a múltiplas matrizes geopolíticas”, com importante papel na “cria o de mercados e oportunidades de negócio, e na integra o econ mica e social”.

DECLARAM:

1. A assun o de políticas partilhadas, marcadas pela integra o, inclusão e estrutura o, com o objectivo da projec o da Língua Portuguesa como *Língua Global*;
2. A sua actua o conjunta no processo de efectiva mundializa o da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:
  - a. Do apoio   introdu o da Língua Portuguesa em Organiza es internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como   sua utiliza o efectiva em todas aquelas Organiza es onde o Português j   constitui língua oficial ou de trabalho;
  - b. Da coordena o de esforços na forma o de tradutores e intérpretes e implementa o de tecnologias da informa o e comunica o ao serviço da tradu o e interpreta o;
  - c. Da concerta o de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a cria o de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certifica o do Português como Língua Estrangeira
3. O seu compromisso na concerta o de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e econ mico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informa o e comunica o.

Os principais pontos da Declara o sobre a Língua Portuguesa demarcam a intencionalidade da CPLP de projetar o português como língua global, com potencial para a inser o em organismos internacionais nas quais ainda não est   inserida, confere importância aos serviços de tradu o, no ensino de português como língua estrangeira e a forma o de uma comunidade de professores certificados para esta finalidade. Por fim, insere a necessidade de di  logo sobre a promo o da língua como um produto que tem valor cultural e

económico. Algo que anteriormente não era explicitado pelas declarações elaboradas em conferências anteriores, indicando um amadurecimento do pensamento da CPLP para com uma agenda que contempla a língua portuguesa enquanto importante elemento a ser explorado pela Comunidade e seus respectivos estados-membros.

#### 4.1.8 VIII – LUANDA (2010)

A Conferência de Luanda amplia os esforços da CPLP em torno da língua portuguesa. Dando sequência às discussões geradas em 2008, um novo documento no âmbito das ações sobre o português tomou forma a partir do Plano de Ação Brasília<sup>37</sup>. Somada à Declaração sobre a Língua Portuguesa, elaborado dois anos antes, é possível constatar que a pauta da língua portuguesa toma importante espaço dentro dos encontros de líderes da Comunidade. As preocupações para o fortalecimento dos Estados-membros no cenário internacional, passa, necessariamente, pelo interesse sobre a língua.

A necessidade da CPLP consolidar a sua projecção internacional, através do reforço da actuação conjunta, tendo em vista a promoção da mundialização da língua portuguesa e designadamente a sua introdução em Organismos Internacionais, bem como a sua utilização efectiva naqueles Organismos em que o português já é língua oficial ou de trabalho, a fim de se implementar o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa (CPLP, 2010, p. 02)

Promoção, mundialização, internacionalização, são expressões que revelam interesse dos países de projetar o português para além do espaço que geralmente esta língua ocupa em relação ao contexto das demais línguas existentes. Sendo assim, entendem que uma das formas de promover a expansão da língua está no meio digital, que tem o potencial para colaborar com tal projecção. Além da preocupação com este impulso em larga escala, constitui em interesse “a sua internacionalização e efectiva utilização nas Organizações

---

<sup>37</sup> Tanto o Plano de Ação Brasília quanto o Estatuto do IILP serão abordados a partir das decisões da Reunião do Conselho de Ministros, em seção posterior.

internacionais, particularmente no sistema das Nações Unidas”. (CPLP, 2010, p.07).

De modo específico, em seção da Declaração que trata sobre a promoção e divulgação da língua portuguesa e ação cultural, conclamam os estados-membros para a adoção do Plano de Ação Brasília, sobretudo, considerando com interesse especial para: o português nas organizações internacionais, a promoção e difusão no espaço da CPLP, nas diásporas e como língua estrangeira, a aplicação do Acordo Ortográfico, difusão pública da língua portuguesa nos meios de comunicação social. Por fim, destacaram o acontecimento de eventos que problematizaram sobre a importância da língua portuguesa, como a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e o avanço institucional do IILP a partir da implementação de seu estatuto.

#### 4.1.9 IX – MAPUTO (2012)

Após o redirecionamento dos esforços promovidos nas últimas Conferências, a Declaração de Maputo veio a apontar ações já mencionadas em documentos anteriores, destacando em especial a discussão sobre as frentes de trabalho a partir do Plano de Ação Brasília. Ressaltaram nesta Declaração a satisfação sobre a adoção da língua portuguesa como língua de trabalho em mais organizações internacionais, a exemplo da União Interparlamentar (UIP) e no sistema das Nações Unidas, além de destacar que a VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP realizada meses antes<sup>38</sup> da Conferência, abordou a necessidade de investimentos para a defesa e promoção da língua portuguesa a partir de um fundo especial da entidade.

No âmbito do Acordo Geral de Cooperação no concernente à defesa e promoção da língua, se formatem projectos a serem financiados pelo Fundo Especial da CPLP e/ou, por outros fundos adstritos ao desenvolvimento da cooperação no âmbito nacional, bilateral e multilateral, com vista à elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais. (CPLP, 2012, p.02)

---

<sup>38</sup> Reunião realizada em março de 2012. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo aconteceu em julho do mesmo ano.

Especificamente, considerando as ações culturais, promoção e difusão do português, foram destacadas as recomendações para ratificação dos novos estatutos e regimento interno do ILLP e o destaque para com a realização de colóquios<sup>39</sup> direcionados aos temas presentes no Plano de Ação Brasília (2010).

#### 4.1.10 X – DÍLI (2014)

As ações presentes na Declaração de Díli se concentraram no item 11 do documento, sobretudo na menção à aprovação de planos de cooperação multilateral e de cooperação no domínio da ciência, tecnologia e ensino superior. De acordo com a entidade, tais instrumentos "refletem a determinação dos Estados membros implementarem ações concertadas, integradoras e sinérgicas de cooperação nestes setores". (CPLP, 2014, p. 10).

Nesta conferência ao mencionar o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, reforça seu posicionamento que demarcam as ações em torno da língua desde a fundação da instituição, sobretudo, no ideal de projeção internacional do português: "a Língua Portuguesa é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista. (CPLP, 2014, p. 11).

Além disso, adotam o Plano de Ação Lisboa<sup>40</sup>, conferindo ao português o foco de língua "de inovação e conhecimento científico" e importante para as "economias criativas". Somando-se ao Plano de Ação Brasília, enquanto importantes documentos sobre a promoção e difusão da língua portuguesa.

De forma concreta, como resultado do Plano de Ação Brasília, em 2010, dois projetos foram lançados no âmbito da CPLP para serem desenvolvidos pelo ILLP

a integração progressiva do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC); e o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE), ambos representativos de cinco Estados Membros e disponíveis a partir do sítio do ILLP na internet" (CPLP, 2014, p.12).

<sup>39</sup> Colóquios sobre: a Diversidade Linguística na CPLP (Maputo); o Português nas Diásporas (Praia); o Português na Internet e no Mundo Digital (Fortaleza), o Português nas Organizações Internacionais (Luanda)

<sup>40</sup> Definido na Reunião do Conselho de Ministros. Será descrito mais adiante.

Por fim, ressaltam que as reuniões dos Três Espaços Linguísticos evidenciaram como principais temas o plurilinguismo, o futuro das relações internacionais e globalização, o que direciona para as ações necessárias para impulsionar o português como língua global.

#### 4.1.11 XI – BRASÍLIA (2016)

A Conferência de Brasília reforçou os preceitos das ações empreendidas pela CPLP em encontros anteriores, estabelecendo como iniciativa mais recente o relatório sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) com o objetivo de promover "a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo, de modo a fortalecer a organização e a sua presença junto aos cidadãos dos Estados-Membros e junto à comunidade internacional". (CPLP, 2016, p.01). No eixo específico de ação cultural, promoção e difusão da língua portuguesa, uma menção explícita à língua enquanto um ativo com potencial econômico.

Reafirmaram a importância da circulação e da difusão de bens culturais entre os Estados-Membros na disseminação dos produtos culturais contemporâneos em Língua Portuguesa, reconhecendo que esta permitirá o fortalecimento das potencialidades econômicas desse setor e representa um importante passo na difusão da diversidade cultural em Língua Portuguesa em todo o mundo. (CPLP, 2016, p.07)

Por fim, o projeto de Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa e Plano de Leitura da CPLP, foi desenvolvido com a finalidade de favorecer a "pluralidade de normas ortográficas", reforçando que as terminologias comuns são fundamentais para a internacionalização da língua portuguesa. (CPLP, 2016).

#### 4.1.12 XII – SANTA MARIA (2018)

A Conferência mais recente realizada pela CPLP revelou o contentamento com a promoção de iniciativas e eventos para a promoção da língua portuguesa,

sobretudo, com relação à formação docente<sup>41</sup> para o ensino de português no âmbito dos países membros e a formação para o ensino da língua para a comunidade estrangeira.

A adoção do Plano de Ação Díli<sup>42</sup>, que fora elaborado dois anos antes, cujo objetivo é o "enfoque na pluricentralidade da Língua Portuguesa no século XXI, e nos temas do ensino e da formação em Língua Portuguesa em contextos multilíngues, do potencial económico da Língua Portuguesa, e da cultura, ciência e inovação em Língua Portuguesa". (CPLP, 2018, p.14).

A perspectiva mais recente de tal afirmação, estabelece as bases definitivas de trabalho da CPLP em prol da língua portuguesa enquanto um ativo económico e como língua de cultura, ciência e inovação. Sendo assim, tais preceitos direcionam para iniciativas mais concretas institucionais, tal como pretende a CPLP para o futuro da língua portuguesa.

#### **4.2 Descrição dos Documentos das Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros**

Sequencialmente aos documentos apresentados sobre as Conferências de Chefes de Estado e de Governo, outros importantes textos sobre a promoção e difusão da língua portuguesa foram elaborados a partir das Reuniões do Conselho de Ministros, que se reúnem de forma ordinária todos os anos, desde a constituição da CPLP, com a realização de vinte e cinco reuniões até então. De forma extraordinária, as reuniões acontecem esporadicamente, conforme a solicitação dos estados membros, sendo um total de quinze reuniões ocorridas até o momento.

O Conselho de Ministros contempla os Ministros de Relações Exteriores ou de Negócios Estrangeiros dos países da CPLP. A partir das necessidades e interesses dos países, os ministros tomam decisões em consenso, enviando-as como recomendações a serem adotadas pelos Chefes de Estado.

As primeiras reuniões ministeriais, assim como as Conferências de Chefes de Estado e de Governo, eram constituídas de pautas gerais sobre as

---

<sup>41</sup> Formação inicial e contínua de professores, formadores, alfabetizadores e gestores, do ensino técnico e profissional, da promoção da Língua Portuguesa, da alfabetização e educação de jovens e adultos.

<sup>42</sup> Será tratado em seção sobre a reunião do Conselho de Ministros correspondente.

principais temáticas a serem empenhadas pela CPLP. Dentre os temas de interesse estão as ações em torno da língua portuguesa.

#### 4.2.1 As primeiras reuniões

De modo específico, as três primeiras reuniões, ocorridas em Nova Iorque (1996), Salvador (1997) e Praia (1998) apresentaram interesse em priorizar a língua portuguesa em conformidade com o documento de constituição e o respectivo estatuto da entidade, “um conjunto de medidas levadas a cabo e que se destinam a consolidar a organização, melhorar a imagem da Comunidade, promover a Língua Portuguesa, fomentar a cooperação entre os Sete e mobilizar recursos para a cooperação”. (CPLP, 1996, p.21)<sup>43</sup>.

De acordo com o entendimento destas reuniões, esse direcionamento ganharia forma a partir da criação de uma entidade específica para esta finalidade, de modo que apoiaram a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), bem como aprovaram o protocolo modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Especificamente, na terceira reunião, realizada na Cidade da Praia, em 1998, foi elaborada a Declaração de Cascais, com a aprovação do Regimento do Fundo Especial, que estabeleceu como uma de suas finalidades, conforme o artigo 3º, a. “a difusão e o enriquecimento da língua portuguesa e o seu intercâmbio com outras línguas”. (CPLP, 1998, p. 28).

Na sequência, as reuniões quatro e cinco realizadas em Cascais (1999) e Maputo (2000) apresentam respectivamente, recomendações de ações mais efetivas para a nomeação dos órgãos dirigentes do IILP e de seu plano de atividades, além de estabelecer a resolução que definiu a construção de sua sede. Por sua vez, a sexta reunião, realizada em São Tomé (2001) aprova os estatutos e orçamento do IILP, indicando o crescimento do interesse da comunidade em ter um órgão que se preocupe com ações específicas para a língua portuguesa, o que é corroborado pela revisão dos estatutos da CPLP ocorridos nesta reunião, indicando “a materialização de projectos de promoção

---

<sup>43</sup> Reiterando que todos os documentos mencionados nesta descrição serão analisados na íntegra na versão final da tese.

e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa". (CPLP, 2001a, p. 01)<sup>44</sup>.

O estatuto do IILP tem em seu texto, seus objetivos, sede, órgãos constitutivos e fundo próprio, visando à realização de assembleias gerais, tendo um diretor executivo responsável por coordenar as ações que contribuam com sua funcionalidade. "O IILP tem por objectivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fora internacionais". (CPLP, 2001b, p. 01)<sup>45</sup>.

A reunião de 2002, realizada em Brasília, não houve o estabelecimento de considerações específicas no tocante à língua portuguesa. Os registros realizados foram contemplados na Conferência de Chefes de Estado e de Governo ocorrida naquele ano.

#### 4.2.2 Empenho na cobrança por ações em torno da língua

A partir da VIII Reunião, realizada no ano de 2003 em Coimbra, as cobranças por ações em torno da língua portuguesa se tornaram mais enfáticas. No documento resultante desta reunião, as parcerias da CPLP com organizações e instituições nas ações de promoção e difusão da língua portuguesa foram enfatizadas. Além de projetar o uso do português em serviços de tradução em reuniões da União Africana, reforçando a ideia defendida pela CPLP de projetar a língua em organismos internacionais de prestígio, ampliando a presença da língua, dando a esta maior visibilidade.

Em documento acessório ao comunicado final, foram apresentadas as considerações sobre a II Assembleia Geral do IILP e os parâmetros de atuação deste instituto, sobretudo, na solicitação de maior empenho por parte dos Estados Membros a colaborarem com mais ações em prol da língua, o apoio na ratificação do Acordo Ortográfico (que caracterizaria uma união dos Estados Membros para o fortalecimento das decisões sobre a língua), nos trabalhos realizados pelos Ministérios de Relações Exteriores dos países, em parcerias e

---

<sup>44</sup> Documento de revisão do estatuto da CPLP

<sup>45</sup> Resolução sobre o estatuto do IILP

estudos sobre o *status* da língua portuguesa e como ampliar o seu espaço no contexto global.

Na IX Reunião do Conselho de Ministros, realizada em 2004, a ampliação das cobranças para maiores ações sobre a língua portuguesa prossegue, com a resolução sobre a promoção e difusão do português, reiterando o compromisso no apoio de ações concretas que reflitam na prática na expansão da língua portuguesa, sobretudo, em Timor Leste. Além de reforçar a manutenção de representação da língua portuguesa junto aos organismos internacionais e reforço do importante papel do IILP neste processo.

A reunião seguinte foi marcada pelas definições de funcionamento efetivo do IILP, alterações dos estatutos e recursos destinados para a atuação do instituto. Por sua vez a XI reunião tratou das alterações do estatuto da CPLP, demarcando novamente que uma das prioridades da Comunidade está na promoção e difusão da língua portuguesa. As mudanças estatutárias sinalizam para a demarcação de ações concretas por parte das instituições, saindo do campo das ideias, partindo para a consolidação do interesse da Comunidade de forma prática.

A XII Reunião apresentou no âmbito da língua portuguesa apresentou uma sequência do exposto na reunião anterior, inserindo uma nota sobre o primeiro ano de funcionamento do IILP, afirmando que dos nove projetos propostos no plano de atividades para o Instituto, três foram realizados, apesar de não detalhar como tais ações foram efetivadas.

Por sua vez, a XIII reunião apresentou nova resolução sobre o IILP, recomendando proceder a uma “profunda reavaliação do funcionamento do IILP”. (CPLP, 2008, p. 02), além da elaboração do Plano Estratégico para Gestão Internacional da Língua Portuguesa.

#### 4.2.3 Mudanças significativas no âmbito das ações sobre a Língua Portuguesa

A XIV reunião ordinária do Conselho de Ministros (2009) produziu um documento diferenciado em relação às discussões sobre a língua portuguesa anteriormente realizadas, resultando na *Declaração da Praia sobre a projeção da língua portuguesa no mundo*.

Tal documento enfatiza que uma língua é "meio fundamental de difusão cultural", "projeta internacionalmente os valores comuns" e deve ser observada "numa perspectiva aberta e universalista". Neste sentido, ressaltam o português como língua de trabalho em mais de vinte organismos internacionais, como a União Africana, Unasul, OEA, OEI, dentre outras e que "os estados membros têm que ser mais ambiciosos em particular no Sistema das Nações Unidas" (CPLP, 2009, p.01), reforçando uma ideia originária da Comunidade de associar a promoção e difusão da língua portuguesa no contexto de instituições prestigiadas, sendo língua de tradução e de documentação.

De acordo com o documento, essa justificativa em se tornar uma língua de trabalho se deve ao atendimento aos objetivos a serem alcançados, um direcionamento prático para que ações sejam executadas, além da persistência nas políticas necessárias para a promoção e difusão da língua portuguesa.

Para o conselho, a defesa da língua comum aumenta a influência conjunta da comunidade. Sendo assim, as ações no empreendimento da língua portuguesa na própria comunidade e em outros países colabora para o enriquecimento do produto língua, sendo este um "instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos" (CPLP, 2009, p.01)

Ou seja, as considerações iniciais do documento ressaltam a preocupação dos ministros, tal como também são apresentadas nas conferências dos chefes de Estado em promover a língua e obter vantagens para a comunidade. O vislumbre dessas vantagens ainda é algo a ser conquistado no futuro, dependendo do planejamento e da execução de ações que possam favorecer a difusão da língua, o estabelecimento do português em instituições, o aumento do interesse a nível internacional e global, para então fortalecer o produto língua portuguesa. Tais estratégias necessitam serem postas em prática para que a médio prazo, o português possa figurar como uma língua com grande presença no cenário internacional, ganhando para além de importância cultural, uma ampliação do espaço enquanto língua de trabalho e seu respectivo crescimento enquanto língua da ciência.

Nessa gama de possibilidades que se apresenta, cabe, de acordo com a CPLP a atuação do IILP e o estabelecimento de parcerias que aumentem o interesse pela língua portuguesa nos países. Esta foi a posição do Conselho de Ministros a partir do Comunicado Final, ressaltando as preocupações já

registradas a partir da Declaração da Praia, e reforçando o compromisso de mais ações concretas para promover a língua "como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico e de utilização em fóruns internacionais, assim como língua de promoção econômica e empresarial". (CPLP, 2009, p.08)

A XV Reunião do Conselho de Ministros, no âmbito das discussões que envolvem a língua portuguesa, tratou no encontro ordinário de modificações envolvendo a competência do IILP, sobretudo no tocante às mudanças pontuais no estatuto e no regimento interno da instituição. As demais considerações foram tratadas anteriormente, na VI Reunião Extraordinária em março de 2010, quando apresentaram e recomendaram a adoção do Plano de Ação Brasília<sup>46</sup> para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, recomendando a sua imediata implementação.

O tema da XVI Reunião ordinária envolveu a CPLP, a ONU e a língua portuguesa no contexto das organizações internacionais. De modo específico, tratar novamente deste tema ressalta a importância dada pela CPLP para o português como fator que confete "afirmação internacional dos respectivos países e de desenvolvimento da comunidade". (CPLP, 2011, p.01).

Indica de igual modo a necessidade de impulsionar o Plano de Ação Brasília para a "consolidação do português como língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais" (CPLP, 2011, p.02). Neste sentido, para que o plano encontre sua efetivação, algumas recomendações são direcionadas para as entidades dos Estados Membros:

- a uma persistente concertação da ação política para a introdução do português como "língua de documentação" das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, da Conferência Geral da UNESCO e das Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas;
- à criação de um corpo de tradutores especializados em português no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado, parcial ou integralmente, por contribuições dos Estados membros da CPLP; da progressiva tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP;

---

<sup>46</sup> Descrição na Reunião Extraordinária correspondente

- à criação de mecanismos permanentes de coordenação e mobilização de recursos necessários para assegurar a contratação de serviços de interpretação para eventos de alto nível num número sempre crescente de Organizações internacionais onde a CPLP esteja representada; e,
- ao reforço do apoio ao Departamento de Informação das Nações Unidas, especialmente à Secção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas. (CPLP, 2011, p. 02)

Como documento acessório desta reunião está o relatório da Diretoria Executiva do IILP, denominado Discurso de Luanda. O texto ressalta a importância da I Conferência Internacional da Língua Portuguesa. Este evento deixa claro que todos os países da CPLP são responsáveis pela construção de um futuro da língua portuguesa "cria oportunidade para que a nossa língua seja percebida, cada vez mais, como bem de cada um dos Estados e de seus cidadãos, o que implica na participação direta de todos com as tarefas da sua promoção, mas também na distribuição dos benefícios decorrentes da economia linguística produzida neste âmbito". (IILP, 2011, p. 01)

Para o instituto, a realização de eventos, a criação de proposições e ações para promover a língua reflete na presença da língua no mundo, consolidando uma política de língua.

O documento apresenta algumas ações do Instituto, com a criação do Blog do IILP e o Catálogo da Língua Portuguesa, com a reunião de dados de tradutores, cursos de línguas, relação de institutos de pesquisas, editoras, bibliotecas, ou seja, uma rede de instituições onde está a presença do português.

O relatório insere projetos realizados ou que estavam com previsão de realização, a exemplo do I Seminário para Gestão de Educação Linguística de Fronteira no Mercosul, as ações de inserção do português no sistema educacional de Guiné Equatorial, o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC). A respeito deste mecanismo, o relatório indica:

[...] é o alicerce de terminologias científicas e técnicas unificadas, necessárias para que o português não encontre dificuldade em se afirmar como língua das organizações internacionais, por exemplo no campo do direito e da economia. O VOC permite ainda formular uma estratégia para unificar a língua na internet e no mundo digital, já que hoje o português é tratado como duas línguas diferentes: o português e o português brasileiro, o que dificulta a produção de insumos fundamentais como o corretor ortográfico, o tradutor automático, o sintetizador de voz, os

dicionários on-line, os aplicativos de celulares e toda a gama de instrumentos que fazem parte hoje em dia das Indústrias da Língua e da Economia Linguística. (IILP, 2011, p. 04)

Outros assuntos abordados estão no âmbito da gestão da diversidade linguística e do multilinguismo e a projeção do português na internet e no mundo digital. Com a apresentação do relatório, o IILP além de apresentar as suas ações de trabalho, indica a preocupação em ser o agente das políticas de língua envolvendo o português.

O português é a única língua do mundo a contar com uma instância desta natureza, paritária, conjunta e democrática de gestão, e que permite o desenvolvimento de uma política linguística com a participação e o benefício de todos. Para isso, é necessário que o Instituto seja visto cada vez mais como um recurso que cada Estado pode utilizar para seus próprios interesses e necessidades, e que deposite no IILP demandas concretas da sua política linguística, a serem sanadas com o desenvolvimento de projetos e ações. (IILP, 2011, p. 06)

A XVII foi realizada em 2012 e apenas endossou e recomendou as ações já planejadas nos anos anteriores e ressaltando a necessidade de apoio para a funcionalidade do IILP, dado que este é o órgão responsável pela condução das ações de promoção da língua portuguesa. Já a XVIII reunião ocorrida em 2013 teve como abordagem o português no ensino superior como forma de colaborar na mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores. O texto apresenta um apelo do Conselho de Ministros para que os Estados Membros dessem sequência aos planos estratégicos de cooperação multilateral envolvendo cultura, ciência, tecnologia e o contexto do ensino superior.

A XIX reunião realizada em 2014 teve o mesmo encaminhamento das reuniões anteriores, diferindo apenas no destaque especial dado na Declaração sobre a CPLP e a Globalização, em que destaca a promoção do desenvolvimento econômico e a ampla afirmação da língua portuguesa. As demais considerações foram parte da XII reunião extraordinária que se dedicou à elaboração do Plano de Ação Lisboa.<sup>47</sup>

A XX reunião, no ano de 2015, revela a língua portuguesa na cooperação com organizações internacionais e a execução e planejamentos acordados em

---

<sup>47</sup> Descrito na parte específica das reuniões extraordinárias

anos anteriores, destacando o “esforço em dinamizar e incentivar o aprofundamento da cooperação empresarial no espaço da CPLP e o fortalecimento de uma rede de negócios, tendo a língua comum como um meio de afirmação e desenvolvimento”. (CPLP, 2015, p. 06). O texto ainda destaca a realização de eventos cuja a abordagem contempla a projeção internacional da língua portuguesa, inserindo a ideia de que a realização de encontros e a projeção e execução de ações colaboram para que o português tenha sucesso para com a expansão como língua no futuro.

O destaque no âmbito da língua portuguesa na XXI reunião do Conselho de Ministros em 2016 foi a resolução sobre as terminologias científicas e técnicas comuns da língua portuguesa, ideia que foi fomentada em reuniões anteriores e que agora foi documentada com o devido destaque. O objetivo da elaboração de terminologias comuns é que tal recurso se constitui como fundamental para a internacionalização do português. O projeto é proveniente das ações do IILP, que deve trabalhar continuamente com instituições e organismos dos estados membros para a efetivação deste projeto.

Na XXII reunião ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (2017), os ministros de negócios estrangeiros e de relações exteriores dos estados membros reiteraram o já exposto em documentos anteriores, sobre a importância da língua portuguesa tal como no PAB (2010) e PALis (2014), sobretudo, o português como língua de cultura, ciência e inovação, além de destacar a pluricentralidade do português e a formação em língua portuguesa em contextos multilíngues e o potencial econômico da língua portuguesa. Neste sentido, elaboraram o *Plano de Ação Díli* (PAD), recomendando a sua adoção pelos líderes da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo que seria realizada no ano seguinte.

O Plano de Ação Díli (2017) leva em consideração o que foi projetado na III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa (2016). A partir deste evento, quatro linhas temáticas foram discutidas para a constituição dos eixos deste plano: a) língua pluricêntrica do século XXI; b) ensino e formação em língua portuguesa em contextos multilíngues; c) o potencial econômico da língua portuguesa; d) língua de cultura, ciência e inovação.

Neste texto, destaca-se o papel do IILP para o progresso de ações projetadas nos planos anteriores com o avanço na criação do VOC, do PPPLE

e o início do Projeto das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC), além de novos instrumentos como o Guia Gramatical Comum de Referência e do Dicionário Básico a partir do VOC.

Especificamente, considerando o eixo sobre o português enquanto língua pluricêntrica do século XXI, ações projetadas indicam a necessidade de políticas de língua para a língua portuguesa, visando a capacidade pluricêntrica desta língua, além de destacar e evocar projetos anteriormente no PAB e no PALis para este fim. É recomendado neste eixo a investigação científica sobre o português, o uso de recursos lexicográficos, gramaticais e didáticos, a criação de uma certificação de competência comunicativa em português como língua estrangeira, de acordo com testes consagrados como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) e o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR). Além destas ações, compete ainda a produção de materiais e recursos para tradução e interpretação enquanto condição para a oferta de língua portuguesa nas organizações internacionais, marcando o espaço da língua portuguesa e suas variedades.

Finalmente, o estabelecimento de uma articulação com as organizações internacionais e as instituições que venham a contratar intérpretes para formar esse corpo de intérpretes e tradutores. Aqui o objetivo também é reduzir os custos que atrapalham esta finalidade, já que esta é uma clara preocupação do PALis (2014)

No tocante ao eixo de ensino e formação em língua portuguesa em contextos multilíngues, o objetivo é a formação de professores para diferentes níveis de ensino, o desenvolvimento de competências bilíngue e preocupação para com uma formação que aborde línguas de sinais, além do desenvolvimento de plataformas digitais para o ensino de língua portuguesa.

Por sua vez, o eixo de potencial econômico da língua portuguesa trata explicitamente da consideração da língua enquanto um produto, considerando espaços de ação conforme o eixo destaca “área dos negócios, do setor energético, da produção de conteúdo, da inovação, dos recursos educativos, da tradução e da interpretação, do mercado editorial e do mercado de línguas”. (CPLP, 2017, p. 05). Neste sentido, as iniciativas devem ser tomadas de modo a reconhecer na língua portuguesa o seu valor econômico a partir de ações para o português enquanto língua da ciência, das indústrias criativas, da cadeia

produtiva do livro, e, na produção de conteúdos digitais que possam projetar a língua.

Por fim, o eixo sobre o português enquanto língua de cultura, ciência e inovação, ressalta aspectos já mencionados nos planos anteriormente elaborados. É uma prioridade da CPLP o destaque da língua portuguesa como língua da ciência. Tanto, que isso se reflete nos demais eixos projetados, novamente enfatizando o papel das instituições de ensino superior no tocante à condução de políticas que possam desenvolver e fortalecer o fazer científico em língua portuguesa.

A reunião apontou ainda em seu comunicado final o compromisso da CPLP em colocar em prática o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica “para a efetiva implementação das diretrizes da CPLP na próxima década, com ações concretas e iniciativas de longo prazo, nos três objetivos estatutários da CPLP: concertação político-diplomática; cooperação; promoção e difusão da Língua Portuguesa”. (CPLP, 2017, p. 02). Destacam também os eventos e ações no âmbito da promoção e difusão da língua portuguesa, dada a necessidade de colocar em prática o PAB, o PALis e o PAD, a partir de seus respectivos eixos propostos.

Na XXIII reunião, em 2018, o Conselho de Ministros endossou a pauta discutida na Conferência de Chefes de Estado e de Governo ocorrida paralelamente ao evento dos ministros, sobretudo, no que diz respeito à Declaração sobre a Língua Portuguesa na CPLP. Além disso, entrou em pauta a Resolução sobre o reforço da cooperação nos domínios da Educação e da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, do Ensino da Língua Portuguesa, do Ensino Técnico e Profissional, ressaltando novamente o interesse da CPLP a partir da atuação efetiva dos estados membros em promover uma sólida formação para a população de língua portuguesa dos países da Comunidade.

#### **4.3 Descrição dos Documentos das Reuniões Extraordinárias do Conselho de Ministros**

As reuniões extraordinárias ocorrem com menos frequência do que as relatadas reuniões ordinárias. Necessitam da solicitação de parte dos membros

do conselho para a discussão e pautas específicas. Dentro do recorte projetado para o *corpus*, documentos de catorze das quinze reuniões foram observadas, e, no tocante à língua portuguesa, destacamos as pautas abordadas nestas reuniões na sequência.

As primeiras reuniões ocorreram paralelamente aos encontros das reuniões ordinárias, no sentido de endossar as ideias já concebidas, sobretudo, no que diz respeito ao estabelecimento institucional da CPLP e, especificamente, na constituição de um de seus objetivos fundantes que é a promoção e difusão da língua portuguesa.

Destacamos, portanto, no âmbito do português e as ações sobre a língua, dois importantes documentos: O Plano de Ação Brasília (VI Reunião Extraordinária, 2010) e o Plano de Ação Lisboa (XII Reunião Extraordinária, 2014).

Na esteira dos assuntos discutidos no ano de 2009 a partir da Declaração da Praia, uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros aconteceu em 2010 dando um passo a mais nas ações de promoção da língua portuguesa. Neste sentido, a produção resultante desse encontro foi o *Plano de Ação Brasília para promoção, difusão e a projeção da língua portuguesa*.

O documento vem a ser uma resposta à Declaração sobre a Língua Portuguesa produzida na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em 2008, corroborando com os objetivos da CPLP, sendo também uma forma de afirmação da CPLP sobre a projeção do português como língua global.

Evidenciam inicialmente a utilização do português como língua de trabalho, a necessidade de mundialização da língua e nesse sentido, a ampliação de uma mão de obra qualificada de tradutores e intérpretes de língua portuguesa.

No entanto, revelam que para a realização de tais objetivos, as ações necessitam de maior efetividade daqueles que gerenciam as políticas para a língua. Tendo em vista esse impulso, as seguintes linhas de ação foram estabelecidas:

Medidas para inserir o português como "língua de documentação" das Nações Unidas e de órgãos correlatos, a exemplo da UNESCO, com corpo de tradutores financiado pela CPLP.

Os pontos iniciais do Plano são todos no sentido de fazer com que o português ganhasse espaço junto à organismos internacionais em que ainda não se fazia presente. Esse passo seria fundamental para a disseminação da língua. Além do investimento na capacitação de tradutores e intérpretes, outra forma de ganhar espaço seria a inserção dos portais dessas organizações em língua portuguesa e também a tradução de documentos destas instituições.

Isso seria representativo para dar visibilidade ao português tal como já acontece com outras línguas, a exemplo do francês, que constitui parte de várias organizações, seus intérpretes, sites e documentos. Inserir a língua nesses ambientes seria como abrir uma porta para que membros dos países da CPLP pudessem também alcançar espaços de relevância junto a estas instituições, projetando, portanto, os países e conseqüentemente, disseminando a língua.

A segunda ação projetada no Plano está relacionada às estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa. Para isso, duas subdivisões deveriam ser levadas em consideração.

A primeira, o ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, isso envolve a melhoria nos índices educacionais, dando maiores oportunidades de aprimorar a qualidade da educação da população de países falantes do português, o que conseqüentemente geraria uma mão de obra com melhor qualificação, alcançando novos espaços de trabalho, fortalecendo a promoção e difusão do português dentro da comunidade e também junto a outros espaços linguísticos, sobretudo, através da otimização de programas de formação de professores de línguas que pudessem ajudar nessa ampliação do espaço do português nas relações entre os membros da comunidade, melhorando os índices de cooperação para estimular o desenvolvimento de profissionais no âmbito do ensino superior.

O segundo ponto desta ação estaria no fortalecimento do ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE). Para a concretização desta meta, os programas de formação de professores teriam fundamental influência, pois a capacitação desta mão de obra permitiria um duplo avanço: a formação docente e a inserção destas pessoas atuando como professores de línguas para estrangeiros tanto nos países membros como em outros contextos de difusão e promoção do português em outros espaços que venham a ter espaços de estudo de língua portuguesa.

Neste sentido, são elencadas as necessidades para atingir o ensino de português como PLE: capacitar docentes, inclusive, tornando-os aptos a conhecer as especificidades do português de cada estado membro, formação em pós-graduação, formação de tradutores e intérpretes, oferta de formação em língua portuguesa no ensino básico, nas universidades, e em outros espaços a partir da abertura de cátedras, leitorados e centros de língua portuguesa (a exemplo do que faz o Itamaraty).

O terceiro ponto para a promoção estaria na utilização de instrumentos para atingir a finalidade de difundir a língua. Isso envolveria a participação do IILP direcionando algumas iniciativas como a criação de plataformas virtuais de recursos relativos ao ensino da língua portuguesa, a necessidade de acordos de cooperação de estados membros dando publicidade à promoção do português, a adequação do ensino de português como língua não materna, e a identificação de instituições que tenham o ensino da língua portuguesa e a presença do português nas comunidades das diásporas.

A terceira ação insere a preocupação com o desenvolvimento do Acordo Ortográfico, sobretudo, em virtude da necessidade de ratificação por alguns estados da CPLP. A discussão não envolve a criação de um vocabulário ortográfico em comum, mas a inserção de um vocabulário comum de terminologias científicas e técnicas, permitindo à língua portuguesa obter uma vantagem em termos econômicos, pois a harmonização da língua para a ciência seria uma forma de ajudar a ingressar no espaço das organizações internacionais, uma forma de promover informação e conhecimento na comunicação em uma língua padronizada.

A quarta ação envolve a difusão pública da língua portuguesa, ou seja, a publicidade do português em espaços midiáticos, a partir da ideia da CPLP-TV, por exemplo. Outras iniciativas com semelhante finalidade seria a produção de conteúdo para veicular em meios de comunicação de massa, criação do portal da língua portuguesa para produção literária, científica e educacional em português, estabelecendo parcerias com editoras, jornais, agências de notícias e emissoras de rádio e televisão com a finalidade de expandir o espaço de inserção da língua portuguesa.

Outras iniciativas estariam associadas ao mercado editorial para tradução, publicação, distribuição e divulgação de obras de autores de estados

da CPLP, bem como a promoção da produção cultural existente nesses países por meio de bibliotecas digitais.

Tudo isso corrobora, portanto para a criação de um mercado linguístico que movimentará uma economia da língua portuguesa e que tem o português como produto de tais iniciativas.

A quinta ação proposta no Plano reflete a preocupação com falantes de português nas diásporas. Para ressaltar a importância da língua, as iniciativas devem favorecer "as vantagens de educação em língua portuguesa", (CPLP, 2010, p.11). Sendo assim, para que esta vantagem seja perceptível, é preciso a inserção de programas específicos, do aperfeiçoamento dos docentes que possam atuar junto a estas comunidades, realizar encontros de promoção da literatura e demais conteúdos culturais provenientes dos países de língua portuguesa.

Por fim a sexta ação envolve a participação da sociedade civil, de modo que todas as ações descritas no plano contem com amplo apoio social. Sendo assim, as ações previstas no plano necessitariam encontrar um meio de suas respectivas efetivações, para que em conjunto com a sociedade, a língua portuguesa possa expandir a sua capacidade de inserção como língua global, tal como é previsto no início do plano.

Por sua vez, na XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, a pauta representativa do encontro teve como destaque o *Plano de Ação Lisboa* (PALis), resultante da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (2013), com foco em temas como ciência, inovação, economia criativa e a apreciação do Plano de Ação Brasília (PAB), elaborado em 2010. A CPLP volta a reforçar a importância do papel da língua portuguesa como uma língua multinacional, de comunicação, de representatividade nos organismos internacionais, como língua de trabalho e de documentação. Diante deste contexto, necessitaria, portanto, da promoção de maiores iniciativas para reforçar a posição do português no sistema mundial. Assim como a elaboração do plano antecessor (PAB) define estratégias globais para a promoção e difusão da língua portuguesa, além de recomendar o novo plano para a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo do ano de 2014.

O PALis foi elaborado considerando a promoção de iniciativas para reforçar a influência e posição da língua portuguesa, e, com o pensamento no

futuro, é que a CPLP entende que o caminho necessita de planejamento e execução de ações para o médio e longo prazo, para que a língua portuguesa possa, portanto, se inserir com maior ênfase dentre o conjunto de línguas nacionais mais faladas e difundidas. Sendo assim, o PALis teve como propósito as “estratégias globais para a promoção e difusão da língua portuguesa. (CPLP, 2014, p. 04)

A formatação de tal plano tem, por meio de seus agentes, uma visão estratégica para a efetividade das ações projetadas para a língua a partir dos chamados Planos Estratégicos Setoriais para a ciência, tecnologia, ensino e formação profissional.

Por meio da globalização/cooperação dos Estados Membros da CPLP é que se insere uma forma de alcançar amplos espaços, mas, em especial, a CPLP entende que “o papel da língua portuguesa para o desenvolvimento seja pensado a partir de sua relevância no acesso equitativo de todos à educação” (CPLP, 2014, p. 05).

Neste sentido, é possível entender, portanto, que as estratégias setoriais da CPLP visam a uma expansão da Língua Portuguesa que contribua para sua inserção enquanto uma língua de potencial impacto global.

**Figura 7: Variáveis que impulsionam a língua portuguesa**



**Fonte:** Elaboração própria com base no corpus levantado

Tais variáveis se refletem por exemplo, nos países multilíngues que investem no português, o que facilita uma dupla possibilidade: a) o português enquanto segunda língua, dando aos falantes uma possibilidade de aprender,

oportunidade de acesso e de a língua portuguesa estar presente constantemente no sistema educativo dos países; b) a pertença a um relevante espaço cultural e de comunicação, conferindo possibilidade econômica para o desenvolvimento das pessoas e conseqüentemente dos países, a partir do estatuto de língua de trabalho e do acesso aos mercados e negócios. Neste sentido, a possibilidade envolvendo o ensino de segunda língua é aqui somada, já que a formação de estudantes instruídos em mais de uma língua confere a oportunidade de desenvolvimento no âmbito educacional, refletindo na esfera profissional enquanto um adicional para a formação de uma mão de obra qualificada.

A pertença a um grande espaço cultural e de comunicação traz facilidades com relevância econômica para o desenvolvimento dos vários países, como o estatuto de língua internacional de trabalho, ou o acesso a mercados e negócios, que são ao mesmo tempo incentivos permanentes em todos os níveis de prossecução de uma cidadania plena. (CPLP, 2014, p. 05)

Sendo assim, ciência, inovação e economia criativa constituem, no âmbito do plano, temas relevantes na discussão para a projeção da língua portuguesa, considerando os seguintes eixos: “i. Língua de ciência e de inovação ii. A língua como fator de relevância na economia criativa iii. A língua na cooperação entre os países da CPLP e nas comunidades das diásporas iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais v. A língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas”. (CPLP, 2014, p. 05). Além destes destaques, um complemento foi adicionado a partir da apreciação do PAB.

Considerando o eixo da língua portuguesa no desenvolvimento científico e na inovação, a problematização proposta está em torno das dificuldades do estabelecimento do português enquanto língua da ciência. A participação de pesquisadores que utilizam a língua portuguesa é escassa e isso estabelece uma barreira para se impor como uma língua de ciência. Para se destacar nesse contexto e romper com a exclusividade da ideia de língua única (representada sobretudo pelo inglês) na ciência, é necessário que no médio e longo prazo a “aproximação das comunidades científicas dos países da CPLP, da valorização dos recursos humanos e do incremento da publicação científica em língua portuguesa”. (CPLP, 2014, p. 06)

Neste sentido, a ideia não é necessariamente competir ou ultrapassar a língua inglesa e nem nenhuma outra língua, mas, demarcar o espaço do português como língua de ciência, o que conseqüentemente projeta o português como um produto a partir da dimensão científica da língua. Tal desenvolvimento por sua vez, projeta economicamente os países que impulsionam o fazer científico no fortalecimento de uma dada língua, neste caso, a língua portuguesa.

Para a projeção da inovação é preciso fortalecer o financiamento tecnológico, industrial e de consumo, de modo a impulsionar um cenário produtivo em língua portuguesa. Diante do contexto global da atualidade, este consiste em um grande desafio. Observando a cooperação com diversos organismos ao longo dos anos, a CPLP entende que é necessário o atendimento de algumas dimensões estratégicas: a) prioridade na cooperação investigação fundamental e aplicada; b) conhecimento científico; c) cooperação científica e tecnológica dos Estados Membros; d) formação de recursos humanos em ciência e tecnologia; e) favorecimento da cooperação científico-técnica na transferência de tecnologia.

Tais dimensões dependem de medidas que de acordo com a CPLP, no âmbito do PALis, estão relacionadas ao desenvolvimento da ciência, como na produção e gestão de projetos científicos, o uso de uma literatura científica em português, o desenvolvimento de terminologias científicas que facilite a comunicação para a produção de uma ciência em língua portuguesa, o uso da internet para impulsionar a indexação de publicações em português, o estabelecimento de parcerias institucionais que possibilitem o desenvolvimento de projetos que utilizem a língua portuguesa e colaborem para o contexto formativo de cientistas que produzam em português. Nesse sentido, se mostram como fundamentais, o investimento acadêmico na formação de docentes, a possibilidade de realização de intercâmbios e a ampliação de uma cadeia institucional comprometida com a formação de gerações de cientistas em língua portuguesa.

Além disso, são necessárias, de igual modo, a valorização do português na comunicação e produção científica, os documentos de trabalho e a gestão de projetos científicos, o mapeamento do domínio científico para produção de uma literatura científica em língua portuguesa, o desenvolvimento de terminologias científicas e técnicas para facilitar a comunicação de uma ciência em língua

portuguesa; o reforço da língua portuguesa no mundo digital, aproveitado o potencial da internet para impulsionar a língua.

O eixo da língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da economia criativa, reforça o interesse de colocar o português como importante mediador dos interesses dos Estados Membros, pois, de acordo com a CPLP é “propiciadora e facilitadora de contatos de oportunidade de negócios”. (CPLP, 2014, p. 09). No contexto da economia criativa, tal terminologia insere a ideia de que a língua portuguesa tem o papel de produto que é comercializado pela indústria cultural, bem como é utilizada na informática e na mídia, e, conforme afirma a CPLP, tem elevado potencial de geração de riqueza, com lugar de destaque no uso de redes sociais.

O potencial econômico da língua portuguesa tem atraído o interesse de investidores – o que interessa especialmente na identificação de produtos/áreas e que a língua portuguesa desempenha um papel economicamente relevante, dado o número de falantes da língua.

Importa, também, reconhecer o valor da língua portuguesa enquanto fator para a promoção da economia e responder ao interesse crescente na aprendizagem e na tradução de e para a língua portuguesa. A diversidade linguística no seio da CPLP reforça a relevância do valor económico da língua portuguesa e torna claro o seu papel enquanto idioma de mediação. (CPLP, 2014, p. 09-10).

Considerando a economia criativa e o papel da língua portuguesa como fio condutor de tal empreendimento, a CPLP no PALis destaca uma série de iniciativas que corroboram para este fim, sobretudo, considerando a atuação dos Estados Membros (EM).

1. Sensibilizar os agentes financeiros e empresariais para o valor económico da língua portuguesa;
2. Criar e consolidar bibliotecas e outros acervos digitais para preservar a memória e garantir o acesso ao património cultural da língua portuguesa;
3. Promover e divulgar a arte e as indústrias culturais e criativas em língua portuguesa, por meio de iniciativas conjuntas dos EM;
4. Estimular a edição e a tradução de obras de escritores de língua portuguesa;
5. Fortalecer a proteção da propriedade intelectual nas áreas das economias criativas;
6. Fomentar a circulação de artistas e bens culturais dos países de língua portuguesa;
7. Realizar estudos para mensurar a economia criativa nos EM, assim como o valor económico da língua

portuguesa; 8. Identificar as indústrias em que a língua portuguesa desempenhe um papel importante na dinamização de projetos de empreendedorismo que contribuam para a promoção da língua e das culturas dos EM. (CPLP, 2014, p. 10).

Por sua vez, no conjunto das ações projetadas, a promoção e difusão da língua portuguesa passa necessariamente pela cooperação entre os países da CPLP e as comunidades de diásporas. O entendimento é que o português tem papel relevante no contexto das diásporas dada a quantidade de pessoas que constituem essas comunidades, gerando um fator de projeção para a língua portuguesa a partir de ações de ensino para estes grupos.

Neste sentido, as diásporas são atores estratégicos considerando alguns contextos específicos, tais como, a propulsão da língua portuguesa nos países de acolhimento, como agentes das economias nacionais, potenciando as regiões de origem.

Os Estados Membros são fundamentais para promover a língua portuguesa para as diásporas, mobilizando as comunidades para colaborar na promoção e difusão da língua. No entanto, isso ocorre sem abrir mão da preservação das línguas nacionais de origem das diásporas, o que é importante salientar, já que a promoção da língua portuguesa no contexto da CPLP não tem como pretensão concorrer e nem superar o espaço das demais línguas, mas estabelecer e ampliar o espaço da Língua Portuguesa.

Além disso, reforça-se a formação de tradutores, a ampliação da oferta de cursos em variados graus de ensino e contextos das diásporas, práticas de multilinguismo e programas de ensino bilíngue e destaca-se em especial “9. Garantir aos professores de língua portuguesa a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das diferentes variedades da língua portuguesa e da sua relação com as normas nacionais” (CPLP, 2014, p 12). Esta é, portanto, uma explícita política de língua ao tornar o professor um agente ciente de seu papel como aquele que pode transformar a política de língua de acordo com o contexto em que está inserido. Logo, a formação docente é primordial no contexto do ensino para as diásporas, aliando a isso o aporte da tecnologia da informação e da comunicação que possa potencializar o ensino no grupo das diásporas.

Por fim, além de reforçar as recomendações do PAB, amplia e enfatiza a prioridade na qualificação docente para atingir de forma enfática as comunidades das diásporas, ampliando a quantidade de falantes da língua portuguesa e ao mesmo tempo, ampliando as possibilidades de inserção profissional por meio do aprendizado da língua.

Outro eixo destacado é para com a necessidade de ações para a língua portuguesa em Organizações Internacionais (OIs) – meta trabalhada desde o início da CPLP, visando, sobretudo, atingir instituições de grande prestígio, tal como a ONU. Para além disso, entende como importante a realização de um banco de dados de tradutores e intérpretes e de instituições que estejam concentradas para estes serviços nas cidades-sede das principais OIs. Por fim, no tocante a este eixo, é importante observar a presença de funcionários inseridos nessas organizações, com a finalidade de fomentar sinergias de internacionalização do português.

Considerando a língua portuguesa para falantes de outras línguas, permitindo o “acesso a novos mercados de trabalho e de negociação espalhados pelo mundo”. (CPLP, 2014, p.14). A CPLP fala sobre a busca pela língua portuguesa para diversificadas finalidades, como por exemplo, língua nos currículos de universidades estrangeiras, no ensino básico ou secundário. Como iniciativas para potencializar esse ensino, caberia a atuação do IILP a partir do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), inclusive, com a criação de um sistema de certificação docente para a elaboração de um quadro de docentes habilitados.

O anexo do PALis é composto pela apreciação do PAB e os seis eixos temáticos apresentados no documento publicado em 2010. Sobre a implantação da língua portuguesa as Organizações Internacionais (OI), os estados membros lograram êxito na presença da língua portuguesa com coordenação permanente junto à ONU e à UNESCO, além da eleição de duas pessoas de origem de países de língua portuguesa como diretores gerais da FAO e da OMC. Considerando a promoção do ensino da língua portuguesa, novamente a preocupação com a formação docente e a formação científica e tecnológica teve destaque, bem como a implementação de uma biblioteca digital. No tocante ao ensino do português como língua estrangeira, o avanço se deu com a oferta do ensino da língua em universidade estrangeiras, bem como a inserção de leitorados, centros

de língua e centros culturais, ampliando a rede de língua portuguesa no exterior. Soma-se a esses esforços a atuação do ILLP e do PPPLE.

O PPPLE, concebido, desenvolvido, alimentado e gerido de forma multilateral, instrumento genuíno de cooperação linguístico-cultural entre os EM, oferecerá ao público-alvo de professores de língua portuguesa, como língua materna e como língua segunda, na forma de 720 unidades didáticas, acessíveis gratuitamente, recursos didáticos de qualidade produzidos a partir dos EM. (CPLP, 2014, p. 18)

Por sua vez, as ações em torno da implementação do Acordo Ortográfico contaram com progresso em diferentes graus nos países, sobretudo, considerando o Vocabulário Ortográfico Nacional (VON) e o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC). Já as ações para a difusão pública da língua portuguesa tiveram como princípio o uso da tecnologia com a finalidade de ampliar a vitalidade da língua portuguesa no meio digital. A proposta neste eixo é a implementação de um repositório digital integrado para a divulgação da produção científica das instituições dos estados membros.

Além das considerações sobre os eixos, também foram identificados os desafios para que as ações sejam implementadas, sobretudo, o alto custo para a presença de intérpretes e de tradutores nas organizações internacionais. A preocupação com as restrições orçamentárias e com a efetividade da condução de ações exige maior atuação dos organismos em prol do que foi proposto no PAB e no levantamento de ações propostas no PALis.

Para projetar a língua portuguesa a novo patamar, é necessário que os patamares anteriores estejam devidamente consolidados. É o caso, por exemplo, da ênfase na ação da língua portuguesa enquanto língua de ciência e inovação, que só se sustentará se as metas de difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP forem alcançadas, pois não se constrói ciência com ensino de qualidade deficiente. (CPLP, 2014, p.22)

Finalmente, uma projeção das medidas e objetivos do PAB é projetada no PALis. A prioridade é a consideração da língua portuguesa enquanto língua de ciência e de inovação. Os textos refletem essa preocupação, dado que é esse salto qualitativo na formação científica de estudantes que pode gerar um fator de

atratividade para a aprendizagem da língua, bem como conferir prestígio para a língua, permitindo sua expansão e difusão juntamente a outras línguas que tem amplo espaço na atualidade.

## **05 ANÁLISE DO *CORPUS* SELECIONADO**

A presença de uma política linguística para o português sempre constituiu um ponto de pauta para a CPLP que, a partir de seus países membros, em reuniões anteriores à sua criação – que remetem até o ano de 1989<sup>48</sup>, já revelavam o interesse de promover e difundir a língua portuguesa. Tal interesse persistiu a partir de sua constituição oficial no ano de 1996, a partir de iniciativas no âmbito da própria comunidade, como também objetivando expandi-la para outros domínios, impulsionando o interesse de outras comunidades a investir em ações para a língua portuguesa.

Esse interesse a partir dos discursos projetados institucionalmente pela CPLP teve início de forma tímida, sobretudo, no direcionamento da percepção da Comunidade em enxergar na língua portuguesa um produto em potencial, com diversificadas finalidades, representando, portanto, um ativo econômico. Neste sentido, elencamos para esta análise, documentos que representam discursos produzidos pela CPLP, de modo a analisar as ideologias linguísticas que pautam a promoção e difusão da língua portuguesa, revelando, nos documentos destacados, as marcas discursivas que indicam uma perspectiva de língua enquanto ativo econômico e também influenciado por ideologias linguísticas.

A partir da proposição deste “fio condutor” representado pela análise dos excertos, entendemos que, diante do aporte documental inicialmente levantado a partir da consulta aos documentos elaborados a partir de todas as reuniões das Conferências de Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros<sup>49</sup>, selecionamos como documentos a serem analisados aqueles em que as marcas discursivas estavam relacionadas a uma ideologia linguística voltada para a promoção e difusão da língua portuguesa. Sendo assim, a partir

---

<sup>48</sup> Por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, em São Luís (Maranhão), em novembro de 1989.

<sup>49</sup> Conforme apresentamos no capítulo de descrição do *corpus*.

dos objetivos empreendidos para a pesquisa, analisaremos trechos que projetam o papel desta língua nessas políticas de promoção e difusão, além de caracterizar as ideologias linguísticas voltadas para esta finalidade a partir dos discursos da CPLP.

O percurso metodológico que caracteriza esta pesquisa é natureza qualitativa. Assim, este trabalho inseriu-se no paradigma interpretativista (LIN, 2015), buscando descrever o entendimento de um ator institucional que tem como objetivo geral “a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”<sup>50</sup>. Selecionamos como corpus a Resolução sobre a promoção e difusão da Língua Portuguesa (2004), a Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008), a Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009), o Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010), o Plano de Ação Brasília (2010), o Plano de Ação Lisboa (2014) e o Plano de Ação Díli (2017). Realizamos uma análise temática em excertos provenientes desses documentos, a partir de duas categorias: os papéis e as ideologias linguísticas explícitas. Por meio da análise desses sete documentos, procuramos, portanto, responder às questões de pesquisa que propomos no início da produção deste trabalho. Os documentos selecionados estão ilustrados no Quadro 6.

**Quadro 6: O Corpus Selecionado**

<b>Ano</b>	<b>Documento</b>	<b>Origem</b>	<b>Referente</b>
2004	Resolução sobre a promoção e difusão da Língua Portuguesa	IX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2004)	RPDLP <sup>51</sup>
2008	Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa	VII Reunião do Conselho de Chefes de Estado e de Governo (2008)	DLis
2009	Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo	XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009)	DPra

<sup>50</sup> Informação disponível no site da CPLP. Endereço eletrônico: <https://www.cplp.org/id-4180.aspx>

<sup>51</sup> Os Planos destacados nesta análise constam no anexo deste trabalho.

2010	Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa	XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2010)	EIILP
2010	Plano de Ação Brasília	VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2010)	PAB
2014	Plano de Ação Lisboa	XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2014)	PALis
2017	Plano de Ação Díli	XXII Ordinária do Conselho de Ministros (2017)	PAD

**Fonte:** Elaboração própria

### **5.1 Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2004)**

A Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa foi elaborada a partir dos eventos da V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e da IX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, realizada na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe no ano de 2004. Esta foi a primeira ação concreta que diretamente fez referência à importância da Língua Portuguesa para os interesses da CPLP desde a fundação oficial da entidade, em 1996. Tal destaque está presente em todo o documento ao concentrar esforços em torno de ações de promoção e difusão da Língua Portuguesa, como é possível ver na sequência por meio enunciados selecionados (Quadro 7). Vários temas estão presentes neste documento, revelando a pretensão da CPLP em promover um planejamento linguístico, de modo que a Língua Portuguesa fosse abrangente em várias perspectivas, conforme os temas destacados na figura a seguir:

**Figura 8: Temas evidenciados na Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2004)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

Na sequência, destacamos os excertos<sup>52</sup> apresentados especificamente as seguintes temáticas:

**Quadro 7: Excertos da Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2004)**

Temas	Enunciado
Planejamento Linguístico de Status e de Corpus (Gestão da Língua);	O carácter fundamental das actividades <sup>53</sup> de <b>promoção e difusão da Língua Portuguesa</b> para o fortalecimento da CPLP no <b>plano internacional</b> e para o aprofundamento da amizade mútua, <b>da concertação política e da cooperação</b> entre os seus Estados membros <sup>54</sup> (RPDLP01 <sup>55</sup> )
Língua de Trabalho	as iniciativas da Sociedade Civil dos Estados membros a favor da <b>promoção e difusão da Língua Portuguesa</b> (RPDLP02)
Língua Internacional	a materialização de projectos de <b>promoção e difusão da Língua Portuguesa através do IILP</b> , é um dos objectivos gerais da CPLP (RPDLP03)
	A importância da <b>promoção da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais</b> , nomeadamente, através de

<sup>52</sup> Cada excerto não corresponde especificamente a um tema, podendo, portanto, ocorrer uma imbricação ou repetição dos temas nos excertos em cada quadro.

<sup>53</sup> Ressaltamos que os trechos seleccionados são aqui reproduzidos conforme a grafia do documento original.

<sup>54</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 162 desta pesquisa.

<sup>55</sup> Os excertos serão identificados a partir do plano originalmente elaborado. Sendo assim, RPDLP01 significa Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa excerto 01 e os demais excertos seguem a sequência, de acordo com cada plano e cada sigla designada.

	<p><b>tradutores e interpretes</b> nas organizações internacionais que tenham o <b>Português como língua de trabalho</b> e do apoio à <b>criação de conteúdos em Língua Portuguesa</b> para as páginas na Internet dessas mesmas organizações, com especial <b>incidência para as seguintes organizações africanas</b>: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA (RPDLP04)</p>
--	---

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

Os enunciados destacados no quadro são claros em mais de um momento ao mostrar que a CPLP reproduziu em seu discurso a ideia de promoção e difusão da língua portuguesa que era apenas timidamente comentada em pautas de reuniões outrora realizadas pela entidade. Conforme já ressaltamos, este foi o primeiro documento em que explicitamente os objetivos desta instituição teve como premissa a difusão e promoção do português, seja para promover o desenvolvimento e fortalecimento das relações entre os Estados Membros, seja para promover a CPLP na comunidade internacional.

A Resolução ao inserir as ações de promoção e difusão, portanto, dá luz ao pensamento institucional na forma de como pretendiam abordar a gestão da língua portuguesa, inserindo, neste sentido, um planejamento da CPLP que visa destacar a necessidade de integração entre os países da comunidade para que a projeção da língua tivesse maior alcance. Por isso, desde o princípio, quando a CPLP era apenas uma ideia (no final dos anos 1980), a entidade expressava em seu discurso a marca da valorização da língua portuguesa para os Estados Membros e ao mesmo tempo, demonstrava a pretensão do estabelecimento de laços com outras instituições e comunidades que não têm o português como língua oficial.

Essa dualidade de interesses demonstra a ideologia linguística da instituição, corroborando com a noção teorizada por Woolard (2007) sobre os sistemas ideológicos da autenticidade e do anonimato<sup>56</sup>. Isso está claro a partir do documento da Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa.

---

<sup>56</sup> Relembrando que para Woolard (2007) a ideologia linguística da autenticidade insere a ideia de que a língua tem valor dentro da própria comunidade de fala, necessitando, portanto, de ações que a valorizem internamente dentro de seu grupo. Por sua vez a ideologia do anonimato consiste em ações que visam a expansão de uma língua em um contexto global. Sendo assim, esta língua não seria pertencente a um único grupo, mas seria expandida para todos, sem uma marca específica que a individualizasse. É nesse contexto dual que o discurso da CPLP se situa.

Enquanto a concepção do sistema ideológico da autenticidade, temos a afirmação de que a CPLP busca “Reiterar o compromisso de apoiar projectos ou acções concretas voltadas para o fortalecimento da Língua Portuguesa nos Estados membros, especialmente em Timor-Leste”. (RPDLP05) (CPLP, 2004, p. 01). Sendo assim, tal compromisso insere a preocupação da entidade com a valorização da língua portuguesa em sua própria comunidade de fala. O destaque para o Timor-Leste foi especialmente demarcado em virtude de que àquela época o processo de independência era recente e a língua portuguesa tinha sido declarada como língua oficial daquele país.

Por sua vez, a CPLP também inseriu nesta resolução a ideologia linguística do anonimato, dado que a ideia de internacionalização da língua portuguesa está presente em mais de um momento do documento, conforme expresso nos enunciados destacados, tais como a “promoção e difusão da língua portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional” (RPDLP01) (CPLP, 2004, p. 01) e ainda:

A importância da promoção da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais, nomeadamente, através de tradutores e intérpretes nas organizações internacionais que tenham o Português como língua de trabalho e do apoio à criação de conteúdos em Língua Portuguesa para as páginas na Internet dessas mesmas organizações, com especial incidência para as seguintes organizações africanas: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA (RPDLP06) (CPLP, 2004, p. 02)

O enunciado RPDLP06 enfatiza uma série de temas que corroboram com os ideais da CPLP na busca pela Promoção e Difusão do português. Sendo assim, o excerto insere a questão da língua enquanto língua de trabalho, língua internacional, além da presença do Planejamento de Status, quando mostra a questão da “promoção da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais [...] através de tradutores e intérpretes” (CPLP, 2004, p. 02), e do Planejamento de *Corpus* quando destaca a “criação de conteúdos em língua portuguesa” (CPLP, 2004, p. 02). Lembrando que tais concepções de planejamento linguístico<sup>57</sup> foram teorizadas por Cooper (1989, 1997).

---

<sup>57</sup> Para Cooper (1989, 1997) planejamento de corpus (a partir da codificação de uma língua ou de suas variantes, considerando um planejamento que promova a criação ou modificação lexical, a padronização fonética, o desenvolvimento de dicionários, gramáticas, manuais, etc.), planejamento de status (considerando as ações que promovem a acessibilidade de uma língua

Finalmente, a ideia de integração junto à comunidade internacional se faz presente no excerto, dada a preocupação institucional em inserir à língua portuguesa em organismos internacionais, sobretudo, o documento ressalta algumas “organizações africanas: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA” (CPLP, 2004, p.02).

## **5.2 Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008)**

Um novo documento foi elaborado pela CPLP quatro anos depois da Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa. Nesse sentido, a Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa, elaborada em 2008 durante a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, veio para ratificar as ideias anteriormente projetadas, além de inserir novos temas que não foram abordados no documento produzido em 2004.

A ratificação de temáticas acerca da língua portuguesa revela a intenção da entidade em promover projetos que venham a fomentar a projeção do português em uma dupla perspectiva. No contexto interno, a CPLP tem como foco o fortalecimento dos laços entre os países membros da entidade, alimentando a ideia de que por meio da língua, maiores oportunidades podem agregar ganhos culturais e financeiros para esses países.

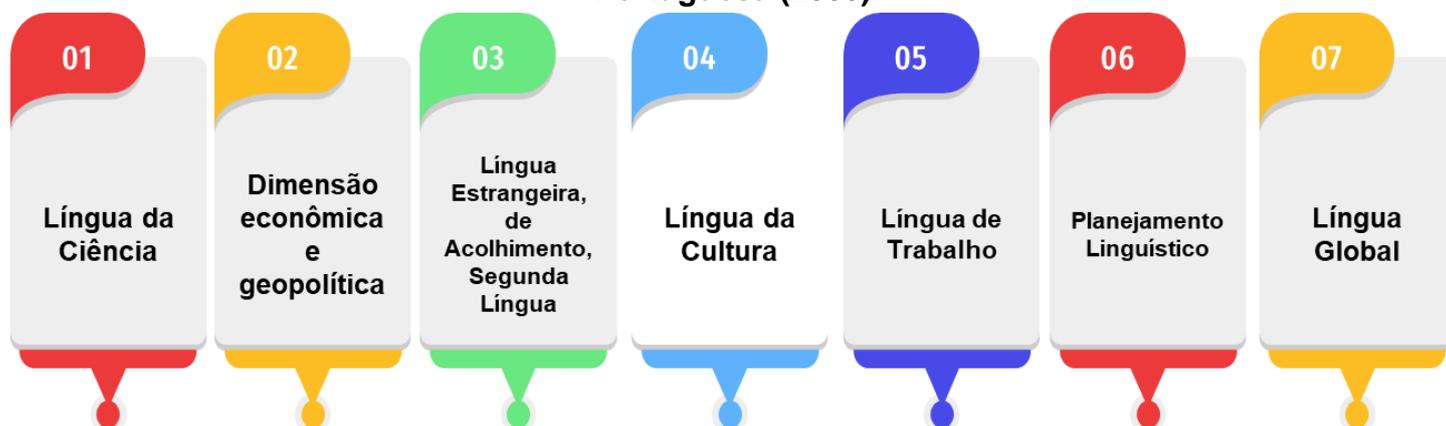
Por outro lado, essa perspectiva interna sobrevive se um planejamento linguístico é realizado de modo a promover e difundir a língua em um contexto global, favorecendo a inserção do português em espaços que outrora não ocupava. A partir dessa dualidade é que a CPLP elabora tal declaração sobre a Língua Portuguesa, demarcando o papel que a instituição adotaria por meio dos compromissos firmados no documento. Essa necessidade de atuação em duas frentes revela que os documentos elaborados, tanto o de 2004 quanto o de 2008 evidenciam tanto a ideologia linguística da autenticidade do português como língua dos Estados Membros quanto a ideologia linguística do anonimato como língua global. Essas ideologias, por sua vez, são materializadas em diferentes

---

e favoreçam o seu processo de valorização diante de uma comunidade de fala), e planejamento de aquisição (por meio dos processos de ensino e aprendizagem da língua que são fundamentais na implementação de uma política linguística, uma vez que, após ser selecionada e modernizada, tal língua/variante, deve ser ensinada à população o mais rápido possível, conforme a gestão dos articuladores de tais políticas).

planejamentos linguísticos. Sendo assim, os eventos e documentos elaborados representam as marcas discursivas dessas ideologias linguísticas que, no contexto deste documento é ampliado a partir de diferentes estratégias de difusão e promoção do português. A figura 10 exemplifica a expansão dos temas mencionados.

**Figura 9: Temas evidenciados na Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos consultados

A partir desse amplo contexto temático evidenciado a figura anterior, organizamos os temas de acordo com os enunciados projetados no documento.

**Quadro 8: Excertos da Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008)**

Temas	Enunciado
Português como língua global	<p>A <b>dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa</b> face aos desafios crescentes colocados pela <b>globalização</b><sup>58</sup> (DLis01)</p> <p>A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela <b>integração, inclusão e estruturação</b>, com o objectivo da <b>projectão da Língua Portuguesa como Língua Global</b> (DLis02)</p> <p>A sua actuação conjunta no processo de efectiva <b>mundialização da Língua Portuguesa</b> (DLis03)</p>
<p>Língua da cultura e de integração</p> <p>Língua como um recurso econômico</p>	<p>A importância das <b>culturas que se expressam em Língua Portuguesa</b>, cujos valores fomentam a <u>aproximação dos povos</u> (DLis04)</p>

<sup>58</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 165 desta pesquisa.

<p>Língua de trabalho</p> <p>Língua da tecnologia e da comunicação</p>	<p>a crescente afirmação da <b>Língua Portuguesa no diálogo internacional</b>, ditada pela sua pertença a <b>múltiplas matrizes geopolíticas</b> (DLis05)</p> <p>O papel <u>das línguas</u> na <b>criação de mercados e oportunidades de negócio</b>, e na <b>integração económica e social</b> (DLis06)</p> <p>O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, o <b>valor cultural e económico do Português</b>, designadamente através de projectos comuns suportados pelas <b>tecnologias de informação e comunicação</b> (DLis07)</p> <p>Apoio à introdução da <b>Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas</b>, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o <b>Português</b> já constitui <b>língua oficial ou de trabalho</b> (DLis08)</p>
<p>Planejamento de Corpus, de Status e de Aquisição</p> <p>Ensino de português como Língua Estrangeira, Segunda Língua e como Língua de Acolhimento</p> <p>Língua da ciência</p> <p>Política de formação de professores de português como língua não materna</p> <p>Língua de integração</p>	<p>A coordenação de esforços na formação de <b>tradutores e intérpretes</b> e implementação de <b>tecnologias da informação e comunicação</b> ao serviço da <b>tradução e interpretação</b> (DLis09)</p> <p>A concertação de <b>programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira</b>, <u>com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira</u> (DLis10)</p> <p>O compromisso, nos espaços da CPLP, de partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a <b>aprendizagem da Língua Portuguesa</b>, nomeadamente através da <b>formação especializada dos professores para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda)</b> (DLis11)</p> <p>A necessidade de continuada <b>concertação diplomática</b> no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às <b>culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento</b>, tendo</p>

	<p>em consideração que a Língua Portuguesa é um factor de <b>união das diásporas</b> dos diferentes Estados membros da CPLP; (DLis12)</p> <p>O seu regozijo pela futura entrada em vigor do <b>Acordo Ortográfico</b>, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar <b>metodologias para a sua aplicação prática</b>. (DLis13)</p> <p>A necessidade de medidas concretas relativamente ao compromisso da desejável unificação do <b>vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa</b>. (DLis14)</p> <p>A sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do <b>Acordo Ortográfico</b>, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a <b>Gestão da Língua Portuguesa</b>. (DLis15)</p>
--	--

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

Os enunciados selecionados mostram que as preocupações da CPLP estão demarcadas por meio da reiteração dos temas explicitados no documento elaborado em 2008. Inicialmente, fica evidente no texto a ideia de projeção do português enquanto língua global. Em capítulos anteriores, apresentamos esta perspectiva da globalização da língua em face do modelo de sociedade atual em que vivemos.

Diversos autores mencionados neste trabalho ressaltam a importância do português enquanto língua global, considerando uma perspectiva econômica, por exemplo, tal como Reto (2012, 2020), e, indicando que a língua portuguesa é um importante capital estratégico que permite que ela atue “como instrumento de favorecimento da internacionalização da cultura e economias nacionais” (RETO, 2012, p. 19-20). Notamos, portanto, que a CPLP evoca temas recorrentes presentes, nesta fala do autor, nos documentos elaborados como resultado das reuniões dos países membros da comunidade, tais como, a internacionalização, a cultura e a economia. Matos (2013) também destaca a percepção sobre o português como língua global, considerando, de igual modo, essas temáticas ao afirmar que “uma nova língua internacional o português está

virando. Um novo papel global nosso idioma está conquistando”. (MATOS, 2013, p. 5).

Nos excertos, tal temática está evidente a partir dos enunciados “dimensão e vocação internacional da língua portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização” (DLis01) (CPLP, 2008, p. 01); a “integração, inclusão e estruturação, com o objetivo da projeção da língua portuguesa como língua global” (DLis02) (CPLP, 2008, p. 01); e o “processo de efetiva mundialização da língua portuguesa” (DLis03) (CPLP, 2008, p. 01).

Por sua vez, a dualidade entre a valorização da língua portuguesa no seio da comunidade e a projeção a partir da inserção da língua para outras comunidades se faz presente no texto a partir do enaltecimento do valor cultural da língua, conforme o excerto “culturas que se expressam em língua portuguesa cujos valores fomentam a aproximação dos povos” (DLis04) (CPLP, 2008, p. 01).

Sequencialmente, os enunciados DLis05, DLis06 e DLis07 evidenciam a necessidade de projeção da língua portuguesa a partir de uma perspectiva geopolítica, conforme materializado em “a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas”. (DLis05) (CPLP, 2008, p. 01). Tema que foi tratado por Grayley (2019), quando evidenciou a língua portuguesa enquanto um ativo político. Por sua vez, a dimensão econômica da língua ganhou espaço a partir dos trabalhos de Reto (2012, 2020).

A perspectiva do potencial econômico da língua portuguesa é um dos fortes componentes que demarcam a visão da CPLP, dado que a instituição, em muitos momentos, norteia seu discurso com base nessa premissa. Ou seja, para explorar o potencial da língua portuguesa é necessário, portanto, fomentar o seu valor econômico, conforme podemos observar nos discursos expressos pelos enunciados “o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração econômica e social” (DLis06) (CPLP, 2008, p. 01), além de ressaltar “o valor cultural econômico do português [...] suportado pelas tecnologias de informação e comunicação” (DLis07) (CPLP, 2008, p. 02). Neste sentido, a visão institucional da CPLP passa necessariamente pelo fomento econômico, ficando evidente também a ideologia de que é por meio da língua que as oportunidades de expansão dos negócios são criadas para os países membros da comunidade.

Além desses destaques, tal como na Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, de 2004, nesta Declaração de 2008, o papel da atuação da CPLP na gestão das línguas é crucial para a entidade, sendo evidenciada por meio do planejamento linguístico de *corpus* e de aquisição, nas ações voltadas para o ensino de português como língua estrangeira, segunda língua e língua de acolhimento, além de evidenciar a língua portuguesa enquanto língua da ciência. Vários enunciados apresentam marcas discursivas desta temática, tais como a “formação de tradutores e intérpretes” (DLis09) (CPLP, 2008, p. 02); a criação de “programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira” (DLis10) (CPLP, 2008, p. 02) e “políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da língua portuguesa [...] como Língua Não Materna” (DLis11) (CPLP, 2008, p. 02). Ainda considerando esse planejamento, as ações para a “unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa”. (DLis14) (CPLP, 2008, p. 02) evidenciam também a importância da língua portuguesa enquanto língua da ciência.

Finalmente, a partir do documento, é possível compreender que essas iniciativas dependem significativamente da atuação do IILP, que tem como papel a realização de ações que direcionem as políticas de ensino da língua portuguesa de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CPLP. Além desta gestão do ensino, também é de responsabilidade do instituto, a atuação nas ações de fomento de métodos para a implementação do Acordo Ortográfico, como fica evidenciado nos enunciados destacados “entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação” (DLis13) (CPLP, 2008, p. 02) e “a sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico [...] quer na adoção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa” (DLis15) (CPLP, 2008, p. 03).

### **5.3 Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009)**

Na sequência dos eventos realizados em 2008, já no ano seguinte a língua portuguesa teve novo destaque na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros realizada na Cidade da Praia (Cabo Verde) em 2009. Como

resultado das discussões promovidas no evento, a Declaração da Praia insere em seu título a premissa de Projeção da Língua Portuguesa para o Mundo. Sendo assim, para além dos documentos produzidos anteriormente, esta nova Declaração teve como base a ideia de articulação com os organismos internacionais para o fortalecimento do português. No entanto, essa iniciativa não era excludente para com os compromissos firmados anteriormente, mas insere um interessante contraste entre a defesa de uma ideologia de língua única, a partir de iniciativas que valorizam a língua portuguesa, e ao mesmo tempo a preocupação com a diversidade linguística, na convivência do português com outras línguas. Estes temas estão evidenciados a partir da seleção que destacamos na figura a seguir:

**Figura 10: Temas evidenciados a na Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

A partir dos temas destacados a CPLP trata, neste documento, de temáticas destacadas anteriormente, ou seja, o português como língua da cultura e como língua de trabalho. Por outro lado, insere enunciados que contrastam ideologias linguísticas em torno da língua única e a preocupação com a diversidade linguística, conforme evidenciamos no quadro na sequência:

**Quadro 9: Excertos da Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009)**

Temas	Enunciado
Língua da Cultura	A Língua é um meio fundamental de <b>difusão da criação cultural entre os povos que falam português</b> e de <b>projeção internacional dos</b>

Língua de Trabalho	<p><b>seus valores comuns</b>, numa perspectiva aberta e universalista<sup>59</sup>. (DPra01)</p> <p>A utilização progressiva do <b>português como língua de trabalho em organizações internacionais</b>, <u>de cariz universal ou regional</u>, é uma realidade. É um idioma falado em mais de <b>vinte instituições internacionais</b>, nomeadamente na União Africana, na União Européia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. <b>Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.</b> (DPra02)</p>
<p>Ideologia da língua única</p> <p>Ideologia da diversidade linguística</p> <p>Planejamento de Aquisição</p> <p>Planejamento de <i>Corpus</i></p>	<p>A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na <b>língua comum uma marca da sua individualidade</b>. <b>A diversidade lingüística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenômenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.</b> (DPra03)</p> <p>Defender a <b>língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional</b>. É igualmente um meio de aumentar a <b>influência conjunta da Comunidade</b>, num momento de <b>recomposição da distribuição do poder à escala global</b>. (DPra04)</p> <p>É essencial um aumento significativo do <b>Ensino da Língua portuguesa</b> nos seus próprios países, reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de <b>promoção do ensino da língua portuguesa noutros países</b>, com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse. (DPra05)</p> <p><b>O enriquecimento da língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e, noutros, a sua própria difusão, coexistindo em harmonia com outros idiomas falados localmente.</b> (DPra06)</p>

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

<sup>59</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 168 desta pesquisa.

O documento tem em seu início o entendimento que a CPLP apresenta acerca da importância da língua, de modo a afirmar que esta é “meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português” (DPra01) (CPLP, 2009, p. 01), além da “projeção internacional dos seus valores comuns (DPra01) (CPLP, 2009, p. 01). Nesse sentido, os valores culturais fomentados no seio da comunidade de países que falam o português contribuem para que o interesse pela língua seja projetado em outras comunidades que não tem o português como língua oficial.

Por sua vez, é explicitada a perspectiva de uso da língua portuguesa como língua de trabalho, conforme é exposto no documento o fato de que “é um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais” (DPra02) (CPLP, 2009, p. 01). Destacando a necessidade de que é vital a atuação institucional e dos países membros da comunidade para atingir o objetivo de tornar o português uma língua de trabalho da ONU, conforme ideia defendida pela CPLP desde a sua fundação.

Além destas considerações, um conjunto importante de afirmações presentes neste documento contrastam o pensamento da ideologia da língua única com a necessidade de valorização da diversidade linguística. Sendo assim, ao evidenciar o português como língua comum, o documento destaca “língua comum como uma marca de sua individualidade” (DPra03) (CPLP, 2009, p. 01). Ou seja, como um instrumento de força e identidade de uma comunidade de fala com mais de duzentos milhões de falantes. Algo que é amplamente evidenciado nos estudos de Reto (2012, 2020). Esse quantitativo se mostra como uma ideologia amplamente evidenciada por autores e instituições. Além disso, acredita a CPLP que “defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional” (DPra04) (CPLP, 2009, p. 01), indicando com isso o fortalecimento da língua em virtude de sua grande comunidade de fala.

É possível identificar, portanto, os argumentos apresentados pela CPLP para promover e divulgar a Língua Portuguesa, tais como a) se colocar como mais uma língua global a fim de evitar o uso de apenas uma língua no cenário internacional, “democratizando-a” para o mundo; b) esta língua possibilita a transmissão de valores comuns aos Estados que utilizam o português, de forma a homogeneizar as línguas portuguesas faladas nos diferentes Estados

Membros de modo que a chamam de “língua comum”. Aqui, temos a ideologia da autenticidade relacionada ao grupo de países lusófonos e não especificamente a um Estado Membro.

Para a comunidade, portanto, é uma forma de exercer influência em um mundo em transformação a partir do contexto global de sociedade em que nos situamos. Institucionalmente, portanto, a CPLP entende que a defesa da língua comum favorece o enriquecimento do produto língua portuguesa tanto dentro da própria comunidade quanto na difusão junto a outros países, tal como os excertos destacados evidenciam. Sobre a ideia de língua comum, Reto (2020) afirma que a partilha de uma língua comum reduz dificuldades não apenas na comunicação, mas representa “parte do capital humano e é um investimento que pode ser rendibilizado pela sua utilização futura”. (RETO, 37-38). Notadamente é neste entendimento que a CPLP se alinha, dado que existe uma visão econômica da entidade a partir do produto língua.

Por outro lado, é de igual interesse institucional as ações em torno da diversidade linguística, considerando as seguintes perspectivas: a) no âmbito internacional e a intenção da CPLP colocar o português no mercado linguístico global como mais uma língua internacional; b) na admissão de que a LP convive pacificamente com diversas línguas no contexto dos Estados Membros. Mas é necessário fomentar o ensino do português dentro dos países lusófonos. Isso aparece com destaque nos enunciados, seja no contexto global “a diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a humanidade”. (DPra03) (CPLP, 2009, p. 01), além de estar “coexistindo em harmonia com outros idiomas falados localmente” (DPra06) (CPLP, 2009, p. 01). Fica claro, neste sentido, a premissa da entidade de valorização da diversidade, apesar da insistência na defesa da priorização do português e o seu papel enquanto um idioma de mediação, como é possível notar a partir das ações de Planejamento de Aquisição “ensino da língua portuguesa nos seus próprios países [...] e noutros países” (DPra05) (CPLP, 2009, p. 01), e o “enriquecimento da língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos” (DPra06) (CPLP, 2009, p. 01). Tais discursos demarcam, portanto, a atuação da CPLP em uma dupla perspectiva de promoção e difusão da língua portuguesa.

#### 5.4 Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010)

O ano de 2010 marca uma série de iniciativas da CPLP para a língua portuguesa, tais como o Plano de Ação Brasília (que trataremos mais adiante) além da consolidação das atividades do IILP, que a partir da aprovação de seu Estatuto, demarcou as diretrizes de sua missão e atribuição como entidade promotora de ações para o português em nome da CPLP.

O IILP, conforme destaca Oliveira (2015), teve quatro momentos fundamentais de sua existência, a partir de sua concepção desde o fim dos anos 1980, como ideia de entidade a cuidar da língua portuguesa dentro da CPLP, tendo, posteriormente a sua instalação entre os anos de 2000 e 2005, e sua consolidação entre 2006 e 2010, sendo este último, o ano em que o Estatuto desta instituição firmou as principais ideias de sua atuação. A criação do documento foi realizada em meio à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo e da XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros.

As principais frentes de trabalho do IILP estão demarcadas no documento a partir da missão e das atribuições que lhes foram conferidas. Sendo assim, consideramos em forma de temas conforme assinalamos na figura a seguir:

**Figura 11: Temas evidenciados no Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

O Estatuto evidencia, portanto, temas que consistem nas bases dos objetivos projetados pela CPLP para a língua portuguesa. Neste sentido, a partir de sua criação, o IILP tem como missão e atribuição as ações para a língua portuguesa por meio do planejamento de projetos considerando este fim. O

quadro na sequência tem como destaque os enunciados que tratam dessas atribuições conforme o rol de temas que foram delimitados.

**Quadro 10: Excertos do Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010)**

Temas	Enunciado
<p>Dimensão econômica da língua</p> <p>Língua da Ciência</p>	<p>O IILP tem por missão a <b>promoção, a valorização e a difusão</b> da Língua Portuguesa<sup>60</sup>: (EILP01)</p> <p><b>Língua de expressão de diferentes culturas;</b> (EILP02)</p> <p><b>Língua de comunicação global e de utilização oficial</b> em <i>fora</i><sup>61</sup> internacionais; (EILP03)</p> <p><b>Língua de educação, formação e informação;</b> (EILP04)</p> <p><b>Língua de conhecimento científico e tecnológico;</b> (EILP05)</p> <p><b>Língua de negócios e de desenvolvimento socioeconómico.</b> (EILP06)</p> <p>Elaborar e executar planos estratégicos e consequentes programas e projectos conducentes à <b>internacionalização efectiva da Língua Portuguesa</b>, nomeadamente junto de organizações internacionais e regionais; (EILP07)</p>
<p>Planejamento de Corpus e de Aquisição</p> <p>Ideologia da língua única</p>	<p>Promover e acompanhar o desenvolvimento de <b>instrumentos de normalização linguística comum;</b> (EILP08)</p> <p>Fomentar a <b>promoção do conhecimento da Língua Portuguesa</b> e das <b>Culturas</b> da CPLP, nomeadamente, através do estabelecimento de redes de investigação e de intercâmbio de experiências; (EILP09)</p> <p>Propor e/ou avaliar projectos multilaterais de apoio ao <b>desenvolvimento e optimização das</b></p>

<sup>60</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 170 desta pesquisa.

<sup>61</sup> O mesmo que fóruns.

	<b>competências em Língua Portuguesa</b> em Estados membros da CPLP; (EILP10)
Língua da Cultura	Promover, propor e apoiar a execução de <b>projectos culturais</b> , numa perspectiva integrada e de <b>interculturalidade</b> , de <b>difusão da Língua Portuguesa</b> (EILP11)
Multilinguismo e Multiculturalismo	Apoiar a adequada <b>articulação</b> entre a <b>Língua Portuguesa e as demais línguas nacionais</b> ; (EILP12)
	Assegurar a representação da CPLP em <i>fora</i> internacionais sobre <b>multilinguismo e multiculturalismo</b> (EILP13)

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

Logo de início, o documento apresenta a missão do IILP em promover, valorizar e difundir a língua portuguesa (EILP01) (CPLP, 2010, p. 04). Essa tríade que demarca a sua atuação passa, necessariamente, pela consideração da língua portuguesa enquanto língua de expressão, língua da cultura, língua global, língua oficial, língua de trabalho, língua da educação, língua da ciência, língua da tecnologia e língua da economia (EILP 02 a EILP 06). Não estranhamente, todas essas concepções para o português estão marcadas nos documentos da CPLP (inclusive, ressaltamos que tais marcas estão assinaladas também nos documentos apresentados na sequência).

Para além da consideração da língua nessas diversas temáticas evidenciadas, chama a atenção em mais de um momento o Planejamento Linguístico de Corpus e de Aquisição a partir da atuação no IILP na criação de mecanismos para “a promoção de conhecimento da Língua Portuguesa” (EILP08) (CPLP, 2010, p. 04); a criação de “instrumentos de normalização da língua comum” (EILP09) (CPLP, 2010, p. 04), evidenciando a ideia de ideologia da língua única; além do “desenvolvimento e otimização das competências em Língua Portuguesa” (EILP10) (CPLP, 2010, p. 04). Todos esses enunciados demonstram que a CPLP mais uma vez pretende exercer, por meio do IILP, um amplo planejamento linguístico de normatização e ensino de Língua Portuguesa, tanto na consideração de seus países membros, quanto no contexto de países que não tem o português enquanto língua oficial.

Neste documento, ainda podemos ressaltar a presença de enunciados que evidenciam o multilinguismo e o multiculturalismo a partir do fomento e execução de “projetos interculturais para a difusão da Língua Portuguesa” (EIIILP11) (CPLP, 2010, p. 04); “na articulação entre a língua portuguesa e as demais línguas nacionais” (EIIILP12) (CPLP, 2010, p. 04); por fim, o IILP deve apoiar “a representação da CPLP em fóruns internacionais sobre multilinguismo e multiculturalismo” (EIIILP13) (CPLP, 2010, p. 04). Tais enunciados, ao tratar desta perspectiva multilíngue e multicultural reforçam o que já apontamos a partir de Reto (2012), quando o autor elenca as vantagens associadas ao potencial econômico da língua portuguesa. Para o autor, o multilinguismo é um fator vantajoso, sobretudo, considerando o mercado de trabalho e uma necessidade no contexto atual, ou seja, multilinguismo e multiculturalismo exigem o aprendizado de línguas. Sendo assim, a CPLP não se mostra indiferente e entende que essa é uma forma de articular esforços para atingir os objetivos projetados para o IILP na promoção, valorização e difusão da Língua Portuguesa, evidenciando mais uma vez a ideia de posicionar o português no mercado linguístico global.

### **5.5 Resolução e Plano de Ação Brasília para a promoção, a difusão e a projeção da Língua Portuguesa (2010)**

A Resolução e o Plano de Ação Brasília (PAB) foram elaborados como consequência de ideias previamente amadurecidas nestes documentos anteriores, afinal, desde antes de seu surgimento, a CPLP revelava como um de seus objetivos (a partir das decisões nas reuniões realizadas pelos líderes dos Estados Membros) unificar os interesses dos países que estavam unidos pela ideologia de uma língua comum. Uma dessas preocupações àquela época consistia em utilizar o potencial que a língua portuguesa possuía e era, até então pouco explorado. Tal visão da entidade estava relacionada à ideia de promover os negócios envolvendo a comunidade de países membros, além de tornar também a língua portuguesa um ativo com valor a ser reconhecido e que viesse a reverter uma vantagem econômica para a CPLP, de modo a impulsionar uma valorização existente no tocante a esta língua que ainda não tinha sido objeto de exploração por parte dos países de língua portuguesa. Essas ideias que

passaram a ser exploradas nos primeiros documentos, também ganhou ênfase, portanto, no planejamento que a CPLP pretendia adotar por meio de planos mais específicos.

Sendo assim, desde a criação oficial da CPLP, em 1996, este foi um compromisso firmado pelos Estados Membros, que no ano de 2010, a partir de considerações previamente estabelecidas em outras reuniões, elaborou o PAB, a partir da VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

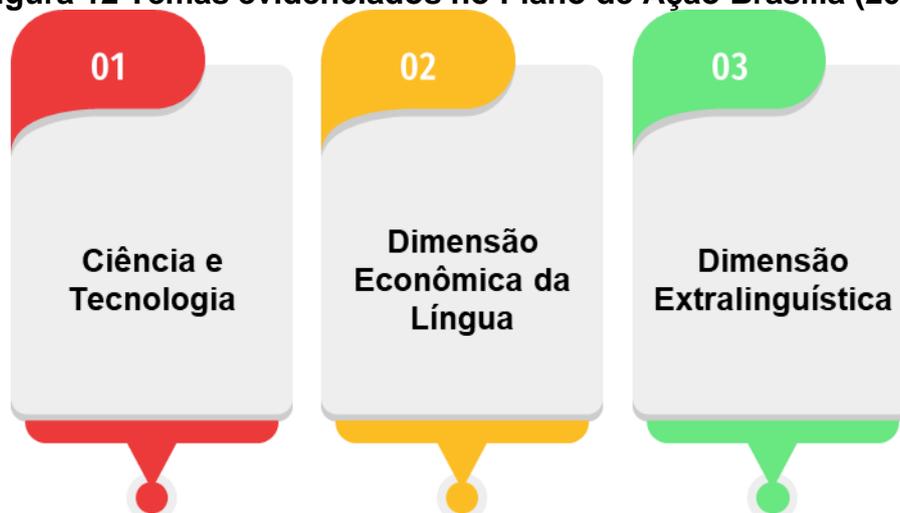
Inicialmente o Conselho de Ministros insere, por meio de uma resolução que anuncia o Plano elaborado, os parâmetros que norteiam a constituição do PAB, ressaltando que a "promoção e difusão da língua portuguesa constitui um dos três objetivos gerais estabelecidos pela comunidade". (CPLP, 2010, p.01), ressaltando, portanto, a ideia de que é essencial para a relevância desse projeto a adoção de políticas linguísticas "para a projeção do português como língua global". (CPLP, 2010a, p.01), além de reforçar que os países membros devem promover tais políticas a partir de uma "dimensão interna e externa" (CPLP, 2010a, p.01). Ou seja, há uma preocupação de que tais políticas são importantes tanto no âmbito da própria comunidade, quanto para outras comunidades que não falam o português, dada a ideia de promover este idioma enquanto língua global. O Conselho de Ministros da CPLP decidiu pela elaboração do Plano de Ação Brasília em virtude de todas as discussões anteriormente constituídas no âmbito da comunidade, sobretudo, por meio de "estratégias para a difusão do ensino da língua portuguesa e sua implementação nos organismos internacionais, assim como o desenvolvimento do Acordo Ortográfico" (CPLP, 2010a, p.02), revelando, portanto, os objetivos traçados a partir da criação do Plano.

Todas essas preocupações revelam a ideologia de enaltecimento da língua portuguesa, para projetá-la para o lugar que, de acordo com a perspectiva da instituição, ela merece estar enquanto uma língua global, internacional, de relevância diante da própria comunidade, bem como mostra a sua importância diante do mundo a partir das três considerações que são referenciadas no título: promoção, difusão e projeção, mantendo portanto o compromisso firmado nas resoluções, declarações e no Estatuto do IILP. Sendo assim, um plano de ação, tal como o elaborado e denominado PAB tem essa finalidade específica de dar um rumo aos interesses da CPLP para que a língua portuguesa viesse a se

constituir um objeto de vantagem financeira para os países membros da comunidade, sendo, neste sentido, uma língua que representa um ativo econômico.

Especificamente, no PAB, a percepção de uma ideia de vantagem econômica representada pela língua portuguesa se mostra de forma indireta, sendo implícita, a partir dos interesses dos países membros da Comunidade. Sendo assim, procuramos observar a partir dos trechos presentes no Plano, as ações de propostas que direcionam para um interesse que visa uma vantagem econômica, bem como as ideologias linguísticas que estão presentes na promoção, difusão e projeção da língua portuguesa que coadunam para propiciar as vantagens econômicas inseridas no discurso da CPLP. Sendo assim, no âmbito do aspecto econômico em torno da língua portuguesa, além de outras temáticas que subsidiam as ideologias da Comunidade, ressaltamos os destaques apresentados na figura a seguir:

**Figura 12 Temas evidenciados no Plano de Ação Brasília (2010)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

Os excertos na sequência apresentam especificidades destas temáticas a partir de marcas discursivas presentes nos enunciados selecionados do Plano, conforme destacamos no quadro 11:

**Quadro 11: Excertos do Plano de Ação Brasília (2010)**

<b>Temas</b>	<b>Enunciado</b>
Planejamento de Corpus e de Aquisição;	Desenvolver a cooperação para: [...] Editar e distribuir materiais didáticos e pedagógicos que

Língua da Ciência	<p><b>atendam às características socioculturais, políticas, económicas e linguísticas dos Estados Membros<sup>62</sup> (PAB01)</b></p> <p><b>A existência de terminologias científicas e técnicas <u>harmonizadas</u> em todo o espaço da CPLP constitui: i) uma vantagem em termos económicos; ii) um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; iii) um meio privilegiado para veicular informação e construir conhecimento na comunicação especializada. As instituições e os organismos responsáveis pela normalização terminológica nos países da CPLP deverão ser congregados em um projeto, para a <b>elaboração, edição e distribuição de glossários</b>, com áreas ou domínios cuja eleição <b>deverá obedecer a critérios que atendam as realidades terminológicas dos Estados Membros. (PAB02)</b></b></p>
Língua enquanto um ativo económico	
Língua de comunicação	
Plurilinguismo	
Ideologia da língua única	

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

A configuração de tais temas, presentes nos excertos, está coadunada com os objetivos projetados pela CPLP para a promoção e difusão da língua portuguesa, a partir de iniciativas que envolvem, a princípio um planejamento linguístico de corpus e de aquisição. Além disso, é perceptível a ideia de atendimento às características que são próprias dos Estados Membros, considerando o âmbito sociocultural, político, económico e linguístico de cada país. Neste contexto, reforçam ideologias da instituição, em cada temática ressaltada nos documentos, priorizando, sobretudo, a adoção de uma língua comum. Sendo assim, a atuação da CPLP seria por meio de uma gestão pensada na promoção e difusão da língua, evidenciando, portanto, uma ideologia voltada para características predefinidas dos Estados Membros da CPLP.

Por sua vez, também podemos destacar a partir do Plano, que a língua portuguesa pode ser considerada uma língua da ciência, e para isso, necessitaria de uma padronização de suas terminologias científicas e técnicas para que seja possível a obtenção de vantagens em termos económicos. A CPLP entende que um projeto deve ser empreendido visando a elaboração de

---

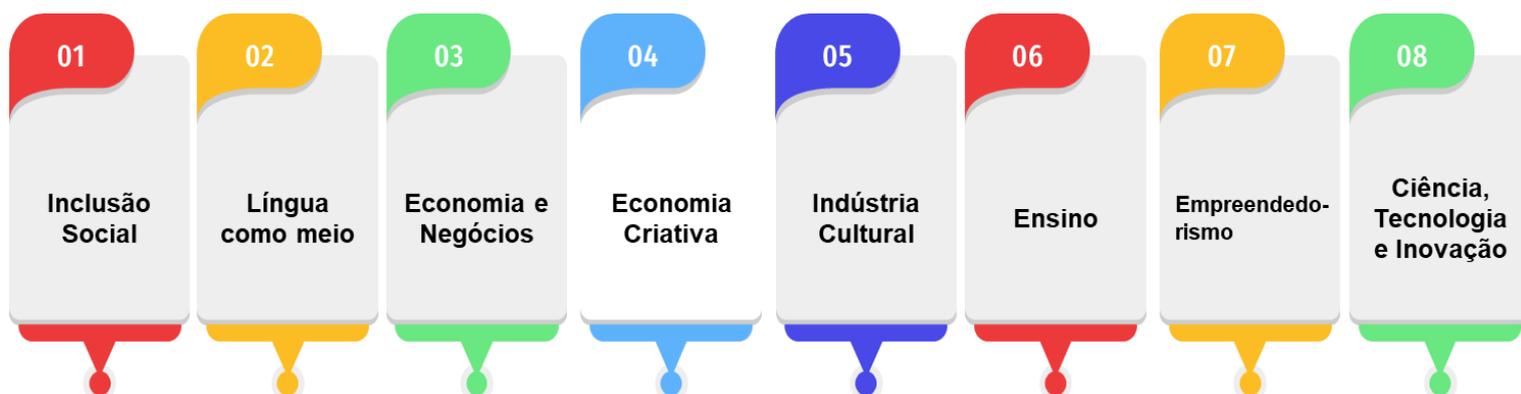
<sup>62</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 192 desta pesquisa.

glossários que obedecem às realidades terminológicas dos Estados Membros. No entanto, quando o discurso institucional projeta a existência de terminologias “harmonizadas”, defende uma ideologia da padronização, o que vai de encontro ao exposto sobre a questão das realidades terminológicas, gerando um paradoxo entre a necessidade de expandir o português a partir da sua inserção em múltiplos contextos linguísticos e a ideologia do uso de uma língua comum, ressaltando, portanto, uma preocupação já mencionada também nos documentos anteriores. O excerto PAB02 demonstra essa perspectiva paradoxal ao destacar que “A existência de terminologias científicas e técnicas harmonizadas [...] constitui uma vantagem em termos econômicos”. (PAB02) (CPLP, 2010a, p.11). Por outro lado, entende, ao mesmo tempo, que “a elaboração, edição e distribuição de glossários, com áreas ou domínios cuja eleição deverá obedecer a critérios que atendam as realidades terminológicas dos Estados Membros”. (PAB02) (CPLP, 2010a, p.11). Logo, ora a CPLP tem como foco a projeção de políticas que possam “harmonizar” um padrão linguístico para a comunidade, ora demonstra interesse em apresentar a adoção de mecanismos que priorizem a língua portuguesa de cada Estado Membro da Comunidade.

## **5.6. Plano de Ação Lisboa (2014)**

O Plano de Ação Lisboa (PALis) foi elaborado quatro anos depois do Plano de Ação Brasília, a partir da XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP. A necessidade de um novo Plano para tratar das iniciativas propostas pela Comunidade para a Língua Portuguesa incluía o interesse em realizar considerações sobre a II Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, bem como a apreciação sobre o PAB, de modo a colaborar para que, a partir das ações já propostas, o novo Plano pudesse acrescentar outras iniciativas a partir das temáticas abordadas. Diferentemente do documento elaborado em 2010, fica evidente que as considerações econômicas sobre a língua portuguesa são projetadas com maior frequência no PALis, sem desconsiderar, logicamente, outras importantes abordagens, estando presentes neste plano os seguintes temas:

**Figura 13: Temas evidenciados no Plano de Ação Lisboa (2014)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

A projeção de temas presentes neste Plano supera a perspectiva existente por parte dos Estados Membros no tocante à elaboração do Plano anterior (Brasília), demarcando com maior ênfase para a economia criativa (conforme detalharemos posteriormente) e o potencial da língua portuguesa enquanto um produto que venha a ser explorado pelas indústrias criativas, revertendo em uma série de vantagens econômicas. Os enunciados na sequência revelam esses interesses projetados.

**Quadro 12: Excertos do Plano de Ação Lisboa (2014)**

Temas	Enunciado
Língua como meio para desenvolvimento econômico	A globalização influencia de diferentes maneiras os grandes espaços de integração/cooperação e de identidade linguística e cultural. No caso da CPLP, este facto recomenda que o papel da língua portuguesa para o desenvolvimento seja pensado a partir da sua relevância no <u>acesso equitativo de todos à educação</u> . Em países multilíngues, quando a língua portuguesa tem existência como língua segunda, ela pode constituir um <u>recurso veicular no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que dá aos falantes de cada língua materna uma oportunidade igual de acesso e permanência no sistema educativo</u> , capaz de promover e de reforçar a <b>inclusão e a paz social</b> . Por outro lado, a pertença a um grande espaço cultural e de comunicação traz facilidades com <b>relevância económica para o desenvolvimento dos vários países</b> , como o estatuto de língua internacional de trabalho, ou o acesso a mercados e negócios, que são ao mesmo tempo
Língua de Negócios	

	incentivos permanentes em todos os níveis de prossecução de uma cidadania plena <sup>63</sup> . <b>(PALis01<sup>64</sup>)</b>
Língua da Ciência	[...] ênfase aos temas da língua portuguesa na <b>ciência, inovação e economia criativa</b> , além de ter aprofundado outros temas anteriormente trabalhados na Conferência de Brasília. Considerou essencial a participação da <u>sociedade civil</u> em ações de promoção e difusão da língua portuguesa. <b>(PALis02)</b>
Língua da Inovação e da Economia Criativa e do Empreendedorismo	Língua de ciência e de inovação ii. <b>A língua como fator de relevância na economia criativa</b> iii. <u>A língua na cooperação</u> entre os países da CPLP e nas comunidades das diásporas iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais v. A língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas. <b>(PALis03)</b>
Língua como meio para a cooperação	A língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da <b>economia criativa</b> : A <b>afirmação global da língua portuguesa</b> articula-se com a difusão das culturas nacionais que a tomam como veículo e com os esforços de internacionalização da economia. <b>O conjunto das economias dos EM da CPLP ocupa já um lugar relevante no PIB mundial, posição que tende a consolidar-se e que deve ser assumida como argumento fundamental.</b> Neste quadro, <u>destaca-se o papel de mediação exercido pela língua portuguesa</u> , enquanto propiciadora e facilitadora de contactos e de oportunidades de negócio: a) entre os países da CPLP; b) <u>como língua oficial e veicular</u> , no interior dos países multilíngues; c) como língua estrangeira, nos contactos com instituições e empresas internacionais. No quadro da economia criativa, a <b>língua portuguesa assume também a natureza de produto, concebido, trabalhado e comercializado por iniciativa dos criadores culturais, artísticos, literários, mas ainda, em vertente menos reconhecida e explorada, como ingrediente de produtos informáticos e mediáticos, com elevado potencial de geração de riqueza</b> , tendo sobretudo em conta o lugar de destaque que ocupa, no mundo, entre os utilizadores das principais redes sociais. <b>(PALis04)</b>
Língua de negócios	
Língua oficial e veicular	
Língua como ativo econômico	
Língua global	
Planejamento de Status e de Aquisição	<b>O desenvolvimento das economias dos países de língua portuguesa tem despertado a atenção de vários investidores, pelo que importa identificar áreas e tipos de produtos em que a língua seja economicamente relevante, face ao seu poder</b>
Ensino	

<sup>63</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 206 desta pesquisa.

<sup>64</sup> Os excertos serão identificados a partir do plano originalmente elaborado. Sendo assim, PALis01 significa Plano de Ação Lisboa excerto 01 e os demais excertos seguem a sequência.

<p>Língua enquanto ativo económico</p> <p>Língua de mediação</p>	<p><b>agregador de milhões de falantes.</b> Importa, também, reconhecer <b><u>o valor da língua portuguesa enquanto fator para a promoção da economia e responder ao interesse crescente na aprendizagem e na tradução de e para língua portuguesa.</u></b> A diversidade linguística no seio da CPLP reforça a relevância do <b>valor económico da língua portuguesa e torna claro o seu papel enquanto idioma de mediação. (PALis05)</b></p>
<p>Língua da Economia Criativa e do Empreendedorismo</p> <p>Língua enquanto ativo económico</p> <p>Língua da Ciência</p> <p>Língua da Tecnologia</p>	<p>Tendo em conta o impacto da <b>economia criativa na dinamização do tecido económico, pela capacidade de gerar emprego, e na promoção do bem-estar social,</b> os EM deverão <b>fomentar iniciativas que reforcem a presença e o papel da língua portuguesa no empreendedorismo e na economia criativa.</b> Para tanto, dever-se-á: 1. <b>Sensibilizar os agentes financeiros e empresariais para o valor económico da língua portuguesa;</b> 5. Fortalecer a proteção da propriedade intelectual nas áreas das economias criativas; 7. <b>Realizar estudos para mensurar a economia criativa nos EM,</b> assim como o valor económico da língua portuguesa <b>(PALis06)</b></p> <p>Promover e apoiar a internacionalização da língua portuguesa em áreas tecnológicas, <b>económicas</b> e das ciências exatas <b>(PALis07)</b></p> <p>Destaque de medidas e objetivos do PAB a projetar no PALis: [...] No que respeita à ação no âmbito da língua portuguesa enquanto <b>fator de relevância na economia criativa,</b> destaca-se a <b>criação de acervos digitais,</b> por organismos públicos e privados dos EM, para a preservação de conteúdos de património cultural da língua portuguesa. <b>(PALis08)</b></p>

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

A partir dos excertos selecionados, a presença do tema economia criativa se faz presente de forma considerável em pelo menos quatro dos oito destaques projetados no quadro. Especificamente sobre este tema, a CPLP entende que existe um potencial de geração de riqueza a partir do momento em que as ações de promoção e difusão da língua envolvem a criação de produtos que tenham como base a cultura da comunidade. Neste sentido, a língua portuguesa seria o produto ideal a ser usado como base de uma indústria criativa, dado que atrairia o interesse de pessoas interessadas no aprendizado da língua, gerando com isso o consumo de materiais diversificados elaborados em língua portuguesa.

Para Howkins (2001), a economia criativa tem como ideia central a conjunção de processos, ideias e empreendimentos que usam a criatividade como meio para criar, produzir e distribuir bens e serviços. Neste sentido, representa um conjunto de atividades que, com base nesta criatividade, forma a indústria criativa. O autor ainda afirma que a economia criativa

[...] consiste nas transações desses produtos criativos. Cada transação pode ter dois valores complementares: o valor do intangível, propriedade intelectual e o valor da transportadora física ou plataforma (se houver). Em alguns setores, como software digital, o valor da propriedade intelectual é maior. Em outros, como arte, o custo unitário do objeto físico é maior<sup>65</sup>. (HOWKINS, 2001, p.13)

Para a CPLP, a arte, a cultura, bem como a criação de materiais derivados deste componente cultural, correspondem em ações de economia criativa e que podem reverter vantagens econômicas para a Comunidade. O excerto PALis04 é exemplificativo do que entende a CPLP a esse respeito, entendendo que

a língua portuguesa assume também a natureza de produto, concebido, trabalhado e comercializado por iniciativa dos criadores culturais, artísticos, literários, mas ainda, em vertente menos reconhecida e explorada, como ingrediente de produtos informáticos e mediáticos, com elevado potencial de geração de riqueza. (PALis04) (CPLP, 2014, p.09).

Neste plano, portanto fica bem destacada a ideologia da língua enquanto um ativo econômico, ou seja, a língua se constitui um produto dentro do mercado global. Destaque a diferença da língua como um meio para facilitar a realização de relações comerciais.

Outra ideia presente no Plano está no propósito da aprendizagem da língua portuguesa no âmbito da população pertencente à própria comunidade. A CPLP delimita explicitamente o anseio de oportunizar, a partir do aprendizado a língua portuguesa, uma vantagem em termos econômicos, tentando vender a imagem de que a língua portuguesa é sinônimo de vantagem, a partir da

---

<sup>65</sup> No original: “[...] consists of the transactions in these creative products. Each transaction may have two complementary values: the value of the intangible, intellectual property and the value of the physical carrier or platform (if any). In some industries, such as digital software, the intellectual property value is higher. In others, such as art, the unit cost of the physical object is higher”. (HOWKINS, 2001, p.13).

“relevância econômica para o desenvolvimento dos vários países”, (PALis01) (CPLP, 2014, p.05), bem como permite a realização de negócios, sendo uma língua vantajosa para o acesso a mercados. Logo, esse conjunto de vantagens por meio da língua, induz a uma ideia de que as pessoas tendem a despertar o interesse em investir na língua portuguesa enquanto um investimento que possibilita um retorno econômico futuro e de realização de negócios por meio da língua. Neste sentido, a CPLP procura vender a ideia de língua de trabalho e de negócios como uma língua de oportunidades, o que sustenta uma disputa que, de igual modo, o português seria também utilizado para esta finalidade, tal como o inglês e o espanhol. Este foco no ensino e aprendizagem da língua corresponde, sobretudo, em ações de planejamento de aquisição e de status por parte da CPLP.

Destaca-se a preocupação da CPLP no estabelecimento de uma relação entre ciência, inovação e economia. Neste sentido, a entidade entende que o português enquanto uma língua da ciência e da inovação impulsiona um *status* que possibilita vantagens econômicas, permitindo que uma série de investimentos sejam realizados tendo como base a língua portuguesa, demarcando também um espaço de evolução científica e inovadora no âmbito desta língua, o que permite o ganho de novos espaços institucionais, a exemplo do desenvolvimento de pesquisas no âmbito do ensino superior, no tocante a uma ciência produzida a partir do português. A CPLP entende que uma língua se estabelece economicamente enquanto um produto, se ela for uma língua associada, portanto, ao desenvolvimento científico.

No âmbito das políticas e ideologias linguísticas acerca da língua portuguesa, a CPLP entende que é necessário “identificar áreas e tipos de produtos em que a língua seja economicamente relevante” (PALis05) (CPLP, 2014, p.09), dado que entende que o português tem o poder de agregar “milhões de falantes” (PALis05) (CPLP, 2014, p.09). Para a CPLP o potencial econômico da língua depende, portanto, dessa capacidade de ter uma quantidade expressiva de falantes da língua para que venha a ter relevância no âmbito internacional. Tanto que a preocupação expressa no que diz respeito ao reconhecimento do valor da língua portuguesa está atrelada a um “interesse crescente na aprendizagem e na tradução de e para a língua portuguesa” (PALis01) (CPLP, 2014, p.10), ocupando espaços e se fazendo presente diante

da comunidade internacional, ressaltando, portanto, um valor econômico e também simbólico para a língua, já que estaria presente de forma significativa também a partir da tradução em português em diversificadas áreas, sendo um reflexo das políticas linguísticas.

Além disso, está presente no discurso apresentado pela Comunidade a ideologia da diversidade linguística, sendo que, ao mesmo tempo, afirma que o valor econômico da língua portuguesa depende do “seu papel enquanto idioma de mediação” (PALis01) (CPLP, 2014, p.10). Neste sentido, fica clara a intenção institucional em reconhecer a diversidade, mas ao mesmo tempo, se volta à ideologia de língua única ao estabelecer o papel da língua portuguesa enquanto idioma de mediação.

Por fim, no tocante ao PALis, a CPLP entende que a língua portuguesa é um patrimônio a ser preservado, de modo a sustentar uma tradição de língua que desperte o interesse do público no tocante ao seu aprendizado. Neste sentido, estar presente nos espaços digitais, sobretudo, no contexto atual se faz necessária para cooptar o interesse do público que explora o meio digital, ressaltando, portanto, a importância de associar a língua ao contexto tecnológico, explorando a sua inserção a partir de sua presença na internet.

### **5.7. Plano de Ação Díli (2017)**

Dentre os documentos destacados nesta análise, o Plano de Ação Díli (PAD) abrange de forma mais significativa a importância que a CPLP agrega às considerações econômicas sobre a língua portuguesa no âmbito da promoção e difusão da língua. Logicamente, o documento não deixa de ser um desdobramento dos Planos elaborados anteriormente (PAB e PALis), estabelecendo um eixo específico no âmbito das possibilidades econômicas no uso do português enquanto um produto. Os temas destacados na figura 14 foram os que tiveram presença relevante no documento, contemplando, inclusive, temáticas que também foram abordadas anteriormente e que foram persistindo como pilares das ações da CPLP para a língua portuguesa.

**Figura 14: Temas evidenciados no Plano de Ação Díli (2017)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos consultados

Notadamente, o PAD insere a importância de estratégias como a cultura, a ciência e a inovação, indicando que a CPLP associa tais eixos como cruciais junto ao âmbito econômico para o sucesso da promoção e difusão da língua portuguesa. O quadro 13 na sequência detalha os enunciados associados aos principais temas relacionados no Plano.

**Quadro 13: Excertos do Plano de Ação Díli (2017)**

Temas	Enunciado
Língua como recurso econômico	Além de ter aprofundado outros temas anteriormente tratados pelas Conferências de Lisboa e de Brasília, nomeadamente o ensino e formação em língua portuguesa em contextos multilíngues, <b>o potencial económico da língua portuguesa</b> , e a cultura, ciência e inovação em língua portuguesa <sup>66</sup> <b>(PAD01<sup>67</sup>)</b>
Língua da cultura, ciência e da inovação.	Promover <b>estudos em todos os Estados-Membros da CPLP</b> , alicerçados em <b>metodologias comuns</b> , sobre o potencial económico da língua portuguesa. <b>(PAD03)</b>
Língua Global	A III Conferência, realizada em Díli (2016), <b>destacou a dimensão global e pluricêntrica da língua portuguesa, bem como o seu valor económico. (PAD02)</b>
Língua Pluricêntrica	
Língua como recurso econômico	

<sup>66</sup> O documento completo pode ser lido a partir da página 229 desta pesquisa.

<sup>67</sup> Os excertos serão identificados a partir do plano originalmente elaborado. Sendo assim, PAD01 significa Plano de Ação Díli excerto 01 e os demais excertos seguem a sequência.

<p>Língua como um meio</p> <p>Língua como ativo econômico</p> <p>Língua da Economia criativa</p>	<p>Valorizar o potencial da língua portuguesa nos múltiplos espaços de ação, nomeadamente nas áreas dos <b>negócios, da produção de conteúdo, da inovação, dos recursos educativos, da tradução e da interpretação, do mercado editorial e do mercado das línguas. (PAD04)</b></p> <p>Reconhecer o papel das <b>indústrias criativas</b> dos países de língua portuguesa <u>para o desenvolvimento do potencial económico da língua portuguesa</u>, especialmente nos termos da <b>Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco de 2005. (PAD06)</b></p> <p>Incentivar os Estados-Membros a partilhar <b>metodologias de avaliação sobre a economia do livro</b>, com vista à melhor compreensão de sua cadeia nos espaços da CPLP. <b>(PAD07)</b></p> <p>Realizar o <b>levantamento sobre a capacidade de edição e consumo de livros nos Estados-Membros</b>, de modo a <b>subsidiar futuras ações na área do livro e da leitura</b> dentro e fora do espaço da CPLP. <b>(PAD08)</b></p>
<p>Língua da Ciência</p> <p>Língua como recurso econômico</p> <p>Língua da cultura literária</p> <p>Língua da Economia criativa</p> <p>Língua do governo</p>	<p>Caracterizar as representações do português nos Estados-Membros da CPLP à luz do seu <b>valor económico, científico, literário</b> e de <b>boas práticas de governação, no sentido da valorização da realidade social e cultural da CPLP</b>, nomeadamente através da <b>atuação conjunta de especialistas</b> dos Estados-Membros da Comunidade. <b>(PAD05)</b></p>
<p>Língua da Inovação</p> <p>Língua da Tecnologia</p> <p>Língua da Internet</p>	<p>Investir no <b>desenvolvimento e inovação de tecnologias para a língua portuguesa e na produção de conteúdos digitais em português. (PAD09)</b></p>
<p>Políticas de formação de profissionais de línguas</p>	<p>Conceber <b>programas de língua portuguesa para fins profissionalizantes</b>, com metas de aprendizagem comuns, a serem aplicadas em escolas técnico-profissionais do espaço CPLP. <b>(PAD010)</b></p>

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

O documento é influenciado pelas considerações realizadas na III Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, sobretudo, no tocante ao discurso de uma ideologia de dimensão global da língua portuguesa, além de destacar o caráter de língua pluricêntrica atribuída ao português, ressaltando, portanto, múltiplos padrões do português, de acordo com a variedade própria de cada país. Aqui temos uma inovação, dado que a CPLP tende a defender a ideologia de uma língua unificada. Ao destacar a noção de língua pluricêntrica, atribui, portanto, ênfase ao português falado e escrito para além do português brasileiro e do português europeu.

De modo específico, ao apresentar um eixo sobre o potencial econômico da língua portuguesa, o PAD destaca as diretrizes que a Comunidade projeta para os próximos anos no que diz respeito ao português enquanto ativo econômico. Conforme o exemplificado no excerto PAD02, a CPLP insere a necessidade de que ações sejam empreendidas no tocante aos estudos nos Estados Membros da CPLP, tomando como base metodologias comuns sobre o potencial econômico da língua, o que insere a questão de uma metodologia unificada de uma língua comum, contrastando com a visão pluricêntrica.

O potencial econômico da língua é destacado considerando uma série de áreas como capacidade de exploração, tais como, negócios, produção de conteúdo, inovação, recursos educativos, tradução e interpretação, mercado editorial e mercado das línguas, conforme exemplifica os excertos PAD04, PAD06, PAD07 e PAD08. Neste sentido, o potencial de exploração mercadológica da língua é abrangente, e, a partir de planejamento linguístico de corpus, que impulse o investimento nessas áreas, projetando benefícios econômicos para os Estados Membros. Notadamente, os excertos inserem a ideia de valorização deste potencial, o que corrobora com a ideia de que tal valor ainda não é plenamente realizado no espaço da CPLP e só a partir das políticas linguísticas é que essa valorização seria alcançada. Para isso, é fundamental o papel das indústrias criativas, considerando, sobretudo o disposto na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco de 2005, ratificada pelo Brasil em 2007, destacando:

[...] a diversidade linguística constitui elemento fundamental da diversidade cultural, e reafirmando o papel fundamental que a

educação desempenha na proteção e promoção das expressões culturais [...] Artigo 6 - Direitos das Partes no âmbito nacional: 1. No marco de suas políticas e medidas culturais [...] e levando em consideração as circunstâncias e necessidades que lhe são particulares, cada Parte poderá adotar medidas destinadas a proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território. 2. Tais medidas poderão incluir: [...] b) medidas que, de maneira apropriada, criem oportunidades às atividades, bens e serviços culturais nacionais – entre o conjunto das atividades, bens e serviços culturais disponíveis no seu território –, para a sua criação, produção, difusão, distribuição e fruição, incluindo disposições relacionadas à língua utilizada nessas atividades, bens e serviços (BRASIL, 2007, s.p.)

No âmbito desta Convenção fica clara a ideia de diversidade linguística e o respeito aos respectivos contextos culturais. Considerando o discurso da CPLP, a entidade entende que o potencial econômico da língua está diretamente relacionado com o reconhecimento da diversidade da língua portuguesa. Novamente a ideologia de reconhecimento da diversidade se impõe como fator crucial para que o português tenha representatividade enquanto um ativo econômico e que possibilite o desenvolvimento das indústrias criativas que tomam como base um mercado em potencial a partir do português enquanto um produto econômico.

Ainda no âmbito do eixo do potencial econômico, no excerto PAD09, o discurso da CPLP novamente se volta para a questão da inovação, da tecnologia e a produção de conteúdos digitais em língua portuguesa. Assim como nos planos anteriores, esta tem sido uma preocupação crescente para a Comunidade, dado que é nos espaços digitais que a língua portuguesa pode ter potencial de longo alcance no tocante à escolha pelo aprendizado desta língua por parte dos falantes. Neste sentido, o investimento no desenvolvimento tecnológico e nos conteúdos digitais, constitui uma prioridade para a Comunidade que vê nesta iniciativa potencial vantagem econômica.

Por fim, tal como o investimento tecnológico, ganha ênfase de igual modo a capacitação profissional em língua portuguesa, de modo a ressaltar a importância da qualificação de pessoas que estejam aptas no aprendizado da língua portuguesa, sendo tal política linguística se mostra como uma ação necessária para oportunizar espaços em que o português seja uma língua que reverta benefícios econômicos a partir de seu aprendizado, caracterizando, portanto, a preocupação da CPLP em promover um Planejamento Linguístico de

aquisição que possa gerar o interesse não somente na promoção e difusão da língua portuguesa, mas, em fazê-lo a partir do aumento de pessoas qualificadas para esta finalidade.

Em retrospecto, o Plano de Ação Díli, coaduna ações de Planejamento Linguístico de corpus, status e aquisição, dado o interesse da CPLP em estabelecer uma gestão linguística do português de modo a produzir um amplo material acerca do aspecto da cultura de língua portuguesa, além de sua presença em espaços virtuais, a exemplo da internet, atraindo o público que potencialmente desperta o interesse por essa língua, sobretudo, encontrando vantagens econômicas para o seu aprendizado, e que, por sua vez, vai encontrar uma ampla possibilidade de formatos para a realização da aquisição desta língua. Neste sentido, o plano da CPLP é estabelecer uma política linguística que eleve o status da língua portuguesa, a partir de ações que estabeleça para esta língua o devido espaço que deve ocupar.

## 06 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de compreender o espaço conferido à Língua Portuguesa a partir da análise dos discursos elaborados pela CPLP, analisamos os documentos oriundos das Conferências de Chefes de Estado e de Governo e das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministros dos países dessa instituição. Nessa perspectiva, objetivos foram traçados a fim de responder duas questões de pesquisa. Delimitamos como objetivo geral *investigar o(s) papel(eis) e as ideologias linguísticas do português nas políticas de promoção e de difusão desta língua em documentos da CPLP no período de 2004-2017*. Por sua vez, dois objetivos específicos foram elaborados: 1) *Analisar o papel da língua portuguesa nas políticas de promoção e difusão desta língua no discurso da CPLP*; e 2) *Caracterizar as ideologias linguísticas voltadas à promoção e à difusão da língua portuguesa em discursos da CPLP*.

Para a materialização de tais objetivos, realizamos um percurso metodológico que caracterizou esta pesquisa como sendo de natureza qualitativa. Assim, este trabalho inseriu-se no paradigma interpretativista (LIN, 2015), buscando descrever o entendimento de um ator institucional que tem como objetivo geral “a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”<sup>68</sup>. Selecionamos como *corpus* a Resolução sobre a promoção e difusão da Língua Portuguesa (2004), a Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa (2008), a Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo (2009), o Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010), o Plano de Ação Brasília (2010), o Plano de Ação Lisboa (2014) e o Plano de Ação Díli (2017). Realizamos uma análise temática em excertos provenientes desses documentos, a partir de duas categorias: os planejamentos e as ideologias linguísticas.

No percurso da pesquisa, elaboramos dois capítulos teóricos. O primeiro deles, focado na língua portuguesa como um ativo econômico, sendo esta uma das principais ideologias linguísticas sustentadas por meio dos estudos de Galito (2006) e de Reto (2012, 2020). No outro capítulo, tratamos das ideologias linguísticas, a partir dos estudos que vão desde Silverstein (1979, 1985) até os

---

<sup>68</sup> Informação disponível no site da CPLP. Endereço eletrônico: <https://www.cplp.org/id-4180.aspx>

desdobramentos teóricos mais recentes, tais como Woolard (1998, 2007, 2012), Kroskrity (2004, 2010), Del Valle (2007) e Del Valle e Arnoux (2010).

Dentre os teóricos mencionados, a proposição de Woolard (2007) sobre a ideologia da autenticidade e do anonimato foi adotada, visto que se aproxima de modo mais específico com a pesquisa empreendida nesta tese. Essa escolha teórica se justificou porque entendemos que a CPLP tem como um de seus pilares a preocupação em propor ações em torno do português, entendendo que esta língua necessita de ampliação do seu espaço tanto nas ações internas junto aos Estados Membros, quanto no contexto externo, junto a outras comunidades que não têm o português como língua oficial.

Ainda tomando por base o aporte teórico de Woolard (2007), assumimos o entendimento de que as ideologias linguísticas correspondem a diferentes representações sobre as línguas que as pessoas vão construindo a partir de suas experiências sociais, indicando, por exemplo, quais línguas e variedades são consideradas como socialmente melhores, adequadas, dentre outras.

Considerando o exposto, procuramos, portanto, responder às questões de pesquisa propostas. Questionamos, primeiramente, a partir das políticas de promoção e difusão promovidas pela CPLP, como seria percebido o papel da língua portuguesa nos discursos dessa entidade. Esses diferentes papéis se configuraram desde o capítulo de descrição das reuniões realizadas pelos Estados Membros e pôde ser analisado, de forma específica, nos documentos selecionados. Identificamos que a língua portuguesa assume diversificadas perspectivas tais como: língua de ciência, língua de trabalho em instituições internacionais, língua da tecnologia, língua de ensino, língua da indústria cultural, língua de comunicação, língua como meio para o desenvolvimento econômico e para o acesso e permanência na educação, dentre outras. Para a realização desses diferentes papéis foram propostos diferentes tipos de planejamentos linguísticos: o de *status*, o de *corpus* e o de aquisição, conforme Cooper (1989). Ficou evidente, na análise, que tais planejamentos promovem a ideia principal de estabelecer o português como língua global no mercado linguístico internacional.

Por sua vez, também questionamos quais seriam as principais ideologias linguísticas promovidas pela CPLP para a promoção e difusão da língua portuguesa. Por meio da análise empreendida, identificamos que nos primeiros

documentos elaborados era incipiente a presença de ideologias linguísticas. Essa presença foi aos poucos ganhando espaço, de modo que o discurso da CPLP foi sendo moldado para mostrar que o português deveria ter uma valoração ampliada no âmbito interno de seus Estados Membros e no contexto externo junto à comunidade internacional. Para tanto, foram sendo repetidas, criadas e ampliadas as ideologias, inclusive em termos econômicos.

Essas ideologias foram as mais diversas, mas de modo evidente ficou explícito uma dupla perspectiva ideológica, seja de língua de anonimato, seja de língua da autenticidade (WOOLARD, 2007), as quais estavam presentes no discurso institucional de modo que uma complementava a outra. Outro resultado encontrado foi a ideologia do português enquanto um ativo econômico, tendo se sobressaído a partir dos Planos de Brasília (2010), Lisboa (2014) e Díli (2017). Essa ideologia caracteriza a língua como um meio para a promoção de atividades econômicas, bem como um produto econômico *per si*.

**Figura 15: Ideologias que conduzem ao entendimento do português como língua global.**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos documentos consultados

A partir do exposto e considerando as proposições teóricas e analíticas realizadas por meio deste trabalho, entendemos que os objetivos propostos para esta pesquisa foram realizados. Igualmente, entendemos que a tese proposta para esta pesquisa, *a política de promoção e difusão da língua portuguesa no discurso da CPLP, para os Estados Membros e para a comunidade internacional, no período de 2004 a 2017, conduz ao fomento de diferentes ideologias linguísticas, tais como a língua como um ativo econômico e o português como língua global*, foi confirmada.

No entanto, é necessário ressaltar que algumas lacunas se fizeram presentes, dado que no contexto de sua aplicação, percebe-se, empiricamente, que as iniciativas propostas pela CPLP não são plenamente realizadas. É notória a ausência da concretização dos planejamentos linguísticos elaborados, ou seja, existem mais proposições do que materializações. Abre-se, portanto, um caminho para a realização de novas investigações, a saber: a análise das práticas de difusão e promoção do português nos Estados-Membros. Nesse sentido, é possível destacar os limites e as potencialidades da agência da CPLP e de seus Estados Membros.

Destacamos, ao final que este trabalho não representa um ponto final para a exploração do tema. A pesquisa trouxe uma contribuição para os estudos voltados à Ideologia Linguística e, sobretudo, para a Língua Portuguesa enquanto uma língua que representa um grande potencial de exploração e que pode alcançar um patamar de projeção diferenciado junto à comunidade internacional, tal como apontamos a partir das análises empreendidas. Vale destacar que o discurso apresentado pela CPLP contribui para visualizarmos perspectivas distintas para a língua portuguesa, mas, por outro lado, ainda carece de investigações que explorem em profundidade cada um deles. Nesse sentido, este trabalho é o ponto de partida para que novas pesquisas venham a ser empreendidas.

## REFERÊNCIAS

ARNOUX, E. N.; DEL VALLE, J. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. **Spanish in Context** 7:1 (2010), 1-24.

BÉJAR, R. C. Una década de inversiones españolas en América Latina (1990–2000): **El idioma como ventaja competitiva**, 2001. Disponível em: <[http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/activo\\_del\\_espanol/1\\_la\\_industria\\_del\\_espanol/casilda\\_r.htm](http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/activo_del_espanol/1_la_industria_del_espanol/casilda_r.htm)>. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.177, DE 1º DE AGOSTO DE 2007**. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Brasília, 1º de agosto de 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm)>. Acesso em 19 nov. 2021.

BLOMMAERT, J. **Discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CALVET, L. J. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 2000.

COOPER, Robert L. **Language planning and social change**. Cambridge University Press, 1989.

DALMAZZONE, S. Economics of Language: A Network Externalities Approach. In: BRETON, A. **New Canadian Perspectives** – Exploring the Economics of Language, Department of Canadian Heritage, Canada, 2000.

DEL VALLE, J. Glotopolítica, ideologia y discurso: categorías para el estudio del status simbólico del español. In: **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Vervuert/ Iberoamericana, 2007.

DIONÍSIO, C. I. B. **O exame Celpe-Bras**: mecanismo de política linguística para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: < [l1nq.com/1GBod](http://l1nq.com/1GBod)>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GALITO, Maria Sousa. Impacto económico da língua portuguesa enquanto língua de trabalho. **CI-CPRI, AGL**, v. 1, p. 1-97, 2006.

GRAYLEY, Monica Villela. **A Língua Portuguesa Como Ativo Político**: Um Mundo de Oportunidades Para os Países Lusófonos. Editora Appris, 2019.

HOWKINS, John. **The creative economy**: how people make Money from ideas. London, England: Penguin Books, 2001.

IGLESIAS, Enrique. **El español, instrumento de integración ibero-americana**, 2007. Disponível em: <<http://congresosdelalengua.es/cartagena/ponencias>>. Acesso em 02. Out. 2021.

JAWORSKI, A; COUPLAND, N. (eds.): **The discourse reader**. London/New York: Routledge, 1999.

KROSKRITY, P. V. Languages ideologies. In: DURANTI, A. **A companion to linguistic anthropology**, 2004.

KROSKRITY, Paul V. Language ideologies—Evolving perspectives. **Society and language use**, v. 7, n. 3, p. 192-205, 2010.

LABORINHO, A. P. A língua na rota da economia. In: RETO, L. A. **Potencial económico da língua portuguesa**. Leya, 2012.

LIN, A. M. Y. Researcher positionality. In: HULT, F. M; JOHNSON, D. C. **Research methods in language policy and planning: a practical guide**. West Sussex (UK): John Wiley & Sons, Inc., 2015.

LIPPI-GREEN, R. **English with an accent: Language, ideology, and discrimination in the United States**. Routledge, 2012.

MARQUÊS DE POMBAL (1757). **Diretório dos índios**. Disponível em: <[https://www.nacaomestica.org/diretorio\\_dos\\_indios.htm](https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm)>. Acesso em: 02 out. 2021.

MARSCHAK, J. Economics of language. **Behavioral Science**, v. 10, n. 2, p. 135-140, 1965.

PHILLIPS, S. U. Constructing a Tongan Nation-state through Language Ideology in the Courtroom. In: KROSKRITY, P. V. (ed.), **Regimes of Language**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000.

RETO, L. A.. **Potencial económico da língua portuguesa**. Leya, 2012.

RETO, L. A. et al. **O essencial sobre a língua portuguesa como ativo global**. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 2020.

RICENTO, Thomas K.; HORNBERGER, Nancy H. Unpeeling the onion: Language planning and policy and the ELT professional. **Tesol Quarterly**, v. 30, n. 3, p. 401-427, 1996.

SCHIEFFELIN, B. B; WOOLARD, K. A; KROSKRITY, P. V. (eds.). **Language Ideologies**. New York: Oxford University Press, 1998.

SHOHAMY, E. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London: Routledge, 2006.

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. **The elements: A parasection on linguistic units and levels**, p. 193-247, 1979.

SILVERSTEIN, M. (1985). Language and the Culture of Gender. In E. MERTZ, E; PARMENTIER, R. (eds.), **Semiotic Mediation**. New York: Academic Press, 1985.

SILVERSTEIN, M. The Uses and Utility of Ideology: A Commentary. In: SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (eds.). **Language Ideologies**. New York: Oxford University Press, 1998.

SPOLSKY, B. **Language policy**: key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge, 2004.

SPOLSKY, Bernard. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, Bernard. **The Cambridge handbook of language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

THROOP, R. **Teachers as language policy planners**: incorporating language policy planning into teacher education and classroom practice. Working Papers in Educational Linguistics 22/2: 45-65, 2007.

VAILLANCOURT, F. The economics of language and language planning. **Language problems and language planning**, v. 7, n. 2, p. 162-178, 1983.

VIRGULINO, C. G. C. **Ponto de encontro?** um estudo sobre a norma em um mecanismo de política linguística para a difusão do “português global”. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20284/1/CamilaGeyseDaConcei%c3%a7%c3%a3oVirgulino\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20284/1/CamilaGeyseDaConcei%c3%a7%c3%a3oVirgulino_Dissert.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2022.

WOOLARD, K. A. Las ideologías lingüísticas como campo de investigación. In: SCHIEFFELIN, B.B.; WOOLARD, K.A.; KROSKRITY, P. V. **Ideologías Lingüísticas** - Práctica y Teoría. 2012.

## ANEXOS

### A – Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa



#### V CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
São Tomé, 26 e 27 de Julho de 2004

#### RESOLUÇÃO SOBRE A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em São Tomé, na sua IX Reunião Ordinária, no dia 26 de Julho de 2004;

Tendo em conta o carácter fundamental das actividades de promoção e difusão da Língua Portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional e para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e da cooperação entre os seus Estados membros;

Congratulando-se com as iniciativas da Sociedade Civil dos Estados membros a favor da promoção e difusão da Língua Portuguesa;

Tendo apreciado os resultados do I Encontro Extraordinário de Trabalho sobre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), realizado na Praia, a 4 e 5 de Dezembro de 2003; da Oficina de Trabalho Preparatória à III Assembleia Geral do IILP, realizada em Lisboa, de 10 a 12 de Maio de 2004 e da III Assembleia Geral do IILP, realizada na Praia, a 28 e 29 de Junho de 2004;

Considerando que a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa através do IILP, é um dos objectivos gerais da CPLP; e

Havendo identificado a necessidade da adopção de medidas que confirmem um maior dinamismo ao IILP e, em particular, a dotação do Instituto dos meios humanos e materiais necessários para o eficaz cumprimento da sua missão;

DECIDE:

Reiterar o compromisso de apoiar projectos ou acções concretas voltadas para o fortalecimento da Língua Portuguesa nos Estados membros, especialmente em Timor-Leste;

Registrar, com satisfação, as actividades desenvolvidas pelo Secretariado Executivo junto das entidades da sociedade civil interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa e, nesse particular:

**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Rua de São Caetano, nº 32 1200-829 Lisboa  
Telefone: (+351) 21 392 85 60 Fax: (+351) 21 392 85 88

1



- Aplaudir a Fundação Roberto Marinho e demais parceiros do Projecto Estação da Luz da Nossa Língua pela iniciativa de criar, na cidade de São Paulo, um centro internacional de referência da Língua Portuguesa; e
- Louvar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) pelos seus esforços para que a Língua Portuguesa seja incluída nos exames de acesso às universidades norte-americanas.

Sublinhar a importância da promoção da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais, nomeadamente, através de tradutores e interpretes nas organizações internacionais que tenham o Português como língua de trabalho e do apoio à criação de conteúdos em Língua Portuguesa para as páginas na Internet dessas mesmas organizações, com especial incidência para as seguintes organizações africanas: UA, CEDEAO, CEACC, SADC e UEMOA;

Congratular o Dr. Manuel Brito-Semedo pela sua eleição para o cargo de Director Executivo do IILP e a Dra. Ana Paula Serafim Henriques pela sua recondução na Presidência da Assembleia Geral;

Tomar nota das alterações aos Estatutos e ao Regimento da Assembleia Geral do IILP e das recomendações à Direcção Executiva do Instituto, emanadas da III Assembleia Geral;

Saudar as seguintes orientações resultantes dos trabalhos da III Assembleia Geral no que respeita:

- A criação de mecanismos de reforço de coordenação entre a Direcção Executiva do IILP e o Secretariado Executivo da CPLP;
- A elaboração e execução de projectos, sempre que possível, em parceria com instituições interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa;

Instruir os órgãos da CPLP, tendo em atenção os resultados emanados da III Assembleia Geral do IILP:

- A designar um assessor que se encarregue do acompanhamento contínuo das actividades do IILP e do encaminhamento da interlocução com a CPLP;
- A fornecer formação e capacitação do quadro de pessoal do IILP no sentido da adopção de práticas administrativas e financeiras padronizadas e
- A apoiar o IILP na administração financeira dos seus projectos, por meio do Fundo Especial da CPLP, sem que aqueles sejam onerados pela taxa de administração do Fundo.



Instar os Estados membros que ainda não o fizeram a contribuírem para o Orçamento do IILP, de forma a garantir o seu adequado funcionamento.

Feita em São Tomé, a 26 de Julho de 2004.

## B – Declaração de Lisboa sobre a Língua Portuguesa

### VII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA Lisboa, 25 de Julho de 2008

#### DECLARAÇÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique reuniram-se na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008.

*Considerando* a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização;

*Reconhecendo* a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos;

*Considerando* a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas;

*Assumindo* o papel das línguas na criação de mercados e oportunidades de negócio, e na integração económica e social;

*Confirmando* o poder da Educação definida por padrões de referência de qualidade;

*Tendo em conta* que se celebra, em 2008, o Ano Internacional dos Idiomas;

*Recordando* os objectivos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);

#### **DECLARAM:**

1. A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como *Língua Global*;
2. A sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:

- a. Do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho;
  - b. Da coordenação de esforços na formação de tradutores e intérpretes e implementação de tecnologias da informação e comunicação ao serviço da tradução e interpretação;
  - c. Da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira;
3. O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e económico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;
  4. O compromisso, nos espaços da CPLP, de partilha de experiências e de esforços no sentido de serem definidas políticas de ensino que visem especificamente a aprendizagem da Língua Portuguesa, nomeadamente através da formação especializada dos professores para o ensino do Português como Língua Não Materna (Língua Segunda);
  5. A necessidade de continuada concertação diplomática no sentido de, em conjunto, se desenvolverem programas que permitam a permanente ligação das diásporas às culturas dos seus países de origem e a sua simultânea integração nos países de acolhimento, tendo em consideração que a Língua Portuguesa é um factor de união das diásporas dos diferentes Estados membros da CPLP;
  6. O seu regozijo pela futura entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática.
  7. A necessidade de medidas concretas relativamente ao compromisso da desejável unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa.

8. A sua confiança no IILP, quer no acompanhamento da aplicação prática do Acordo Ortográfico, coordenando a apresentação de relatórios periódicos, quer na adopção de um Plano Estratégico para a Gestão da Língua Portuguesa que esteja ao serviço, entre outros, das políticas supra referidas, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em 2009. Neste contexto, os Estados membros da CPLP reiteram a necessidade de serem criadas as respectivas Comissões Nacionais adstritas ao IILP e de que seja assegurada a operacionalidade daquelas já criadas.

Feita em Lisboa, a 25 de Julho de 2008.

## C – Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo

### "Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo e Comunicado Final

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores da CPLP, reunidos na cidade da Praia, debateram a orientação estratégica sobre a questão da difusão e promoção da Língua portuguesa.

Reafirmaram que a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores comuns, numa perspectiva aberta e universalista.

A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais, de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Européia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.

A ação conjunta nesta matéria deve guiar-se pelos seguintes pressupostos: realismo nos objetivos a fixar, pragmatismo na forma de os executar e persistência na concertação da ação política necessária.

A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. A diversidade lingüística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenômenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.

Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global.

Os Ministros estão também conscientes de que é essencial um aumento significativo do Ensino da Língua portuguesa nos seus próprios países, reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de promoção do ensino da língua portuguesa noutros países, com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse.

Visa-se, nuns casos, o enriquecimento da língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e, noutros, a sua própria difusão, coexistindo em harmonia com outros idiomas falados localmente.

As dimensões interna e externa da ação conjunta deverão ser complementares. As decisões que tomamos para melhorar a eficácia do Instituto Internacional da Língua portuguesa contribuirão para reforçar a concretização destes objetivos.

Com o propósito de acelerar os trabalhos para cumprimento das orientações que foram dadas pelos Chefes de Estado e de Governo na VII Cimeira em Lisboa e em Nova Iorque, os Estados membros decidiram organizar uma Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial, a realizar no Brasil durante a Presidência Portuguesa.

Na mesma ocasião, terá lugar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP para analisar propostas sobre as estratégias de promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa e da sua implantação nas organizações internacionais, com base num relatório, elaborado por peritos designados pelos Estados membros, a apresentar oportunamente pela Presidência Portuguesa, apoiada pelo Secretariado Executivo.

Este relatório abordará também o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, particularmente no que respeita aos constrangimentos relativos à elaboração do vocabulário ortográfico comum, enquanto pressuposto da sua aplicação.

Esta ação deverá ter lugar em estreita coordenação com o IILP.

A VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 2010, tomará as decisões necessárias que resultem das recomendações apresentadas pelos Ministros.

Feita na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009.

## D – Estatuto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa

### VIII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

#### XV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS Luanda, 22 de Julho de 2010

##### **Resolução sobre a Aprovação dos Estatutos e do Regimento Interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido, em Luanda, na sua XV Reunião Ordinária, no dia 22 de Julho de 2010;

*Recordando* que a promoção e a difusão da Língua Portuguesa constitui um dos três objectivos gerais dos Estatutos da Comunidade e que, para o efeito, foi anteriormente criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a 1 de Novembro de 1989, em São Luís do Maranhão;

*Tendo em conta* as Resoluções sobre o IILP adoptadas pelas XIII e XIV Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros, respectivamente, de Julho de 2008 e de Julho de 2009;

*Consciente* de que o IILP não tem tido as condições propícias para o cumprimento adequado dos objectivos para que foi criado, não obstante o reconhecimento de esforços dos sucessivos Directores Executivos e da importância desta Instituição para a promoção, difusão e projecção da língua portuguesa;

*Ciente* da necessidade de adequar os Instrumentos Jurídicos que regem o IILP, bem como a sua estrutura financeira e de recursos humanos, a fim de permitir que o Instituto seja um instrumento operacional e útil na concretização dos seus objectivos e atribuições recomendadas no “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa”;

#### **DECIDE:**

1. *Aprovar* os Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), anexos à presente Resolução, devendo o procedimento de ratificação pelos Estados membros tramitar de forma concomitante com a Alteração dos Estatutos da CPLP aprovada nesta sede.

2. *Aprovar* o Regimento Interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, anexo à presente Resolução.

Feita em Luanda, a 22 de Julho de 2010

**ESTATUTOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA  
PORTUGUESA (IILP)**

**Artigo 1.º  
(Âmbito)**

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) que, à luz da estratégia definida pela Comunidade, visa a construção de políticas concertadas de promoção e difusão da Língua Portuguesa, conducentes à sua internacionalização efectiva e afirmação como *Língua Global*.

**Artigo 2.º  
(Estatuto Jurídico)**

1. O IILP goza de personalidade jurídica.
2. O IILP executa as deliberações e dá seguimento às orientações das Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros, do Comité de Concertação Permanente bem como das Reuniões Ministeriais da CPLP relativas às políticas de promoção e difusão da Língua Portuguesa.
3. Para a prossecução das suas atribuições, o IILP é dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial.

**Artigo 3.º  
(Sede e Representações)**

1. O IILP tem sede permanente na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde.
2. O IILP poderá ter representações junto de organismos ou instituições fora do espaço da CPLP, cada uma a ser designada *Delegação do IILP junto de (...)*.
3. O IILP poderá ter escritórios regionais, com funções técnico-científicas e de assessoria, nos Estados membros, estando a sua criação sujeita à aprovação do Comité de Concertação Permanente.

4. Os custos integrais da manutenção e actividades das Representações, incluindo a cessação e/ou contratação de recursos humanos, serão da responsabilidade da Comunidade e aqueles relativos aos escritórios regionais serão da responsabilidade do Estado membro anfitrião.

**Artigo 4.º**  
**(Missão e atribuições)**

1. O IILP tem por missão a promoção, a valorização e a difusão da Língua Portuguesa como
  - i Língua de expressão de diferentes culturas;
  - ii Língua de comunicação global e de utilização oficial em *forma* internacionais;
  - iii Língua de educação, formação e informação;
  - iv Língua de conhecimento científico e tecnológico;
  - v Língua de negócios e de desenvolvimento socioeconómico.
2. São atribuições gerais do IILP:
  - a) Elaborar e executar planos estratégicos e consequentes programas e projectos conducentes à internacionalização efectiva da Língua Portuguesa, nomeadamente junto de organizações internacionais e regionais;
  - b) Promover, propor e apoiar a execução de projectos culturais, numa perspectiva integrada e de interculturalidade, de difusão da Língua Portuguesa;
  - c) Fomentar a promoção do conhecimento da Língua Portuguesa e das Culturas da CPLP, nomeadamente, através do estabelecimento de redes de investigação e de intercâmbio de experiências;
  - d) Promover e acompanhar o desenvolvimento de instrumentos de normalização linguística comum;
  - e) Propor e/ou avaliar projectos multilaterais de apoio ao desenvolvimento e optimização das competências em Língua Portuguesa em Estados membros da CPLP;
  - f) Apoiar a adequada articulação entre a Língua Portuguesa e as demais línguas nacionais;
  - g) Assegurar a representação da CPLP em *forma* internacionais sobre multilinguismo e multiculturalismo, por delegação do Secretário Executivo da CPLP;
  - h) Colaborar com instituições dos Estados membros e de Estados terceiros no desenvolvimento de programas e projectos relevantes para a Língua Portuguesa.

**Artigo 5.º**  
**(Órgãos)**

1. São órgãos do IILP o Director Executivo e o Conselho Estratégico.
2. O IILP é dirigido pelo Director Executivo.

**Artigo 6.º**  
**(Director Executivo)**

1. O Director Executivo é funcionário internacional com direitos e deveres equiparados aos dos funcionários internacionais da CPLP, de acordo com o estatuto diplomático conferido pelo Estado membro de que é cidadão, com as especificidades constantes do presente Estatuto do IILP, do Acordo entre o Governo de Cabo Verde e o IILP referente ao estabelecimento da sede do IILP em Cabo Verde (Acordo Sede) e de outra regulamentação interna da CPLP.
2. O Director Executivo é recrutado, entre cidadãos nacionais dos Estados membros, por concurso público internacional, para um mandato de três anos, renovável, uma única vez, por igual período.
3. O Director Executivo, para o exercício das suas funções, é co-adjuvado por uma Estrutura de Apoio.
4. Compete ao Director Executivo:
  - a) Gerir o IILP, chefiar e coordenar a Estrutura de Apoio;
  - b) Nomear, após concurso público, o pessoal da Estrutura de Apoio;
  - c) Organizar as reuniões do Conselho Estratégico, em articulação com o respectivo Presidente;
  - d) Propor a convocação de reuniões extraordinárias ao Presidente do Conselho Estratégico, sempre que a situação o justifique;
  - e) Propor e apresentar, ao Conselho Estratégico, devidamente orçamentados, o plano estratégico, o plano de gestão e investimento e o plano de actividades;
  - f) Executar o plano estratégico e o plano de actividades aprovados pelo Conselho Estratégico;
  - g) Articular a execução dos projectos com as respectivas equipas responsáveis, internas ou externas;

- h) Apresentar ao Conselho Estratégico, periodicamente, relatórios de progresso dos programas e projectos do plano de actividades por ele aprovado;
  - i) Submeter o relatório e contas do exercício anual e a proposta de orçamento ao Conselho Estratégico, para parecer, e ao Comité de Concertação Permanente, para aprovação, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CPLP;
  - j) Definir os termos de referência para a contratação do pessoal administrativo da Estrutura de Apoio;
  - k) Submeter ao Conselho Estratégico, anualmente, a avaliação dos membros da Estrutura de Apoio e a sua própria auto-avaliação;
  - l) Receber propostas de alteração aos Estatutos, submetê-las a parecer do Conselho Estratégico e encaminhar ambos ao Comité de Concertação Permanente;
  - m) Representar o IILP junto de instituições governamentais e organismos internacionais;
  - n) Procurar parcerias, contribuições financeiras, doações e outros valores ou bens, junto de instituições públicas ou privadas e organismos internacionais, para a concretização dos programas e projectos.
5. Em caso de ausência ou impedimento até seis meses, o Director Executivo será substituído pelo técnico mais graduado da Estrutura de Apoio.
6. Em caso de ausência maior ou vacatura, proceder-se-á à abertura de novo concurso.

**Artigo 7.º**  
**(Estrutura de Apoio)**

1. A Estrutura de Apoio é constituída por uma equipa técnica e outra administrativa.
2. O recrutamento, a composição e o funcionamento da Estrutura de Apoio constam do Regimento Interno do IILP.

**Artigo 8.º**  
**(Conselho Estratégico)**

1. O Conselho Estratégico é constituído por um máximo de dois representantes de cada Comissão Nacional, pelo Secretário Executivo da

CPLP, pelo Coordenador do Comité de Concertação Permanente (CCP) e pelo Director Executivo.

2. O Presidente do Conselho Estratégico será indicado pelo Estado membro que exerça a Presidência da CPLP, de entre os elementos do Conselho Estratégico, para um mandato de dois anos.
3. Compete ao Conselho Estratégico:
  - a) Dar posse ao Director Executivo e renovar o seu exercício de funções, quando for o caso;
  - b) Elaborar e aprovar o regimento interno do IILP;
  - c) Apreciar, alterar, se necessário, e aprovar o plano estratégico de acção do IILP apresentado pelo Director Executivo;
  - d) Apreciar e aprovar o plano de actividades proposto pelo Director Executivo, globalmente e por programa;
  - e) Apreciar os relatórios de progresso apresentados pelo Director Executivo;
  - f) Emitir parecer sobre o relatório e contas do exercício anual e a proposta de orçamento do IILP;
  - g) Apreciar e aprovar programas e projectos que lhe sejam submetidos pelas Comissões Nacionais, desde que se integrem no plano estratégico aprovado;
  - h) Adoptar os termos de referência para a contratação do pessoal técnico da Estrutura de Apoio;
  - i) Avaliar, anualmente, o desempenho do Director Executivo, após apreciação da sua auto-avaliação;
  - j) Homologar as avaliações do pessoal da Estrutura de Apoio apresentadas pelo Director Executivo;
  - k) Deliberar sobre as doações e contribuições a favor do IILP;
  - l) Dar parecer sobre as propostas de alteração dos Estatutos que sejam submetidas por um ou mais Estados membros;
  - m) Decidir sobre a participação de entidades públicas ou privadas, nas actividades do IILP;
  - n) Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse do IILP.
4. Os actos referidos no número anterior serão adoptados por consenso entre os seus membros.
5. O Conselho Estratégico reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano.
6. O Conselho Estratégico pode reunir-se extraordinariamente quando solicitado por dois terços dos Estados membros ou pelo Director Executivo.

7. O Conselho Estratégico pode autorizar a presença de convidados e observadores nas suas reuniões.
8. Compete ao Presidente do Conselho Estratégico:
  - a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
  - b) Presidir às reuniões;
  - c) Velar pelo cumprimento e execução das deliberações do Conselho Estratégico.
9. Em caso de ausência, impedimento ou vacatura, o seu substituto será um outro elemento do Conselho Estratégico, indicado pela Presidência da CPLP em exercício.
10. A organização das reuniões do Conselho Estratégico consta do Regimento Interno do ILLP.

**Artigo 9.º**  
**(Comissões Nacionais)**

1. Cada Estado membro cria uma Comissão Nacional, composta por representantes de instituições governamentais e/ou entidades públicas e privadas ligadas às áreas de actuação do ILLP.
2. Compete às Comissões Nacionais:
  - a) Assegurar a execução dos projectos e actividades, de acordo com o plano aprovado em Conselho Estratégico, sempre que para tal seja solicitado pelo Director Executivo;
  - b) Apresentar relatórios de progresso desses projectos e actividades ao Director Executivo.
3. As Comissões Nacionais podem apresentar e propor ao Director Executivo programas e projectos, para apreciação e eventual integração no plano de actividades.

**Artigo 10.º**  
**(Recursos financeiros)**

1. Os recursos financeiros do IILP serão assegurados por contribuições, doações e outros valores ou bens de procedência governamental, de organizações internacionais, de entidades públicas ou de entidades privadas, bem como por recursos provenientes de um Fundo Especial da CPLP para a Língua Portuguesa e por receitas próprias.
2. O Director Executivo do IILP deverá certificar-se de que a origem dos fundos provenientes de entidades privadas provém de fonte legal, idónea e legítima.
3. Os doadores poderão designar os sectores a que se destinam as suas contribuições, de entre as áreas prioritárias definidas pelo Conselho de Ministros.

**Artigo 11.º**  
**(Património)**

O património do IILP é constituído por todos os bens móveis e imóveis, adquiridos, atribuídos ou doados por pessoas e instituições públicas ou privadas.

**Artigo 12.º**  
**(Alterações)**

1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão ao Director Executivo uma notificação, por escrito, contendo as propostas de emenda.
2. O Comité de Concertação Permanente pronuncia-se sobre as propostas de alterações, após parecer do Conselho Estratégico, e envia o projecto de alteração dos Estatutos para o Conselho de Ministros para aprovação.

**Artigo 13.º**  
**(Depositário)**

Os textos originais dos presentes Estatutos serão depositados na sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

**Artigo 14.º**  
**(Produção de efeitos)**

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor após a notificação ao depositário do cumprimento das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

Feitos em Luanda, a 22 de Julho de 2010

**REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA  
LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)**

**CAPÍTULO I  
DO IILP**

**Artigo 1.º  
(Âmbito, estatuto jurídico e sede)**

O âmbito, estatuto jurídico e a sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) constam dos artigos 1.º, 2.º e 3.º, respectivamente, dos Estatutos desta instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

**Artigo 2.º  
(Missão e atribuições)**

A missão e as atribuições do IILP estão descritas no artigo 4.º dos respectivos Estatutos.

**CAPÍTULO II  
DOS SERVIÇOS DA SEDE DO IILP**

**Artigo 3.º  
(Director Executivo)**

1. O estatuto jurídico, as competências, os privilégios e imunidades, a forma de recrutamento e a duração de mandato do Director Executivo constam do artigo 6.º dos Estatutos do IILP, bem como do Acordo Sede.
2. O procedimento de concurso ficará a cargo do Secretariado Executivo da CPLP, com base nos termos de referência adoptados pelo Comité de Concertação Permanente.
3. O Director Executivo do IILP, com vista a conferir maior operacionalidade e eficácia à execução das tarefas que lhe estão cometidas, é assessorado, na sede, pela Estrutura de Apoio, a que se referem o artigo 7.º dos Estatutos do IILP e os artigos seguintes do presente Regimento.

**Artigo 4.º**  
**(Estrutura de Apoio)**

1. A Estrutura de Apoio é constituída por um corpo técnico e administrativo, organizado em duas áreas de serviços:
  - a) Serviços de Apoio à Promoção e Difusão da Língua Portuguesa;
  - b) Serviços de Apoio à Gestão de Recursos.
2. Os Serviços de Apoio à Promoção e Difusão da Língua Portuguesa integram pessoal técnico, num máximo de 8 profissionais, com qualificações de entre as seguintes áreas:
  - 2.1. Linguística;
  - 2.2. Tradução - Interpretação;
  - 2.3. Ensino - Aprendizagem da Língua;
  - 2.4. Desenvolvimento Curricular;
  - 2.5. Terminologia e Lexicografia;
  - 2.6. Gestão Cultural;
  - 2.7. Comunicação e Imagem;
  - 2.8. Tecnologias de Informação e Comunicação.
3. Os Serviços de Apoio à Gestão de Recursos integram pessoal técnico, num máximo de 3 profissionais, com competências nas seguintes áreas:
  - 3.1. Gestão administrativa e patrimonial;
  - 3.2. Gestão financeira;
  - 3.3. Gestão de recursos humanos.
4. Ambos os Serviços integram pessoal administrativo num máximo de 4.
5. Cada um destes Serviços tem um responsável.

**Artigo 5.º**  
**(Competências da Estrutura de Apoio)**

1. São competências dos Serviços de Apoio à Promoção e Difusão da Língua Portuguesa:
  - 1.1. Assegurar a formulação, coordenação e gestão ou a monitorização dos programas e projectos integrados no plano de actividades que promovam a internacionalização da Língua Portuguesa, em interacção com as eventuais equipas externas responsáveis pela coordenação científica e/ou pela execução;
  - 1.2. Assegurar a formulação, coordenação e gestão ou a monitorização dos programas e projectos integrados no plano de actividades que promovam as Culturas dos Estados membros numa perspectiva integrada, em interacção com as eventuais

equipas externas responsáveis pela coordenação científica e/ou pela execução;

- 1.3. Realizar outras tarefas que lhes sejam cometidas.
2. Compete aos Serviços de Apoio à Gestão de Recursos assegurar o exercício das funções inerentes à gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

**Artigo 6.º**  
**(Dos Responsáveis)**

1. Os Responsáveis são nomeados pelo Director Executivo, de entre as respectivas equipas técnicas.
2. Os Responsáveis coordenam os respectivos Serviços e respondem por eles ao Director Executivo.

**CAPÍTULO III**  
**DO PESSOAL**

**Artigo 7.º**  
**(Pessoal Técnico)**

1. Os funcionários técnicos são recrutados por concurso público internacional, em função dos termos de referência aprovados pelo Conselho Estratégico.
2. O procedimento de concurso ficará a cargo do Secretariado Executivo da CPLP.
3. As condições de contratação são análogas às definidas para a contratação de pessoal técnico para o Secretariado Executivo da CPLP.
4. Os Estados membros podem designar especialistas para a Estrutura de Apoio, mediante pedido do Director Executivo e de acordo com o perfil previamente definido.

**Artigo 8.º**  
**(Pessoal Administrativo)**

1. Os funcionários administrativos serão recrutados, por concurso público local, em função dos termos de referência definidos pelo Director Executivo.

2. O procedimento de concurso e as condições de recrutamento e de contratação são as definidas na Ordem Jurídica do Estado de Acolhimento da Sede do IILP.
3. O tribunal competente para se pronunciar sobre questões laborais é o Tribunal da Comarca da Praia.

**Artigo 9.º**  
**(Direitos e deveres dos funcionários do IILP)**

1. Os funcionários do IILP têm os direitos e os deveres consagrados nos seus respectivos contratos bem como os previstos na legislação laboral de Cabo Verde.
2. Os funcionários do IILP devem guardar sigilo sobre todas as questões oficiais, não devendo transmitir, seja a quem for, as informações das quais tiverem conhecimento por motivo da sua integração no quadro do IILP.
3. Os funcionários do IILP continuam sujeitos a tais obrigações mesmo após a cessação dos seus contratos de trabalho, ao serviço do IILP, sem prejuízo da colaboração com as autoridades judiciais dos Estados membros, nos casos previstos na lei.

**CAPÍTULO IV**  
**DO CONSELHO ESTRATÉGICO**

**Artigo 10.º**  
**(Composição)**

1. A composição do Conselho Estratégico do IILP é a definida pelo n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos do IILP.
2. As reuniões do Conselho Estratégico são presididas pelo Presidente e conduzidas com o apoio de dois Secretários por si escolhidos, de entre os membros do Conselho Estratégico.

**Artigo 11.º**  
**(Quorum)**

Para a realização das reuniões do Conselho Estratégico é necessário um *quorum* de, pelo menos, quatro (4) Estados membros.

**Artigo 12.º**  
**(Competência dos Secretários)**

Compete aos Secretários, a que se refere o artigo 10.º do presente Regimento:

- a) Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções;
- b) Redigir as actas das reuniões do Conselho Estratégico;
- c) Desempenhar qualquer outra função que lhes seja solicitada pelo Presidente, no respeito pela definição de competências dos Estatutos e do presente Regimento.

**Artigo 13.º**  
**(Actas do Conselho Estratégico)**

1. No final de cada reunião do Conselho Estratégico será elaborada uma acta contendo o relato dos principais pontos discutidos, recomendações, conclusões e decisões, anexando os documentos nela circulados ou aprovados.
2. A acta de reunião do Conselho Estratégico será submetida, no final da reunião, à apreciação dos seus membros, aprovada pelo Conselho e assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

**CAPITULO V**  
**DA DOCUMENTAÇÃO**

**Artigo 14.º**  
**(Do Plano de Gestão e Investimento)**

O Plano de Gestão e de Investimento deverá ser bianual, prevendo as despesas de gestão e de investimento para o biénio, sem prejuízo da sua apreciação anual.

**Artigo 15.º**  
**(Do Plano Estratégico)**

1. O Plano Estratégico deverá ser concebido para um período de seis (6) anos, sem prejuízo de eventuais revisões.

2. O Plano Estratégico deverá integrar os seguintes itens: (i) Princípios enquadramentos da acção; (ii) Objectivos; (iii) Metas; (iv) Estratégias de carácter operativo.

**Artigo 16.º**  
**(Do Plano de Actividades)**

1. O Plano de Actividades deverá incluir os programas e os projectos que os consubstanciam, apresentados de acordo com o modelo que consta deste Regimento como Anexo I.
2. Quando devidamente justificado, os projectos poderão ser coordenados, sob o ponto de vista científico, por investigadores e poderão integrar equipas de execução externas ao IILP.

**Artigo 17.º**  
**(Dos Relatórios de Progresso)**

1. Os relatórios de progresso do Plano de Actividades deverão ser anuais, sem prejuízo de serem apresentados relatórios intercalares, devendo ser remetidos, pelo Director Executivo, aos membros do Conselho Estratégico até trinta dias da realização das suas reuniões.
2. Os relatórios de progresso dos programas e dos projectos devem ser elaborados no final de cada fase e remetidos às Comissões Nacionais, ao Secretário Executivo e ao Coordenador do Comité de Coordenação Permanente.

**Artigo 18.º**  
**(Da Prestação de Contas)**

1. O IILP produzirá relatórios anuais das demonstrações financeiras, que contemplarão detalhes concernentes à origem e aplicação dos recursos movimentados pelo Instituto, tendo por base os registos contabilísticos lançados no período.
2. Os relatórios financeiros referidos no número anterior constarão como anexos do Relatório do Director Executivo, previsto no n.º 1 do artigo 17.º do presente Regimento.
3. Para garantir informação financeira actualizada aos Estados membros, o IILP produzirá, igualmente, relatórios intercalares das demonstrações

financeiras, considerando a data da reunião do Conselho de Ministros, normalmente estabelecida a meio do ano civil.

4. O IILP apresentará demonstrações financeiras tendo por referência o Plano Oficial de Contas vigente em Cabo Verde, país de acolhimento, orientando-se por aquele no que respeita ao tratamento contabilístico dos registos das operações do Instituto.

## CAPITULO VI DO ORÇAMENTO

### Artigo 19.º

#### (Elaboração, Apresentação e Execução da Proposta de Orçamento)

1. O orçamento de funcionamento do IILP abrange o período de um ano fiscal, estendendo-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.
2. O orçamento é elaborado, até 31 de Maio do ano anterior ao seu exercício, pelo Director Executivo, apreciado pelo Conselho Estratégico e submetido à aprovação do Comité de Concertação Permanente, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CPLP.
3. O orçamento deve ser apresentado seguindo os parâmetros que constam do Anexo II deste Regimento.
4. Nos casos em que o orçamento não esteja disponível em tempo útil, devem ser requisitados duodécimos equivalentes ao Orçamento do ano findo.
5. A execução orçamental compreende as despesas de funcionamento, de investimento e de actividades.
6. Na execução do orçamento devem ser respeitados os limites fixados e, nos casos em que tal não seja possível, encontrar-se-ão contrapartidas apropriadas dentro do próprio orçamento, por redistribuição de verbas, mediante proposta a ser submetida pelo Director Executivo ao Comité de Concertação Permanente.
7. Qualquer alteração orçamental deverá ser submetida à aprovação do Comité de Concertação Permanente *ad referendum* do Conselho de Ministros da CPLP.

**Artigo 20.º**  
**(Do Relatório e Contas de exercício)**

1. O relatório e contas de exercício do ano findo devem ser apresentados e enviados, pelo Director Executivo, para as Comissões Nacionais, para o Secretário Executivo e para o Coordenador do Comité de Coordenação Permanente, até ao dia 31 de Janeiro do ano subsequente.
2. O Conselho Estratégico apreciará, na primeira reunião ordinária do ano, o relatório e contas de exercício, sobre eles emitindo o respectivo parecer.
3. Após recepção do parecer do Conselho Estratégico sobre o relatório e contas de exercício, o Director Executivo enviará estes documentos, incluído o referido parecer, ao Comité de Concertação Permanente, para aprovação, *ad referendum* do Conselho de Ministros da CPLP.
4. Em caso de não aprovação do relatório e contas, o Comité de Concertação Permanente transmite este facto e respectivos fundamentos ao Director Executivo e solicita a reformulação do relatório e contas de exercício, estabelecendo um prazo para a sua nova submissão.
5. O relatório e contas de exercício, uma vez aprovados, são levados ao conhecimento dos Estados membros, das Comissões Nacionais e do Tribunal de Contas do Estado de Acolhimento da Sede do IILP.
6. A notificação a que se refere o número anterior deverá ser feita:
  - a) pelo Secretariado Executivo da CPLP, aos Estados membros, por via diplomática, e ao Director Executivo do IILP;
  - b) pelo Director Executivo, às Comissões Nacionais e ao Tribunal de Contas do Estado de Acolhimento da Sede do IILP.

**Artigo 21.º**  
**Auditoria**

Os relatórios das demonstrações financeiras do IILP com referência a cada exercício são examinados por auditores externos e independentes, preferencialmente pelo Tribunal de Contas do Estado de Acolhimento, até ao final do trimestre posterior ao exercício analisado, de forma a que o relatório da auditoria possa ser submetido ao Conselho de Ministros, na sua reunião ordinária anual.

## **CAPÍTULO VII** **Disposições Financeiras**

### **Artigo 22.º** **Intervenientes financeiros**

Os intervenientes financeiros incumbidos da gestão e execução do orçamento do funcionamento do IILP são: o Director-Executivo, o Técnico de Gestão Financeira, o Técnico Oficial de Contas, o Contabilista e o Tesoureiro.

### **Artigo 23.º** **(Do Director Executivo)**

1. O Director Executivo é o responsável pela utilização, guarda e administração do dinheiro, bens e valores colocados à disposição do IILP para o exercício da sua missão, observando criteriosamente os princípios da boa gestão financeira.
2. O Director Executivo prestará contas dos actos de gestão financeira e patrimonial ao Comité de Concertação Permanente, órgão estatutariamente responsável por esta matéria.
3. O Director Executivo deve visar regularmente os comprovativos de despesas tão logo sejam realizadas ou, pelo, menos uma vez por semana. Todos os comprovativos de despesa deverão ser visados antes de qualquer ausência temporária do Director Executivo, por motivo de férias ou outro afastamento autorizado.
4. Ao Director Executivo são confiadas as seguintes tarefas principais:
  - a) Executar as operações relativas às receitas e às despesas correspondentes, em conformidade com o orçamento de funcionamento do IILP, sempre norteado pelo princípio da boa gestão financeira;
  - b) Autorizar as propostas para a contratação de serviços ou aquisição de bens, e, ainda, todos os actos prévios que sejam necessários à execução dos recursos do IILP, e, para o pagamento das mesmas, assinar cheques e ordens de transferência bancárias;
  - c) Instruir e orientar os sectores competentes na preparação de orçamentos, particularmente, o de funcionamento anual do IILP;
  - d) Assegurar o início de todos os processos de concurso e convites à apresentação de propostas e recepção destas;

- e) Aprovar os resultados da verificação e da avaliação das propostas bem como as propostas de adjudicação dos contratos e de atribuição das subvenções/subsídios;
- f) Assinar os contratos de aquisição de bens e/ou de prestação de serviços;
- g) Tomar as medidas de adaptação que se revelarem necessárias para assegurar a boa execução financeira do orçamento de funcionamento do IILP;
- h) Emitir e assinar despachos de regulamentação interna, de natureza financeira ou administrativa;
- i) Estabelecer a estrutura organizativa e os sistemas e procedimentos de gestão e de controlo interno, adaptados à execução das suas tarefas;
- j) Velar pela conformidade dos sistemas de gestão aplicados a cada actividade.

#### **Artigo 24.º**

##### **Do Técnico de Gestão Financeira**

São as seguintes as responsabilidades do Técnico de Gestão Financeira:

- a) Supervisionar toda a área financeira que inclui, nomeadamente, a Contabilidade e a Tesouraria;
- b) Gerir a execução orçamental;
- c) Dirimir inconsistências nos processos de despesas;
- d) Acompanhar a Auditoria;
- e) Elaborar o relatório de gestão financeira da Instituição.

#### **Artigo 25.º**

##### **Do Técnico Oficial de Contas**

1. São as seguintes as responsabilidades do Técnico Oficial de Contas:

- a) Definir o circuito de informação contabilística;
- b) Definir os parâmetros do sistema informático adequados ao programa de contabilidade/gestão;
- c) Definir orientações técnicas para o tratamento contabilístico e fiscal da documentação de suporte das operações;
- d) Assegurar o cumprimento dos princípios e regras contabilísticos e fiscais;
- e) Elaborar e apresentar as demonstrações financeiras da Instituição.

2. O IILP poderá recorrer aos serviços externos de um Técnico Oficial de Contas.

**Artigo 26.º**  
**Do Contabilista**

1. São as seguintes as responsabilidades do Contabilista:
  - a) Assegurar a manutenção da contabilidade;
  - b) Apoiar a preparação do orçamento anual de funcionamento do IILP, em co-responsabilidade com o Técnico de Gestão Financeira;
  - c) Assegurar o arquivo dos documentos contabilísticos;
  - d) Acompanhar os processos de execução de despesas.
2. O IILP poderá recorrer aos serviços externos de um Contabilista.

**Artigo 27.º**  
**Do Tesoureiro**

São as seguintes as responsabilidades do Tesoureiro:

- a) Assegurar a execução dos pagamentos, o recebimento das receitas e a cobrança dos créditos apurados;
- b) Gerir o fundo fixo de caixa e outros valores monetários sob custódia do IILP;
- c) Controlar os pagamentos e os recebimentos;
- d) Proceder à conciliação bancária;
- e) Efectuar o controlo das disponibilidades.

**CAPÍTULO VIII**  
**Disposições Finais**

**Artigo 28.º**  
**(Dúvidas e Omissões)**

As dúvidas e omissões que surgirem da interpretação e aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidas em articulação com o Conselho Estratégico e/ou o Comité de Concertação Permanente, nas matérias que lhes dizem respeito.

**Artigo 29.º**  
**(Alterações)**

1. Este Regimento pode ser alterado pelo Conselho Estratégico, sob proposta de qualquer Estado membro.
2. O Estado membro interessado em que o presente Regimento seja alterado deverá enviar a respectiva proposta de alteração, por escrito, ao Director Executivo, que articulará com o Conselho Estratégico a sua integração na agenda de trabalhos de uma reunião ordinária do Conselho Estratégico ou a convocação de uma reunião extraordinária para o efeito.

**Artigo 30.º**  
**(Aplicação)**

1. O presente Regimento é aprovado a título excepcional pelo Conselho de Ministros da CPLP.
2. As revisões ao presente Regimento são da competência do Conselho Estratégico.
3. O texto original do presente Regimento será depositado na sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas a todos os Estados membros.

Feito em Luanda, a 22 de Julho de 2010

## **E - Plano de Ação Brasília**

### **VI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Brasília, 31 de Março de 2010**

#### **Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Brasília na sua VI Reunião Extraordinária, no dia 31 de março de 2010:

Em cumprimento às decisões contidas na “Declaração sobre a Língua Portuguesa”, adotada na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho de 2008;

Ciente de que a promoção e difusão da língua portuguesa constitui um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da Comunidade;

Reafirmando a assunção de políticas partilhadas para a projeção da língua portuguesa como língua global;

Reiterando que a ação conjunta nessa matéria deve guiar-se pelos pressupostos do realismo na fixação de objetivos, do pragmatismo em sua execução e da persistência na concertação política necessária;

Ressaltando que a dimensão interna e a externa da ação conjunta devem ser complementares;

Registrando, com satisfação, a conclusão dos trabalhos de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com vistas a dotá-lo de meios para transformar-se em um instrumento útil às políticas comuns e nacionais dos países da CPLP nas diversas vertentes da promoção, da difusão e da projeção da língua portuguesa;

Tendo recebido o relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, convocada pela XIV Reunião do Conselho de Ministros (“Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo”, Praia, 20 de julho de 2009) e realizada em Brasília, de 25 a 30 de março de 2010;

Havendo examinado as recomendações formuladas pelas delegações oficiais à Conferência, reunidas em seu segmento técnico-governamental nos dias 29 e 30 de março de 2010;

Consciente de que tais recomendações se beneficiaram do exame prévio por todos os Estados Membros de sugestões de peritos sobre estratégias para a difusão do ensino da língua portuguesa e sua implantação em organismos internacionais, assim como sobre o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, em atenção à “Declaração da Praia”;

Expressando seu reconhecimento pela contribuição dos peritos e pelo empenho das delegações à Conferência na formulação de recomendações consensuais para a atuação da Comunidade em favor da projeção da língua portuguesa como língua global;

**DECIDE:**

1. *Tomar nota* do relatório da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.
2. *Recomendar* à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, a adoção do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, em anexo à presente Resolução.
3. *Acolher* a proposta de Portugal de organizar uma II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a realizar em 2012.

Feita em Brasília, a 31 de Março de 2010

## **Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projectão da Língua Portuguesa**

### **I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais**

O português é uma das seis línguas mais faladas no mundo. É língua oficial em oito países, inseridos em múltiplas matrizes geopolíticas e culturais. Esses países têm assumido participação activa em instâncias internacionais e operações humanitárias e de manutenção da paz. São contribuintes significativos para organismos internacionais. Assim sendo, é natural a expectativa de que a língua portuguesa ocupe o lugar correspondente à sua importância no contexto global.

O português já é utilizado – como língua oficial, de trabalho ou de documentação – em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais. A consolidação e o reforço dessa presença internacional da língua portuguesa contribuirão para sua crescente afirmação no plano mundial.

Na VII Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Lisboa, 25 de Julho de 2008), os Chefes de Estado e de Governo reiteraram a importância da actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da língua portuguesa e, nesse contexto, sublinharam o apoio à introdução do português em organizações internacionais, bem como a sua utilização efectiva naquelas em que o português já constitui língua oficial ou de trabalho.

Sublinharam também a necessidade de coordenar esforços na formação de tradutores e intérpretes, bem como na implementação de tecnologias da informação e da comunicação ao serviço da tradução e interpretação.

Na XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (Praia, 20 de Julho de 2009), assinalou-se a necessidade de que a acção conjunta nessa matéria se oriente pelos princípios de realismo nos objectivos, de pragmatismo na execução e de persistência na concertação da acção política.

Nesse sentido, estabelecem-se as seguintes linhas de acção:

1. Considerar as medidas necessárias para a possível introdução do português como “língua de documentação” das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP. Nesse sentido, estabelecer um mecanismo de coordenação a ser integrado por representantes das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, para avaliar custos e benefícios que decorreriam da introdução do português como “língua de documentação” daquela Organização.
2. Dar prosseguimento à iniciativa de adopção do português como língua de trabalho na Conferência Geral da UNESCO, através da continuação da coordenação entre as delegações dos Estados Membros da CPLP junto àquela Organização, assegurando-se a promoção da diversidade cultural e do multilinguismo.
3. Promover gradualmente a tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP (direitos humanos, UNICEF, questões sociais, OMS, etc.). Igualmente, reforçar o apoio ao Departamento de Informação das Nações Unidas, especialmente à Secção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas. Caberá às Missões Permanentes dos Estados Membros da CPLP em Nova Iorque, Genebra e outras cidades – sede de organismos do sistema das Nações Unidas realizar a coordenação necessária para a implementação das acções, incluindo a definição do modo de financiamento.
4. Promover a formação especializada de tradutores e intérpretes para actuação em organismos internacionais, inclusive através da colaboração e coordenação com instituições de ensino superior. Deverá o Secretariado da CPLP elaborar um levantamento das experiências nessa área, sua avaliação e, em concertação com o IILP, apresentar propostas concretas para a ampliação e optimização desses serviços.

5. Criar mecanismos permanentes de coordenação entre os Estados Membros da CPLP para a contratação de serviços de interpretação para eventos de alto nível (Assembleia Geral das Nações Unidas, OIT, UNESCO e outras instâncias), com o objectivo de maximizar a utilização dos recursos. Tal coordenação será assegurada por meio das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, Genebra, Paris e outras cidades - sede de organismos do sistema das Nações Unidas.
6. Assegurar a utilização efectiva do português nos organismos internacionais em que já é língua oficial e/ou de trabalho. Com essa finalidade: a) solicitar a publicação, sem atraso, de documentos em português, nos termos das regras de procedimento de cada organismo; b) utilizar, sempre que possível, o português em documentos e/ou intervenções em debates, sem prejuízo da eventual utilização de outras línguas de trabalho em reuniões informais; c) reforçar o controle de qualidade dos textos elaborados em português ou traduzidos para o português, assegurando-se as competências técnicas e linguísticas dos tradutores.
7. Apoiar candidaturas de nacionais de Estados Membros da CPLP, ou de nacionais de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, para os organismos internacionais, em particular nos casos que envolvam a actuação de tais organismos, em missões de carácter temporário ou permanente, nos respectivos Estados. Na medida do possível, promover um maior ingresso e incentivar as carreiras de jovens profissionais oriundos dos Estados Membros da CPLP, ou de Estados terceiros que tenham o domínio da língua portuguesa, nos secretariados de organismos internacionais, tendo também em conta o princípio da igualdade de género.
8. Instruir o Secretariado da CPLP a retomar os contactos com a Comissão da União Africana com vistas a desenvolver projectos que contribuam para o reforço da presença do português naquela organização. Tais projectos serão susceptíveis de inclusão em instrumento de cooperação a ser concluído entre o Secretariado da CPLP e a referida Comissão. Deverão contemplar, com especial destaque, a tradução para o português dos conteúdos do sítio electrónico da União Africana. O Secretariado promoverá igualmente a

sinergia entre esses projectos e iniciativas já existentes por parte de Estados Membros da CPLP. Considerar-se-ão iniciativas semelhantes para o reforço da presença do português em outras organizações regionais africanas.

## II - Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa

### (i) Ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP

Adoptar as seguintes iniciativas, tendo presentes as metas do Fórum Mundial de Dacar de, até 2015, melhorar em 50% a taxa de alfabetização de adultos; expandir a educação e o cuidado na primeira infância; garantir o acesso de todas as crianças em idade escolar à educação primária completa, gratuita e de boa qualidade; ampliar as oportunidades de aprendizagem dos jovens e adultos; eliminar as disparidades entre os géneros na educação; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação:

1. Optimizar os programas de formação de professores de língua portuguesa e em língua portuguesa. Para tanto:
  - 1.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, um levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa (nos contextos de formação inicial e contínua/continuada), acompanhado, quando possível, de uma avaliação desses programas pelos órgãos competentes dos respectivos Estados, a ser apresentado ao Comité de Concertação Permanente até Julho de 2011.
  - 1.2. Articular acções de cooperação para a capacitação de professores de língua portuguesa do ensino fundamental/básico e médio/secundário.
  - 1.3. Formar os professores de língua portuguesa para o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado membro.
  - 1.4. Ampliar o alcance dos programas de formação contínua/continuada de professores, para atender não só os professores de língua portuguesa, mas também os professores que ensinam disciplinas diversas em português.
  - 1.5. Continuar a desenvolver programas para a formação em pós-graduação, mediante uma maior oferta de vagas e de bolsas, com

vistas ao fortalecimento do corpo docente das universidades dos Estados Membros da CPLP.

2. Desenvolver a cooperação para:
  - 2.1. Identificar e editar materiais didáticos e pedagógicos de referência existentes nos Estados Membros.
  - 2.2. Editar e distribuir materiais didáticos e pedagógicos que atendam às características socioculturais, políticas, económicas e linguísticas dos Estados Membros;
  - 2.3. Utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no ensino presencial e a distância.  
Nesse contexto, analisar os métodos e recursos utilizados, à luz da sua adequação ao ensino de línguas, em reunião das Comissões Nacionais do IILP e do Grupo Executivo de Educação, a serem convocados pelo Secretariado Executivo até Julho de 2011.
3. Incrementar a cooperação entre os Estados Membros para o fortalecimento das acções nos seguintes planos:
  - Educação básica, incluindo a educação da infância;
  - Alfabetização e educação de jovens e adultos;
  - Ensino profissionalizante;
  - Educação técnica, profissional e tecnológica;
  - Formação técnica e científica, inicial e contínua;
  - Utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação;
  - Novas oportunidades de educação e formação.
4. Intensificar a cooperação para o estabelecimento de sistemas de avaliação educacional relacionados ao aprendizado da língua. Para tanto:
  - 4.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo, um levantamento, junto aos Estados Membros, do perfil de saída dos alunos de língua portuguesa ao final do ensino básico e médio/secundário, a ser concluído até Julho de 2011.
  - 4.2. Com base em tal levantamento, examinar a viabilidade de adopção de marcos de referência comuns para a avaliação de competências em língua portuguesa dos alunos ao final do ensino básico e médio/secundário, em reunião do Grupo Executivo de Educação, a ser convocada pelo Secretariado Executivo até o final de 2011.

5. Incrementar a cooperação para o desenvolvimento e aprimoramento de currículos escolares, com atenção para a necessidade de incorporar abordagens de ensino de línguas em contextos de aprendizagem multilíngues. Para tanto:
  - 5.1. Considerar o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado.
  - 5.2. Compartilhar experiências já existentes em educação bilingue (escrita de línguas agrafas, desenvolvimento curricular e elaboração de material didático).
  - 5.3. Fomentar o intercâmbio de experiências na elaboração de matrizes curriculares e material didático adequado às diferentes situações sociolinguísticas dos Estados Membros da CPLP.
6. Desenvolver mecanismos de cooperação para actualizar e/ou criar bibliotecas (físicas e virtuais) em instituições educacionais dos países da CPLP, para o fortalecimento de programas editoriais.
7. Aprimorar mecanismos que permitam:
  - Estimular a graduação e pós-graduação locais;
  - Promover as candidaturas de estudantes para vagas de graduação e pós-graduação oferecidas por universidades de Estados Membros da CPLP.Para tanto, incrementar a divulgação dos programas existentes junto a órgãos públicos e entidades privadas de ensino.
8. Atender as especificidades e os desafios da língua portuguesa em Timor-Leste e apoiar os esforços de reafirmação da língua portuguesa neste Estado Membro, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico de Apoio a Timor-Leste.

(ii) Fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira (PLE)

1. Optimizar os programas de formação de professores de Português como Língua Estrangeira (PLE). Para tanto:
  - 1.1. Encomendar ao IILP, com o apoio do Secretariado Executivo, um levantamento dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa (nos contextos de PLE), acompanhado, quando possível, de uma avaliação desses programas pelos respectivos Estados, a ser apresentado ao Comité de Concertação Permanente, até Julho de 2011.

- 1.2. Articular acções de cooperação para a capacitação de professores de PLE.
  - 1.3. Assegurar que a formação de professores inclua o conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada Estado Membro.
  - 1.4. Continuar a desenvolver programas para a formação em pós-graduação, mediante maior oferta de vagas e de bolsas, com vistas ao fortalecimento do corpo docente das universidades dos Estados Membros da CPLP.
2. Fortalecer os sistemas de certificação do PLE, mediante a criação de sistema de equivalência entre os certificados.
  3. Estimular programas de apoio à formação de tradutores e intérpretes e contribuir para a valorização dos profissionais que actuam nessa área, mediante, em particular, a criação de um cadastro internacional de tradutores e intérpretes no sítio electrónico do IILP.
  4. Estimular a oferta de formação em língua portuguesa para públicos diversificados, designadamente a formação para fins específicos.
  5. Ampliar a oferta de formação em língua portuguesa no ensino básico e secundário em países terceiros.
  6. Ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa em universidades estrangeiras, mediante a abertura de cátedras, leitorados e centros de língua portuguesa.

(iii) Instrumentos

1. Listar as recomendações ao IILP emanadas dos órgãos da CPLP no sentido de fazê-las constar num Plano Estratégico do Instituto, a ser implementado a curto e médio prazo.
2. Atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos:
  - Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáctico;

- Acesso a recursos didáticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação.
- 3. Desenvolver instrumentos concertados de publicidade para a promoção da aprendizagem do português.
- 4. Estimular a cooperação para o desenvolvimento de recursos partilhados, relevantes para o conhecimento do português, nomeadamente criando condições de acesso a repositórios artísticos, culturais e científicos sobre a língua portuguesa e/ou em língua portuguesa.
- 5. Identificar, em todo o mundo, as instituições, públicas e privadas, em que a língua portuguesa é ensinada, com o objectivo de otimizar a articulação das acções dos vários Estados Membros.
- 6. Caracterizar as representações do português nos Estados Membros da CPLP e avaliar, à luz destas representações, a adequação do ensino do português como Língua Materna e Língua Não Materna, na perspectiva da valorização da realidade social e cultural de cada país.
- 7. Analisar as especificidades do português nas comunidades das diásporas dos Estados Membros.

### **III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico**

1. Ainda estão por ser concluídos os procedimentos internos para a ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em alguns dos Estados Membros da CPLP.
2. Há notórios avanços na introdução da nova ortografia no Brasil e em Portugal em documentos públicos, na imprensa, bem como em outros planos.
3. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não prevê a elaboração de vocabulário ortográfico comum, mas apenas de um vocabulário comum das terminologias científicas e técnicas, cuja existência, nos termos do Acordo, não está posta como condição prévia à sua aplicação.

4. A existência de terminologias científicas e técnicas harmonizadas em todo o espaço da CPLP constitui: i) uma vantagem em termos económicos; ii) um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; iii) um meio privilegiado para veicular informação e construir conhecimento na comunicação especializada. As instituições e os organismos responsáveis pela normalização terminológica nos países da CPLP deverão ser congregados em um projeto, para a elaboração, edição e distribuição de glossários, com áreas ou domínios cuja eleição deverá obedecer a critérios que atendam as realidades terminológicas dos Estados Membros.
5. Nos pontos em que o Acordo admite grafias facultativas, é recomendável que a opção por uma delas, a ser feita pelos órgãos nacionais competentes, siga a tradição ortográfica vigente em cada Estado Membro, a qual deve ser reconhecida e considerada válida em todos os contextos de utilização da língua, em particular nos sistemas educativos.
6. É recomendável que os Estados Membros que ainda não possuem Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa desenvolvam a sua elaboração, edição e distribuição, de modo que se produza, posteriormente, em formato electrónico, sob coordenação do ILLP e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos Estados Membros, o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país.

#### **IV - Difusão pública da língua portuguesa**

1. Apoiar os esforços do Secretariado Executivo para o desenvolvimento de um “projecto CPLP-TV” e incentivar a sua fase inicial, relativa à formação de uma agência para difusão de informação e conteúdos.
2. Estimular contactos entre empresas públicas e privadas de comunicação dos Estados Membros, com o objectivo de ampliar a difusão de material audiovisual em língua portuguesa na programação televisiva internacional.

3. Desenvolver programas de formação educacional em língua portuguesa – ensino da língua e de disciplinas académicas ou profissionalizantes ministradas em língua portuguesa – para transmissão por meios de comunicação de massa.
4. Desenvolver e apoiar o Portal da Língua Portuguesa da CPLP, com condições que permitam o acesso à produção literária, científica e educacional em português e conexões com editoras, jornais, agências de notícias, emissoras de rádio e TV, revistas e periódicos, instituições universitárias e departamentos de língua portuguesa em universidades estrangeiras, escolas, centros culturais, fundações, galerias de arte e outras entidades educacionais e culturais dos países da CPLP.
5. Apoiar projectos de edição, distribuição e divulgação de colecções e antologias de obras literárias de autores dos Estados Membros da CPLP, inclusive para a adopção em cursos de formação de professores e em bibliotecas públicas.
6. Incentivar a tradução, publicação, distribuição e divulgação de obras de autores de Estados Membros da CPLP em terceiros países, assim como a participação, sempre que possível conjunta, em feiras internacionais do livro.
7. Promover a cultura dos países de língua portuguesa, mediante o incentivo a bibliotecas digitais, o aprofundamento da cooperação na área das indústrias culturais, o aumento do intercâmbio de expressões culturais (cinema, música, teatro, dança e artes visuais, entre outras) e a realização, sempre que possível conjunta, de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países.
8. Promover, através do IILP, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, um concurso para revelação de autores inéditos em língua portuguesa, bem como editar e distribuir as obras vencedoras.
9. Cooperar para a realização, nos países da CPLP e em terceiros países, de exposições relacionadas à história e à importância da língua portuguesa.

### V - Importância da língua portuguesa nas diásporas

1. Promover a oferta do ensino do português como língua curricular, desde a educação pré-escolar até o ensino secundário, nos países e regiões onde existam comunidades de cidadãos provenientes dos Estados Membros da CPLP, através de negociação com os responsáveis locais.
2. Promover acções de sensibilização dessas comunidades para as vantagens da educação em língua portuguesa.
3. Estimular o desenvolvimento dos níveis de literacia/letramento em língua portuguesa dessas comunidades, mediante a criação de programas específicos.
4. Identificar oportunidades de convergência entre as políticas governamentais relativas às diásporas nacionais, nos locais onde haja concentração de imigrantes de duas ou mais nacionalidades dos Estados Membros.
5. Apoiar, tanto quanto possível, inclusive com material didáctico e pedagógico, as instituições sem fins lucrativos dedicadas à formação e ao aperfeiçoamento de professores de língua portuguesa nos países em que residem as diásporas.
6. Valorizar e apoiar os veículos de comunicação que transmitem conteúdos em língua portuguesa dirigidos às comunidades emigradas.
7. Promover, por meio da actuação, sempre que possível conjunta, das Embaixadas e Consulados dos Estados Membros da CPLP, a comemoração anual, a 5 de Maio, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, organizando eventos culturais e outros, envolvendo as comunidades da CPLP residentes em países terceiros.
8. Realizar encontros literários, palestras de autores e exibições de produção cinematográfica em língua portuguesa, destinados às diásporas dos Estados membros, com especial atenção para as actividades voltadas à infância e à juventude.

## **VI - Participação da sociedade civil**

1. Fomentar o apoio da sociedade civil à execução de acções previstas no presente documento, inclusive pelo estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas. Nesse sentido, incluir o tema da promoção e difusão da língua portuguesa no I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, a ser convocado no corrente ano.
2. Estabelecer formas de cooperação entre instituições públicas e privadas para a elaboração e difusão pública de programas educativos e profissionalizantes em língua portuguesa.
3. Contemplar, em projectos de cooperação técnica, parcerias com instituições da sociedade civil dos países da Comunidade para a difusão e valorização da língua portuguesa.

## F – Plano de Ação Lisboa

### XII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Maputo, 20 de fevereiro de 2014

#### Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reunido na sua XII Reunião Extraordinária, em Maputo, no dia 20 de fevereiro de 2014:

*Ciente* de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da CPLP;

*Destacando* o importante papel que a língua portuguesa ocupa no mundo como uma das grandes línguas de comunicação internacional, multinacional e, como tal, partilhada por cidadãos de diferentes países e comunidades;

*Reiterando* o facto de a língua portuguesa estar representada em organizações regionais, continentais e internacionais, projetando-se como língua oficial, de trabalho ou de documentação em diversos organismos multilaterais;

*Ressaltando* a necessidade de prosseguir os esforços em curso e promover novas iniciativas de âmbito nacional e multilateral, no sentido de reforçar a influência e a posição da língua portuguesa no sistema mundial;

*Congratulando-se* com a iniciativa de Portugal de acolher a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Lisboa entre 29 e 31 de outubro de 2013, com a participação de investigadores e docentes de todos os Estados membros da Comunidade e de outros países, e de cujas conclusões resultou o Plano de Ação de Lisboa (PALis), o qual, em conjunto com o Plano de Ação de Brasília, adotado em 2010, define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa;

*Considerando* que a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial deu ênfase aos temas da língua portuguesa na

ciência, inovação e economia criativa, além de ter aprofundado outros temas anteriormente tratados pela Conferência de Brasília;

**DECIDE:**

1. *Aprovar e Recomendar* à X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, a adoção do “Plano de Ação de Lisboa”, em anexo à presente Resolução.

2. *Apoiar* a recomendação de realização, num prazo de três anos, da III Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Feita em Maputo, a 20 de fevereiro de 2014

## PLANO DE AÇÃO DE LISBOA

### I. INTRODUÇÃO

#### i. Enquadramento da II Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial

O futuro da língua portuguesa no sistema mundial deve ser encarado com realismo, mas também com ambição, porque é uma das grandes línguas de comunicação internacional e a primeira que muitos habitantes do planeta aprendem a falar. Ao contrário de outras línguas nacionais, faladas apenas por cidadãos de um único país, a língua portuguesa é multinacional, partilhada por cidadãos de diferentes países e está presente, de modo vivo e dinâmico, em comunidades de todo o mundo, nas quais possui diferentes estatutos.

Goza do estatuto de língua oficial nos Estados membros (EM) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste –, distribuídos por quatro continentes e, a esse título, está representada em organizações regionais, continentais e mundiais. Os EM da CPLP têm assumido participação ativa em instâncias internacionais, operações humanitárias e de manutenção da paz e são contribuintes significativos para organismos internacionais, projetando a língua portuguesa como língua oficial, de trabalho ou de documentação, em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais.

Nos EM da CPLP, as línguas nacionais que convivem com o português são língua materna de parte da população, que ou não fala português ou o usa apenas como língua veicular. Tanto nesse espaço como nas diásporas e noutras comunidades, a língua portuguesa beneficia desse convívio e enriquece-se com o multilinguismo.

Estas características e circunstâncias contribuem para tornar a língua portuguesa atrativa para falantes de outros idiomas, que a estudam e adquirem como língua segunda ou língua estrangeira. Daí resulta considerável incremento para o seu papel como língua internacional.

Importa prosseguir os esforços em curso e promover novas iniciativas de

âmbito nacional e multilateral, no sentido de reforçar a influência e a posição da língua portuguesa no sistema mundial.

Insere-se neste objetivo a realização da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. O segmento científico reuniu-se na Universidade de Lisboa, nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, a partir de uma iniciativa da CPLP e do Governo Português, com a organização conjunta do Camões, I.P., do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e de um consórcio de quatro universidades portuguesas – as Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa –, e a participação de investigadores e docentes de todos os países da Comunidade e de outros países. Os trabalhos deste primeiro segmento foram distribuídos por três conferências plenárias, sete reuniões temáticas, dezasseis sessões de comunicações livres e duas sessões de apresentação de projetos e produtos.

No segmento seguinte, de natureza técnica e governamental, realizado no dia 31 de outubro na sede da CPLP, foram apreciadas as conclusões daquela reunião e elaborado o presente documento, designado como Plano de Ação de Lisboa (PALis). Este Plano, assim como o Plano de Ação de Brasília (PAB), adotado em 2010, define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa.

#### **ii. Declaração de propósitos e ênfase na ação para o futuro da língua portuguesa – identificação de objetivos**

O futuro da língua portuguesa justifica a ponderação e a formulação de planos de longo prazo, que deem corpo a uma visão estratégica global, adequada a servir os interesses partilhados dos EM da CPLP e proporcional aos recursos disponíveis – objeto dos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa. Nesse âmbito, esta visão estratégica abrangente deve traduzir-se em ações de caráter mais imediato – definidas, por exemplo, em Planos Estratégicos Setoriais –, na prossecução de políticas em domínios tão importantes como a ciência e a tecnologia, o ensino e a formação profissional, assim como a afirmação da língua portuguesa no sistema mundial.

A globalização influencia de diferentes maneiras os grandes espaços de integração/cooperação e de identidade linguística e cultural. No caso da CPLP,

este facto recomenda que o papel da língua portuguesa para o desenvolvimento seja pensado a partir da sua relevância no acesso equitativo de todos à educação. Em países multilingues, quando a língua portuguesa tem existência como língua segunda, ela pode constituir um recurso veicular no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que dá aos falantes de cada língua materna uma oportunidade igual de acesso e permanência no sistema educativo, capaz de promover e de reforçar a inclusão e a paz social. Por outro lado, a pertença a um grande espaço cultural e de comunicação traz facilidades com relevância económica para o desenvolvimento dos vários países, como o estatuto de língua internacional de trabalho, ou o acesso a mercados e negócios, que são ao mesmo tempo incentivos permanentes em todos os níveis de prossecução de uma cidadania plena.

A II Conferência deu ênfase aos temas da língua portuguesa na ciência, inovação e economia criativa, além de ter aprofundado outros temas anteriormente trabalhados na Conferência de Brasília. Considerou essencial a participação da sociedade civil em ações de promoção e difusão da língua portuguesa e formulou um conjunto de sugestões, organizadas em torno dos domínios a seguir enunciados:

i. Língua de ciência e de inovação ii. A língua como fator de relevância na economia criativa iii. A língua na cooperação entre os países da CPLP e nas comunidades das diásporas iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais v. A língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas.

## **II. APRECIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA**

A apreciação da implementação do PAB, realizada durante a II Conferência, orientou-se pelos seis eixos temáticos que o estruturam: I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II - Estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa; III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV - Difusão pública da língua portuguesa; V - Importância da língua portuguesa nas diásporas; VI - Participação da Sociedade Civil.

Os eixos temáticos do PAB tiveram diferentes ritmos de implementação. Alguns registaram progressos, como a difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, a elaboração de Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON), com metodologia para sua integração no Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), e a difusão da língua portuguesa junto às diásporas. Outros registaram avanços mais lentos, como a implantação da língua portuguesa nas Organizações Internacionais (OI) ou a participação da Sociedade Civil na promoção da língua portuguesa. Apesar dos avanços, há lacunas a preencher, pois as metas traçadas pelo PAB permanecem relevantes, sendo recomendável prosseguir os esforços já iniciados.

O documento de apreciação da implementação do PAB constitui anexo e parte integrante do PALis.

### **III. PLANO DE AÇÃO DE LISBOA RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS DE FUTURO PARA O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA**

#### **i. A língua portuguesa no desenvolvimento científico e na inovação**

Como língua de ciência, a língua portuguesa enfrenta alguns desafios no contexto mundial, de enorme exigência qualitativa, no qual a participação de investigadores de língua portuguesa é ainda escassa.

São relevantes para o processo de consolidação da capacidade científica e tecnológica do espaço da língua portuguesa, a médio e longo prazo, os passos que estão a ser dados no sentido da aproximação das comunidades científicas dos países da CPLP, da valorização dos recursos humanos e do incremento da publicação científica em língua portuguesa.

O desenvolvimento de um sistema comunitário de inovação implica, ainda, o fortalecimento das relações sistémicas entre os vários atores da cadeia de valor da inovação – desde produtores de conhecimento a financiadores de alta tecnologia, passando pela indústria e pelo consumidor.

A visão da CPLP referente à cooperação multilateral nos domínios da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior, plasmada nos documentos finais dos Órgãos deliberativos da CPLP, produzidos entre 1999 e 2012, comporta as seguintes dimensões estratégicas:

a) Definição de prioridades de cooperação no âmbito da investigação fundamental e aplicada;

b) Aposta no conhecimento científico com base nos princípios de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida;

c) Aposta na cooperação científica e tecnológica em áreas de interesse prioritário dos EM, por meio de ações efetivas de conteúdo prático e caráter prioritário, articuladas com as políticas e programas de Ciência e Tecnologia (C&T) de cada país;

d) Importância da formação de recursos humanos em C&T para a integração dos cidadãos da CPLP na comunidade internacional mediante a elevação das capacidades científico-tecnológicas dos EM da CPLP;

e) Favorecimento da cooperação científico-técnica em matéria de transferência de tecnologia como elemento indispensável ao progresso.

Para implementar estas dimensões estratégicas, são necessárias as seguintes medidas:

1. Recomendar aos EM que, por intermédio das suas instituições de financiamento, avaliação e certificação científicas, valorizem o uso da língua portuguesa na comunicação e produção científicas, assim como nos documentos de trabalho, de candidatura e gestão de projetos científicos;

2. Mapear os domínios científicos que, pela natureza do seu objeto e dos espaços em que se desenvolvem, propiciem a produção de literatura científica especializada em língua portuguesa;

3. Reconhecer o papel das terminologias científicas e técnicas como instrumento facilitador da comunicação entre os cientistas e investigadores dos países da CPLP e, sobretudo, como facilitador do ensino da ciência, da partilha do conhecimento e da disseminação da cultura científica, tendo em conta os projetos de normalização e/ou harmonização linguística já em curso;

4. Reforçar a utilização da língua portuguesa no mundo digital, atuando de maneira conjunta, evitando a multiplicação desnecessária de recursos e aproveitando o potencial da Internet como meio atenuante dos efeitos da

dispersão geográfica dos países da CPLP;

5. Promover o desenvolvimento de recursos científicos e de infraestruturas digitais em língua portuguesa, de acesso aberto e gratuito;

6. Fomentar medidas concretas para promover a indexação de publicações científicas nas bases bibliométricas de referência, tais como a SCIELO e a *Web of Science*;

7. Estimular a tradução de obras científicas de referência, sobretudo as que possam ser utilizadas em contextos de formação académica inicial e de divulgação científica;

8. Dar continuidade a projetos de mobilidade e a parcerias para a investigação entre os países da CPLP, através do mapeamento das áreas científicas que possam ser percebidas como convergentes e de interesse comum;

9. Fortalecer os repositórios de produção científica existentes, garantindo a sua interoperabilidade através de padrões e formatos de metadados comuns, e fomentar programas de pesquisa sobre processamento computacional da língua portuguesa nas universidades dos EM;

10. Incentivar projetos que permitam a circulação de informação entre as diferentes plataformas de registos de *curricula* e instituições dos EM;

11. Impulsionar a formação de novas gerações de cientistas e investigadores da CPLP, dando-lhes a oportunidade de estudarem e praticarem ciência e investigação nos EM, através da concessão de bolsas de doutoramento;

12. Desenvolver sinergias entre os EM nos campos do ensino superior, da formação de professores, da gestão educacional, das práticas pedagógicas e da formação técnica e profissional;

13. Partilhar experiências de formação universitária a distância, dentro e fora dos EM, por meio da criação de polos presenciais e do aumento da oferta de cursos e de turmas;

14. Ampliar programas de parceria e de intercâmbio para a formação de estudantes e profissionais, em particular, promovendo a mobilidade e a cooperação interuniversitária, a formação de professores e de gestores do ensino técnico e a realização de estágios profissionais, especialmente nas áreas

prioritárias para o desenvolvimento;

15. Reforçar a oferta de bolsas de graduação e de pós-graduação disponibilizadas pelos governos e pela iniciativa privada dos EM;

16. Mobilizar as instituições de Ensino Superior dos EM para a participação em redes de instituições congêneres, no âmbito da CPLP;

17. Dinamizar a constituição de sistemas de avaliação do ensino superior dos EM, a partir de indicadores e tipologias de regularização existentes nas instituições nacionais responsáveis pela avaliação e acreditação.

#### **ii. A língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da economia criativa**

A afirmação global da língua portuguesa articula-se com a difusão das culturas nacionais que a tomam como veículo e com os esforços de internacionalização da economia. O conjunto das economias dos EM da CPLP ocupa já um lugar relevante no PIB mundial, posição que tende a consolidar-se e que deve ser assumida como argumento fundamental. Neste quadro, destaca-se o papel de mediação exercido pela língua portuguesa, enquanto propiciadora e facilitadora de contactos e de oportunidades de negócio: a) entre os países da CPLP; b) como língua oficial e veicular, no interior dos países multilingues; c) como língua estrangeira, nos contactos com instituições e empresas internacionais. No quadro da economia criativa, a língua portuguesa assume também a natureza de produto, concebido, trabalhado e comercializado por iniciativa dos criadores culturais, artísticos, literários, mas ainda, em vertente menos reconhecida e explorada, como ingrediente de produtos informáticos e mediáticos, com elevado potencial de geração de riqueza, tendo sobretudo em conta o lugar de destaque que ocupa, no mundo, entre os utilizadores das principais redes sociais.

O desenvolvimento das economias dos países de língua portuguesa tem despertado a atenção de vários investidores, pelo que importa identificar áreas e tipos de produtos em que a língua seja economicamente relevante, face ao seu poder agregador de milhões de falantes. Importa, também, reconhecer o valor da língua portuguesa enquanto fator para a promoção da economia e responder

ao interesse crescente na aprendizagem e na tradução de e para língua portuguesa. A diversidade linguística no seio da CPLP reforça a relevância do valor económico da língua portuguesa e torna claro o seu papel enquanto idioma de mediação.

Todos estes fatores reforçam a importância da harmonização terminológica e da promoção do ensino da língua portuguesa para fins específicos.

Tendo em conta o impacto da economia criativa na dinamização do tecido económico, pela capacidade de gerar emprego, e na promoção do bem-estar social, os EM deverão fomentar iniciativas que reforcem a presença e o papel da língua portuguesa no empreendedorismo e na economia criativa. Para tanto, dever-se-á:

1. Sensibilizar os agentes financeiros e empresariais para o valor económico da língua portuguesa;
2. Criar e consolidar bibliotecas e outros acervos digitais para preservar a memória e garantir o acesso ao património cultural da língua portuguesa;
3. Promover e divulgar a arte e as indústrias culturais e criativas em língua portuguesa, por meio de iniciativas conjuntas dos EM;
4. Estimular a edição e a tradução de obras de escritores de língua portuguesa;
5. Fortalecer a proteção da propriedade intelectual nas áreas das economias criativas;
6. Fomentar a circulação de artistas e bens culturais dos países de língua portuguesa;
7. Realizar estudos para mensurar a economia criativa nos EM, assim como o valor económico da língua portuguesa;
8. Identificar as indústrias em que a língua portuguesa desempenhe um papel importante na dinamização de projetos de empreendedorismo que contribuam para a promoção da língua e das culturas dos EM.

### **iii. A língua portuguesa na cooperação entre países da CPLP e nas comunidades das diásporas**

Atenta ao desenvolvimento da língua portuguesa no mundo, a CPLP tem como essencial, a par das ações nos EM e da cooperação intracomunitária, a atuação junto das comunidades de falantes de língua portuguesa noutros países, pois as diásporas da CPLP, constituídas por milhões de cidadãos integrados em países dos cinco continentes, representam um fator dinâmico para a projeção da língua portuguesa. Importa, assim, que os EM estimulem as suas diásporas a se constituírem como espaços de promoção da língua.

As diásporas poderão posicionar-se e assumir-se como atores estratégicos em diferentes contextos, como sejam:

- serem propulsoras da consagração do estatuto curricular da língua portuguesa nos sistemas de ensino nacionais ou estatais dos países de acolhimento;

- serem defensoras de lugares fixos nas agendas artísticas e espaços públicos de prestígio dos países de acolhimento, firmando-se numa política de proximidade e jogando com as cartografias artísticas locais ou de espaços geoculturais;

- e ainda, assumirem-se como agentes das economias nacionais, potenciando as regiões de origem.

No campo da cooperação, os EM envidarão esforços para ampliar ações conjuntas, visando fortalecer programas de ensino da língua portuguesa em cada país.

Em vista do que precede, deverão os EM:

1. Promover internacionalmente a língua portuguesa no quadro de uma estratégia coordenada das representações oficiais dos EM;
2. Mobilizar as comunidades das diásporas para a promoção da língua portuguesa;
3. Promover formas de difusão da língua portuguesa junto dos espaços linguísticos próximos, em particular nos países vizinhos dos EM;
4. Promover a preservação, o estudo e o ensino de outras línguas

nacionais, em articulação com os da língua portuguesa, tanto no interior dos EM como no exterior;

5. Apoiar a formação de tradutores e de intérpretes; 6. Ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa que atendam ao grau de conhecimento e domínio da língua, em estruturas institucionais dos EM, sobretudo naquelas que se encontram fora dos países de língua oficial portuguesa;

7. Incentivar práticas de multilinguismo, a partir da inventariação das línguas faladas nos EM, da caracterização social do seu uso e da formação e capacitação técnica e profissional de professores e formadores dessas línguas;

8. Apoiar programas de ensino bilingue, com base em experiências de promoção do sucesso escolar;

9. Garantir aos professores de língua portuguesa a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das diferentes variedades da língua portuguesa e da sua relação com as normas nacionais;

10. Identificar, nos EM, as necessidades de formação de professores de língua portuguesa, assim como de professores que ensinem outras disciplinas em língua portuguesa;

11. Incrementar ações tendentes a elevar a qualidade do ensino básico nos EM, nomeadamente mediante a otimização de programas de formação de professores de língua portuguesa e em língua portuguesa, tendo em conta as recomendações do PAB sobre sistemas de avaliação educacional;

12. Promover a leitura, nos EM e nas diásporas, mediante a criação de bibliotecas escolares conforme os diferentes contextos, designadamente, bibliotecas itinerantes e conjuntos de leitura orientada;

13. Promover projetos e ações no âmbito do ensino técnico e profissional, dirigidos a jovens e a adultos nos EM, de modo a eliminar as disparidades entre diferentes modalidades de ensino;

14. Incentivar projetos e ações que visem generalizar nos EM a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação, tanto no ensino presencial como a distância;

15. Promover e apoiar a internacionalização da língua portuguesa em áreas tecnológicas, económicas e das ciências exatas;

16. Apoiar programas de intercâmbio e de mobilidade, designadamente no ensino superior, em que a formação seja feita em outra língua, desde que associados à aprendizagem da língua portuguesa e das culturas dos países onde é falada;

17. Apoiar o intercâmbio de experiências sobre modelos de ensino da língua portuguesa nas diásporas e estimular a elaboração de propostas para:

a) mapear as necessidades das comunidades e divulgar oportunidades de ensino da língua portuguesa, presencial e a distância;

b) desenvolver metodologias de ensino, métodos pedagógicos e material didático específicos ao ensino do português como língua de herança e língua segunda;

c) promover seminários da CPLP sobre modelos de ensino da língua portuguesa nas diásporas.

18. Realizar concursos da CPLP dirigidos às diásporas, que sensibilizem para a importância da língua portuguesa. Os concursos poderão incluir categorias distintas (tais como literatura, música, teatro e outras formas de expressão artística) e os prémios poderão abranger a publicação, gravação ou encenação das obras selecionadas, incluindo a divulgação dos resultados e conteúdos por meio do Portal da CPLP;

19. Estabelecer parcerias com Governos, universidades e outras instituições locais que promovam o ensino da língua portuguesa, constituindo instrumentos de articulação, tais como uma rede internacional de universidades com ensino da língua portuguesa;

20. Dinamizar o papel dos Embaixadores de Boa Vontade da CPLP na promoção e difusão da língua portuguesa;

21. Retomar as recomendações do PAB, reafirmando o interesse da CPLP em estudar as condições para a elaboração de um quadro de referência para a formação de professores de língua portuguesa, bem como de processos de certificação de professores de língua portuguesa.

#### **iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais**

Os EM deverão continuar a desenvolver uma política assertiva e concertada a nível multilateral, assim como estratégias de integração, a curto, médio e longo prazo, da língua portuguesa como língua de trabalho de um maior número de organizações e agências internacionais.

Assim, os EM deverão tomar, entre outras, as seguintes iniciativas:

1. Incentivar a utilização da língua portuguesa nas intervenções públicas internacionais;
2. Desenvolver ações concertadas, com vista à sua adoção como língua oficial ou de trabalho no sistema das Nações Unidas, assim como de outras OI, designadamente pela criação e financiamento, na maior medida possível, de centros de tradutores e intérpretes;
3. Desenvolver e disponibilizar, na página do IILP, um registo de tradutores e intérpretes de e para língua portuguesa e de instituições que ofereçam estes serviços nas cidades-sede das OI ou que acolham eventos internacionais.
4. Efetuar o levantamento dos funcionários das OI, que são nacionais dos EM, com vista a fomentar sinergias para a internacionalização da língua portuguesa.

#### **v. O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas**

O futuro da língua portuguesa passa, também, pelo seu ensino a falantes de outras línguas. Assim se assume como espaço de partilha, de interação e aproximação entre culturas e povos e como língua de acesso a novos mercados de trabalho e de negócio espalhados pelo mundo.

Verifica-se que a aprendizagem da língua portuguesa, desde a última década, tem tido uma procura exponencial, como língua estrangeira, seja em espaços de educação formal, como língua opcional curricular em Universidades estrangeiras, seja nos de formação complementar.

Importa também alargar as boas práticas já em desenvolvimento por parte de países terceiros ao legislarem sobre o estatuto do português como língua

opcional curricular nos subsistemas do ensino básico ou secundário e, necessariamente, a respetiva formação certificada de professores.

O ensino da língua portuguesa como língua estrangeira pode ser potenciado por iniciativas como:

1. Recomendar ao IILP que retome a reflexão sobre estratégias de ensino da língua portuguesa que tenham em conta as suas diferentes variantes e que prossiga a criação de recursos didáticos comuns para o seu ensino como língua estrangeira, como tem sido realizado no âmbito do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE);

2. Promover maior coordenação entre os esforços dos EM na promoção da língua portuguesa para estrangeiros, explorando sinergias entre os projetos em curso;

3. Criar e aperfeiçoar instrumentos de apoio ao ensino da língua portuguesa para fins específicos;

4. Estabelecer uma metodologia e ações específicas para a formação e a atualização de professores de língua portuguesa e para a criação de um sistema coordenado de certificação compatível com os quadros de referência existentes, ou em processo de criação, nos espaços em que se inserem os EM;

5. Promover a edição de audiolivros de obras completas, assim como de antologias de autores, inclusive contemporâneos, dos países da CPLP.

#### **IV. SEGUIMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE LISBOA**

O PALis será eficaz se as recomendações se materializarem em medidas suscetíveis de avaliação. Competirá a cada EM, em particular através das CN do IILP, garantir o acompanhamento das medidas propostas.

O sucesso das medidas propostas pode resultar de políticas concertadas entre EM da CPLP ou de iniciativas locais. Neste sentido, importa que o acompanhamento da execução do PALis se faça localmente e através das estruturas da CPLP, que deverão apresentar um programa de execução e calendarização dessas medidas.

Recomenda-se que o IILP e o Secretariado Executivo, dentro das

respetivas áreas de competência, recolham informação sobre as medidas adotadas em cada país e mantenham os Órgãos Deliberativos da CPLP informados, com regularidade, sobre a implementação do PALis.

Recomenda-se, ainda, que os EM promovam a realização, dentro de três anos, de uma III Conferência.

**ANEXO**  
**APRECIACÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE**  
**BRASÍLIA**

A apreciação da implementação do PAB orienta-se pelos seis eixos temáticos que o estruturam, a saber: I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II - Estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa; III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV - Difusão pública da língua portuguesa; V - Importância da língua portuguesa nas diásporas; VI - Participação da Sociedade Civil.

a) Apresentação e análise dos resultados:

No que respeita às estratégias de implantação da língua portuguesa nas Organizações Internacionais (OI), os Estados Membros (EM) lograram manter coordenação permanente de suas Missões junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, no sentido de contratar serviços de interpretação para os discursos de seus Chefes de Estado e de Governo durante a Assembleia Geral anual daquele Organismo. Mantiveram, igualmente, coordenação de esforços de suas Missões Permanentes junto à UNESCO, em Paris, no sentido de adotar a língua portuguesa como língua de trabalho na Conferência Geral da Organização, bem como de valorizar o idioma no âmbito do multilinguismo, mediante a participação ativa e coordenada, com eventos culturais diversos, no Dia da Língua Portuguesa (5 de maio), anualmente comemorado na referida Organização. O apoio a candidaturas de nacionais de EM da CPLP para OI também foi mobilizado frequentemente, e a eleição dos Diretores-Gerais da FAO e da OMC são os frutos mais visíveis desses esforços. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com mandato conferido pelo CCP, organizou um colóquio em Luanda, de 03 a 05 de julho de 2012, para aprofundar teórica e tecnicamente as disposições do PAB referentes à língua portuguesa nas OI, durante o qual foi possível mobilizar um corpo internacional de especialistas na área, com vistas a participações e consultorias em projetos futuros. Há relatório abrangente do IILP sobre este e outros três colóquios organizados pelo Instituto entre 2011 e 2012, para aprofundar os debates em torno dos eixos temáticos do PAB, e que serão referidos adiante.

No tocante às estratégias de promoção do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, os EM articularam ações de cooperação para capacitação e formação continuada de professores de língua portuguesa e professores de disciplinas diversas em língua portuguesa. Registam-se exemplos de práticas bem sucedidas de cooperação também na alfabetização e educação de jovens e adultos, no ensino profissionalizante, na educação técnica e profissional, na formação científica e tecnológica, e na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação, como as bibliotecas digitais, em reconhecimento ao papel primordial da educação de qualidade na difusão e fortalecimento da língua portuguesa no espaço intracomunitário. Igualmente digno de relevo é o colóquio organizado pelo IILP em Maputo, de 12 a 14 de setembro de 2011, sobre “A Diversidade Linguística nos Países da CPLP”, para analisar abordagens de ensino de línguas em contextos multilíngues e compartilhar experiências em ensino bilíngue, com vista a elaborar currículos e materiais didáticos adequados às diferentes situações sociolinguísticas nos EM.

O ensino da língua portuguesa como língua estrangeira (PLE) registou avanços. Ampliou-se a oferta de cursos em universidades estrangeiras, mediante a abertura de leitorados e de centros de língua portuguesa, bem como a oferta de cursos de língua portuguesa para públicos diversos, com a abertura de centros culturais dos EM em países terceiros. É igualmente digno de nota o lançamento pelo IILP, nesta II Conferência, do Portal do Professor do Português Língua Estrangeira (PPPLE), plataforma virtual de recursos para o ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira, consoante expressa recomendação do PAB. O relatório do Diretor-Executivo do IILP, acima referido, dá conta de que o PPPLE, concebido, desenvolvido, alimentado e gerido de forma multilateral, instrumento genuíno de cooperação linguístico-cultural entre os EM, oferecerá ao público-alvo de professores de língua portuguesa, como língua materna e como língua segunda, na forma de 720 unidades didáticas, acessíveis gratuitamente, recursos didáticos de qualidade produzidos a partir dos EM. O projeto, que também visa contribuir para que os PALOP e Timor-Leste aprofundem seu papel de agentes de difusão do idioma nas suas respetivas áreas de influência, já conta, para o lançamento, com 150 lições, correspondentes à primeira fase de implementação.

No que respeita ao estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), verificaram-se progressos nos diferentes países. Merecem destaque os avanços em curso para cumprimento da recomendação do PAB de elaboração, pelos EM, de seus Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON), com base nos quais se produza, em formato eletrónico, sob a coordenação do IILP e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos EM, um Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC). A metodologia de elaboração do VOC, mediante a integração dos VON de cada EM numa única plataforma digital, iniciada a partir dos VON do Brasil e de Portugal, foi aprovada na reunião anual ordinária de 2011 do Conselho Científico do IILP (CCIILP), que entendeu ser seu mérito garantir a cada EM a oportunidade de apresentar a documentação que corporifica as especificidades do uso da língua portuguesa que lhe são próprias. Neste momento, quatro equipas nacionais trabalham numa plataforma de edição operacional, com servidores montados, a gerenciar 260 mil palavras, número que supera a meta traçada para 2013 (250 mil palavras). No caso de Angola, em observância ao ordenamento jurídico nacional, os resultados do trabalho em curso deverão ser submetidos à aprovação do Parlamento Nacional e, posteriormente, remetidos à Equipa Central do VOC. Durante a II Conferência, foi apresentada a versão consultável do VOC em regime fechado, disponível para as Comissões Nacionais e para o Comité de Concertação Permanente da CPLP. Espera-se o lançamento da primeira versão aberta em julho de 2014, por ocasião da Cimeira de Díli.

No âmbito da difusão pública da língua portuguesa, a revolução tecnológica trouxe a necessidade de se manter e ampliar a vitalidade da língua portuguesa na Internet, no mundo digital e na sociedade do conhecimento em geral. Com base nessa premissa, o IILP organizou o colóquio “A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”, em Guaramiranga, Ceará, Brasil, de 23 a 24 de abril de 2012, para, a partir do estudo da presença da língua portuguesa na Internet, identificar linhas de ação para fortalecê-la, como, por exemplo, propor padrões e metadados comuns aos portais de publicação de acervos de equipamentos culturais como bibliotecas, museus e repositórios digitais de produção científica das diversas instituições dos EM, que proporcionem interoperabilidade aos acervos e catálogos da língua portuguesa. No plano das

formas tradicionais de difusão pública, os EM mantiveram o incentivo à participação em feiras internacionais do livro, bem como à realização de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países.

A importância da língua portuguesa nas diásporas estimulou os EM a desenvolverem programas com vista a fortalecer os vínculos culturais daquelas com os países de origem. Foi dada ênfase à difusão da língua portuguesa, em especial às iniciativas desenvolvidas pelas próprias comunidades, mediante a oferta de cursos de formação de professores de português como língua de herança, doação de livros e disponibilização de portais de entidades públicas de ensino dos EM. Com o mesmo fim de envolver as comunidades da CPLP em terceiros países, as Embaixadas e Consulados dos EM continuam a celebrar, anualmente, a 5 de maio, o “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, com eventos educativos e culturais. Ademais, com o intuito de melhor compreender o papel das diásporas e as possibilidades que proporcionam para a difusão da língua portuguesa, o IILP organizou o colóquio “A língua portuguesa nas diásporas”, na cidade da Praia, de 28 a 30 de novembro de 2011, durante o qual esboçou-se o panorama das ações oficiais em curso para a promoção da língua portuguesa nas diásporas, com vista à construção de sinergias.

Seguindo recomendação do PAB, a participação da sociedade civil na promoção e difusão da língua portuguesa foi tema de debate do I Fórum da Sociedade Civil (Brasília, 28 a 30 de setembro de 2011). Na ocasião, o Grupo de Trabalho sobre Educação produziu lista de sugestões que envolvem aspetos fundamentais para a difusão da língua portuguesa, como a implementação do Acordo Ortográfico, a produção e circulação de material literário e didático e a criação de sistemas recíprocos de avaliação e reconhecimento de cursos e diplomas. Em preparação para o II Fórum, previsto para 2014, à margem da Cimeira de Díli, a Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil propôs a realização de reunião da Comissão Especial da Sociedade Civil, a ser agendada proximamente. Por sua vez, a Comissão Temática para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP realizou, em 11 de outubro de 2013, na Universidade do Algarve, a conferência “Língua Portuguesa, Sociedade Civil e CPLP”, com o intuito de examinar

formas de alavancar a participação da sociedade civil na promoção da língua portuguesa. A expectativa é de que as mencionadas reuniões aportem sugestões concretas de ação em prol da língua portuguesa.

b) Identificação dos desafios ao longo do percurso

O maior desafio à implantação da língua portuguesa nas OI é o alto custo dos serviços de interpretação e de tradução e publicação de documentos. As restrições orçamentárias impostas aos EM pela atual crise financeira mundial reduziram a capacidade da CPLP de contratar serviços de interpretação para eventos de alto nível, como as reuniões anuais da OIT, e de tradução para língua portuguesa dos portais virtuais das Nações Unidas e de outras organizações selecionadas. Igualmente onerosa, a formação especializada de tradutores e intérpretes para atuar nas OI ficou também comprometida pela escassez de recursos.

É preciso fortalecer e dinamizar as Comissões Nacionais do IILP, tendo em vista seu papel fundamental na consecução das tarefas do Instituto.

A difusão pública da língua portuguesa, em suas formas mais tradicionais, ressentiu-se da pouca capacidade institucionalizada no Secretariado Executivo para levar adiante alguns projetos recomendados pelo PAB, nomeadamente a criação do Portal da Língua Portuguesa da CPLP e a edição de coleções e antologias de autores dos EM.

No que respeita à promoção da língua portuguesa nas diásporas, as restrições orçamentárias foram o maior obstáculo a superar, em área tradicionalmente prioritária para os EM, alguns dos quais tiveram que reduzir os quadros de professores de língua portuguesa que mantinham no exterior.

A promoção da língua portuguesa parece exercer pouca atração sobre empresas e organizações não governamentais, de modo que ainda é modesta a participação da Sociedade Civil na promoção da LP, e poucos os projetos em desenvolvimento.

c) Identificação de ações de melhoria a implementar

A criação, em 2011, da Direção para a Ação Cultural e Língua Portuguesa trouxe maior capacidade de coordenação ao Secretariado Executivo da CPLP para implementar os projetos encomendados pelo PAB, em especial proceder ao levantamento das experiências na área da formação especializada de tradutores e intérpretes, para apresentação de propostas de promoção da formação daqueles profissionais, valendo-se da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), projeto recentemente aprovado pela CPLP; bem como desenvolver o Portal da Língua Portuguesa da CPLP.

Para aprimorar a promoção da língua portuguesa junto às diásporas, é ainda necessário identificar oportunidades de convergência entre as políticas governamentais dos países de origem para as suas diásporas nacionais.

d) Reflexão crítica sobre os eixos temáticos vertidos no PAB

Os eixos temáticos do PAB tiveram, pelas razões já mencionadas, diferentes ritmos de implementação. Alguns registraram progressos, como a difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP, a elaboração de VON, com metodologia para sua integração no VOC, e a difusão da língua portuguesa junto às diásporas. Outros registraram avanços mais lentos, como a implantação da língua portuguesa nas OI ou a participação da Sociedade Civil na promoção da língua portuguesa. Apesar dos avanços, há lacunas a preencher, pois as metas traçadas pelo PAB permanecem relevantes, sendo recomendável prosseguir os esforços já iniciados.

Para projetar a língua portuguesa a novo patamar, é necessário que os patamares anteriores estejam devidamente consolidados. É o caso, por exemplo, da ênfase na ação da língua portuguesa enquanto língua de ciência e inovação, que só se sustentará se as metas de difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP forem alcançadas, pois não se constrói ciência com ensino de qualidade deficiente.

e) Destaque de medidas e objetivos do PAB a projetar no PALis

No âmbito do tema da língua portuguesa enquanto língua de ciência e inovação, cabe destacar as medidas adotadas para impulsionar a formação científica de estudantes, mediante projeto específico do Fundo Especial da CPLP.

Importa, igualmente, recordar a RIPES, projeto de uma rede das universidades e instituições públicas de educação superior nos países da Comunidade para promover o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade académica de qualidade.

No que respeita à ação no âmbito da língua portuguesa enquanto fator de relevância na economia criativa, destaca-se a criação de acervos digitais, por organismos públicos e privados dos EM, para a preservação de conteúdos de património cultural da língua portuguesa. Há, entretanto, diagnósticos que indicam um elevado grau de fragmentação dos repositórios digitais das universidades e organizações que lidam com o conhecimento no espaço comunitário, sem que tenha havido, ainda, avanço de políticas públicas no sentido de prover articulação e sustentabilidade a projetos de digitalização em curso, garantindo o seu acesso.

Com relação à ação no âmbito da língua portuguesa junto das comunidades emigradas, ressaltam os programas criados para fortalecer os vínculos culturais daquelas com os países de origem, com ênfase na difusão da língua portuguesa, mediante a oferta de cursos de formação de professores de português como língua de herança ou como língua segunda, doação de livros e disponibilização de portais de entidades públicas de ensino dos EM.

No tocante à ação no âmbito da língua portuguesa no ensino a falantes de outras línguas, destaca-se a criação do PPPLE, plataforma cujo objetivo, dentre outros, é contribuir para que os EM da CPLP aprofundem o seu papel na difusão do idioma.

## G – Plano de Ação Díli



### XXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Brasília, 20 de julho de 2017

#### Resolução sobre o Plano de Ação de Díli

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reunido na sua XXII Reunião Ordinária, em Brasília, no dia 20 de julho de 2017;

*Ciente* de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da CPLP;

*Destacando* o importante papel que a língua portuguesa ocupa no mundo como uma das grandes línguas de comunicação internacional, multinacional e, como tal, partilhada por cidadãos de diferentes países e comunidades;

*Reiterando* o facto de a língua portuguesa estar representada em organizações regionais internacionais, projetando-se como língua oficial, de trabalho ou de documentação em diversos organismos multilaterais;

*Ressaltando* a necessidade de prosseguir os esforços em curso e promover novas iniciativas de âmbito nacional e multilateral, no sentido de reforçar a influência e a posição da língua portuguesa no sistema mundial;

*Congratulando-se* com a iniciativa de Timor-Leste de acolher a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Díli, nos dias 15 e 16 de junho de 2016, com a participação de investigadores e docentes dos Estados-Membros e de outros países, e cujas conclusões contribuíram para o Plano de Ação de Díli (PADíli), o qual, em conjunto com os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, de 2010 e 2013, respetivamente, define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa;

*Considerando* que a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial deu ênfase ao tema da pluricentralidade da língua portuguesa no século XXI, além de ter aprofundado outros temas anteriormente tratados pelas Conferências de Lisboa e de Brasília, nomeadamente o ensino e formação em língua portuguesa em contextos multilingues, o potencial económico da língua portuguesa, e a cultura, ciência e inovação em língua portuguesa;

**DECIDE:**

1. *Aprovar* o “Plano de Ação de Díli”, anexo à presente Resolução, e *recomendar* a sua adoção pela XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
2. *Destacar* a recomendação de realizar, dentro de três anos, a IV Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, num Estado-Membro africano, de modo a evidenciar o caráter global e plural da língua portuguesa, uma vez que a I Conferência teve lugar na América do Sul, a II Conferência na Europa e a III Conferência na Ásia.

Feita em Brasília, a 20 de julho de 2017.

## PLANO DE AÇÃO DE DÍLI

### INTRODUÇÃO

A I Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, decorrida em Brasília (2010), determinou o impulso para conferir alcance mundial ao idioma compartilhado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e lançou as bases para definir os caminhos a trilhar.

A II Conferência, realizada em Lisboa (2013), introduziu os temas da ciência e da inovação e consolidou a política da CPLP para a língua portuguesa.

A III Conferência, realizada em Díli (2016), destacou a dimensão global e pluricêntrica da língua portuguesa, bem como o seu valor económico.

O Plano de Ação de Brasília (PAB) sublinhou as estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; as estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa (no espaço da CPLP e como língua estrangeira); o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; a difusão pública da língua portuguesa e a importância da língua portuguesa nas diásporas, entre outros objetivos.

O Plano de Ação de Lisboa (PALis) destacou a necessidade de reforço da capacidade científica e tecnológica do espaço da língua portuguesa, assim como do empreendedorismo e da economia criativa.

A III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial aconteceu em Timor-Leste, no Centro de Convenções de Díli, nos dias 15 e 16 de junho de 2016, subordinada ao tema "A Língua Portuguesa e a Globalização", em conformidade com o lema da Presidência rotativa da CPLP, assumida por Timor-Leste, "A CPLP e a Globalização".

Esta Conferência incluiu cinco sessões plenárias e oito mesas distribuídas por quatro linhas temáticas que constituem os eixos do Plano de Ação de Díli (PADíli): (i) Português, Língua Pluricêntrica do Século XXI; (ii) Ensino e Formação em Língua Portuguesa em Contextos Multilíngues; (iii) O Potencial Económico da Língua Portuguesa; e (iv) Português, Língua de Cultura, Ciência e Inovação.

O PADíli aprofunda as medidas plasmadas no PAB e no PALis, com base na monitorização iniciada pelo IILP.

É de destacar a relevante ação do IILP nos progressos alcançados, não só participando ativamente na organização das Conferências, mas também levando a cabo as missões decorrentes do PAB e do PALis, com ênfase nos avanços na criação do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) e do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPPE/LNM), bem como o início do Projeto das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC) e, ainda, novas iniciativas como a elaboração de um Guia Gramatical Comum de Referência e de um Dicionário Básico constituído a partir do VOC.

Estes projetos demonstram que o IILP é cada vez mais espaço privilegiado para a coordenação de esforços entre os Estados-Membros com o objetivo de fortalecer o idioma compartilhado.

O PADíli insere-se no cumprimento dos Planos Estratégicos Setoriais da CPLP, nomeadamente, o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2014-2020), o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação (2015-2020) e o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2014-2020).

O PADíli reflete ainda o disposto na Declaração de Brasília emanada da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, de 1 de novembro de 2016, no que concerne à mobilidade na CPLP, em particular de estudantes e docentes.

### **EIXO 1: PORTUGUÊS, LÍNGUA PLURICÊNTRICA DO SÉCULO XXI**

- Integrar o conceito de língua pluricêntrica nas políticas da língua portuguesa, nomeadamente nas políticas educativas, com destaque para a formação de professores, a produção de manuais, outros materiais didáticos e para a definição de conteúdos curriculares, promovendo a coordenação de esforços entre os Estados-Membros para uma efetiva aplicação do conhecimento científico produzido nesta matéria às práticas pedagógicas adaptadas aos diversos contextos nacionais, à semelhança de projetos desenvolvidos pelo IILP, como sejam o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPPE/LNM), as Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC), a Sistematização das Regras de Escrita do Português e o Conselho Internacional de Especialistas (COLP) junto ao IILP para o acompanhamento e atualização do VOC.
- Desenvolver, sob coordenação do IILP, os instrumentos necessários para a consolidação do português como língua internacional, tais como um guia gramatical comum de referência e um dicionário básico constituído a partir do VOC.
- Reforçar o papel do IILP como plataforma multilateral para a captação de fundos internacionais para a investigação científica sobre o português.
- Promover a descrição e o reconhecimento de normas linguísticas nacionais, sem atribuir carácter dominante a nenhuma delas, assim como a consequente elaboração de gramáticas, de recursos lexicográficos e de recursos didáticos.
- Intensificar a coordenação entre os esforços dos Estados-Membros na promoção da língua portuguesa para estrangeiros, buscando formas de desenvolver projetos-piloto em conjunto.
- Criar um modelo CPLP de certificação das competências comunicativas em Português Língua Estrangeira (PLE), de acordo com os parâmetros internacionais de qualidade, tais como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) e o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR).
- Incentivar a produção e a partilha de conteúdos de meios audiovisuais e digitais produzidos nos países da CPLP.
- Desenvolver referenciais de avaliação de competências linguísticas, adaptados a diferentes públicos, no espaço da CPLP.
- Produzir materiais e recursos para a tradução e a interpretação enquanto condição para a oferta da língua portuguesa nas organizações internacionais, garantindo que as suas diferentes variedades sejam contempladas.

- Investir na formação e valorização profissional de intérpretes comunitários que trabalham de e para a língua portuguesa.
- Desenvolver sistemas de articulação entre as organizações internacionais que colaboram na formação de intérpretes e tradutores e as organizações empregadoras desses profissionais.
- Incluir nas estatísticas da CPLP informação sobre os falantes de língua portuguesa como língua materna/LM-L1, língua segunda/LS-L2, língua de herança/LH e língua estrangeira/LE e sua disponibilização para as estatísticas internacionais sobre línguas no mundo.

## **EIXO 2: ENSINO E FORMAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTOS MULTILINGUES**

- Investir em políticas de formação de professores para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa em diferentes modalidades: língua materna, língua segunda, língua de herança e língua estrangeira por meio de práticas linguísticas que atendam às necessidades do contexto regional e sociocultural de cada Estado-Membro.
- Reforçar a colaboração de todos os Estados-Membros da CPLP no desenvolvimento curricular de cursos de formação de professores de língua portuguesa para atuação em diferentes modalidades e níveis de ensino.
- Reforçar a formação de especialistas na área do desenvolvimento curricular do ensino da língua portuguesa.
- Investir no ensino bilingue para o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas, estabelecendo parcerias pedagógicas entre professores de língua portuguesa e de outras línguas em contacto, nomeadamente línguas de sinais/gestuais a fim de facilitar a previsão de problemas de contraste e a adoção de material didático adequado à sua superação, especialmente nos níveis pré-escolar e primário.
- Adequar métodos de ensino e materiais pedagógicos aos diversos contextos socioculturais e linguísticos, contemplando o desenvolvimento de técnicas e recursos para a expressão oral e escrita de variedades do português nos diferentes níveis de ensino-aprendizagem.
- Investir no desenvolvimento de plataformas digitais para o ensino da língua portuguesa.
- Reforçar a política editorial para incentivar a produção e a distribuição de livros para o ensino da língua portuguesa e da literatura em língua portuguesa, inclusive nas suas vertentes infantil e juvenil.
- Incentivar a constituição de redes de bibliotecas escolares e de bibliotecas públicas, promovendo a requalificação sistemática das bibliotecas em funcionamento, conforme medidas propostas no PAB e no PALis, indispensáveis à promoção da literacia em língua portuguesa.

## **EIXO 3: O POTENCIAL ECONÓMICO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

- Promover estudos em todos os Estados-Membros da CPLP, alicerçados em metodologias comuns, sobre o potencial económico da língua portuguesa, de forma a dispor de dados globais e comparativos.
- Valorizar o potencial da língua portuguesa nos múltiplos espaços de ação, nomeadamente nas áreas dos negócios, do setor energético, da produção de conteúdos, da inovação, dos recursos educativos, da tradução e da interpretação, do mercado editorial e do mercado das línguas.

- Caracterizar as representações do português nos Estados-Membros da CPLP à luz do seu valor económico, científico, literário e de boas práticas de governação, no sentido da valorização da realidade social e cultural da CPLP, nomeadamente através da atuação conjunta de especialistas dos Estados-Membros da Comunidade.
- Reconhecer o papel das indústrias criativas dos países de língua portuguesa para o desenvolvimento do potencial económico da língua portuguesa, especialmente nos termos da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco de 2005.
- Promover a colaboração técnica, partilha e troca do conhecimento, no quadro da preparação e elaboração de iniciativas na área do direito de autor e direitos conexos.
- Incentivar os Estados-Membros a partilhar metodologias de avaliação sobre a economia do livro, com vista à melhor compreensão de sua cadeia nos espaços da CPLP.
- Realizar o levantamento sobre a capacidade de edição e consumo de livros nos Estados-Membros, de modo a subsidiar futuras ações na área do livro e da leitura dentro e fora do espaço da CPLP.
- Investir no desenvolvimento e inovação de tecnologias para a língua portuguesa e na produção de conteúdos digitais em português;
- Conceber programas de língua portuguesa para fins profissionalizantes, com metas de aprendizagem comuns, a serem aplicadas em escolas técnico-profissionais do espaço CPLP.

#### **EIXO 4: PORTUGUÊS, LÍNGUA DE CULTURA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

- Fortalecer a língua portuguesa como língua de ciência, harmonizando terminologias respeitantes a cada área disciplinar.
- Apoiar o desenvolvimento e a integração dos repositórios científicos dos Estados-Membros da CPLP.
- Catalogar e divulgar a produção científica sobre a língua portuguesa e sobre procedimentos pedagógicos e didáticos para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa nos diferentes contextos dos Estados-Membros da CPLP.
- Incentivar a produção e publicação de materiais científicos originalmente redigidos em português, valorizando-os nos sistemas de ensino superior e produção científica nacionais de cada Estado-Membro e fomentando a sua difusão e livre circulação dentro do espaço da CPLP.
- Criar um prémio CPLP de tradução na área da ciência e da tecnologia e melhorar a divulgação dos prémios de investigação, de literatura e de outras disciplinas artísticas dos Estados-Membros da CPLP.
- Promover a produção e a circulação de textos literários, técnicos e científicos dos diferentes Estados-Membros da CPLP no ensino-aprendizagem da língua portuguesa.
- Incentivar a publicação e a livre circulação de traduções em língua portuguesa de obras científicas no espaço da CPLP.
- Implementar a inclusão nos currículos dos sistemas de ensino de elementos de cultura, literatura e história de todos os países da CPLP.
- Incentivar a atribuição de prémios literários, de investigação linguística e de investigação técnico-científica em e sobre língua portuguesa.
- Fomentar coproduções entre os países da CPLP, bem como a produção e a teledifusão de conteúdos audiovisuais.

- Apoiar iniciativas e programas dos Estados-Membros que visam facilitar a circulação e a promoção de produções editoriais no espaço da CPLP.
- Incentivar a troca de experiências sobre redes de bibliotecas nacionais e subnacionais, reforçando o seu intercâmbio e a promoção de boas práticas.
- Apoiar o ILLP a coordenar o intercâmbio de experiências nacionais de leitura, de modo a partilhar as boas práticas de alguns países.
- Promover a edição de obras literárias em formatos que facilitem o acesso às pessoas com dificuldades para aceder ao texto impresso.

#### SEGUIMENTO DA III CONFERÊNCIA

Recomenda-se que o ILLP e o Secretariado Executivo da CPLP, dentro das respetivas áreas de competência, recolham regularmente informações sobre as medidas adotadas em cada Estado-Membro para a implementação do PADÍli e mantenham os Órgãos Deliberativos da CPLP informados.

Recomenda-se, ainda, que os Estados-Membros promovam a realização, dentro de três anos, da IV Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Uma vez que a I Conferência aconteceu na América do Sul, a II Conferência na Europa e a III Conferência na Ásia, seria recomendável que a IV Conferência acontecesse em solo africano, de modo a evidenciar o caráter global e plural da língua portuguesa.

Recomenda-se, finalmente, que sejam propostas pelo Secretariado Executivo da CPLP normas gerais para a preparação e realização das futuras Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa que deverão ser submetidas à apreciação do Comité de Concertação Permanente. Tal exercício poderá incluir o estabelecimento de regras para a elaboração e acompanhamento dos Planos de Ação.